



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CPDA/UFRRJ

**DINÂMICAS RURAIS CONTEMPORÂNEAS E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS
DE GÊNERO**

Ariane da Silva Favareto
Orientadora: Prof^a. Dra. Maria José Carneiro

Rio de Janeiro
2019

ARIANE DA SILVA FAVARETO

**DINÂMICAS RURAIS CONTEMPORÂNEAS E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS
DE GÊNERO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/ UFRRJ, como requisito parcial para a defesa do título de doutora em Ciências Sociais.

Rio de Janeiro

2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F272d Favareto, Ariane da Silva, 1976-
Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações
sociais de gênero / Ariane da Silva Favareto. -
Seropédica, 2019.
240 f.

Orientadora: Maria José Carneiro.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2019.

1. Mulheres rurais. 2. Cunha (SP). 3. Turismo. 4.
Agroecologia. 5. Pecuária. I. Carneiro, Maria José, -
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

ARIANE DA SILVA FAVARETO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 18/10/2019.



Prof.^a Dr.^a MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a ELISA GUARANA DE CASTRO (UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a GRAZIELE CRISTINA DAINESE DE LIMA (UFF)



Prof.^a Dr.^a ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR (UFPE)



Prof.^a Dr.^a ANA LOUISE DE CARVALHO FIUZA (UFV)

Às mulheres da família que colaboraram e
colaboram para as minhas próprias
ressignificações,

Aurora de Barros Silva (*in memoriam*)

Rosemary Barros da Silva Favareto

Isabel Perosa Favareto

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa é sempre permeada de novos laços, descobertas, trocas de afeto e de conhecimento. O desenvolvimento desta tese não seria possível sem a generosidade dos moradores de Cunha, sempre disponíveis e dispostos a colaborar no que fosse necessário, concentro em Joás Ferreira os agradecimentos aos cunhenses que participaram direta e indiretamente deste trabalho e, ainda um agradecimento especial às mulheres que concederam as entrevistas, abrindo suas vidas, suas casas e dividindo comigo suas histórias e expectativas.

Pelos aportes financeiros, agradecimentos à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), permitindo que houvesse dedicação exclusiva à pesquisa; à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pela oportunidade e acolhimento ao tema da pesquisa; a todos os professores, funcionários e colegas que fazem do CPDA uma grande família; à nossa turma D-2015: Ana, Dayana, Fabrício, Lidiane, Luca, Rita, Rodrigo e Thais, pelas trocas teóricas e de afeto ao longo destes quatro anos, especialmente à Elisa de Jesus Garcia por dividir comigo a moradia no Rio de Janeiro e pelos laços de amizade que foram aprofundados nesse período e se alongarão para toda a vida, nas comemorações ou nas lágrimas sempre existirão apoio e sorrisos, mesmo que alguns quilômetros nos separem.

Às professoras que contribuíram com seus conhecimentos nos processos de qualificação e defesa: Carmen Silvia Andriolli, Thereza Cristina Cardoso Menezes, Andrea Lorena Butto Zarzar, Grazielle Cristina Dainese de Lima, Elisa Guaraná de Castro e Dibe Salua Ayoub. Para Ana Louise Carvalho Fiúza um agradecimento duplo por participar das duas bancas. À professora Maria José Carneiro um agradecimento muito especial pelo aceite em dividir comigo essa empreitada, pela orientação e ensinamentos tão fundamentais para minha formação como pesquisadora acadêmica.

Aos Gabianos, amigos de toda uma vida que mesmo distantes se fizeram presentes de alguma forma, especialmente à Maira e à Glaucia que conhecem bem as pedras e as flores que permeiam a vida acadêmica. Aos amigos Paulo Seifer e Carolina Galvanese pelas trocas teóricas e pela companhia em alguns momentos da pesquisa de campo e à Suzana Kleeb que além de dividir comigo o campo inicial, ainda me presenteou com uma leitura atenta da versão final da tese. À Luciana Carvalho que me

acompanhou nas entrevistas com as mulheres em Cunha, motorista aguerrida que inspirou várias mulheres de Cunha recém habilitadas a dirigir seus carros pelas estradas de terra. Ao Eduardo Britto Santos e Adriana Braga por me receberem em sua casa sempre com muito carinho e aconchego, além das longas conversas sobre os temas de pesquisa e compartilhamento de sonhos de um mundo melhor.

Aos meus pais, Rosemary e Ariovaldo Favareto, que sempre apoiaram as minhas escolhas, suportando as distâncias e as visitas cada vez mais escassas, porém sempre repletas de carinho e atenção. Ao meu irmão, Arilson Favareto, não tenho palavras para descrever o quão importante todas as trocas que realizamos são para minha vida pessoal e profissional, só posso agradecer por tê-lo em minha vida.

Por fim, um agradecimento especial ao Eduardo Turati por todo companheirismo, carinho, dedicação e cuidado; e à Tuca e à Maju por, entre bolinhas e ossinhos, tornarem tudo mais leve.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a maneira e em quais dimensões da vida social as mulheres são afetadas pelas dinâmicas da ruralidade contemporânea e como isso se reflete nas configurações sociais de gênero e, conseqüentemente, na posição da mulher na sociedade. Optou-se, de forma teórica e metodológica, com inspiração na obra de Norbert Elias, pelo uso da noção configurações ao invés de relações de gênero, de modo a abarcar maior complexidade da vida social, remetendo desde os processos de socialização iniciais até as interações mais recentes, sem deixar de lado fatores exógenos que incidem nas construções sociais. Utiliza-se a categoria modo de vida para compreender a ruralidade que, traduzida em identidades e representações, orienta as estratégias e aproveitamento de oportunidades colocadas no exercício de atividades pretéritas, ligadas à agropecuária e outras desenvolvidas mais recentemente que se aproveitam da utilização e valorização dos recursos naturais. Tais condições foram observadas no município de Cunha, localizado no Vale do Paraíba, estado de São Paulo, universo desta pesquisa. Como instrumento, utilizou-se a análise da trajetória de vida de mulheres que trabalham no desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, à agroecologia e à pecuária, a partir de entrevistas semiestruturadas; bem como da observação participante. A tese que se busca demonstrar é que nas dinâmicas da ruralidade contemporânea são abertas novas possibilidades de inserção para as mulheres. O aproveitamento destas oportunidades não é unívoco, se expressa de forma heterogênea, dadas suas próprias trajetórias de vida e as interdependências realizadas, que determinam o aproveitamento ou o constrangimento das oportunidades surgidas e vão incidir na sua posição social, especialmente, no que se refere a trabalho e renda, escolaridade e capacitação, e o uso do tempo, dimensões da vida social que afetam as capacidades femininas.

Palavras-chave: mulheres rurais; Cunha (SP); turismo; agroecologia; pecuária.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the way and in which dimensions of social life women are affected by the dynamics of contemporary rurality and how this is reflected in the social configurations of gender and, consequently, in the position of women in society. It was chosen, theoretically and methodologically, inspired by Norbert Elias's work, the use of the notion configurations instead of gender relations, in order to encompass greater complexity of social life, ranging from the initial socialization processes to interactions more recent, without forget exogenous factors that affect social constructions. The category way of life is used to understand rurality, which, translated into identities and representations, guides the strategies and use of opportunities placed in the exercise of past activities, linked to agriculture and other recently developed that take advantage of the use and appreciation of natural resources. Such conditions were observed in the municipality of Cunha, located in the Vale do Paraíba, state of São Paulo, universe of this research. As a method, we used the analysis of the life trajectory of women working in the development of activities related to tourism, agroecology and livestock, from semi-structured interviews; as well as participant observation. The search shows that in the dynamics of contemporary rurality are open new possibilities for insertion for women. The use of these opportunities is not unequivocal, if expressed heterogeneously, given their own life trajectories and the interdependencies that determine the use or embarrassment of opportunities that arise and will focus on their social position, especially with regard to work and income, education and training, and the use of time, dimensions of social life that affect women's capacities.

Keywords: rural women; Cunha (SP); tourism; agroecology; livestock.

LISTA DE SIGLAS

AMPRASP – Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Rio Abaixo, Rodeio, Sítio e Paraibuna

APAC – Associação dos Produtores Agroecológicos de Cunha

ApiCunha – Associação dos Apicultores de Cunha

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Paraíba

ComTur – Conselho Municipal de Turismo

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CSA – *Community Supported Agriculture*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA – Instituto de Economia Agrícola

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

LUPA – Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária

MBA – Movimento dos Atingidos por Barragens

MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

MMTR-NE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

MMTRSC – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDT – Plano Diretor do Turismo

PESM – Parque Estadual da Serra do Mar

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNPB – Programa Nacional de Uso e Produção de Biodiesel

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

RIMISP – *Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural*

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

UCs – Unidades de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Cunha.....	- 32 -
Figura 2 – “Mar de Morros”, Cunha (SP)	- 33 -
Figura 3 – Logomarca utilizada para o turismo em Cunha	- 68 -
Figura 4 – Número de irmãos e filhos	- 122 -
Figura 5 – Número de filhos por idade das entrevistadas.....	- 124 -
Figura 7 – Renda mensal das famílias moradoras do bairro do Sítio	- 135 -
Figura 8 – Renda mensal das famílias produtoras de leite	- 142 -
Figura 9 – Renda mensal das famílias agroecológicas	- 152 -
Figura 10 – Comparação geracional em média de anos de estudos	- 166 -
Figura 11 – Nível de instrução das mulheres entrevistadas – Turismo	- 169 -
Figura 12 – Nível de instrução das mulheres entrevistadas – Agroecologia.....	- 169 -
Figura 13 – Nível de instrução das mulheres entrevistadas – Pecuária.....	- 170 -
Figura 14 – Escolaridade Geração 4.....	- 173 -

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tamanho das propriedades (em ha), Cunha (SP) – 2008	- 46 -
Tabela 2 – População e local de domicílio	- 47 -
Tabela 3 – Valor da terra nua (em R\$ por hectare)	- 50 -
Tabela 4 – Produção de leite em Cunha (em mil litros)	- 81 -

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização geral das entrevistadas	- 106 -
Quadro 2 – Organização geracional para fins de análise dos níveis de instrução	- 162 -
Quadro 3 – Nível de instrução por situação de domicílio e sexo, Cunha (2010)	- 165 -

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	- 14 -
Configurações sociais de gênero: uma possível abordagem	- 21 -
Percurso metodológico	- 27 -
1 – O município de Cunha: notas sobre o passado e ruralidades contemporâneas -	31 -
1.2 – Ruralidade contemporânea	- 42 -
1.3 – Aspectos da ruralidade em Cunha	- 45 -
1.4 – Atividades econômicas desenvolvidas no município	- 64 -
Turismo e entrada de novos agentes.....	- 65 -
Agroecologia	- 74 -
Pecuária leiteira	- 80 -
Síntese do capítulo	- 84 -
2 – Abordagens de gênero: condições em ser mulher no mundo rural	- 87 -
2.1 – Reivindicações feministas, teorias sociais e relações de gênero no mundo rural	- 88 -
2.2 – Novas dinâmicas e configurações sociais de gênero	- 102 -
Síntese do capítulo	- 111 -
3 – Trabalho e renda entre as mulheres rurais: diferenciadores das condições de gênero?	- 113 -
3.1 – Divisão sexual e o valor social atribuído ao trabalho	- 114 -
3.2 – O trabalho para as mulheres rurais de Cunha	- 118 -
3.3 – O trabalho e a renda no turismo e propriedades alheias: entre o rural e o urbano	- 130 -
3.4 – Pecuária: exercendo uma atividade secular	- 136 -
3.5 – Trabalho e renda na agroecologia: revalorizando as habilidades	- 145 -
3.6 – Breves notas sobre alimentação	- 156 -
Síntese do capítulo	- 158 -
4 – Escolaridade e capacitação na ruralidade contemporânea	- 161 -

4.1 – Escolaridade das mulheres rurais	- 162 -
4.2 – A influência das capacitações nas trajetórias de vida: alterando posições sociais?	- 175 -
Síntese do capítulo	- 193 -
5 – O uso do tempo pelas mulheres rurais.....	- 194 -
5.1 – Por que considerar o tempo nas configurações sociais de gênero?	- 195 -
5.2 – Tempo de infância.....	- 198 -
5.3 – Tempo atual: o cotidiano.....	- 202 -
5.4 – Do porvir: planos para o futuro	- 210 -
5.5 – As transformações no uso do tempo e as distinções de poder.....	- 212 -
Síntese do capítulo	- 213 -
<i>Considerações Finais</i>	- 216 -
<i>Referências bibliográficas.....</i>	- 224 -
<i>Anexos.....</i>	- 235 -
Anexo 1 – Entrevistas realizadas no município de Cunha (instituições e representantes comerciais).....	- 235 -
Anexo 2 – Roteiro de pesquisa sobre a trajetória de vida das mulheres	- 236 -
Anexo 3 – Retratos de Cunha	- 238 -

Introdução

A igualdade de gênero vem ganhando cada vez mais evidência nas últimas décadas. Organismos internacionais voltados à temática do desenvolvimento afirmam que a desigualdade entre homens e mulheres deve ser superada para que ocorra dinamização econômica dos países e aumento do bem-estar, atuando também na diminuição da pobreza. Dadas essas condições, a premência da igualdade de gênero figura como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) com metas a serem alcançadas até o ano de 2030¹.

Avanços em alguns indicadores podem ser observados em diversos países e no Brasil não é diferente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado nos dois últimos Censos Demográficos, realizados em 2000 e 2010, indicam que as mulheres vêm alcançando maior nível de instrução – elas são maioria nos três níveis de ensino e apresentam menores índices de analfabetismo –, houve queda na taxa de fecundidade, especialmente entre as mulheres jovens, e o acesso ao mercado de trabalho por parte delas apresenta maior diversidade em termos de cargos ocupados.

Em que pese a melhoria nos indicadores, o que poderia representar maior autonomia econômica e uma possível emancipação feminina, ainda restam disparidades no que concerne, por exemplo, à diferença salarial no exercício de mesma função e à responsabilidade quase exclusiva das mulheres na educação dos filhos e nas atividades desempenhadas dentro dos lares. Além disso, as condições de acesso ao trabalho e à escola não são homogêneas, atingindo diferentemente as mulheres dependendo do contexto em que estão inseridas, incluindo aí classe social e etnia (LEÃO *et al.*, 2017) e, também, as áreas rurais, reconhecidas mundialmente como localidades em que há precariedade em infraestrutura e altos índices de pobreza.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, reacendem por todo o mundo ações coordenadas por mulheres que militam pela igualdade de direitos em relação aos homens e para que suas demandas sejam ouvidas, mas com reafirmação de peculiaridades, como por exemplo, das mulheres negras e índias. Quanto às mulheres rurais, destacam-se as edições da “Marcha das Margaridas”, realizadas desde 2000, e

¹ Antes de figurar entre os ODS, o tema da igualdade de gênero já tinha sido objeto das metas dos Objetivos do Milênio, pela mesma agência internacional.

que reúnem trabalhadoras de todo o Brasil em caminhada para a capital nacional, onde apresentam suas pautas e bandeiras de luta².

Em meio a essa efervescência é preciso considerar, ainda, as transformações pelas quais as áreas rurais brasileiras vêm passando ao longo das últimas décadas, materializadas pela presença de novos agentes sociais oriundos das cidades, e pela crescente importância de atividades que não estão diretamente ligadas à agricultura. Estas mudanças incidem sobre as formas de organização do trabalho, do tempo, sobre as estratégias e os modos de vida, com potenciais efeitos também sobre as relações entre homens e mulheres. Por tudo isso, compreender especificamente se (e como) as mulheres são afetadas por essas mudanças é o principal objetivo desta pesquisa.

Um primeiro desafio se colocou na definição de uma designação para o rural que abarcasse toda a sua complexidade, cujos contornos não estivessem colocados numa simples oposição ao urbano, mas que revelasse as interdependências entre essas duas esferas, bem como contribuísse na compreensão do aproveitamento diferenciado das possibilidades surgidas a partir de novas dinâmicas envolvendo estes espaços. A noção de ruralidade, entendida como uma forma de organização da vida social, abarca as diferentes representações dos significados de rural e urbano que, por sua vez, repercutem nas identidades e nas posições sociais de indivíduos e grupos, amalgamando os sentidos constituídos tanto nas bases materiais quanto simbólicas (WANDERLEY, 2000). Esta forma de organização se expressa em distintos modos de vida e de sentimento da ruralidade, permitindo captar a essência deste tipo de categoria territorial, mas também as nuances e a heterogeneidade das formas pelas quais esta mesma essência se materializa na vida das pessoas e em suas trajetórias. Assim, a categoria modo de vida apresenta-se como um instrumental analítico que permite evidenciar valores e identidades, conformados entre fatores internos e externos, que vão incidir sobre as escolhas e estratégias de determinada população.

O município de Cunha, localizado no Vale do Paraíba paulista, apresenta características que o tornam particularmente interessante para que se analise o contexto

² A realização da Marcha das Margaridas congrega um conjunto de organizações coordenada pela Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais da Contag, carrega o nome da sindicalista paraibana Margarida Maria Alves brutalmente assassinada em 1983 por sua atuação contra o analfabetismo, injustiças e pela reforma agrária. As primeiras Marchas ocorreram nos anos de 2000, 2003 e 2007 com pautas voltadas ao combate à fome, à violência sexista e à pobreza. Nas edições realizadas em 2011 e 2015 os lemas giraram em torno do desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. A mais recente Marcha, que levou as mulheres à Brasília em 2019 chamou a atenção para as lutas ligadas à soberania popular, democracia, justiça, igualdade, além da aclamação por um país sem violência.

das mudanças da ruralidade ocorridas nas últimas décadas e que geram novas dinâmicas para seus moradores. Tendo participado de forma lindeira dos ciclos de desenvolvimento que o país e o estado de São Paulo passaram, Cunha tornou-se um município fornecedor de alimentos para as cidades vizinhas nos ciclos do ouro, no século XVIII, em que figurava como um lugar de passagem entre o litoral fluminense e Minas Gerais; do café, na virada do século XIX para o XX, que não atingiu amplamente o município dada suas condições geomorfológicas; e no processo de interiorização da industrialização, no último quarto do século passado, quando não foi tão afetada pela intensa urbanização quanto os municípios situados no eixo da Rodovia Presidente Dutra.

Estando relativamente à margem destas atividades, manteve-se uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades que se dedicavam ao plantio de milho e feijão e, posteriormente, à produção de leite para atender aos mercados vizinhos. A partir da década de 1980, pessoas oriundas de grandes cidades começam a se instalar em Cunha, dando origem a uma nova fase na história local. Seja para moradia definitiva ou para lazer aos finais de semana, elas adquirem propriedades que deixaram de ser utilizadas para a produção agrícola devido à crise nos preços ou pelas formas de transmissão do patrimônio (PIRES, 2007), influenciando as formas de viver, as representações sociais e as relações de trabalho. A valorização dos recursos naturais como paisagem, tanto para o bem-estar quanto como exploração turística, representa um novo momento no qual ascende o turismo como principal estratégia econômica. Mas isto não se expressa de maneira homogênea. E é nos contrastes entre o que se passa nos diferentes bairros rurais de Cunha que se pode perceber melhor as diferentes faces destes processos mais gerais da história local e de sua inserção nas dinâmicas envolventes.

As práticas sociais expressas na importância do bairro como *locus* de sociabilidade, na forte religiosidade, na música e na comida são características frequentemente atribuídas à identidade caipira, que se configura de forma subordinada econômica e socialmente ao mundo global (CANDIDO, 2001; QUEIRÓZ, 1973; QUEIRÓZ, 1976; BRANDÃO, 1983; BRANDÃO, 1999; FUKUI, 1979). Em Cunha, na atualidade, esta representação vai sendo ressignificada, à medida que os valores ligados à preservação da natureza, do passado e da tradição passam a atrair uma parcela de população proveniente de grandes cidades, favorecendo a exploração turística. Na prática produtiva é o desenvolvimento da agroecologia que ressignifica o caipira, hoje

representado como um produtor autônomo que vende sua produção diretamente ao consumidor, cujo trabalho é realizado a partir de saberes específicos, valorizados socialmente como habilidades de quem vive e trabalha na roça.

Além de todos esses fatores, embutidos nas recentes transformações da ruralidade que geram novas dinâmicas, indicaram ser o município de Cunha um universo de pesquisa passível de ser analisado, especialmente no que se refere às formas como as mulheres são afetadas por essas dinâmicas, dois estudos etnográficos realizados no município no século passado (WILLEMS, 1947; SHIRLEY, 1971) colaborando na conformação de um quadro de análise com referências pretéritas.

Um segundo passo se deu no sentido de identificar, na literatura disponível, a intersecção entre ruralidade e relações de gênero. As primeiras pesquisas, sobretudo as que foram realizadas no interior paulista no século passado, destacavam a presença feminina como secundária no ambiente produtivo (BRANDÃO, 1983; BRANDÃO, 1995; WILLEMS, 1947; SHIRLEY, 1971). Tendo por referência oposições entre público/privado e casa/roçado colocavam as mulheres numa posição hierárquica inferior aos homens, sem explicitar, contudo, os elementos que suportam essa diferenciação.

Ao olhar para além das unidades produtivas e focar nos sujeitos que as compõem, outras pesquisadoras identificaram o peso das condições subjetivas nas análises, indicando que são os valores morais que privilegiam a posição masculina na hierarquia social (FUKUI, 1979), conformando a constituição de espaços ideologicamente dominantes e que são socialmente representados (WOORTMANN, 1992). Assim, não é a divisão das atividades que determina a subordinação feminina, mas o conjunto de representações, carregados de valores e símbolos, que irão evidenciar a própria identidade da mulher rural. Tais representações podem ser ressignificadas a partir das dinâmicas da ruralidade contemporânea.

Diante dessas últimas análises desponta a pertinência da existência de diferentes papéis sociais desempenhados por homens e mulheres que, por sua vez, representam valores diferenciados perante a sociedade. Tais valores são reproduzidos ao longo das gerações. Nesse sentido, compreender como se dão as construções sociais desses valores passou a ser um ponto de interesse dessa pesquisa, tendo como foco os processos de socialização que levam às mulheres a empreender determinadas formas de se ver e viver, ou seja, suas condições e posições no mundo social, onde prevalece a dominação masculina sobre as mulheres.

Dentre os teóricos que atuam numa perspectiva de construção social, Pierre Bourdieu dedicou uma de suas obras, publicada em primeira edição francesa em 1998, para tratar a dominação masculina. Para constituir sua análise, partiu do referencial teórico proposto por ele que reside no entendimento das práticas sociais em consonância com os processos de socialização, o que determina a posição dos agentes sociais nos mais diversos campos que estruturam o mundo social³. Bourdieu (2012) destaca que as mudanças visíveis de condições da mulher na sociedade – como por exemplo o acesso ao ensino formal secundário e superior, acesso ao trabalho assalariado, que lhe daria acesso à esfera pública, o distanciamento de tarefas domésticas e às formas de reprodução, o adiamento da idade de casamento e de procriação, e o aumento no número de divórcios – ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas de homens e mulheres na ordem social, que é sexualmente ordenada e dotada de princípios incorporados sob a forma de esquemas de percepção dificilmente acessíveis à consciência, porém, altamente carregada da visão dominante masculina. Desta forma, a divisão entre os sexos parece ser natural, pois está presente ao mesmo tempo em estado objetivado nas coisas e em estado incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação⁴.

Essa referência ao mundo ancorada na concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a este respeito, parece natural e evidente, porém é construída socialmente. A ordem social é representada por uma máquina simbólica que ratifica a dominação masculina na qual se alicerça, por exemplo, na divisão do trabalho, na estrutura do espaço e na estrutura do tempo.

Estaríamos, para o sociólogo francês, inseridos em estruturas históricas de ordem masculina, sendo os próprios modos de pensamento produtos desta dominação que é apresentada como submissão paradoxal resultante da violência simbólica que se

³ Observa-se que nessa obra, Bourdieu discute a diferença sexual baseada nas distinções biológicas também como uma construção social, como por exemplo, nessa passagem: “A força particular da sociodiceia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2012, p. 33). O autor também aponta que as mulheres negras sofrem um duplo, ou mesmo triplo, processo de dominação e, além disso, atenta para as diferenças econômicas e culturais que afetam diferentemente as mulheres. Esses três temas passam a ter mais peso no século XXI nos debates sobre gênero e identidades.

⁴ O conceito de *habitus* é central na obra de Pierre Bourdieu e corresponde a um sistema de disposições inconscientes que constituiu o produto da interiorização das estruturas objetivas e tende a produzir práticas ajustadas às estruturas objetivas. Cf. BOURDIEU (2007). A oposição entre masculino e feminino gera duas classes de *habitus* diferentes – o *habitus* sexuado – expresso sob a forma de *hexis* corporal. Para uma crítica ao conceito de *habitus*, ver por exemplo, LAHIRE (2002).

dá por meio dos próprios homens, mas também via instituições como a família, a igreja, a escola e o Estado.

Em suas palavras, “a reprodução androcêntrica de reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como sendo prático, dóxico, sobre o sentido das práticas” (BOURDIEU, 2012, p. 45). As próprias mulheres reproduziriam, então, essas práticas que são produtos da incorporação de relações de poder e se expressam na ordem simbólica.

Tal violência não pode ser vencida pela tomada de consciência e pela vontade, como preconizam os teóricos marxistas, pois estaria inscrita no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições que levam os dominados a compartilhar essa dominação, mesmo depois de extintas suas condições sociais de produção. A mudança, para o autor, só se dará a partir de uma transformação radical do ponto de vista dos dominantes, alterando as condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a agir de acordo com o ponto de vista dos dominantes. Uma dessas transformações poderia se dar no mercado de bens simbólicos, *locus* essencial de reprodução da condição dominada da mulher, pois se inscreve na produção e reprodução de capital simbólico. A mulher seria, nesta economia de bens simbólicos, vista como um produto disponível para a troca das relações matrimoniais, ocupando espaços que perpetuam essa própria lógica, expressos no prolongamento das funções domésticas. Por consequência, o ganho feminino estaria na possibilidade de circular em ambientes que são predominantemente masculinos, representando uma certa ascensão social.

Com esta obra o sociólogo francês foi criticado especialmente pelo caráter estruturalista de sua leitura sobre o mercado de trocas matrimoniais, bem como por ficar preso ao seu quadro de análise que busca relacionar a classe ao mundo social no qual o agente está inserido. Devreux (2014), por exemplo, argumenta que Bourdieu ignora as pesquisas realizadas sobre a questão de gênero ou sobre mulheres que já haviam sido publicadas, rejeitando, portanto, a dimensão histórica na relação entre os sexos, além de demonstrar certa dificuldade em pensar sobre a mudança social no que concerne às mulheres, priorizando as relações matrimoniais. Mais ainda, a autora elenca três principais linhas em que as críticas ao autor são apoiadas: sua omissão quanto às dimensões materiais da dominação masculina; uma dificuldade em pensar a historicidade das relações e com isso apontar para uma vã ilusão de libertação; e, por

fim o que pode ser resumido na ideia de uma teoria de não ação para as mulheres⁵, uma vez que o autor negligencia os modos de resposta que elas revertem ao rígido patriarcado da sociedade Cabila, local de análise de Bourdieu nessa obra.

Em consonância com as críticas elencadas, insiste-se aqui em alguns elementos que são pertinentes nesta obra de Bourdieu. Um primeiro, e talvez mais importante, diz respeito a ausência de agência das mulheres analisadas. De maneira geral e em sintonia com sua linha teórica, Bourdieu se apoia na ótica do dominador para empreender o lugar e a condição feminina no mundo social definindo pares de oposição com os quais homens e mulheres se posicionam e reproduzem suas práticas sociais, como por exemplo, alto/baixo, reto/curvo, em cima/abaixo. Essa noção de pares opostos acaba por ocultar posições intermediárias que certamente são vivenciadas em determinados momentos e compartilhamentos da vida social. Um olhar mais apurado para essas condições distancia-nos da visão estática de um retrato que coloca os homens de um lado mais favorável e as mulheres numa dimensão absolutamente submissa. Um outro ponto a ser abordado é a ausência de reflexão do autor quanto à reconversão do capital simbólico, que estaria sob égide prioritariamente feminina, em outros tipos de capitais. Se por um lado Bourdieu define a feminidade como um tipo de capital, por outro, não há um investimento em analisar como esse capital pode ser convertido em investimentos pessoais, ou mesmo nas relações de gênero⁶.

Para além das críticas, o autor inova ao introduzir a noção de violência e dominação simbólica no aparato de estudos sobre as relações de gênero. Tal qual o círculo vicioso de que trata Simone de Beauvoir, a ideia de que os processos de dominação são reproduzidos nas estruturas de forma inconsciente ainda é válida para as análises atuais. Contudo é preciso compreender que tais estruturas se apresentam de forma diferenciada em cada sociedade, revelando a autonomia de sujeito na condição feminina. Sob essa ótica, a análise sobre as relações sociais de gênero não partiria da dominação masculina sobre as mulheres, engessando a compreensão das relações

⁵ A autora destaca que em produções posteriores Bourdieu apresenta uma outra visão quanto ao comportamento feminino. Ela cita, por exemplo, o artigo intitulado “*Le Bal des célibataires*” em que ele analisa as estratégias matrimoniais em um vilarejo em Béarn em que as mulheres apresentam um papel ativo evitando casamentos com rapazes da comunidade. Além disso, Devreux afirma logo no início de seu artigo que o próprio sociólogo reconheceu posteriormente a dificuldade em tratar deste assunto.

⁶ É inegável a influência de Bourdieu em vários outros estudos sobre ação social e, especificamente, sobre a ação feminina e as noções de capital. Destaco aqui o estudo de Hakim (2012) sobre capital erótico presente de maneira relativa entre os homens e mais predominante entre as mulheres que, em conjunto com os outros capitais, confere às mulheres vantagens em alguns setores econômicos, como por exemplo, o de serviços.

postas, mas residiria na análise dos processos e dinâmicas locais nas formas como elas se apresentam, fugindo do universalismo tanto da opressão quanto da dominação. Com essa leitura, podemos reter do autor a existência de um *habitus* feminino e de um *habitus* masculino, forjados nos processos de socialização e que determinam os símbolos e representações do que é ser homem e mulher.

Evidenciando que não haveria processos de subordinação ou dominação universais, as análises sobre as relações de gênero deveriam recair como sustenta Piscitelli (2009, p. 141) em situações específicas mediante a análise para o modo pelo qual “o poder opera através de estruturas de dominação múltiplas e fluidas”, levando em consideração as intersecções com as questões raciais, de nacionalidade, sexualidade, classe social e idade. Mas, como promover uma análise no sentido que a antropóloga propõe, sem fragmentar demasiadamente a realidade social?

Configurações sociais de gênero: uma possível abordagem

As noções baseadas em dualidades, como aquelas apontadas acima, conformam o sentido das análises ocidentais sobre o mundo social, em geral, e particularmente sobre as relações de gênero. Strathern (2006) afirma que essa tendência em colocar a questão da dominação masculina como uma submissão da mulher leva a uma universalização na organização das relações, criando uma identidade a partir do outro, ou seja, a identidade feminina como consequência da masculina. A análise, então, deveria recair sobre a produção das diferenças, de forma a contornar a dualidade homem/mulher e a oposição circunscrita na dominação intersexual. Uma outra dualidade apontada pela autora diz respeito ao binômio público/privado, cujo debate remete às pautas feministas da década de 1970, constituindo uma assimetria entre feminino e masculino com foco nos papéis desempenhados por ambos nestes espaços. Ao definir o espaço doméstico como feminino, elege-se o espaço público como masculino, sendo que o público representa a sociedade. Assim, o público – que é também o coletivo – se opõe às áreas individualizantes e não coletivas, confrontando, portanto, indivíduo e sociedade. Uma leitura da realidade social baseada em termos duais tem por tendência ignorar uma visão da relação em si, colocando peso nos termos dicotômicos e assimétricos. Desta forma um indivíduo é majoritariamente produtor, enquanto o outro é o consumidor, o que por sua vez, reforça dualismos como dominador/dominado, fundamento do patriarcalismo como fonte reguladora.

Tais dualismos transformam estas categorias em uso analítico que descrevem as esferas de ação de homens e mulheres, o que acaba, segundo a antropóloga britânica, por tornar as mulheres invisíveis por meio desta caracterização, uma vez que eventos singulares e realizações individuais são tomados por princípios de organização generalizados, já que há uma imposição de formas estéticas do que significa ser feminino e masculino, cuja definição parte do masculino, revelando uma permanente relação assimétrica em que um é passivo e o outro ativo⁷.

O debate sobre a oposição entre indivíduo e sociedade remete aos primórdios da constituição das Ciências Sociais. Norbert Elias (1994; 1980; 2011) procura dissolver esta dicotomia cunhando a noção de interdependência em substituição a uma visão reificada das pessoas que tem na figura do eu/ego o componente central rodeado de estruturas sociais, a qual o autor denomina de *homo clausus*. Para transpor a barreira da reificação de conceitos que acaba por encorajar essa leitura de que a sociedade é constituída por estruturas sociais desumanizadas que são exteriores aos indivíduos e exercem constrangimentos aos indivíduos, o autor traz a noção de interdependência. As pessoas se conectam umas às outras por meio de valências abertas que primordialmente se apresentam na realização de necessidades emocionais⁸, por meio da aprendizagem social, da educação, da socialização e das carências recíprocas geradas socialmente. Na abordagem relacional que o autor propõe, é por meio de disposições e inclinações que os indivíduos são orientados uns aos outros, constituindo uma rede de interdependências. Nessa rede se realiza a união entre indivíduo e sociedade.

Com essa leitura é possível superar os limites da concepção dualista que Marilyn Strathern critica, essencialmente, ao desviar o foco de análise do indivíduo como centro de todas as relações humanas.

A interdependência entre os indivíduos é, para Elias (1980, p. 139), “um dos aspectos mais elementares e universais de todas as configurações humanas”. Tais dependências recíprocas são condições fundamentais que revelam uma formação social que o autor denomina configuração, ou seja, um agrupamento de seres humanos interdependentes que se reconhecem e interagem por meio de símbolos socialmente

⁷ Com essa noção, Strathern não afirma a inexistência de relações de gênero assimétricas, nas palavras da autora: “A assimetria está sempre presente, mas a ocupação dessas respectivas posições por homens e mulheres é sempre transitória. No centro da assimetria encontra-se o fato de que um agente não é concebido como capaz de apropriar-se dos atos de outro” (STRATHERN, 2006, p. 476).

⁸ A noção de valências abertas tem fundamento na química e significa a capacidade de combinações que um átomo pode ter.

aprendidos. É na análise dos processos sociais que se identificam as transformações amplas e contínuas nas configurações, pois permitem compreender mudanças decisivas nas relações de poder que favorecem determinadas posições sociais em detrimento de outras (ELIAS, 2006).

Na teoria elaborada por Elias, o conceito de *habitus* foi utilizado de forma a contornar a dicotomia embutida na separação entre indivíduo e sociedade⁹. Entendido como um saber social incorporado, o *habitus* permite a ligação entre as duas dimensões interdependentes pois proporciona a compreensão da maneira como percepções e ações coletivamente desenvolvidas são incorporadas individualmente. Apesar de estar remetido ao passado, o *habitus* não se apresenta como estático, opostamente, ele implica em continuidades e rupturas. O autor sugere que o *habitus* é formado em camadas adquiridas por meio das experiências humanas, mas adverte que uma destas camadas será proeminente por se tratar de uma característica de filiação a um determinado grupo social. Por exemplo, o *habitus* nacional representaria a identidade coletiva, a formação do nós. Tanto a identidade “eu” quanto a identidade “nós” são constitutivas da estrutura de personalidade. Assim, critica o autor, o *homo clausus* seria um “eu” desprovido de “nós”.

Por meio da teoria sociológica da interdependência Elias (2001) esclarece que cada indivíduo desde a infância faz parte de uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras, uma rede de interdependências onde o indivíduo tem relativa autonomia de decisão. Esta relativa liberdade se refere à distribuição de poder entre os homens/mulheres na configuração em que o indivíduo está inserido. Nenhum indivíduo é destituído de poder como também não há poder absoluto. O cerne de tensões e conflitos estaria na tentativa de manutenção da forma assimétrica em que essa distribuição se apresenta nas relações.

Assim, o estudo das relações de poder, estaria então, no centro da análise dos estudos sociológicos por serem a própria história da sociedade, pois constitui um elemento integral de todas as relações humanas. Contudo, há sempre presente um processo de manutenção das tensões para que o quadro de equilíbrio se mantenha estável e o grupo dominador permaneça em posição superior ao grupo dominado. Em outras palavras, a configuração pode se alterar a depender do desequilíbrio de forças, porém, a princípio, ela pressupõe a reprodução do equilíbrio das tensões para que as

⁹ Para uma análise do conceito de *habitus* em Bourdieu e Elias, ver: BRUNO (2002).

forças se mantenham, permitindo também a manutenção da estrutura na forma em que ela se apresenta.

Procurando responder como ocorrem os processos de mudanças sociais, Elias (1999, 2006, 2011) afirma ser fundamental uma análise do comportamento e das experiências humanas, ou seja, a estrutura de todas as formas de expressão que seguem em duas direções principais: para um processo de diferenciação que culmina numa divisão funcional, ampliando a distribuição efetiva de chances de poder; e, para um processo de integração, visualizado na formação do Estado. Estes dois processos se realizam de forma complementar e são mais evidentes nas sociedades complexas. De qualquer forma, o importante na análise dos processos sociais está na relação entre as mudanças ocorridas na sociedade – no comportamento e nas relações entre os indivíduos – e as alterações estruturais – expressas nas instituições sociais –, ambas mutáveis e interdependentes do mesmo processo. O autor vai demonstrar, tendo como linha mestra uma reflexão histórica, que o processo civilizador e, portanto, o processo de desenvolvimento humano, é constituído no controle das pulsões como modo de construção da sociabilidade.

Elias (1997, 2006) indica que algumas relações tiveram alteração no diferencial de poder durante o século XX, século este definido como de crescente incerteza de status por apresentar uma diminuição da desigualdade entre “estabelecidos e outsiders”: relações entre homens e mulheres, entre gerações mais jovens e mais velhas, entre as sociedades europeias e suas colônias, entre governantes e governados. Em suma, o sociólogo alemão indica a importância em estabelecer uma análise que leve em consideração o processo histórico como constitutivo das relações de poder, como também das estruturas de personalidade dos indivíduos, que só podem ser compreendidos em relação com a configuração na qual estão inseridos.

É na teia de interdependências que se revela o poder, ou seja, no grau de dependência e independência entre os indivíduos. O próprio autor em artigo publicado em 1985 sob o título “*Changing balance of power between the sexes in the history of civilization*”, afirma que apesar de ter cunhado o termo interdependência para tratar de questões de equilíbrio de poder entre Estados, considera que sua utilização para pensar as relações de poder entre homens e mulheres é válida, uma vez que homens comandam mais recursos de poder do que as mulheres. Como práticas de diferenciação entre os sexos o autor cita a propriedade da terra, o acesso à educação, o casamento e o divórcio, e a ocupação em espaços de decisão como exemplos de processos históricos que

contribuíram para a não visualização da mulher como um indivíduo independente e de direitos próprios. Em outras palavras, essas dimensões da vida humana seriam prioritariamente ocupadas pelos homens que, por sua vez, reproduziriam suas chances efetivas de poder, provocando uma manutenção do desequilíbrio de forças nas relações de interdependência nas configurações sociais.

Elias ilumina, assim, algumas questões relevantes para a análise das relações sociais de gênero, especificamente ao demonstrar que a interdependência entre os indivíduos revela um equilíbrio de tensões que não é estável, mas dependerá da configuração na qual estão inseridos. Desse modo, não há homogeneização na hierarquização da posição feminina na sociedade, como também nas próprias relações de gênero. Nesta perspectiva teórica as análises quanto às possibilidades de escolha e de oportunidades das mulheres vai além de um olhar estritamente individual – que colocaria nelas a responsabilidade por seus destinos – ou, ainda, de uma visão que reporta somente às estruturas sociais a reprodução de padrões de comportamentos sociais. A teoria eliasiana permite, desse modo, uma inovação nas pesquisas sociológicas das práticas sociais de mulheres, guiando o foco para as relações sociais de gênero que estão permeadas por relações de poder e estão contidas no comportamento, cujas chances reais de distribuição estão expressas na estrutura do campo social que as produziu.

Dessa forma e em consonância com as noções preconizadas por Strathern (2006), há o entendimento de que as mulheres não são simbolizadas como indivíduos sem poder, ou seja, não são passivas e impotentes frente a ações unilaterais. Ao contrário, a construção do que é ser homem ou mulher e os referenciais de poder embutidos nas relações de gênero são constituídos na alteridade, cujas ações definem posições múltiplas dos agentes nas relações estabelecidas onde são mobilizadas determinadas capacidades que se revelam, justamente, na interação com o outro. Em outras palavras, as capacidades são acionadas nos processos de interação, o que torna a análise das trajetórias femininas um importante instrumento para se pensar as configurações sociais de gênero, pois permite vislumbrar as interações realizadas ao longo da vida e que despertaram determinadas formas de vivenciar o mundo, influenciando a marcação de determinados valores e ideologias.

Diante do exposto e com base no referencial teórico e metodológico apoiado na noção de configuração social, propomos neste estudo a adoção da noção configurações sociais de gênero de modo a expressar a heterogeneidade das interdependências

formadas por mulheres que revelam diferenciais de poder não estáticos. Dessa forma, considera-se que a subordinação ou dominação entre os sexos não são universais e generalizadas e, sim, observáveis em determinadas configurações em que se situa a distribuição de diferenciais de poder. Ao adotar tal noção, esperamos evidenciar tanto a totalidade da composição das relações de gênero quanto suas particularidades sem, no entanto, correr o risco de fragmentar demasiadamente a realidade social.

Em outras palavras, desde os primeiros processos de socialização dos indivíduos vão sendo operadas interdependências, e tais relações são dotadas de poder em ambas as partes, porém não de forma igualitária. O poder é expresso nos processos de interação e se revela em maior ou menor grau por cada um dos indivíduos, denotando uma balança de forças que poderá pender para qualquer um dos lados, mas raramente o pêndulo se encontrará ao meio. Em geral, no caso das relações entre homens e mulheres há um diferencial de poder em favor dos primeiros, já que eles apresentam maior acúmulo de recursos dada sua posição privilegiada de acesso a esses mesmos recursos, reproduzida ao longo das gerações.

No contexto das dinâmicas rurais contemporâneas podem estar sendo geradas condições em que as interdependências se alteram, gerando fissuras e possibilidades em relação ao arranjo posto anteriormente, o que poderá influenciar as representações, identidades e a posição das mulheres na sociedade. Considerando estes aspectos questionamos se as recentes transformações da ruralidade alteram as configurações sociais de gênero. Em caso afirmativo, interessa-nos investigar de que forma as mulheres são afetadas e se essas mudanças são capazes de incidir em sua posição e condição social.

A hipótese que guiou as análises aqui empreendidas reside na afirmação de que as dinâmicas rurais contemporâneas geram novas possibilidades de inserção para as mulheres, contudo, o aproveitamento das oportunidades surgidas nas dinâmicas não se expressa de forma homogênea. Essa heterogeneidade é tributária de três dimensões da vida social que afetam as capacidades femininas: trabalho, escolarização e o uso do tempo.

Aplicando a hipótese no caso aqui analisado, pode-se afirmar que as recentes transformações ocorridas em Cunha abrem novas possibilidades de trabalho para as mulheres rurais, antes ancoradas exclusivamente na atividade agropecuária, o que afeta tanto as formas de interação como a maneira como utilizam o tempo. A estrutura educacional também mudou ao longo das últimas décadas, com ampliação de acesso e

de mobilidade que visaram a universalização do ensino básico, atingindo especialmente as áreas rurais de pequenos municípios.

Percurso metodológico

Uma primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento de dados secundários referentes a Cunha nas bases do Censo Demográfico e Censo Agropecuário, produzidos pelo IBGE, nas últimas décadas, e no Levantamento Censitário de Unidades de Produção (LUPA), produzido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. Interessava-nos compreender as variações quantitativas no número de habitantes e local de domicílio, número e tamanho das propriedades, valor da terra e informações sobre as características produtivas. Especificamente sobre as mulheres do município foram analisados dados sobre a renda e a escolaridade.

Paralelamente a esse primeiro procedimento, nos debruçamos sobre os estudos realizados nas áreas rurais do interior paulista.

Esse investimento resultou em um quadro de referência dos aspectos materiais da ruralidade, bem como do processo histórico de formação do município e das principais leituras quanto às identidades e representações do passado. De posse destes dados, partimos para a pesquisa de campo que foi realizada entremeadada por períodos curtos e mais longos de permanência em Cunha entre os anos de 2015 a 2018¹⁰.

As primeiras investidas serviram como uma espécie de reconhecimento de campo, quando foram realizadas visitas a alguns bairros rurais e associações de moradores e produtores. Nesses casos foi possível observar as formas de organização social, de interação dos moradores, aspectos da infraestrutura dos bairros e das moradias. Em reuniões exploratórias realizadas com gestores municipais, assistência técnica local, proprietário de laticínio e diretoria da ONG local foram confirmadas informações sobre as três principais atividades produtivas desenvolvidas no município: turismo, pecuária e agroecologia.

A análise destas três atividades permitiu o teste da hipótese anteriormente apresentada em realidades diferentes, de onde foi possível extrair dados sobre a

¹⁰ A primeira visita foi realizada durante um feriado prolongado em 2015. Voltei a Cunha nos meses de abril e julho de 2016, também em períodos curtos de quatro a cinco dias. Em março de 2017 passei uma semana no município e em abril do mesmo ano 15 dias. O período mais longo de permanência, pouco mais de um mês, se deu em fevereiro de 2018. A última visita, de curta duração, foi realizada em abril de 2018.

condição feminina e as oportunidades surgidas em cada uma delas. Também nestas reuniões obtivemos indicações de mulheres a serem entrevistadas.

Por meio do proprietário do laticínio, adquirimos uma lista das fornecedoras de leite. Essa informação foi importante pois apresentava *a priori* um protagonismo das mulheres ao entregar a produção em seu próprio nome. Ao visitar o bairro do Sítio e sua associação de moradores, a caminho do Parque Estadual da Serra do Mar foi possível vislumbrar as transformações pelas quais o local passou, com conversão das propriedades agrícolas para locais de moradia para pessoas oriundas das grandes cidades, além do envolvimento de seus moradores e moradoras com a prática do turismo.

Da diretoria da ONG obtivemos contatos das famílias que passaram da produção convencional para a agroecológica.

Destes contatos e indicações, seguiu-se para a próxima etapa: a realização das entrevistas. Para isso foi utilizado um instrumento específico visando reconstituir a trajetória de vida das mulheres. Buscou-se compreender os seguintes aspectos:

- origem familiar: se endógena ou exógena ao local, atividades produtivas desenvolvidas pela família, formas de interação familiar, número de irmãos, posição na fratria, profissão dos pais e irmãos/irmãs, religião da família;
- vida cotidiana: atividades desenvolvidas no dia-a-dia e nos finais de semana, atividades desenvolvidas na produção e na casa, participação comunitária, religião, tamanho da propriedade e titularidade da terra, principais produtos e comercialização, participação nas decisões de produção e familiares, benefício e opinião sobre políticas públicas, acesso a mercados;
- escolarização: da entrevistada, da família e dos filhos e filhas, oportunidades surgidas a partir do nível escolar, realização de cursos de capacitação e sua importância na vida;
- trabalho e renda: tipo de trabalho desenvolvido no passado e na atualidade, renda familiar, renda própria, rendas complementares, destino dos gastos;
- percepção sobre mudanças: oportunidades (e seu aproveitamento) a partir das alterações ocorridas, projeção para o futuro;
- participação social: redes de apoio/produtivas, sindicatos e associações, papel que desenvolve em cada um;

As entrevistas foram realizadas com 29 mulheres, buscando paridade entre as que se dedicam às três atividades produtivas no município. Sempre que possível, aconteceram na residência delas, de modo a lançarmos mão da observação do ambiente doméstico e familiar, o número de cômodos, a presença de móveis e eletrodomésticos e suas disposições na casa, o espaço dedicado à produção e à criação, sua localização e variedade de produtos, os alimentos servidos às famílias e seu modo de preparo. Ao nos deslocarmos para suas moradias também foi possível analisar as distâncias existentes entre elas e o centro da cidade e as condições das estradas, bem como da própria comunidade, fatos clarificadores dos processos de interação em que estão envolvidas.

As festas realizadas no município também foram objeto de observação. Algumas delas ocorrem desde o século passado, sendo inclusive descritas nos estudos etnográficos realizados em Cunha, como por exemplo as dedicadas a São José e ao Divino Espírito Santo. Além destas duas, a festa do Pinhão representa o apogeu da colheita do fruto, com participação efetiva dos moradores do bairro do Sítio. Durante as festas foi possível observar o engajamento dos moradores, os papéis desempenhados por homens e mulheres e a religiosidade presente.

Ainda foram motivo de observação as feiras realizadas para a venda dos produtos orgânicos. Nelas as duas associações existentes no município organizam as barracas e interagem com os consumidores. Aqui, especialmente, foi possível compreender a participação das mulheres nos processos que envolvem a comercialização.

Por fim, houve a observação participante na realização de um mutirão para a construção de piquetes em uma propriedade agroecológica resultou em importantes trocas com os agricultores, em momentos de descontração que se demonstraram ser tão importantes quanto as próprias entrevistas no recolhimento de dados para a pesquisa.

As análises empreendidas a partir desse percurso metodológico estão descritas a seguir, estruturadas nos cinco capítulos que compõem esta tese, além desta Introdução. No primeiro capítulo é apresentado um breve histórico do município, em que buscamos destacar sua inserção nos principais processos sociais e econômicos pelos quais passaram o estado de São Paulo e o país, incidindo sobre as formas de interação e na estrutura fundiária municipal que, em conjunto com a valorização dos recursos ambientais, influenciam as atividades produtivas exercidas atualmente. O segundo capítulo apresenta as condições em ser mulher rural a partir da literatura sobre ruralidade e relações de gênero e da emergência de movimentos sociais e feminista, de

onde despontam novos temas e teorias de análise que evidenciam o trabalho e a renda, a escolaridade e a capacitação e o uso do tempo como dimensões da vida social que afetam as capacidades femininas. Tais dimensões são objeto de análise mais detida nos três capítulos finais, em que são abordadas de forma intergeracional e considerando as diferentes atividades produtivas pesquisadas. Nas considerações finais são retomados a questão e a hipótese que orientaram o estudo, com um balanço das evidências obtidas.

Finalmente, vale destacar que para a composição desta tese não há um capítulo teórico específico, os diálogos com os pensadores das temáticas aqui apresentadas estão intercalados com as análises das informações obtidas. Observa-se, ainda, que os nomes das pessoas que foram entrevistadas foram substituídos para preservar suas identidades.

1 – O município de Cunha: notas sobre o passado e ruralidades contemporâneas

Para compor este primeiro capítulo parte-se do pressuposto de que os aspectos observados da atualidade estão imbricados com os processos anteriores que conformam a história do lugar. A forma como Cunha se inseriu nos ciclos de desenvolvimento desvela oportunidades e constrangimentos que refletiram nas trajetórias de vida de seus moradores, colaborando na constituição de determinada configuração do lugar e na conformação de representações e identidades.

Em seguida, o foco recai na explicitação de um determinado modo de vida da população que vive e trabalha no meio rural a fim de compreender a ruralidade em seus elementos materiais e simbólicos, e as representações sociais que vão se conformando entre atividades produtivas pretéritas, como a pecuária, e as desenvolvidas mais recentemente, como o turismo e a agroecologia.

Principalmente as atividades econômicas mais recentes são aqui apresentadas numa tentativa de promover a gênese do processo que as originou e os principais agentes envolvidos. Essas mesmas atividades serão objeto de análise posterior quanto as configurações de gênero. No presente capítulo interessa-nos buscar compreender de que forma essas atividades contribuem na conformação de representações específicas que carregam valores e orientam o cotidiano.

1.1 – Breves notas sobre o lugar

O município está localizado entre as duas maiores regiões metropolitanas do país, distando 230 quilômetros de São Paulo e 309 quilômetros do Rio de Janeiro. Situa-se no Vale do Paraíba paulista, um dos locais em que houve o direcionamento para interiorização da industrialização. A população total divulgada pelo Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010 era de 21.866 pessoas, das quais mais de 44% residiam nas áreas consideradas rurais pelo Instituto, distribuídas em cerca de 40 bairros. A extensão total do município é de 1.407 km² que possui mais de 2.400 km de estradas vicinais. Faz divisa com 13 municípios, entre eles, a leste com a cidade fluminense de Paraty, e a oeste, com o município paulista de Guaratinguetá. Tendo por principal bioma a Mata Atlântica, Cunha abriga um núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar. Ainda quanto a

paisagem se insere na Serra do Quebra Cangalha e a da Bocaina, conferindo ao município o que geógrafo Aziz Ab'Saber denominou de “Mar de Morros”.

Figura 1 – Mapa de localização de Cunha



Fonte: IBGE

A sede municipal concentra as principais atividades comerciais e os serviços públicos. Na praça principal encontra-se a igreja matriz onde ocorrem as missas que mobilizam os mais de 16 mil católicos (IBGE, 2010) presentes em toda a cidade. Ali também são realizados os principais eventos da cidade além, é claro, de promover a sociabilidade local, principalmente, aos finais de semana.

Os conhecidos “ciclos econômicos” pelos quais o país e, em especial o estado de São Paulo, passaram ao longo dos séculos ganhou contornos particulares nesse município que foi se adaptando às novas exigências de mercado e produção, influenciando a vida de seus moradores. Percorrer esse caminho colabora na compreensão da forma como esses processos incidiram nas oportunidades geradas e ajudam a desenhar aspectos da ruralidade contemporânea.

A exploração das minas de ouro marca um primeiro momento em que o município passa a ter importância no cenário estadual, abrigando parte da Estrada Real. A necessidade de escoamento do ouro extraído em Minas Gerais para o Rio de Janeiro, colocou Cunha no caminho de travessia de tropas. Dada sua localização estratégica próxima ao município de Paraty, no início do século XVIII foi palco de intensa movimentação que determinou as primeiras povoações no município que representava um local de pouso para quem subia os morros da cidade litorânea fluminense rumo à exploração aurífera. Em 1724 foi erguida a primeira capela no bairro Boa Vista, dedicada a Jesus, Maria e José, marco da fundação da Vila do Facão, primeira

nomenclatura do lugar¹¹. A igreja até hoje recebe os moradores para uma grande festa no dia de São José, 19 de março, denotando sua importância no cenário municipal.

Figura 2 – “Mar de Morros”, Cunha (SP)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.
Arquivo pessoal

A necessidade de abastecimento das tropas serviu como estímulo para as primeiras atividades comerciais na região que se caracterizavam pela produção de alimentos e pelos serviços de pouso. Tal economia agrícola, como se sabe, difere das grandes monoculturas presentes em outras localidades. O tropeirismo representou mais que o transporte de mercadorias de um ponto a outro, além da circulação de produtos os tropeiros eram, também, portadores de notícias, boatos e novos costumes (ANTONIO FILHO, 2012), portanto, figura essencial nos processos de interação social naquele período. O tropeirismo foi comum na cidade até o século passado, estando ainda na memória, na ascendência dos moradores locais e registrado na disposição de pedras portuguesas alocadas nas ruas centrais de Cunha, que desenham muros enfileirados e suas malotagens.

O esgotamento das minas de ouro em fins do século XVIII coincide com o início da produção de café no estado do Rio de Janeiro. Nesse período, Cunha já havia

¹¹ Os fatos que se referem à fundação da primeira vila foram motivo de revisão em 2018. Graças ao historiador João Veloso, nascido no município, e seus colaboradores foram reunidos documentos e fotografias que comprovam a data de 1724 como marco zero do povoamento de Cunha. Antes o ano de fundação era 1858, momento em que a Vila foi elevada à condição de cidade.

deixado de ser um ponto importante de pouso para as tropas que carregavam o ouro. O Caminho Velho que cortava a cidade deu lugar a um novo percurso permitindo que os carregamentos fossem transportados por terra, evitando-se assim roubos e intercepções realizadas no trajeto que era feito pelo mar. O Caminho Novo de Piedade passava em 1766 pelos atuais municípios de Guaratinguetá e Lorena, deixando Cunha e Paraty à margem da nova trilha que ligava as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, a atividade dos tropeiros continuou a fazer parte do cotidiano da cidade, levando produtos agrícolas e trazendo manufaturados, além das boas novas.

Diminuídas em grande margem a extração de ouro, uma nova atividade econômica vai sendo implementada em grande escala. A produção de café que já vinha sendo explorada na parte fluminense do Vale do Paraíba, cujo auge data dos anos 1850, se estende para a porção paulista, encontrando solos férteis, clima favorável e um momento econômico propício, sobretudo, na exportação do produto que ganha os mercados europeus e norte americano. Cunha está localizada em terras altas e sujeitas a geadas o que dificultou a plantação do produto, deixando o município à margem do desenvolvimento econômico que o ciclo do café traz para o estado de São Paulo no século XIX.

Apesar da utilização da mão de obra para as grandes produções agrícolas ser prioritariamente escrava, Fragoso (1996) demonstra que entre os anos de 1887 e 1890 o estado de São Paulo recebeu uma grande leva de imigrantes italianos que tinham por principal remuneração a possibilidade de cultivar em um lote de terra as produções que poderiam consumir ou vender. Tal regime ficou conhecido como colonato e perdurou até a primeira metade do século XX. O autor assinala, ainda, que a expansão da produção de café em São Paulo se deu em meio a um tempo de mudanças nacionais e internacionais. Nacionalmente têm-se um arcabouço jurídico que estipula novas relações sociais e comerciais, como por exemplo, a Lei de Terras, o Código Comercial, a Abolição do Tráfico e a Lei de Hipotecas. Além deste aparato jurídico, há a expansão das estradas de ferro e a implantação de um sistema bancário. Internacionalmente, têm-se a instauração da hegemonia capitalista e o início do capitalismo monopolista.

Um vetor que foi considerado “progresso” para muitas cidades do estado de São Paulo, as estradas de ferro, foi para Cunha motivo de isolamento, já que a monocultura do café não foi importante para a cidade. Dois pesquisadores que se debruçaram sobre as transformações sociais em Cunha no século passado destacam a importância desse fato para a urbanização dos municípios do estado. Willems (1947, p. 16) sinaliza que a

construção da estrada de ferro Central do Brasil ligando cidades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, acaba por diminuir a importância dos portos e o município de Cunha se volta para uma base econômica de subsistência, e sua cultura toma “uma feição cada vez mais local e rural”. Nesse período, o município se torna produtor de alimentos para a zona cafeeira, principalmente porque as cidades vizinhas que passaram a produzir café e reduziram suas lavouras de alimentos para dar lugar ao novo produto. Além disso, houve um novo interesse pelo antigo caminho que levava à Paraty, servindo àquela época para o transporte de café até o porto localizado naquela cidade (SHIRLEY, 1971).

Além do relativo isolamento causado pelas obras de infraestrutura, outros fatores contribuem para uma estagnação econômica do município. A abolição da escravatura desestrutura um dos pilares da produção cafeeira da região, em conjunto com um esgotamento da terra, contribuem para que ocorresse uma decadência na produção de café no Vale do Paraíba¹². O fim da escravidão provoca uma paralisia econômica na região, grandes fazendeiros abandonaram suas terras que foram ocupadas por meeiros e em Cunha, na primeira parte do século XIX, havia um mínimo de contato urbano que permanece até o primeiro quarto do século XX. Os principais serviços desenvolvidos no município nesse período estiveram concentrados em atividades domésticas, escolares e comércio de mercadorias (SHIRLEY, 1971, WILLEMS, 1947). A base econômica estava centrada na produção de milho e feijão, as hortaliças eram produzidas apenas para consumo próprio.

Do ponto de vista de análise dos processos sociais o fim do período escravocrata iluminou a existência de outros tipos sociais, essa “classe intermediária” passava a ter importância no cenário nacional como força de trabalho¹³. Estudioso de municípios paulistas, Brandão (1983) esclarece que a realidade posta no estado de São Paulo diante da liberdade do negro e da escassez do indígena, utilizado pelos bandeirantes na expansão espacial do estado, levou a uma mudança no olhar em busca de uma identidade própria que foi dada pela valorização do caipira, arquétipo de um jeito de ser

¹² O cenário de decadência do Vale do Paraíba paulista foi retratado na obra “Cidades Mortas” de Monteiro Lobato. Publicado em 1919, a obra retrata o abandono das cidades provocado pelo deslocamento da produção de café desta região para o oeste do estado.

¹³ Num estudo sobre os trabalhadores das minas de ouro, Mello e Souza (1982) define o trabalhador livre como um “desclassificado social” que aparece como categoria social junto com o capitalismo, sendo uma alternativa à mão de obra escrava. Estes trabalhadores viviam em conflito latente, entre o próprio grupo, com a sociedade escravista e com os mecanismos opressores, sendo em alguns momentos considerados úteis gerando uma consciência de grupo e, em outros momentos, como inúteis – os vadios – contribuindo para o fortalecimento de uma identidade de dominação.

e viver específico do interior paulista e outras regiões de influência dos bandeirantes. Para ele, esse lavrador apresenta algumas características peculiares como a alta mobilidade dada a ausência de posse de terra e um código social próprio cujas características repousam no respeito mútuo, na fé religiosa, na honra e na solidariedade; porém, mediados pela “ética do favor” e por uma relação de dependência dada sua posição marginal no sistema mercantil.

Se por um lado há a valorização do estereótipo de um determinado tipo social característico de algumas regiões do país que carrega as marcas do passado na simplicidade de um jeito de ser; de outro, essa mesma representação se traduz em um conteúdo preconceituoso, ligado a um atraso que necessita ser superado em nome da industrialização e da crescente urbanização. Campos (2012) esclarece que entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX houve uma tentativa de “europeizar” a sociedade rural brasileira e é justamente nesse período que o caipira passa a ter uma conotação negativa com características ligadas à ingenuidade, preguiça, rusticidade e à uma ausência de ambições¹⁴. Assim, durante o período em que há expansão da industrialização, a representação do caipira se funda em uma visão de algo que necessita ser superado em nome do “processo civilizatório”, representado pela urbanização dos municípios do interior paulista.

A crise de 1929 e a queda da renda vinda das exportações de café são marcos no início do processo de industrialização do país que tem como principal agente o Estado, seja no que se refere ao planejamento das ações, no incentivo a determinados setores ou, ainda, na regulação das relações sociais de produção. É pelo processo de substituição de importações, que se alteram as estratégias de desenvolvimento do país por meio da passagem de um modelo econômico agroexportador para a economia industrial¹⁵.

Em Cunha, a acumulação de grandes fortunas via latifúndios açucareiro ou cafeeiro não se fez presente dada a não exploração dessas monoculturas que acabaram por favorecer desenhos específicos na tessitura social e, dessa forma, não eram

¹⁴ Como será demonstrado no decorrer do texto, a imagem do caipira vai sendo ressignificada a medida em que valores como a preservação da natureza, do passado e da tradição, presentes no movimento pós moderno, surgem como atrativos para uma parcela da população brasileira favorecendo, inclusive, a exploração turística no município e a ocupação das áreas rurais com moradias voltadas ao lazer.

¹⁵ O momento em que começa a ocorrer o processo de industrialização foi objeto de debate entre pensadores da economia. Para Mello (1982), por exemplo, só é possível falar em especificidade da economia nacional a partir da endogeneização do departamento de industrialização, momento em que há controle tecnológico ocorrido em meados da década de 1950, anterior a este período, houve uma industrialização restringida. Já para os pensadores Cepalinos, especialmente Celso Furtado, a industrialização brasileira pode ser explicada pelo choque adverso da crise de 1929.

encontradas famílias tradicionais de caráter senhorial, tão presentes em outros municípios do Vale do Paraíba e mesmo de outras regiões do país. Sobre esse aspecto, cabe ressaltar a clássica obra de Gilberto Freyre (2013) em que o autor procura demonstrar que a formação nacional tem base na estrutura agrária de exploração escravocrata, caracterizando a colonização pelo domínio da família rural de contornos patriarcais como matriz histórico-cultural. Assim, os processos de interação entre a casa grande e a senzala seriam responsáveis por características fundamentais da identidade nacional. Especificamente sobre Cunha, o historiador local João Veloso (2010) relata que houve tentativas de produção de cana-de-açúcar e de algodão, respectivamente nos anos de 1798 e 1865 e, ainda, em 1887 produção de uvas visando a vitivinicultura e outras frutas que se adaptam ao clima temperado e seco, porém, nenhuma dessas alternativas se alastrou pelo município, ficando concentrada em algumas áreas e, assim, não tiveram força suficiente para alterar as bases econômicas municipais.

Opostamente na década de 1940 em Cunha, retratada por Willems (1947), as atividades econômicas urbanas e as atividades agrícolas e pastoris se apresentavam de forma interdependente, baseadas em uma solidariedade de interesses impossível de ser observada em comunidades industrializadas. Nesse sentido, o autor identificou três estratos sociais: os “graúdos”, pessoas com posição de mando ou que exerciam influência sobre devedores, fornecedores, agregados e empregados, incluíam-se ainda os fazendeiros e pessoas com autoridade funcional como prefeito, juiz, delegado, promotor, diretor de escola e o vigário; uma classe “intermediária”, em que se encontravam pessoas com renda que apresentavam relações de certa independência com as autoridades locais, eram comerciantes, sitiantes, funcionários de categoria média, fazendeiros, arrendatários e profissionais liberais; e a “classe inferior” que na ausência de um operariado era representada por meeiros e arrendatários com forte relação de dependência do patrão.

Essa lógica de dependência já apontada por Brandão e por Willems é, também, a tônica dada nos estudos sobre o “campeinato brasileiro” por Queiroz (1973) para quem a ideia de um “camponês” brasileiro não foi difundida no Brasil, mas a autora define que a camada camponesa sempre existiu por aqui, desde a coexistência com as fazendas de monocultura, assumindo formas variadas, tendo por característica a subordinação aos plantadores e criadores de gado, ou seja, como clientela dos fazendeiros. Diferentemente dos feudos onde se encontrava o camponês medieval, por aqui o camponês servia às empresas comerciais com exploração voltada ao lucro,

estabelecimentos típicos do capitalismo comercial. Nos locais em que não havia as grandes plantações – como é o caso de Cunha – os sítiantes tradicionais eram os produtores e estabeleceu-se uma hierarquia econômica em que se constituiu a elite local com poderes políticos que permanecem em segundo plano em relação aos grandes plantadores. A autora ainda afirma que o grupo de camponeses brasileiros é heterogêneo, mas há algumas características que lhe conferem unidade: é um trabalhador rural policultor cujos produtos se destinam à família, com venda de excedente, portanto, economicamente o camponês é definido pelo objetivo de plantar para comer, e sociologicamente como uma camada subordinada econômica, política e socialmente no contexto de uma sociedade global, resultando em poucos movimentos de reação que não se caracterizam por uma ligação classista, mas de caráter reformista e religioso.

Para Cardoso (1987) um “protocampesinato” já se fazia presente nas lavouras do Norte e Nordeste do país; tratava-se de trabalhadores escravos que vendiam sua produção de subsistência e o dinheiro arrecadado poderia ser utilizado na compra de sua alforria, a depender da relação estabelecida com o senhor. Na visão de Cardoso, a ligação entre a brecha camponesa e as atividades mercantis pressupõe a existência de um mercado interno em operação. Essa leitura é compartilhada por Forman (1979) que confirma a existência, desde a colonização, de uma integração mercantil do camponês com a produção para exportação e por Fragozo (1996) que afirma a existência de um mercado interno mesmo antes do fim do período escravocrata.

De início, a produção industrial esteve concentrada em bens duráveis e não duráveis, é somente na década de 1950 que as atenções se voltam para a industrialização pesada. Referência para essa estratégia de desenvolvimento é o Plano de Metas, que inaugura um novo padrão de acumulação capitalista baseado na indústria e na consolidação de um setor produtivo estatal, principalmente no que se refere à siderurgia, petróleo e setor elétrico. Para Vieira e Santos (2012) a concentração industrial na região metropolitana de São Paulo é resultado desse Plano, sendo necessária a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1974, para criar alternativas para a descentralização industrial. Os autores informam que no estado de São Paulo, o deslocamento foi direcionado para regiões interioranas, especialmente, as que abrigam os municípios de Paulínia, na região de Campinas, e de São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Tal iniciativa tinha por objetivo aplainar a desigualdade na urbanização da capital em relação as cidades do interior. Nesse período é constituído o Consórcio de

Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap), incumbido de pensar soluções para problemas comuns advindos do processo de industrialização em curso na região. Os autores chamam a atenção para o fato de que as soluções propostas pelo consórcio de municípios não apontam caminhos para as pequenas cidades, ao contrário, acabam por reforçar a necessidade de industrialização.

O processo de industrialização acarreta alterações espaciais em que o fluxo de pessoas passa a se concentrar nas cidades que se mostram mais complexas e estratificadas do ponto de vista da divisão social do trabalho, com mais disposição de infraestrutura e capacidade de mobilidade, tanto social como espacial por meio do acesso às vias de transporte dentro e entre as cidades. Tais alterações promovem, também, uma modificação na vida social. Wirth (1976), por exemplo, sintetiza na ideia de “urbanismo” a existência de um modo de vida específico no meio urbano que seria disseminado pelos meios de comunicação e transporte, e teria como principais atributos a alta densidade demográfica e a heterogeneidade de indivíduos.

Sob o ângulo das dinâmicas trazidas a partir do processo de industrialização, um estudo clássico de Antonio Cândido (2001), realizado na década de 1950, na cidade paulista de Bofete analisa a modificação do estilo de vida particular do caipira com a chegada do processo de urbanização, destacando as persistências e ajustamentos do modo de vida dos parceiros frente às mudanças culturais e sociais de um novo modelo de economia mercantil. Sob o ponto de vista econômico, as mudanças ocorrem tanto no consumo como na própria relação do agricultor com novos mercados que antes não faziam parte de sua estrutura econômica mais fechada e circunscrita nas relações do bairro, intensificando sua relação com a cidade e diminuindo sua relativa autonomia, alterando suas estratégias de reprodução social que passa a ser fundamentada mais por uma racionalidade do que pela necessidade. Esse ajustamento reflete na sua condição de trabalho ao passo que é necessário produzir mais para haver excedente a ser investido no novo estilo de consumo. Mais horas trabalhadas significam menos tempo para dedicação às relações sociais, especialmente, as de caráter religioso, forte marca da cultura caipira.

No período em que Antonio Candido faz sua pesquisa uma nova dinâmica quanto ao trabalho agrícola vinha sendo ensaiada. Trata-se do papel desempenhado pela agricultura num país que se pretendia industrializado de modo a ter autonomia tecnológica e se tornar competitivo mundialmente. As atividades agrícolas têm sua função, nesse contexto, questionada e a solução encontrada reside na integração entre as

duas atividades, movimento conhecido como a “industrialização da agricultura” que, com o pretexto modernizante, acarreta mudanças nas relações de trabalho, introduzindo a mecanização e o uso de fertilizantes e agrotóxicos. Essa estratégia vem acompanhada de um sistema de crédito que beneficia as grandes unidades produtivas que possuem capacidade de investimento e de consolidação de cadeias agroindustriais. A ausência de incentivos para pequenos produtores e o crescimento de possibilidades de empregos nos grandes aglomerados urbanos acarreta um forte movimento migratório, modificando a paisagem nas regiões rurais do país e as pequenas cidades que passam a perder seus habitantes para as grandes cidades, em busca de alternativas de vida. Em termos simbólicos o período acima descrito traz uma imagem do trabalhador rural ligada ao atraso, a algo que necessita ser superado para que o país atinja uma idealizada modernidade. É nesse sentido que o tipo social baseado na figura do caipira tem sua representação alterada, passando a significar algo que necessita ser abandonado em nome de novos valores a serem instituídos¹⁶.

Outra clássica pensadora do rural paulista, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), traz algumas representações da “identidade caipira”. Retomando Candido em sua definição de bairro com um forte sentimento de localidade, a autora se debruça sobre bairros rurais de quatro municípios paulistas (Leme, Paraibuna, Taubaté e Itapeverica da Serra) buscando compreender a vivacidade de uma cultura específica nesses locais. Para ela, características como a solidariedade, a ajuda mútua – sobretudo na realização de mutirões – e a realização de festas religiosas que reúnem as famílias dos bairros em seu núcleo central, são constituintes da identidade caipira que se conformam numa influência mútua entre as áreas rurais e urbanas e, também, com outras cidades. Dessa forma, a autora acaba por contestar a ideia de uma desagregação da identidade caipira frente ao processo de urbanização. Ao contrário, afirma ela, a modernização econômica pode levar a uma maior vitalidade dos componentes sociais e culturais, porém isso irá depender das relações de trabalho e propriedade, uma vez que o trabalho e a propriedade familiar têm formas sociais e culturais próprias. Nesse sentido,

¹⁶ Um exemplo dos significados atribuídos ao homem rural na década de 1950 é o sucesso nos cinemas nacionais de Jeca Tatu, encarnado pelo ator Amácio Mazzaropi e baseado no personagem homônimo de Monteiro Lobato, que assim descreve o caboclo: (...) espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugiando em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se [sic]”. (LOBATO, 1961, apud MONTEIRO, 2013:69).

Queiroz encontra nos bairros que pesquisou diferentes realidades que se demonstram mais ou menos integradoras em termos culturais.

O processo de industrialização experimentado pelo Vale do Paraíba colocou o município de Cunha novamente no cenário de fornecedor de produtos de agrícolas, contudo, o padrão alimentar mudara, abrindo uma necessidade concentrada na produção de carnes e laticínios, alterando o padrão de produção entre os anos de 1957 e 1960 de agrícola para leite e gado¹⁷. Essa mudança, ressalta Shirley (1971), promoveu a emergência de uma classe média rural, provocando o desaparecimento da sociedade “caipira tradicional” que só permaneceu latente em bairros mais distantes da sede municipal, locais em que se mantiveram, segundo o autor, padrões culturais do caipira. A complexificação da sociedade local colocou em xeque as posições binárias e abriu alternativas de autoridade e poder independentes do sistema patriarcal, emergindo setores médios, compostos por comerciantes e sitiantes. Aliás, para Shirley, o comércio e as atividades de serviço eram as principais atividades econômicas no município que vinham apresentando crescimento, especialmente no que se referia a alimentos e animais.

Ao analisar as estruturas sociais encontradas no município Willems e Shirley concluem que as tradições circunscritas a um modo de vida rural estariam em transição e possivelmente fadadas ao desaparecimento diante do processo de urbanização, que traz em seu bojo maior complexificação e estratificação. Nesse sentido, os autores se aproximam das abordagens teóricas de cunho evolucionista nas quais as áreas rurais seriam solapadas pelo “desenvolvimento”. Apesar disso, eles ressaltam a existência de um modo de vida ainda arraigado nas antigas práticas. Algumas dessas práticas, como por exemplo, as festas religiosas se fazem presentes ainda hoje no município e são aproveitadas para a divulgação de atividades turísticas.

Mas, se o processo de interiorização da industrialização atingiu Cunha de forma lideira, quais foram as mudanças significativas ocorridas? Uma primeira alteração substantiva ocorre a partir da migração de pessoas oriundas das grandes cidades para o município iniciado na década de 1980, fato que modifica as configurações dos bairros rurais. Outra mudança vem com o turismo, que traz novas oportunidades no que se

¹⁷ Apesar de Shirley retratar uma mudança no padrão de produção somente na década de 1950, Willems demonstra que a entrada da atividade pecuária no município se deu antes, em 1942, momento em que um produtor de leite do município vizinho de Guaratinguetá introduziu a atividade em Cunha. O autor relata que houve dificuldade de apresentar as novas técnicas aos moradores locais, sendo mais fácil junto aos migrantes e meeiros.

refere a trabalho e renda, e outras formas de interação social. Fatos desse tipo inspiraram autores a pensar sobre as transformações no mundo rural.

1.2 – Ruralidade contemporânea

Novas maneiras de analisar o rural são ensaiadas a partir da década de 1990 no Brasil. Em pauta, transformações que emergiram a partir de novas atividades econômicas, entrada de novos atores e uma crescente valorização da natureza que protagonizaram pesquisas de diferentes vertentes teóricas buscando identificar as características que explicam a tendência de revalorização material e simbólica das áreas rurais, marcada por elementos cada vez mais complexos e diversificados. Se antes a definição de rural poderia ser reduzida à atividade agrícola e às relações íntimas de sociabilidade, o crescente processo de urbanização e industrialização colocam outras possibilidades de leitura que inicialmente questionam sobre o fim ou o renascimento da ruralidade.

As correntes teóricas de definição de ruralidade têm reflexo na própria discussão sobre o que é rural e, especialmente, sobre o fim dessa categoria como análise do mundo social. Um bom apanhado das principais correntes teóricas que sustentam esse debate pode ser encontrado em diversos estudos levados a cabo no Brasil no início do presente século. Destaca-se aqui os que foram elaborados por Wanderley (2000) e Carneiro (2008). Ambas as autoras se dedicam às explicitações recorrentes da pertinência do rural enquanto uma categoria que dê suporte as análises científicas num universo empírico em constante mutação¹⁸.

A ideia de uma nova ruralidade apresentada por Wanderley tem inspiração nos estudos de Bernard Kayser (1990) que sustenta a proposta de “renascimento do rural” na França a partir do crescimento demográfico encontrado nas áreas rurais daquele país como resultado da difusão de feitos da modernização nestes espaços e do enriquecimento da sociedade como um todo, afirmando que a convivência de diferentes modos de vida – urbano e rural – promove uma indefinição gradual das diferenças culturais entre as áreas rural e urbana. Tal pesquisa também serviu de inspiração para

¹⁸ Como pano de fundo estão as discussões trazidas por Martins (1986) e a ambiguidade da sociologia expressa em noções duais e seus objetos de análise, em especial, o rural. Para ele, a ambiguidade presente na sociologia é desdobrada em dicotomias que não aparentam essa ambiguidade, fazendo com que o mundo social é que pareça ambíguo. Nesses termos, a sociologia rural estaria voltada para um objeto qualitativamente diferente do mundo urbano, cuja intervenção visa realizar a hegemonia do urbano sobre o rural.

José Eli da Veiga (2006) que concorda com o geógrafo francês no que se refere à valorização das áreas rurais enquanto um resultado do enriquecimento da sociedade e dos efeitos próprios da modernização, porém refuta a ideia de renascimento, afirmando que há, no Brasil, o surgimento de uma outra ruralidade com base no aproveitamento do que o autor designa como “amenidades rurais”.

Wanderley (2000) defende a emergência de uma nova ruralidade a partir de duas visões sobre o rural advindas do processo de industrialização e urbanização. Na primeira delas estaria a afirmativa do desaparecimento das sociedades camponesas e, mais recentemente, uma ruptura do agricultor familiar moderno com as raízes camponesas. Na segunda visão a industrialização não uniformiza a sociedade, a modernização redefine a relação campo/cidade e o agricultor guarda laços com a tradição camponesa. Para ela, a industrialização afetou a agricultura especialmente no período pós-guerra até a crise do modelo produtivista na década de 1980, trazendo consequências espaciais, sociais e ambientais. Atualmente, fatores internos (complementaridade nas relações cidade/campo) e externos (globalização, regulação internacional de comércio e produtos, transformações pós-fordistas, crise do emprego) trouxeram ressignificações para o mundo rural, principalmente com a entrada de novos agentes sociais que podem tanto ser vistos como fatores de dinamismo, como de conflito. Esta nova composição confronta discursos sobre a ruralidade que devem ser entendidos na sua capacidade de organização, representação e negociação de cada um dos grupos envolvidos.

Há, portanto, para a autora, diferenças significativas nas representações sociais dos espaços rurais e urbanos que, por sua vez, repercutem sobre as identidades sociais, sobre os direitos, e nas posições sociais dos indivíduos ou grupos, não conformando, portanto, uma homogeneidade nos modos de vida no campo e na cidade. Com essa leitura, Wanderley pontua o caráter relacional em que há interdependência do rural com outras esferas da vida social, tanto no que se refere à base material quanto simbólica, e reafirma a pertinência do rural enquanto uma categoria de análise para explicitar diferenciais sociais e espaciais nas sociedades modernas.

Carneiro (2008) concorda que há diferenças nas representações sociais sobre o que significa urbano e rural, porém essas não devem ser confundidas com categorias analíticas, uma vez que se trata de construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos. Para sustentar sua argumentação a autora parte da definição de três correntes: uma primeira em que há o

fim do rural dado pela modernização; a segunda que se ancora no renascimento do rural; e, uma terceira em que a dicotomia rural-urbano deixa de ser central nos debates que assumem a prevalência de uma economia local/regional. Para a autora, essa diversidade de posicionamentos é resultado de “uma realidade que não cabe mais (ou jamais coube) no arcabouço teórico-conceitual sustentado na dualidade rural-urbano” (CARNEIRO, 2008, p. 16), havendo a necessidade, portanto, de uma alternativa metodológica que repousa na identificação das categorias sociais como representações sociais¹⁹. Por esse viés, conclui a autora, o rural representa uma categoria de pensamento do mundo social que define identidades e sustenta reivindicações.

Como então promover uma análise de um universo empírico que mescla diferentes (e muitas vezes conflitantes) representações de rural? Ambas as autoras acima citadas, em conjunto com outros pesquisadores, apontam a explicitação do modo de vida como uma forma de compreender tais representações.

Wanderley e Favareto (2013, p. 415) definem que “(...) a ruralidade diz respeito à forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso a recursos naturais e dos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida”. Mais adiante, os autores indicam que o “modo de vida” pode ser estruturado em três vertentes: uma primeira que se refere ao patrimônio familiar e as condições dadas para a reprodução familiar; a segunda que trata das relações de pertencimento a um pequeno grupo com relações de interdependência e formas de solidariedade; e, a terceira, centrada na integração com espaços de vida mais amplos, ao conjunto da sociedade.

Num artigo em que apresentam um breve histórico sobre o conceito modo de vida, Carneiro e Palm (2016, p. 182) revelam que seu uso em abordagens etnográficas sobre o campesinato tem origem em meados do século XX, influenciando “estudos de comunidade” desenvolvidos naquele período²⁰, voltando a ter lugar privilegiado nos anos 1990 em estudos cujo destaque repousa na perspectiva desde os atores sociais. Tais perspectivas levariam em consideração os elementos que poderiam impactar em

¹⁹ Para esse argumento a autora utiliza os autores belgas Jean Rémy e Marc Mormont que trabalham com a noção de categoria operatória e o francês Pierre Bourdieu que traz a noção de categoria social realizada.

²⁰ Os autores destacam o pioneirismo do estudo de Robert Redfield (*The Little Community and Peasant Society and Culture*, 1956) que inspirou análises no Brasil, como por exemplo as obras de Antonio Candido e Maria Izaura Pereira de Queiróz. Além desses autores, destaco aqui mais um estudo que se situa na linha de estudos de comunidade, Emilio Willems e sua obra sobre Cunha.

determinados modos de vida: a relação com os recursos naturais; acesso a bens materiais a partir do trabalho físico, habilidades e saberes; possibilidade de equidade na distribuição de bens, capacidades e oportunidades de forma menos desigual; e, sustentabilidade, tanto numa perspectiva externa em sua relação com recursos locais e globais, quanto internamente, repousando na capacidade de manter e aumentar ativos a partir da pressão externa. Desta forma, resumem os autores, a análise de modo de vida representa uma chave analítica para “compreender o processo histórico de conformação de uma forma de vida sustentada na agricultura familiar”.

Com base nestas perspectivas tem-se a explicitação do modo de vida como um importante instrumento de análise da ruralidade em toda sua heterogeneidade, especialmente ao evidenciar a partir de uma leitura da realidade: o processo histórico que delineia representações e identidades da população que vive e trabalha no meio rural; as relações de interdependência daí advindas que revelam estruturas de poder; e, as formas de organização da vida social tanto em seus aspectos materiais quanto simbólicos.

Nas próximas páginas há um esforço em destacar aspectos da ruralidade no município em análise. Partindo das noções apresentadas acima, especificamente, a ideia de que há presente em Cunha um modo de vida particular que se traduz – e é traduzido – em identidades e representações, constituído e reproduzido nas influências da história do lugar e nas relações com os aspectos materiais, sociais e culturais que permeiam a vivência dos moradores locais, gerando dinâmicas que influenciam a vida de homens e mulheres do município.

1.3 – Aspectos da ruralidade em Cunha

De acordo com o que foi exposto anteriormente quanto a identificação de um determinado modo de via, cabe a análise da estrutura fundiária enquanto um elemento que revela as possibilidades de acesso à terra como patrimônio e reprodução familiar, bem como o acesso mais ou menos concentrado deste recurso. Como visto anteriormente, em Cunha não houve implementação de empreendimentos voltados às grandes monoculturas, característica de alguns municípios paulistas, especialmente, no Vale do Paraíba em fins do século XIX, o café não foi amplamente difundido por lá. Tal realidade colaborou para que não se constituísse concentração de terras, permanecendo um número maior de pequenas propriedades. No posfácio de sua obra dedicada a Cunha

escrito seis anos após a primeira publicação, Shirley (1971) descreveu com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 1977, que o município contava à época com 500 propriedades com até 50 hectares e 2.000 propriedades entre 50 e 350 hectares, caracterizando ausência de latifúndios.

Atualmente, segundo dados do LUPA²¹, as propriedades com até 50 hectares somam 2.689 unidades (81%) e ocupam quase 36% do total da área do município, observando a existência de apenas duas unidades com mais de 2.000 hectares. Cunha, permanece, portanto, mantendo a característica de ausência de latifúndios, mas, por outro lado, os dados apontam para uma diminuição do tamanho das propriedades, denotando um alto fracionamento que, em alguns casos, inviabiliza a produção agropecuária, especialmente dada a geomorfologia do município, mas por outro viés favorece ocupações por pessoas que não têm como intenção a exploração agrícola da área, como se verá adiante. A título de comparação, segundo o mesmo levantamento, o estado de São Paulo possui 77,71% de propriedades com área até 50 hectares, ocupando 19,91% do total de áreas de unidades produtivas.

Tabela 1 – Tamanho das propriedades (em ha), Cunha (SP) – 2008

Área das UPAs (em ha)	Número de UPAs	% total	Área total ocupada (em ha)	% Total
Até 1	25	0,75	14,6	0,01
De 1 a 2	32	0,96	47,1	0,03
De 2 a 5	329	9,90	1.273,7	0,92
De 5 a 10	535	16,10	4.186,2	3,04
De 10 a 20	768	23,10	11.861,7	8,60
De 20 a 50	1.000	30,08	32.196,2	23,35
De 50 a 100	395	11,88	27.412,1	19,88
De 100 a 200	177	5,32	23.690,0	17,18
De 200 a 500	52	1,56	15.035,8	10,90
De 500 a 1.000	9	0,27	5.981,0	4,34
De 1.000 a 2.000	0	0,00	0,0	0,00
De 2.000 a 5.000	1	0,03	2.203,2	1,60
De 5.000 a 10.000	0	0,00	0,0	0,00
Acima de 10.000	1	0,03	14.000,0	10,15
Total	3.324	100,00	137.901,6	100,00

Fonte: Projeto LUPA 2007/2008

²¹ Esse levantamento é realizado a cada dez anos e cobre todos os municípios do estado de São Paulo. A definição de Unidade de Produção reside no conjunto de propriedade agrícolas contíguas pertencente a um mesmo proprietário, que estejam localizadas inteiramente dentro de um mesmo município, com área igual ou superior a 0,1 ha, e que não seja destinada exclusivamente ao lazer.

Para o Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE (2006), o município conta com 2.030 estabelecimentos de agricultura familiar, contra 551 com produção não familiar²². O Instituto Nacional corrobora os dados estaduais, confirmando a existência de uma estrutura fundiária mais descentralizada que prioriza o trabalho da família na reprodução social.

O município de Cunha possui uma população contabilizada no último censo de 21.866 pessoas. Deste total pouco mais da metade residia na área urbana (IBGE, 2010). A área total é de 1.407,25 km², resultando em uma densidade demográfica de 15,54 hab/km². A variação da população total ao longo das últimas cinco décadas não é muito grande. Diferente situação se revela quanto ao local de moradia, como pode ser visualizado na tabela abaixo que traz dados de séries históricas do IBGE.

Tabela 2 – População e local de domicílio

Ano	População total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1970	21.952	4.266	19,43	17.686	80,57
1980	20.866	6.449	30,91	14.417	69,09
1991	23.462	8.970	38,23	14.492	61,77
2000	23.090	11.134	48,22	11.956	51,78
2010	21.866	12.167	55,64	9.699	44,36

Fonte: IBGE, séries históricas

Em que pese todo o debate em torno das definições administrativas sobre rural e urbano²³, os números acima são reveladores da movimentação da população no município de Cunha que, apesar de demonstrar uma tendência ao longo dos anos de alteração do local de moradia das áreas definidas administrativamente como rurais para a área urbana, revela também que em comparação com outros municípios do estado,

²² Vale lembrar que a realização do Censo Agropecuário em 2006 introduziu a categoria agricultura familiar em seus questionários com base na definição dada pela lei 11.326, publicada no mesmo ano, que especifica os critérios adotados. Os estabelecimentos que atuam somente com trabalho contratado ou que o número de contratos supera a mão de obra da família são considerados não familiar. Salienta-se que cada uma das instituições trabalha com metodologias diferentes para a obtenção dos dados, enquanto o LUPA se dedica às unidades produtivas, o IBGE foca nos estabelecimentos. Além disso, esse último introduziu a categoria agricultura familiar como universo do levantamento, enquanto a Secretaria Estadual traz somente o tamanho da propriedade. Daí as distorções quanto aos números quando há comparação entre os dados do LUPA e do IBGE.

²³ Sobre as definições normativas e analíticas de cidade e suas implicações para políticas públicas ver, por exemplo, Veiga (2001). Para uma comparação entre as definições dos Estados Unidos, França e OCDE, ver Abramovay (2000).

esses valores ainda são elevados²⁴. Portanto, não há em andamento no município uma tendência que poderia indicar um esvaziamento dessas áreas, ao contrário, quase metade da população se encontra distribuída pelas suas áreas rurais que vêm ao longo dos últimos anos recebendo moradores de outros municípios.

Em Cunha, desde a década de 1980 há uma intensificação da procura de terrenos nas áreas rurais por pessoas vindas de outras localidades. Comumente chamados pelos moradores locais de “forasteiros”, “os de fora” ou “são paulinos”, essas pessoas adquiriram essas propriedades no intuito de obter mais qualidade de vida e tranquilidade, fugindo da violência e agitação das grandes cidades, encontrando um local próximo à natureza para estabelecerem suas chácaras de lazer ou moradia definitiva.

A perspectiva de um rural com imagens intimamente ligada à paisagem surge no âmbito da crítica ao modelo produtivista e na reivindicação por alimentos saudáveis que ressurge na Europa nos anos de 1980, tendo na figura do camponês uma parte do processo de reintegração entre sociedade e natureza, emergindo a noção de um rural idílico de proximidade com a natureza, cuja visão remete a uma localidade pacificada e em equilíbrio (CARNEIRO, 2008; MATHIEU, 1998; MORMONT, 1989). Corroboram para que essa representação do rural se torne predominante a realização de eventos internacionais com a temática de desenvolvimento sustentável, como por exemplo, no Brasil, a realização da Rio 92²⁵.

Os “forasteiros” adquiriram as terras de proprietários que já não moravam mais nos bairros rurais do município basicamente por dois motivos: pela partilha de herança que deixou lotes menores que não serviam para a produção, ou por não ter mais moradores que já tinham deixado as áreas rurais rumo a melhores oportunidades em outros municípios da região, ou mesmo nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Willems (1947, p. 19) observava em sua obra que “(...) já se citam casos em que o fracionamento de propriedades estimulou o abandono da agricultura, agindo como

²⁴ A título de comparação, apresento a seguir o percentual de população rural em outros três municípios paulistas com número total de população nos mesmos patamares que o município em análise: Taquarituba 12,16%, Angatuba (18,17%), Monte Aprazível (8,93%) e Santa Gertrudes (1,06%).

²⁵ Sandroni e Carneiro (2016) num levantamento sobre a produção acadêmica nas ciências sociais sobre o tema da conservação da biodiversidade, apontam para o aprofundamento do tema no Brasil pós realização da Rio 92, momento em que a questão social passa a fazer parte do debate, emergindo a bandeira de “preservação da sociobiodiversidade”, o que inclui análises que se voltam para as condições de vida de segmentos sociais que habitam as áreas de interesse de conservação. As autoras revelam que, entre os autores voltados para a questão ambiental, há mais peso para a categoria “populações tradicionais” em relação a de “agricultores familiares”.

fator de peneiramento espacial”; e em outra passagem, (WILLEMS, 1947, p. 51) refere-se ao movimento de retorno: “não são raros aqueles que, após anos de residência em São Paulo ou outros centros urbanos, voltam para Cunha para aí fixar residência definitiva”, denotando que a realidade observada na atualidade já se desenhava no município desde a década de 1940 como uma prática de mobilidade em busca de outras oportunidades inexistentes no município.

A prévia de um levantamento realizado pelos gestores municipais no ano de 2000 indicava a existência de mais de 1.200 propriedades sob o comando dessas pessoas. Muitas dessas propriedades deixaram de ser espaços somente de lazer em temporadas específicas e passaram a ser um lugar de moradia, especialmente para aposentados que dispenderam parte da vida trabalhando nas grandes cidades e mudaram-se para Cunha no intuito de obter maior qualidade de vida. É comum nessas propriedades o cultivo de hortas e a criação de pequenos animais.

As pessoas que decidiram mudar-se para Cunha já possuíam algum tipo de vínculo afetivo com o município estabelecido anteriormente. É o caso, por exemplo, de Mara cujo pai trabalhou como pedreiro na década de 1940 em Cunha, onde se casou com sua mãe e lá tiveram dois dos 12 filhos, dos quais ela é a quinta e diz ter tomado conta dos mais novos. Em seguida mudaram-se para São Paulo, cidade onde ela nasceu, formou-se como enfermeira, trabalhou e viveu até trinta anos atrás, momento em que comprou uma propriedade de dois alqueires em Cunha onde possui uma horta, árvores frutíferas e criação de patos e galinhas²⁶. Hoje viúva e pensionista, ela afirma ser a qualidade de vida o principal atrativo que motivou a mudança, pois queria viver em um lugar “mais tranquilo e sem violência que proporcionasse bem-estar”. Além disso, no bairro onde mora atualmente há uma “boa relação” com os vizinhos, características que ela considera inexistentes em municípios da grande São Paulo, onde vivera antes.

Com esses mesmos objetivos, Carolina mudou-se definitivamente para Cunha no início dos anos 2000, local que já havia sido moradia de sua sogra. Nascida em Minas Gerais e o marido na cidade paulista de Aparecida, encontraram em Cunha a realização de um antigo desejo de morar “na roça”. Após comprarem o terreno, a partir da venda de um carro, demoraram sete anos para construir a casa que atualmente utilizam somente nos finais de semana, pois de segunda a quarta-feira ajudam os filhos na criação dos netos em Aparecida. Possuem uma horta para consumo próprio e ela afirma

²⁶ Um alqueire paulista mede 24.200 m².

que até poderia plantar para vender, mas é muito trabalho para pouco recurso, pois considera o trabalho do agricultor desvalorizado.

Se no passado recente era possível comprar um terreno em Cunha a partir da venda de um carro, atualmente a realidade expressa nos valores da terra nua por hectare revela uma valorização, especialmente entre o período de 2010-2015, quando há um crescimento de quase 300% no valor por hectare. A alta valorização das terras no município expõe um duplo processo, pois ao mesmo tempo em que torna atrativa a venda das propriedades por parte dos agricultores, dificulta que eles consigam manter ou aumentar seu patrimônio e, por outro lado, atrai para o município pessoas de maior poder aquisitivo que podem arcar com os custos cada vez mais altos do valor da terra.

Essa realidade poderá levar num futuro próximo ao que Favareto *et al* (2017) denominam como um processo de gentrificação rural, caracterizado por uma mudança no perfil populacional de ocupação fundiária, com lotes residenciais em significativa proporção nas áreas hoje dedicadas à agropecuária, além de uma elitização do comércio, o que tornaria mais alto o custo de vida. Nesta realidade sobreria à população local, como alternativa, a venda de sua força de trabalho para os novos moradores. Essa tendência poderá se efetivar nos próximos anos, dada a valorização das terras que acabam por atrair população de mais alto poder aquisitivo. Já se observa a instalação de juízes e promotores em alguns bairros do município, porém, são minoria dentre os nativos e os moradores que lá se instalaram anteriormente e não apresentam inserção efetiva na economia e política local.

Tabela 3 – Valor da terra nua (em R\$ por hectare)

Ano	Valor ha (em R\$)	Varição (em R\$)	Varição (em %)
1995	1.466,28	-	-
2000	1.157,89	-308,39	-26,63%
2005	2.982,72	1.824,83	157,60%
2010	4.686,64	1.703,92	57,13%
2015	18.458,34	13.771,70	293,85%
2017	16.833,33	-1.625,01	-9,65%

Fonte: Instituto de Economia Agrícola – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo.

Elaboração própria.

Obs.: Valores para o município de Cunha com referência à Terra Nua com aptidão restrita. Estes preços são usados como referência pelo cartório municipal para fins de escritura, já para as negociações de compra e venda o preço da terra é avaliado por um corretor e depende da localização e benfeitorias realizadas no terreno, como por exemplo, a presença de imóveis.

A tabela acima apresenta os preços da terra para o município, mas há variações de acordo com o local, sendo mais valorizadas as áreas localizadas na região da estrada que liga Cunha a Paraty, onde se localiza o acesso ao Parque Estadual da Serra do Mar²⁷. A valorização das terras pode ser creditada às melhorias de obra de infraestrutura, especialmente as rodovias que ligam o município de Guaratinguetá à Paraty, passando por Cunha, bem como às iniciativas voltadas ao turismo que ampliam o número de visitantes, estimulando os empreendimentos dedicados a pouso e alimentação²⁸.

Do outro lado desse processo de venda de terras está Armando cuja família sempre morou em Cunha e possuía terras no bairro onde ele mora na atualidade e que está entre os mais valorizados do município. Filho de agricultor que foi vereador por duas vezes, e de uma costureira que juntos tiveram 11 filhos, lembra que em sua infância vivida na propriedade de seus pais havia plantação de milho e feijão que, posteriormente, deu lugar à pecuária leiteira. Tanto ele quanto os irmãos casaram-se com pessoas próximas ao seu grupo social de origem, parentes de segundo grau ou vizinhos. Com 57 anos no período em que a pesquisa foi realizada, afirma que houve vontade de mudar-se para a cidade, especialmente nos momentos de dificuldade em tirar o sustento da terra, mas foram “se virando” e conseguiram se manter na propriedade, valorizada pelas relações junto aos vizinhos e parentes, a quem recorre em momentos de dificuldade. Ele estudou até a sétima série, teve oportunidade de estudar mais, porém considerou muito difícil e abandonou os estudos, preferindo ajudar os pais no trabalho na roça. A partir da divisão da propriedade dos pais, Armando vendeu uma parte para um “forasteiro” para quem trabalha atualmente como caseiro, há mais de 30 anos com carteira assinada, e recebe cerca de dois salários mínimos. Nesse mesmo local sua esposa faz faxinas esporádicas. Nas terras que manteve para sua família ele tem boi de corte, que vende quando há necessidade, e pinhão que “cata” no período permitido pela legislação. Ele é um dos fundadores da associação que representa o bairro onde mora e outros do entorno. Afirma que na década de 1980 houve grande saída de famílias do

²⁷ A definição dos valores é dada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O levantamento dos valores é realizado por meio de informantes (setores público, produtivo e imobiliário) e disponibilizado na página eletrônica da secretaria.

²⁸ Tais obras foram fundamentais para aumentar a comunicação e a interdependência de Cunha com os municípios vizinhos. Entre elas, a rodovia Presidente Dutra, que liga as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro em 1951, facilitou o acesso à Guaratinguetá, porém a ligação deste município à Cunha só foi inaugurada em 1978, sendo também constituído o trecho até a divisa entre os estados rumo a Paraty, concluído em 1984. É somente em 2016 que o caminho restante até o município fluminense foi totalmente pavimentado.

bairro para outras cidades, principalmente para a região da Grande São Paulo e, ao arrumarem emprego, mudavam-se com toda a família e vendiam suas terras, parte para os moradores locais e, posteriormente, para “são-paulinos” que iam para Cunha uma vez por mês. Ele relembra que muitas pessoas venderam suas propriedades e continuaram trabalhando nas casas para essas pessoas como caseiros. Nesse período a população do bairro caiu pela metade e hoje tem por volta de 70 famílias. Para ele, se não fossem os “forasteiros” a situação seria pior, pois não haveria possibilidade de geração de emprego no bairro.

Na mesma propriedade em que mora e trabalha, vive sua esposa. Ele é contratado e ela realiza a limpeza da casa e pequenas arrumações, mas não recebe nada por isso. Madalena tem uma irmã, as duas receberam de herança do pai um lote de terra que foi vendida por ela para uma pessoa de São Paulo que não mora no local porque não há casa, somente pasto. Desta propriedade, ela e o marido também tomam conta fazendo a manutenção do pasto, mas não recebem nada por isso, quando colhem o pinhão de lá ficam com o produto que comercializam na Associação de Moradores. Seu marido também tem a herança do pai, um terreno no bairro em que pretendem, no futuro construir uma casa, embora Madalena admita que preferiria morar na cidade.

No sítio que a gente mora tem uma hortinha lá. Já chegamos a ter plantação de tomate, abobrinha, vagem, repolho, já chegamos a plantar bastante coisa e vender para o Ceasa. Hoje não planta mais porque não pode usar remédio, veneno, essas coisas, então a gente só planta uma hortinha com verdura, assim, alface, couve, cheiro verde, é para o uso da gente mesmo. Antes, tudo que a gente plantava era do patrão, tinha o atravessador que pegava e levava tudo para o Ceasa em São José dos Campos. Entregava duas vezes por semana. A gente não ganhava nada, só o salário do Armando mesmo [...]. Ele tem um pedacinho aqui que ele quer construir uma casa. Ele quer, porque eu queria construir na cidade. Ele tem um lote na cidade que recebeu de herança do pai dele, mas ele não gosta da cidade, ele não se sente bem. Eu penso assim: na velhice a roça é difícil, aqui é muito frio, eu me sinto mal no frio, tenho pressão baixa. Ele fala: vamos acabar nossa vida aqui na roça e eu tenho que acompanhar ele, é meu marido, fazer o que? (Madalena, moradora do bairro do Sítio, 49 anos).

Se por um lado, há a possibilidade de trabalho junto aos “forasteiros” que permite aos moradores do Sítio permanecer no bairro em que nasceram e viveram, cultivando as relações que estabeleceram desde a infância, por outro viés vemos a

desvalorização do trabalho enquanto agricultor, considerado penoso e de baixa ou nenhuma rentabilidade.

Se a gente quisesse podia produzir um pouco, a horta da gente é até grande, se a gente quisesse trabalhar. Mas, não se valoriza muito o agricultor. Eu ganho o suficiente para viver, não compensa ficar me sacrificando para vender a preço de banana. Porque você trabalha no sol, na terra, aí colhe e vende a dois, três reais e o atravessador não faz nada, só teve o trabalho de ir lá buscar e cobra dez. O serviço do atravessador é assim e o governo não facilita as coisas. A agricultura familiar que eles falam que segura o Brasil é aqueles que têm trator. Para mim isso não é agricultura familiar. Familiar é quem tem uma horta [...]. A dificuldade é grande porque os mais novos querem ir para a cidade e os mais velhos estão se acabando (Carolina, moradora do bairro do Sítio, 66 anos).

Para plantar a gente não tem benefício. As coisas são muito caras. Como vamos tirar o dinheiro da boca para investir no pasto? A gente tem a terra, mas não tem como cultivar, não tem benefício. É melhor trabalhar para os outros e deixar a terra para lá. Você vê, os jovens que vão embora, eles têm terra e deixam para trás. Se tivesse dinheiro a gente poderia fazer um plantio maior, melhorar o pasto. Se tivesse oportunidade, a gente até poderia deixar de trabalhar para os outros e trabalhar para nós mesmos. Isso é o melhor dos mundos, trabalhar para você mesmo, mas não dá (Luana, moradora do bairro do Sítio, 46 anos).

Eu não gostaria de morar na cidade. A roça está ficando difícil, a violência está chegando na roça. Os filhos ficam grande e vão embora. Dá um pouquinho de medo, mas eu gosto de onde moro. Não trocaria. Se eu não tenho alguma coisa para mexer, eu sento lá fora e fico olhando a natureza. Na cidade não dá para fazer isso (Tatiana, moradora do bairro do Sítio, 44 anos).

Das narrativas acima expostas têm-se os dois lados de um mesmo processo que se insere nas transformações pelas quais as áreas rurais vêm passando ao longo das últimas décadas e são apontadas como características da nova ruralidade. A analogia dos espaços rurais com sentidos voltados para a tranquilidade, bem-estar, uma ligação mais íntima com a natureza e as estreitas relações de vizinhança são elementos valorizados pelas pessoas que moraram e trabalharam nas grandes cidades gerando, portanto, uma representação do rural como contemplação. Por outro lado, a percepção sobre a desvalorização do trabalho na agricultura ressignifica a própria terra em que

vivem, que passa a ter mais valor como paisagem do que para a produção de alimentos. O bairro é mantido como *locus* de sociabilidade entre parentesco e vizinhança, resguardando parte dos valores da infância, porém numa perspectiva de ser um bom lugar para se viver. Esses valores, especialmente do rural enquanto contemplação, como elucidam Cruickshank (2009) e Moreira (2005), estão muito mais presentes no imaginário da população de grandes cidades e é, agora, compartilhado pelos moradores locais.

Os anseios individuais se conjugam com os macroprocessos econômicos, facilitando a aquisição de terras a baixo custo. Além dos reconhecidos altos índices de deslocamento da população rural na década de 1980, especificamente o município de Cunha tem, nesse período, queda na produção de leite, principal atividade na época. Justamente nesse período é relatada a saída de pessoas deste bairro para municípios da Grande São Paulo, bem como o início do processo de entrada dos “forasteiros” vindos das grandes cidades em busca de maior qualidade de vida ou para adquirir propriedades dedicadas ao lazer. Tal processo foi se intensificando nas décadas seguintes, cujo perfil dos moradores se concentravam em profissionais liberais e aposentados. Como visto anteriormente, até então, Cunha apresentava uma ligação frágil com os municípios do entorno e sua população, em maioria, dedicada a produção agrícola para consumo próprio. Como a emergência desses novos atores influenciaram a vida local?

A convivência entre os moradores locais e “forasteiros” é tida pelos primeiros como livre de conflitos, pelo contrário, a vinda dessas pessoas é valorizada como alternativa de renda e emprego. Contudo, é possível inferir que tal interação inclui algum tipo de limitação para uma das partes²⁹: os moradores destituídos de suas propriedades têm de repensar suas estratégias de reprodução já que ocupam cada vez mais postos assalariados, além de não poderem mais contar com todo ou parte de seus recursos patrimoniais que passam a ter valor monetário cada vez mais alto, não mais voltado à reprodução social. Além disso, a entrada desses agentes altera a configuração social previamente estabelecida, promovendo um reajuste nas interdependências locais, sobretudo a partir das novas relações sociais e de trabalho.

²⁹ O sentido de “interação” aqui proposto se baseia na obra de Simmel (1983) para quem a sociedade representa um conjunto de indivíduos vinculados entre si que adotam determinadas formas de cooperação e colaboração que se expressam, por exemplo, em conflitos que são necessários à própria manutenção do grupo.

Esse pessoal que vem de fora compra um sítio e dá serviço para a gente, senão fica difícil também, porque eles ajudam. Eles precisam de alguém para cuidar, é onde a gente entra. É o que ajuda a gente, porque não teria serviço. Talvez tivesse que sair se não fosse os de fora. Quando casei meu esposo já trabalhava com ele, então eu vim para cá e já fui trabalhar lá também. Não é grande coisa, mas é o que ajuda a gente. É a nossa única renda (Milena, moradora do bairro do Sítio, 49 anos).

Eu só planto para o gasto. Um pouquinho de feijão, de batata e o resto é para o gado de leite, que também é para o gasto. Não vendemos nada. A gente trabalha. Eu trabalho para uma mulher que é do Recife e se mudou para São Paulo e depois veio para cá. Se não fosse o pessoal de São Paulo que vem para cá, nós não teríamos trabalho. Acho maravilhoso esse pessoal aqui. Mudou muito as coisas aqui no bairro. Tem bairro que não vem pessoal de fora porque o acesso é difícil e eles não gostam. Aqui não, eles vêm e ajudam, pagam salário, dão trabalho para a gente. Tem alguns que participam das festas, mas tem outros que não (Luana, moradora do bairro do Sítio, 46 anos).

Se não fosse esse pessoal, as pessoas não estavam mais aqui. Aqui não tem nada, a não ser o pessoal que já tem gado, que já vive do leite. Para começar, você não tem capital, se não for esse pessoal que paga por mês, não dá [...]. O pessoal do bairro trabalha na pousada, bastante moça como cozinheira, lavadeira. Os moços com jardinagem. Devem trabalhar umas 15 pessoas lá, mais jovens, se não fosse isso, teriam ido embora (Valéria, moradora do bairro do Sítio, 36 anos).

As novas atividades que surgem a partir da convivência com os “forasteiros” – caseiros, faxineiras e cuidadoras – reformulam as condições para a reprodução familiar que agora são dadas via assalariamento, porém longe de denotar uma proeminência, as atividades não-agrícolas sempre estiveram presentes no cotidiano dos moradores das áreas rurais de Cunha, seja na atuação como pedreiros (as), pintores (as) ou motoristas. Além disso, persistem antigas práticas, como por exemplo, o ofício de “camarada”, sobretudo entre os pecuaristas há trabalhadores que recebem por dia de trabalho em propriedades de terceiros. Nesse sentido, antigas e novas práticas são associadas na garantia da reprodução social das famílias rurais do município.

O município de Cunha possui cerca de 40 bairros em que se desenham mais de 2.400 km de estradas rurais. Para além de uma divisão meramente administrativa, eles são caracterizados pelo tipo de atividade econômica (produção de leite, de hortaliças, turismo) e pelas famílias que os fundaram no passado, guardando, ainda, a presença de

descendentes que revelam uma rede de parentesco interna e entre bairros vizinhos. Ao visitar esses bairros é muito comum ouvir das pessoas que “aqui é tudo parente”, fato demonstrado pelo sobrenome que possuem. Essa afirmação foi evidenciada pelos entrevistados e pelas entrevistadas que confirmaram que o casamento entre parentes sempre foi usual no município, quer pela ausência de oportunidade de relações mais estreitas com grupos exógenos ou para manutenção patrimonial. Os bairros ainda representam a localidade onde se desenvolvem e reafirmam laços familiares e entre a vizinhança, especialmente na ajuda mútua tanto no que se refere a apoios afetivos, como também na troca de produtos vindos das hortas e pomares, e, ainda, manufaturados como bolos, pães, geleias e conservas.

Nesse contexto, os familiares e vizinhos são apresentados como as pessoas mais importantes quando há dificuldades a serem enfrentadas, sendo os familiares mais próximos requisitados para ajuda financeira, e os mais distantes em conjunto com os vizinhos nos casos de apoio moral e afetivo. É o caso, por exemplo, de Marta, moradora do bairro Vargem Grande, que há três anos ficou viúva e, depois da morte do marido, começou a ter problemas na relação com a família dele. Nascida em Cunha ela se casou aos 16 anos e, após passar um tempo morando na propriedade em que seu marido trabalhava à época, mudaram-se para a casa do sogro e depois para a de um cunhado, enquanto esperavam sua casa própria ficar pronta em um terreno que o marido herdou dos pais. Seu marido, o mais novo entre os irmãos, tomava conta da propriedade da família e com sua morte as cobranças caíram sobre Marta, que realiza faxinas esporádicas e produz leite e queijo dos seis litros que consegue tirar em sua propriedade, ainda não dividida formalmente. Além de sua mãe, que mora próximo a ela, Marta conta com a ajuda de vizinhos e pessoas de outros bairros que lhe dão apoio afetivo para continuar na propriedade e criar seus dois filhos de 6 e 16 anos de idade. Para ela, esse apoio é fundamental para que consiga permanecer em sua propriedade, pois seu filho tem como desejo continuar o trabalho que o pai desenvolvia na roça, embora ela mesma cogite a possibilidade de mudar para outra cidade para que ela e o filho possam continuar os estudos, dada a ausência de universidades ou cursos técnicos em Cunha.

A afirmação de que os bairros rurais são localidades que abrigam determinados tipos de sociabilidade, interação e um *locus* de reprodução de identidades foi amplamente divulgada em análises sobre o mundo rural (CANDIDO, 2001; QUEIRÓZ, 1973; QUEIRÓZ, 1976; BRANDÃO, 1983; BRANDÃO, 1999; FUKUI, 1979). Uma das formas de sociabilidade destacada por esses autores é a realização de mutirões,

enquanto um trabalho coletivo que reforça a coesão social de grupo por meio da ajuda mútua, fortalece as relações de reciprocidade, intensificando a solidariedade. A prática do mutirão denotaria uma importância cultural e produtiva que não apenas colaboraria nas atividades ligadas à produção ou a construção de casas suprimindo as limitações do trabalho individual e familiar, mas solidificaria também a relação entre os moradores, criando entre eles uma consciência de unidade e funcionamento.

A realização de mutirões é lembrada em Cunha hoje pelos moradores das áreas rurais enquanto importantes eventos que agregavam os vizinhos dos próprios bairros e, também, de bairros mais distantes. Comumente eles se reuniam para realizar a limpeza de terrenos, o plantio e a colheita de feijão e milho, e para a construção de casas. Ao final do trabalho um almoço era oferecido e compartilhado em agradecimento.

Presente como memória de um passado recente, a realização de mutirões ainda é uma prática recorrente em alguns bairros do município na atualidade, embora não com a mesma frequência e disponibilidade. Nesse sentido, há uma ressignificação dos antigos mutirões que ocorrem em duas situações, especificamente. A primeira delas foi observada na limpeza das estradas rurais do bairro do Paraibuna, localizado na região da estrada Cunha-Paraty que leva até a entrada do Parque Estadual da Serra do Mar. O trabalho conta com a presença de moradores locais e de funcionários públicos, uma vez que se trata de uma estrada municipal. Ao final da atividade é oferecido aos participantes um almoço na sede da associação do bairro. Um segundo exemplo de mutirão realizado na atualidade tem lugar na realização de benfeitorias nas propriedades. Levado a cabo por produtores agroecológicos, a construção de piquetes para a produção pecuária é realizada de forma coletiva e itinerante entre os membros do grupo. Igualmente, ao final da atividade é servido um almoço para os participantes. Embora realizados de maneira distinta do que era no passado, os mutirões são momentos em que os moradores/agricultores se unem e trocam informações, alimentam interações e relações de reciprocidade, fortalecendo as relações, inclusive, para além dos bairros em que vivem no caso dos produtores agroecológicos.

Uma outra forma de interação comunitária é a associação de moradores. A Amprasp (Associação dos Moradores e Produtores Rurais dos Bairros Rio Abaixo, Rodeio Sítio e Paraibuna), localizada no bairro do Sítio existe há 25 anos e conta com 45 membros, divididos entre os nativos dos bairros e os moradores que ali se instalaram posteriormente, denotando uma interação destes últimos ao estilo de vida local. Para sua manutenção angaria dos associados uma contribuição de R\$ 15,00 mensais. Possui um

consultório médico e abre aos finais de semana para turistas que podem saborear iguarias produzidas a partir dos produtos locais, como o pastel de shitake com pinhão. A sede da associação de moradores se destaca como um espaço de integração, um local onde os moradores se reúnem aos finais de semana, principalmente após a realização da celebração na capela local. O espaço funciona, ainda, como um entreposto turístico, com exposição de artesanato produzido pelas mulheres, venda de produtos como o pinhão e as preparações derivadas dessa matéria-prima, mel e mudas de hortaliças. Além disso, a associação é procurada pelos “forasteiros” que habitam o bairro quando necessitam contratar mão de obra para a realização de limpeza e reparos em suas propriedades. Representa, também, o principal canal de interlocução entre os moradores e a gestão municipal, inclusive na organização de eventos e cursos de capacitação.

Um outro elemento que dá unidade aos bairros rurais e confere aos seus moradores interação e coesão de grupo para além das relações familiares são as expressões de religiosidade, especialmente colocadas no catolicismo. Tanto Candido (2001) quanto Queiróz (1973) trazem essas expressões como importantes na identificação da cultura presente nos bairros rurais. Em Cunha, cada bairro rural possui uma capela. Dada a distância do centro da cidade, são ali realizadas as celebrações aos finais de semana que congregam os moradores e reproduzem a fé católica por meio de cursos de catequese para as crianças, comumente ministrado pelas mulheres que moram nos próprios bairros. A manutenção física das igrejas também é realizada por elas que trabalham na limpeza e pintura dos prédios. Durante o período das festas religiosas são realizadas romarias que partem dos bairros a caminho do centro da cidade. A maior delas tem lugar na festa de São José que sai da Igreja da Boa Vista, dedicada a Jesus, Maria e José, e percorre oito quilômetros até a Igreja Matriz no centro da cidade. Durante a procissão os fiéis carregam a imagem do santo e seguem com rezas e cantos dedicados a ele.

No calendário de festividades religiosas que ocorrem anualmente em Cunha destacam-se a Folia de Reis, a Festa de São José e a Festa do Divino Espírito Santo. As duas últimas são retratadas na década de 1940 por Willems (1947) como um elemento de conservação do equilíbrio interno da cultura rural no município, uma vez que havia um elo entre as partes, representadas pelos bairros rurais, e o todo, caracterizado pelo autor no culto religioso. A festa tem início no ano anterior – cerca de sete meses antes da finalização – e a bandeira do Divino vai passando pelas propriedades rurais que desejam recebê-la. Nas moradias pelas quais passa há o oferecimento de um almoço (ou

um lanche) e a contribuição financeira ou com doações de animais e produtos agrícolas para a realização da festa. Durante as visitas são realizados cantos e orações. No período da noite segue-se para outra casa, onde repousa a bandeira para continuar a saga no dia seguinte. Em algumas propriedades há a celebração da congada e apresentação da catira. A festa tem seu encerramento com uma novena na igreja matriz da cidade no mês de julho³⁰. Durante uma semana há a realização de missas que duram cerca de duas horas e meia, momento em que são entregues as doações e cada um dos bairros rurais que participaram são homenageados ao serem anunciados pelo padre. Os representantes adentram a igreja tocando a viola caipira. A praça onde fica a igreja e as casas ao seu redor são ornamentadas com faixas e bandeiras com a figura do Divino e com inscrições de palavras de renovação da fé católica. No encerramento da novena é oferecido um almoço gratuitamente a todos os presentes, chamado de “afogadão” que ocorre na “casa do Divino”. Os donativos são arrecadados pelos festeiros, escolhidos a cada ano. As opiniões quanto ao papel de festeiro se dividem na cidade: para uns representa motivo de distinção, para outros, um certo peso pelo trabalho a ser desenvolvido de “esmolar” para o Divino.

Além da Festa do Divino, outro festejo que costuma mobilizar os moradores locais e que foi motivo de observação é a Festa do Pinhão, fazendo parte do calendário agrícola do município que é um dos maiores produtores do estado de São Paulo. A festa ocorre todo mês de abril e faz parte dos festejos oficiais de Cunha, variando sua realização entre três ou quatro semanas, com maior peso de atividades ocorrendo de quinta a domingo em que há apresentação de músicos, como por exemplo, violeiros caipiras e artistas regionais. A festa une a celebração da colheita com eventos gastronômicos. Para atender à demanda turística, é realizada aos finais de semana, momento em que são montadas barracas ao lado da Igreja Matriz e são vendidos pratos em que o pinhão é a estrela principal, harmonizado com carnes ou como matéria-prima para bolos, caldos, farofa e pães. É possível, ainda, consumir o produto cozido ou assado. Um dos tipos de preparo é realizado num charmoso fogão à lenha posicionado no centro da festa, dando um tom saboroso e saudoso aos visitantes, atmosfera propícia para ocupar as mesas dispostas na praça da Matriz que congrega moradores locais e turistas. Prudente (2007) afirma que a festa do pinhão começou a ser realizada no

³⁰ A igreja católica tem um peso fundamental para o município de Cunha. Segundo dados do IBGE (2010) são mais de 16 mil católicos, numa população de pouco mais de 21 mil habitantes. A igreja matriz além de reunir os fiéis, desempenha um outro papel na vida social local, por exemplo, ao anunciar em seus altos falantes os óbitos que ocorrem no município e informações sobre velório e enterro.

município de Cunha em 2001 e no ano seguinte iniciaram-se as atividades gastronômicas, por incentivo da CunhaTur, associação que congrega os empresários do setor turístico do município. O autor define que a festa representa ao mesmo tempo um atributo cultural e um atrativo turístico. Entre as barracas que expõe produtos elaborados a partir do pinhão, está a que pertence à Amprasp. Uma das responsáveis conta que o período da festa é de grande agitação no bairro, já que tudo o que é exposto é produzido na sede da associação e transportado para a barraca que fica no centro da cidade. Além dessa movimentação, a temporada dos festejos é financeiramente importante, pois eleva o caixa da associação com a venda de produtos. Nesse sentido, o calendário festivo determina o tempo e o ritmo do trabalho.

Esse conjunto de elementos – mutirões, associação, festas – marcam uma vida social com coesão de grupo e por práticas próprias por eles engendradas, determinando a cooperação e a consciência de grupo, condicionando um modo de vida específico, ao que Brandão (1983, p.46) denominou de “códigos extremamente criativos de relações baseadas no trabalho, no respeito mútuo, nos valores da fé religiosa do catolicismo camponês, na honra e na solidariedade”, existentes nos bairros rurais.

A alimentação é um dos temas abordados por Antonio Candido para quem a base alimentar do caipira estava constituída numa tríade, herança da cultura indígena: o feijão, o milho e a mandioca. Porém, o modo de preparo desses alimentos teve influências portuguesas sendo consumidos, geralmente, cozidos. Complementando essa base, o autor enumera os alimentos produzidos na própria terra como algumas hortaliças e frutas. O consumo de proteínas, em menor proporção, vinha da criação de porcos e galinhas. Dória e Bastos (2018) resgatam a culinária caipira³¹ como uma espécie de patrimônio cultural brasileiro que atualmente é mais amplamente conhecida como “cozinha mineira” e que, apesar de ser relegada a um menor valor tanto por críticos como por *chefs* de cozinha, guardam simetrias tanto na composição quanto no modo de preparo visto em conceituados restaurantes da capital paulista. Em Cunha podemos encontrar dois estilos de restaurantes distintos. Um primeiro, mais presentes na região central da cidade, se caracterizam pelo modelo *self service*, neles é possível encontrar diariamente ingredientes da culinária caipira (ou mineira) como porco em seus diversos preparos, feijão com toucinho, couve refogada e mandioca frita. Já os restaurantes mais

³¹ Os autores se referem à Paulistânia como espaço geográfico em que essa cultura alimentar se difundiu, compreende a região do Vale do Paraíba paulista e fluminense, subindo pelo sul de Minas Gerais, chegando até o Vale do Rio Doce e toda a divisa com o Rio de Janeiro até o Espírito Santo

distantes, direcionados aos turistas, estão os adeptos ao *slow food*, ou seja, comida de preparo lento que utiliza produtos da época. Já nas casas que tivemos oportunidade de visitar além da criação de porcos e galinhas que servem para alimentação da família, há sempre uma horta e um fogão à lenha para os preparos das comidas³². Também não faltam os pinhões, assados ou cozidos.

Um outro elemento característico da cultura caipira é a música, especialmente a viola, basta lembrar que o primeiro estímulo de Antonio Candido para estudar a cultura caipira residia na análise do Cururu³³. O músico e professor Ivan Vilela (2017) narra as particularidades da música caipira que foram tidas como falta de habilidade, mas que na verdade eram efeitos produzidos pelas mãos calejadas dado o trabalho diário com a enxada. Para ele, a música caipira era uma forma de transmissão de valores em que a própria história de vida e suas transformações eram contadas nas letras, porém, dadas as condições da modernização, houve uma desvalorização dessa cultura até mesmo pelos agricultores, mas que vem sendo resgatada na esteira da preservação de diversidades culturais, promovendo um “reenraizamento” dos valores que conformavam a música caipira. Na maioria dos festejos locais em Cunha, especialmente os que não são voltados diretamente aos turistas como as festas religiosas e a festa do pinhão, contam com apresentação de artistas locais e externos que tocam o instrumento. Durante a pesquisa de campo tivemos a oportunidade de presenciar por vários domingos um grupo de músicos que se reunia na praça da Igreja do Rosário para tocar o instrumento e animar a noite dos moradores que ali se aglomeravam para cantar e dançar ao som das violas caipiras.

A ideia de “ser caipira” divide opiniões na cidade atualmente. Para uns a imagem do homem maltrapilho, humilde, empunhando a enxada com cigarro de palha na boca ainda é representativa de uma identidade que não se ajusta mais aos padrões atuais. Para outros, “ser caipira” passou a ter um outro significado: é ter sua terra própria, comer o que produz de forma saudável e viver próximo à natureza, inclusive tendo a possibilidade de preservá-la. Longe de estar próximo de uma visão que remete à pobreza e ao atraso, essa segunda representação do caipira é considerada como uma riqueza a que poucos têm acesso. Rosane Prado (1998), que realizou sua pesquisa sobre

³² Observa-se, ainda, que o milho em Cunha extrapolou a esfera culinária para ganhar o contexto das disputas políticas municipais. Durante muitos anos os dois grupos políticos eram conhecidos como “quirera” e “fubá” e acirravam as disputas nas épocas dos processos eleitorais.

³³ O Cururu é identificado tanto como um ritmo quanto uma dança caipira que nasceu do canto religioso, caracterizado pelo desafio de trovas ao som da viola caipira.

o impacto da televisão em Cunha no ano de 1986, afirma que o uso do caipira tinha duas conotações: se utilizado por uma pessoa de fora do município, era tido pelos locais como ofensa, porém pela boca dos nativos soava como brincadeira. Vê-se, portanto, que atualmente uma representação pós-moderna da imagem do caipira também foi apropriada por alguns agricultores que, ao invés de ser valorado como negativo passa a ser visto com orgulho, tal visão é muito mais comum entre os produtores agroecológicos:

Morar na roça não é mais ser ignorante. Aqui o pessoal já entendeu, mas depende do lugar, da região, do que a pessoa pensa e observa. Se tem a mente aberta ou não, porque é um preconceito (Clara, filha de produtores agroecológicos, 17 anos).

Antigamente na cidade o atendimento para o pessoal da cidade era um e para o pessoal da roça era outro, era o caipira da roça. Hoje o pessoal da roça sabe mais, de agroecologia, essas coisas, sabe mais que o pessoal da cidade. O pessoal da cidade sabe da teoria e a gente sabe na prática. Os técnicos também falam que eles sabem muito na teoria, na prática eles sabem pouco. A gente fica até orgulhoso. Hoje eu tenho orgulho de ser caipira. Hoje é chique ser da roça (Carlos, produtor agroecológico, 38 anos).

Tem os estudos também que hoje igualou, antigamente o pessoal da cidade trabalhava e a gente era os caipiras. Hoje não me incomoda ser chamada de caipira (Viviane, produtora agroecológica, 36 anos).

Antigamente era o caipira, né? Ninguém tinha coragem de falar que era de Cunha há uns 25 anos atrás. Antes o sonho de quem morava na roça era ir para a cidade para trabalhar, ganhar um salário bom, comprar um carro. Hoje não. Hoje tem tudo na roça. Antes, o sonho que a gente tinha de ir para fora, hoje é o de fora que tem o sonho de vir para cá. O maior sonho deles é comprar um lote de terra aqui, que hoje é caríssimo. Hoje é gostoso ser caipira. O caipira tem tudo na vida. Tem terra, casa, eu quero ser caipira até morrer (Antonio, produtor agroecológico, 38 anos).

Assim, pode ser vislumbrado nos bairros rurais em Cunha o que Sabourin (2011) chamou de “estruturas de ajuda mútua” nos três níveis identificados pelo autor: dentro da própria família; entre famílias associadas, expressa por exemplo na realização de mutirões; e, o conjunto de famílias, que se unem para benefício das próprias famílias envolvidas ou para a comunidade como um todo, seria o caso no contexto local das

festas e manutenção de prédios utilizados pelos moradores/agricultores: a igreja, a sede da associação e escolas, por exemplo. Para o autor, essas estruturas se firmam por meio de formas de cooperação e organização do trabalho, revelando reciprocidade ou solidariedade e produzem materiais de uso, de amizade e de confiança, gerando valores éticos, afetivos e simbólicos, distante de uma lógica meramente utilitarista.

As interações observadas em Cunha revelam interdependências intra e extra locais que longe de apresentarem uma homogeneização de padrões culturais, sobretudo de uma cultura urbana sobre a rural, denota especificidades de um modo de vida que são, inclusive, exploradas em atividades econômicas como o turismo, como se verá adiante.

Da mesma forma que a presença de capelas, os bairros rurais de Cunha possuem uma escola que formou – e ainda forma, inclusive hoje com espaços para a pré-escola – os moradores locais até a quarta série. No passado devido às dificuldades de deslocamento para a cidade, esta era a escolaridade máxima a que chegavam. Além do problema de transporte, há relatos, sobretudo entre os mais velhos, que mais anos de estudos eram desnecessários para que o trabalho na roça fosse desenvolvido. Para as pessoas que hoje têm menos de 40 anos já se apresentava a possibilidade de continuidade dos estudos na cidade. As crianças, atualmente, têm transporte público escolar diário³⁴.

Alguns bairros são servidos pelo transporte público municipal ao menos duas vezes por semana, quando os moradores/agricultores se locomovem para a cidade em busca de equipamentos públicos de saúde, ou mesmo para resolver “seus problemas” como ir ao cartório, aos bancos e fazer compras. É comum ver uma movimentação maior na praça da cidade às segundas-feiras pela manhã. Porém, o transporte mais utilizado são os carros e motos próprias, em detrimento do uso de cavalos e burros de outrora. É grande, também, o deslocamento diário até o município de Guaratinguetá e Lorena, municípios mais servidos em termos de equipamentos de saúde e grandes comércios.

Retomando as especificações sobre modo de vida encontradas tanto em Wanderley e Favareto (2013) como em Carneiro e Palm (2016) temos até aqui: i) a presença de uma estrutura fundiária com ausência de latifúndios que privilegia a reprodução das famílias agricultoras, mas que no contexto atual tem favorecido,

³⁴ Especificidades quanto ao ambiente escolar e a escolaridade dos moradores e entrevistados será discutida em capítulo posterior, dedicado a esse tema.

também, a compra por “forasteiros”, inclusive com valorização do preço das terras nas últimas décadas; ii) relações de pertencimento e solidariedade presentes nos bairros rurais que vão além das relações de parentesco, com ressignificação de antigas práticas como os mutirões; e, iii) integração entre espaços tanto no que se refere ao rural e urbano dentro do próprio município como entre municípios vizinhos.

Em suma, as interações vislumbradas na atualidade no município podem ser qualificadas como intensificações de processos em curso desde o século passado. Distante de uma visão de “aculturação” ou de sobreposição da “cultura urbana” sobre a rural, o que se vê é uma interdependência entre universos múltiplos, o que remete, a uma construção cultural não monolítica e de única fonte (BARTH, 2000). É nesse sentido que se destaca um caráter híbrido da ruralidade, uma conexão entre coisas, lugares e pessoas em que há diferentes relações e racionalidades (CLOKE, 2006), revelado inclusive nas atividades econômicas que se desenvolvem hoje no município e as formas e relações de trabalho daí advindas que geram diferentes valores e significados, como será exposto a seguir.

1.4 – Atividades econômicas desenvolvidas no município

Atualmente, as atividades econômicas que mais geram empregos estão concentradas no setor de serviços e na agropecuária, esta última se divide entre a produção de feijão, milho, hortaliças, pinhão e leite. Segundo dados do LUPA, o município contava em 2008 com 3.342 unidades produtivas. Do total de unidades, a grande maioria (2.280) se dedica à bovinocultura de corte, de leite ou mista, 1.086 unidades cultivam milho, 560 o feijão, e 240 a araucária. Estas informações foram confirmadas pela técnica local da CATI que assinalou serem as atividades leiteira e a extração do pinhão as que mais geram renda para os agricultores locais. Ainda segundo ela, a produção de hortaliças é vendida em feiras locais que ocorrem semanalmente, para o município de Guaratinguetá e comumente utilizada para consumo próprio³⁵.

Já o setor de serviços vem sendo ampliado com as crescentes atividades voltadas à exploração turística. Intensificadas a partir dos anos 2000, estimularam a construção de pousadas, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais que atendem aos visitantes que por ali passam principalmente aos finais de semana para desfrutar do

³⁵ Uma análise específica sobre as mulheres em cada uma das atividades econômicas desenvolvidas no município será realizada nos próximos capítulos.

clima e das paisagens locais, têm a possibilidade, também, de percorrer os 46 km de serra que ligam Cunha a Paraty pela estrada recém pavimentada, facilitando o acesso entre as montanhas e o litoral.

Se no início do século passado a produção agrícola do município se baseava em alimentos para consumo próprio e na comercialização para as cidades vizinhas, na atualidade há uma espécie de trifurcação dessa atividade primordial. Como visto, ainda na década de 1940 há a introdução da pecuária bovina, inexistente até então enquanto uma produção voltada à comercialização. A partir dos anos 1980, com intensificação no início deste século, o turismo e o aumento da procura por propriedades direcionadas ao lazer, ou mesmo como moradia definitiva de pessoas vindas de grandes cidades, indicam outras formas de uso e exploração das áreas rurais. Por fim, a alteração no manejo da produção convencional para alimentos orgânicos, tendo por base os princípios agroecológicos impulsionada entre os anos 2000 e 2010, tanto por órgãos não governamentais como por políticas específicas para o setor, fecha as três atividades que são exploradas economicamente no município atualmente.

Mais do que o desempenho de uma determinada atividade econômica que lhes garantam algum tipo de renda, as alterações observadas em Cunha influenciam o modo de vida dos agricultores que antes se dedicavam às plantações de milho e feijão e, posteriormente à produção de leite. Na virada para este século duas novas atividades são inseridas no município modificando a relação (e a visão) com os recursos naturais. Num contexto em que a natureza e as diversidades culturais são acionadas e valorizadas como signos que necessitam ser resguardados, o turismo e a agroecologia ganham destaque.

Turismo e entrada de novos agentes

A atividade do turismo em Cunha vem sendo explorada, segundo os gestores locais, como um importante ativo para o desenvolvimento econômico municipal. Tornada estância climática em 1948³⁶, é somente na década de 1990 que investimentos em infraestrutura e ações pontuais são direcionados a esta atividade, que vem ganhando mais espaço ao longo das últimas décadas, especialmente na concretização de um calendário de festividades que procura atrair para o município pessoas de diversas

³⁶ O historiador local João Veloso (2010) destaca que desde o final do século XIX até os anos 1940 o município era conhecido como um local propício para tratamentos de saúde, favorecendo a titulação de estância climática em 1948, porém dificuldades na infraestrutura, na comunicação e na oferta de hospedagem não favoreceram o desenvolvimento do turismo naquele período.

regiões, como por exemplo o Festival de Inverno, que ocorre no mês de julho e atrai turistas de São Paulo e do Rio de Janeiro; a Festa do Peão, que mobiliza mais as pessoas do Vale do Paraíba; e o Festival do Cordeiro, que congrega as pousadas e restaurantes locais que se movimentam na preparação de pratos cujo ingrediente principal seja essa proteína animal e, ainda a Fuscunha, encontro que mobiliza os proprietários de fuscas, automóvel muito comum no município; e, mais recentemente, o carnaval, cujos visitantes totalizam quase a população da cidade. Além disso, a recente conclusão, em fins de 2016, da pavimentação da estrada que liga Cunha a Paraty facilita a travessia de 46 km pela serra entre os dois municípios.

Com uma população estimada de 21.929 habitantes (IBGE, 2017), Cunha recebe mais de 120 mil turistas por ano³⁷, principalmente no inverno, estação em que a temperatura pode chegar a menos de zero grau em algumas áreas. As pessoas que visitam a cidade podem se hospedar em um dos mais de 40 hotéis e pousadas espalhados pelo município. Por essa importância, o desempenho da atividade turística acaba envolvendo em graus diferenciados a população, seja na ocupação de empregos disponíveis em hotéis e pousadas, ou na elaboração de alimentos e artesanatos que abastecem a Casa do Artesão, local de exposição de produtos na região central.

Nas áreas rurais são duas as incidências mais comuns: a venda de propriedades para a instalação de pousadas ou para chácaras de lazer ou moradia definitiva, e o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, como por exemplo, a montagem de barracas no centro da cidade em dias de festa, como exposto anteriormente. Nesses dois casos ocorrem alterações nas dinâmicas locais, representadas por novas oportunidades de trabalho e renda, e possibilidades de inserção em outros espaços sociais antes inexistentes, gerando outras percepções e representações de mundo. Pires (2007) argumenta que a ocupação de áreas rurais por moradores urbanos é um fenômeno que tem início em municípios próximos às regiões metropolitanas, mas que rapidamente se espalha para outras áreas e tem como fator de influência a crise nos preços de produtos agrícolas, as formas de transmissão de patrimônio e a atuação do poder público municipal.

Com o objetivo de normatizar o turismo e atendendo às especificidades da legislação estadual que estabelece as condições de classificação de municípios

³⁷ A informação sobre o número de turistas foi obtida junto à prefeitura municipal.

turísticos³⁸, estava em elaboração em Cunha o Plano Diretor do Turismo (PDT) que tem por objetivo planejar o desenvolvimento do turismo de forma sustentável promovendo valorização da cultura local, preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico de maneira equilibrada e consistente (PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA, 2014). Para alcançar este intento, a prefeitura municipal contratou uma empresa especializada que teve como incumbência delinear os principais atrativos turísticos a fim de estabelecer uma identidade turística que irá balizar os planos e projetos a serem desenvolvidos, com acompanhamento do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), formado por representantes de associações ligadas ao turismo presentes em Cunha, inclusive da área rural.

A figura abaixo, utilizada como logomarca que vislumbra uma identidade para o município na exploração do turismo demonstra que a exploração da atividade pode ser colocada num tripé que se conforma no aproveitamento da realidade atual como atrações turísticas: a produção de cerâmica artística, o conjunto cênico de paisagens e o modo de vida da população local. Nela é possível observar um grande sol que integra importantes elementos representativos da agricultura (a araucária de onde se explora o pinhão), ramos de lavanda (que estão presentes tanto no Lavandário como no Contemplário e servem para abrigo de abelhas), um pote de cerâmica e uma viola caipira que faz alusão aos morros encontrados no município. Complementa a figura a indução a um sentimento passional “Cunha uma cidade apaixonante”.

Tanto para os ceramistas como para os gestores públicos, não há como desvencilhar o turismo da produção artística de cerâmica. Silva (2011) analisa em sua dissertação de mestrado a genealogia da produção de cerâmica em Cunha que, para ele, está embutida em produções anteriores de panelas de bairro e nas olarias. O autor destaca que na época do Caminho do Ouro, que ligava Paraty à Minas Gerais, as paneleiras desempenhavam um importante papel, produzindo esse utensílio desde o século XVIII³⁹. Um segundo momento da produção em argila vem, ainda segundo o autor, do aumento das edificações no município, emergindo as olarias a partir da década de 1940, época em que há diminuição dos moradores na zona rural que migram para a

³⁸ Lei complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, que “estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas”, da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.

³⁹ Soares (2007) confere o início da produção de artefatos em argila na região aos índios que ali habitavam antes da exploração do ouro, a técnica de confecção das panelas herdadas pelas mulheres das zonas rurais.

cidade em busca de melhores condições de emprego e renda, estimulando a produção de tijolos e telhas. O terceiro momento iniciado nos anos 1970 e é o que perdura até hoje em Cunha: a produção artística de cerâmica elaborada em fornos de alta temperatura.

Esse caráter perene da elaboração de artefatos é creditado à qualidade da argila local e, também, à localização do município que, estando entre as duas capitais mais importantes do país – São Paulo e Rio de Janeiro – facilita o escoamento da produção, bem como a realização de exposições. Além disso, as características do município, especialmente, o clima e a paisagem, são considerados como atrativos para artistas que buscam um local distante das grandes cidades para produzir.

Figura 3 – Logomarca utilizada para o turismo em Cunha



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Cunha (SP)

Os artistas locais confirmam a ascendência de suas atividades nas obras das paneleiras, desempenhadas pelas mulheres das zonas rurais para atender não só aos moradores do município, mas também aos tropeiros que por ali passavam. Apesar de cada bairro possuir a sua paneleira, a mais lembrada delas, Dona Dita, é citada como uma importante figura na história da cerâmica no município. São mais de vinte ateliês espalhados por Cunha que exibem as obras dos artistas e têm como cume de sua produção a abertura dos fornos, atraindo pessoas de diversos lugares para contemplar a etapa final de confecção das cerâmicas e adquirir as peças artísticas e funcionais produzidas, com variedades de formas e estilos que imprimem a marca de cada um dos artistas⁴⁰.

⁴⁰ Pela importância da produção, Cunha pleiteia junto à Câmara dos deputados o título de “Capital Nacional da Cerâmica”, por meio de Projeto de Lei de número 7.772/17.

A técnica de queima em fornos de alta temperatura, pouco utilizada em outros municípios brasileiros foi trazida por imigrantes japoneses na década de 1970. Uma dessas pessoas é Mieko Ukeseki que concedeu a entrevista em seu ateliê em Cunha, onde utiliza a técnica Noborigama para a queima em alta temperatura da cerâmica. De origem japonesa, ela conta que quando chegaram as pessoas da cidade estranharam os novos visitantes com características físicas bem diversa do que estavam acostumados a vivenciar. Ela confirma os argumentos de Silva quanto à gênese da produção de cerâmica ter advindo das paneleiras e ressalta que, quando chegou ao município, a prática já era pouco desenvolvida devido ao uso das panelas de alumínio. Mieko descreve que quando chegaram na praça de Cunha e encontraram o prefeito e sua família, ao mostrar os artefatos em cerâmica que carregavam no carro conseguiram conquistar a simpatia do gestor municipal que cedeu o matadouro para as atividades do grupo.

Para ela, o turismo começou a despontar ainda na década de 1980, momento em que foi criado o departamento de turismo na estrutura municipal. A produção de cerâmica tem forte peso nessa estratégia, pois pessoas de outras cidades visitavam os ateliês, mas não tinham onde dormir, iniciando a instalação de hotéis e pousadas.

Outro ceramista, Leí Galvão, concorda que hoje não há como separar a produção de cerâmica do município do turismo que tem na abertura dos fornos uma importante cerimônia que funciona como “estratégia de marketing” para atrair pessoas para Cunha. Dona Dita também é lembrada por ele que também confirma ter sido esse um ofício desempenhado pelas mulheres das zonas rurais. Leí relembra que a década de 1970 foi um “divisor de águas” na questão do turismo, tanto pela presença dos ceramistas, quanto pelo fato do prefeito da época ter doado terrenos em um bairro central do município para pessoas que quisessem construir suas casas no período de dois anos utilizando mão de obra local. Para ele, esse acontecimento trouxe para o município pessoas com dinheiro e o interesse pelas áreas rurais como chácaras de lazer para pessoas de fora do município.

Além de representar uma importante atividade econômica ligada ao turismo, a produção de cerâmica é vislumbrada como um elemento constante da cultura do município, por esse motivo, periodicamente jovens das escolas públicas têm a oportunidade de realizar cursos de capacitação onde aprendem as técnicas de produção, abrindo uma possibilidade de trabalho e profissionalização nessa área.

Tendo sua gênese na produção de painéis de barro pelas mulheres das zonas rurais do município de Cunha, atualmente a elaboração dos artefatos em argila local com larga gama de produtos, muitos deles peças únicas dadas as técnicas e as propostas artísticas utilizadas pelos artesãos. Nesse sentido, a produção de cerâmica em Cunha retoma o lugar de peças funcionais, mas agrega o componente artístico mesmo quando se trata de xícaras, pratos, sopeiras, molheiras, entre outros. Como um elemento explorado no turismo, a cerâmica se traduz simbolicamente como uma parte da identidade local que é acessada prioritariamente pelos turistas, mas também reproduzida, em menor escala, entre os moradores por meio dos cursos de capacitação oferecidos aos jovens.

Um outro elemento explorado na atividade turística é o conjunto de paisagens. Como dito anteriormente, o município de Cunha está localizado entre as Serras do Mar, da Bocaina e Quebra Cangalha que abrigam nascentes e parques estadual e nacional⁴¹. Tal morfologia estimulou a presença de vários empreendimentos, entre eles hotéis e pousadas e pontos de observação e contemplação como o Lavandário e o Contemplário. Além destas paisagens, há um pequeno conjunto arquitetônico em estilo colonial no centro da cidade, principalmente ao redor da Igreja Matriz que é dedicada à Nossa Senhora da Conceição e datada de 1731.

A valorização da natureza enquanto um ativo a ser explorado pela atividade turística tem seu fundamento no debate sobre ruralidades e as definições que lhes são pertinentes, influenciando, inclusive, estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais recolocando em pauta a noção de um rural produtivista que tem como função garantir a preservação das paisagens para consumo de turistas citadinos. A acentuação na valorização do “natural” está demarcada, inclusive, nas propostas de diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística para o meio rural elaborado pelo Ministério do Turismo, cuja definição de turismo rural se refere ao “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MINISTÉRIO DO TURISMO, s/d, p.11).

A ideia de um rural idílico atrai pessoas de fora do município tanto para a exploração do turismo, quanto para local de moradia. Um dos únicos proprietários de

⁴¹ O Parque Estadual da Serra do Mar – núcleo Cunha tem administração sob responsabilidade da Fundação Florestal, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado de São Paulo, já o Parque Nacional da Serra da Bocaina é gestado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

pousada nativos de Cunha identifica que “os forasteiros” valorizam a maneira artesanal de trabalho dos produtores do município, conferindo valores que ele considera que são tradicionais aos produtos confeccionados. Filho de pecuaristas do município, ele relata ter vivenciado as relações de dependência que os moradores tinham com os donos dos sítios, cujas famílias moravam e trabalhavam nas propriedades. Confere a essa realidade a dificuldade em assinar a carteira de trabalho de seus colaboradores que “desconfiam” dessa atitude e preferem não ser “fichados”. A chegada dos “forasteiros”, para ele, colabora inclusive nas relações trabalhistas, uma vez que não admitem funcionários abdicando do processo formal de contratação. Ele adquiriu a propriedade por incentivo de sua esposa e, juntos, fazem a administração do local que vem sendo expandida nos últimos anos para atender a demanda crescente. Expressa que um dos principais atrativos do seu negócio que, além da localização da pousada em meio a serra, reside na possibilidade de os turistas terem acesso livre à cozinha e utilizar o fogão à lenha no preparo de seus alimentos. Para ele, o futuro do município reside no desenvolvimento do turismo, já que a produção agropecuária diminuiu ao longo das últimas décadas, mas para isso é preciso valorizar os pequenos produtores e, também, os pequenos negócios. Seus dois filhos, que são adolescentes, ajudam na pousada desenvolvendo atividades na cozinha e no atendimento dos turistas, inclusive de outros países que frequentam o lugar, pelo trabalho recebem uma porcentagem dos atendimentos.

Desta narrativa, alguns elementos são destacados. Em primeiro lugar, as modificações nos vínculos de trabalho antes pautadas nas relações de dependência e submissão entre os proprietários das fazendas e os moradores, densamente relatadas em estudos sobre a população rural (QUEIROZ, 1973 e CANDIDO, 2001), vão dando lugar a contratos formais constitutivos do próprio avanço na legislação trabalhista brasileira e integradas à localidade em análise pelos “forasteiros” que trabalham com o ramo hoteleiro e têm maior necessidade de trabalhadores aos finais de semana⁴². Um segundo destaque de seu relato reside na valorização das tradições rurais pelos turistas e pelos “forasteiros”, aqui especificamente pautadas na produção artesanal e de pequena escala, e no uso do fogão a lenha na preparação de alimentos, além da contemplação da natureza, remetendo a uma representação romântica de um rural que reside no

⁴² Utilizo aqui a expressão “forasteiro”, respeitando a noção êmica, porém, o sentido pode ser o mesmo que Carneiro (1998) utiliza para os neo-rurais, ou seja, pessoas que viveram nas cidades e, motivadas por valores embutidos em um antigo mundo rural, se mudam para pequenas cidades e reproduzem ali suas práticas, exigindo de seus trabalhadores uma racionalidade urbana pautada na organização do trabalho e no processo produtivo, reproduzindo padrões urbanos em um outro cenário.

imaginário da população das grandes cidades (CRUICKSANK, 2009; MOREIRA, 2005). Outro destaque diz respeito a substituição paulatina da produção agrícola, especialmente feijão e milho – exploradas até a década de 1940 – e, mais recentemente pelas atividades terciárias que, em conjunto com a pecuária representam as atividades que mais geram renda em Cunha⁴³. Por fim, um último destaque tem lugar na oportunidade de trabalho que a prática do turismo revela aos jovens, gerando algum tipo de renda e a possibilidade profissionalização nesse ramo.

A prática do turismo em Cunha não está aliada à produção agrícola, uma vez que a participação de agricultores é pequena, como aponta Soares (2007) em análise sobre o turismo rural em três municípios paulistas. A autora classifica a atividade turística em Cunha como “turismo campestre”, uma vez que são valorizados aspectos da natureza e do modo de vida existente no campo. Além disso, revela a autora, o turismo não representa renda direta aos agricultores, ao contrário, muitos venderam suas propriedades para dar lugar à essa prática para que novas pousadas pudessem se estabelecer. De forma lindeira, alguns jovens e mulheres se dedicam ao trabalho nas pousadas, principalmente aos finais de semana.

Além da desapropriação de suas posses para uso das pousadas, os agricultores locais também venderam suas propriedades para pessoas de fora da cidade que adquiriram essas terras com finalidades de lazer e ao se aposentarem nas grandes cidades, mudaram-se para Cunha em busca de qualidade de vida, como descrito anteriormente. Tal cenário é muito próximo ao que Carneiro (2008) encontrou na região serrana do Rio de Janeiro, desvelando dois lados de um mesmo processo: o turismo estimula a entrada de novos agentes, porém revela a incapacidade de reprodução social por meio da atividade agrícola e, dessa forma, os moradores locais apostam na realização de atividades não-agrícolas que acabam por se apresentarem mais rentáveis. Em Cunha, as famílias envolvidas com atividades ligadas ao turismo ou em propriedades de “forasteiros” exercem a atividade agrícola primordialmente para o consumo familiar.

Em síntese, a representação que as pessoas não originárias do município têm da natureza é de contemplação, numa relação estética e cênica, que agrega também símbolos tidos como representativos de uma cultura rural, como por exemplo, o fogão a

⁴³ Segundo dados do IBGE de 2010, o setor de serviços é o que mais emprega a população de Cunha (45%) seguido da agropecuária (41,4%).

lenha e a maneira artesanal de produção⁴⁴. Já para os nativos, ela deve ser explorada como um ativo turístico, considerada como a principal atividade econômica a ser desenvolvida. Tal percepção, constituída na alteridade, revela a influência tanto dos gestores públicos quanto dos “forasteiros”, mas também o reconhecimento de elementos de sua identidade presente na cultura rural, refletidas em um determinado “jeito de ser” acolhedor.

Da mesma forma que as paisagens cênicas representam um atrativo para o turismo, as práticas sociais da população local, especialmente àquelas voltadas para cultivar as consideradas como “tradições” rurais, são apontadas tanto pelos gestores municipais quanto pelos turistas como um importante elemento para o desenvolvimento do turismo. O jeito de ser e de viver, típicos de uma imagem do caipira, é tido como um trunfo para atrair pessoas para a cidade, aí embutidos tanto aspectos materiais quanto simbólicos⁴⁵. A atmosfera criada durante a realização das festas religiosas e agrícola atende aos anseios dos turistas que veem no município representações de práticas preservadas, reforçando a imagem de um ambiente romantizado em que o passado emerge como um atrativo, porém, acrescido do atendimento a outros desejos, como por exemplo, lugares confortáveis para pernoitar e refeições mais elaboradas. Por outro lado, para os moradores locais representa uma reafirmação de seus valores, expressos na religião católica e, também, fonte de renda advinda da venda dos produtos derivados do pinhão e do fruto *in natura*.

É nesse sentido que para Brandenburg (2010) há a geração de categorias de representação que valorizam o rural, essa imagem diverge da visão preconceituosa do caipira, que sustentavam valores ligados à indolência, à preguiça e à pobreza, ou seja, algo que necessitaria ser superado em nome da modernidade. Ao contrário, o campo passa a atrair a cidade que se nutre culturalmente das práticas que foram, no passado recente, consideradas atrasadas, tornando-se espaço de consumo ao mesmo tempo que reafirma identidades ao valorizar as práticas locais. Para o autor, essa reorganização é tributária do próprio processo de modernização que impõe à população rural uma maior

⁴⁴ Para Carneiro (2008b, p. 72) as práticas e valores da vida no campo são incorporadas como condição da urbanidade moderna. “As festas típicas de resgate das chamadas culturas tradicionais, feitas para atrair turistas, são expressão dessa forma de apropriação”.

⁴⁵ Um interessante exemplo é o uso do fogão à lenha. Enquanto que para os turistas esse objeto representa um símbolo da cultura rural que remete à um passado distante e mais próximo de sociedades pré-capitalistas, para os moradores/agricultores o fogão é uma peça utilitária a que se recorre nos momentos de falta de gás e com uso mais intensificado no período do inverno, já que abre a possibilidade de aquecer o ambiente, além de ser usado no aquecimento de serpentinas para uso em torneiras e para a água no chuveiro.

integração aos mercados. A possibilidade de expressão dessa “tradição reinventada” (BRANDEMBURG, 2010; WANDERLEY, 1996; WANDERLEY, 2018; FROEHLICH, 2012) marcaria um estilo de vida cujas práticas sociais pretéritas são revalorizadas simbolicamente ao mesmo tempo em que são exploradas como vantagens comparativas na obtenção de maior ganho econômico, como ocorre no turismo.

Esta leitura das transformações no rural contemporâneo está em consonância com vários autores que postulam a questão do desenvolvimento e modernização no Brasil a partir de mudanças em que não há rupturas com antigos sistemas. Por exemplo, Martins (1999, p. 30) afirma que “(...) na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem, portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais (...)”. Obviamente, tais transformações, entendidas enquanto relações de interdependências, carregam estruturas de poder em que podem se revelar processos de dominação. Ocorre que em Cunha, até o momento no que se refere ao turismo e à entrada de novos agentes nas áreas rurais advindos das grandes cidades, a realidade parece acomodar os diversos interesses.

Agroecologia

A alteração no manejo da produção de convencional para a agroecológica representa uma segunda atividade que vem sendo desenvolvida em Cunha que atua tanto em ganhos financeiros como na valorização de determinadas habilidades e saberes. Se por um lado o debate sobre natureza e desenvolvimento contribuiu para que a atividade turística fosse explorada como consumo em áreas rurais, por outro viés, incentivou a diversificação de práticas produtivas. A agroecologia busca unificar aspectos sociais, econômicos e ambientais com base em um potencial endógeno da agricultura baseado em conhecimentos e saberes que foram solapadas pela prática da agricultura em larga escala com centralidade na expansão da Revolução Verde, representando, portanto, uma resistência à homogeneização. Sevilla Guzmán e Martínez-Alier (2006) destacam que os movimentos agroecológicos emergem na América Latina entre as décadas de 1980 e 1990, consolidando uma rede que prega pela prática agroecológica, conservação ambiental e preservação de identidades cultural de camponeses e indígenas.

Diferentemente do observado por Charão-Marques *et al* (2017) em pesquisa realizada na Serra Gaúcha e na Zona da Mata mineira, a implementação da produção agroecológica em Cunha não teve influências da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – ancorados na Teologia da Libertação – nem dos sindicatos rurais. A prática de alteração do manejo de produção em Cunha tem sido levada à cabo pela presença de uma Organização Não-Governamental (ONG) local e, mais recentemente, pelo governo do estado de São Paulo, via apoio da CATI na organização dos produtores e promoção de capacitações.

As ONGs costumam atuar nas localidades por meio de financiamento de instituições nacionais e internacionais. Dias e Diesel (2000), numa análise crítica dessas organizações, argumentam que nos anos 1980 as ONGs que se dedicavam às questões de desenvolvimento rural estavam voltadas para objetivos ligados ao desenvolvimento alternativo e na década seguinte passam a atuar e se aproximarem de movimentos ecológicos, agregando noções de “desenvolvimento sustentável”, “agricultura sustentável” ou agroecologia. Nesse período mais recente, destacam os autores, tais organizações abandonam categorias conceituais da economia política, especialmente de inspiração marxista, movendo-se em proximidade às categorias antropológicas e as concernentes à ecologia cultural, numa leitura holística da realidade social, preconizando o protagonismo do público-alvo em que o técnico atua como “catalisador do processo” (DIAS e DIESEL, 2000, p. 12).

Já a atuação mais incisiva do Estado na organização e difusão da produção orgânica pode ser creditada às ações do governo federal, especialmente nos anos 2010, no fomento de ações e instrumentos voltados para essa atividade. É o caso, por exemplo, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) que visa promover o desenvolvimento rural sustentável com foco em seis eixos: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo, terra e território e sociobiodiversidade.

A SerrAcima (Associação de Cultura e Educação Ambiental) foi fundada em 1999 como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), com sede em Cunha, e inicialmente desenvolvia trabalhos junto à Casa Abrigo que tinha atenção voltada para jovens carentes. Desta experiência, representantes da direção da entidade vislumbraram que as áreas rurais abrigavam parte destes jovens e crianças que necessitavam de ações que evitassem situações de vulnerabilidade. Em sua estrutura agregam agricultores e agricultoras, em conjunto com técnicos, inclusive na diretoria.

Atualmente atuam em ações e projetos voltados para a conservação ambiental, com ênfase na geração de trabalho e renda para as famílias agricultoras. Um primeiro projeto voltado à formação de cadeias produtivas de hortaliças foi desenvolvido junto a um grupo de 20 jovens do município no ano de 2003, porém o grande projeto voltado para práticas de produção agroecológica nasceu de uma parceria com a Petrobrás e teve duração entre os anos de 2009 e 2015 possibilitando, segundo o Caderno de resultados publicado pela organização, ampliar o foco de trabalho para o desenvolvimento sustentável, considerando além da questão ambiental “as demandas das famílias agricultoras com suas identidades, realidades e saberes e a necessidade de garantir sua permanência e sustento no campo. Em uma perspectiva, para além da produção e reprodução das famílias no campo, de possibilitar a inserção das mesmas como protagonistas na sociedade” (FESCHI *et al*, 2015, p.8).

As ações realizadas no âmbito deste projeto foram dadas por meio da realização de mutirões (piqueteamento⁴⁶, instalações hidráulicas para dessedentação animal, diversificação de pastagens, manejo ecológico do solo, poda e controle ecológico de pragas e doenças, implantação de campos de multiplicação de sementes crioulas, sistemas agroflorestais, biofossas, proteção de nascentes, plantio de mata ciliar, e sistemas de reuso de água cinza); intercâmbios realizados entre as propriedades no próprio município e para outras cidades e estados; oficinas de aprofundamento temático; visitas de acompanhamento; e, inserção em mercados; beneficiando mais de 100 famílias.

Além das diversas formas de interações, conhecimento e troca de experiências, esse processo teve como resultado a implementação da feira de produtos orgânicos que é realizada às quintas-feiras e aos sábados na praça em que se localiza a Igreja do Rosário em Cunha. Inicialmente foram 20 as famílias organizadas com esse intuito, permanecendo atualmente sete que levam seus produtos para comercialização, que são certificados por meio de Organização de Controle Social (OCS), uma autocertificação realizada pelos produtores que permite que os produtos sejam comercializados *in natura*. Essas famílias são oriundas de dois bairros, especificamente: Roça Grande e Vargem Grande. Há ainda duas famílias que realizam a feira de hortaliças no distrito de

⁴⁶ Segundo a técnica especializada da organização, o piqueteamento é realizado por meio do método Voisin em que a pastagem é dividida em áreas menores, com um padrão de 20 x 20 metros para cinco vacas que se alternam entre os piquetes em três dias, deve haver descanso de áreas pelo período de 30 dias. Além disso, a terra é enriquecida com nutrientes e a alimentação animal leva proteína de modo a recuperar o ambiente e reduzir o custo da produção.

Campos Novos. Além das hortaliças há nove famílias que trabalham com pecuária e que estão aderindo à prática agroecológica nesta atividade.

Tanto a diretora-presidente da SerrAcima quanto os agricultores e agricultoras relatam as dificuldades relativas à mobilização no início de execução do projeto⁴⁷. Além da grande extensão municipal que dificultava o deslocamento desde alguns bairros da cidade, a descrença em um outro método de plantio afastou várias pessoas dos primeiros cursos. D. Bebiana lembra que no início foi chamada de “louca” por vizinhos e parentes que produzem de forma “convencional”. Os primeiros resultados que acabaram por atrair outras pessoas para o grupo vieram a partir da feira, momento em que começaram a vislumbrar um ganho econômico com a “nova” prática de produção. Atualmente, a renda mensal das famílias que participam das feiras fica em torno de um salário mínimo. Individualmente, alguns agricultores estão se organizando para a venda de cestas via internet, é o caso de Antonio que, com a ajuda da filha adolescente, organiza a comercialização de seus produtos para outras cidades do entorno e do litoral paulista e fluminense, como por exemplo, Ubatuba e Paraty.

Um outro motivo que foi catalisador para a produção agroecológica em Cunha foram as doenças diagnosticadas a partir do uso de agrotóxicos – comumente chamado por eles de veneno – nas plantações. Ouvimos vários relatos, vindos principalmente das mulheres, que as famílias vinham adoecendo e uma outra forma de obter recursos tinha que ser pensada, cômicas de que os casos de doença seriam por elas cuidados. Nesse sentido, a alteração na forma de manejo contribuiu para que as famílias, incluindo aqui os jovens, continuassem a produzir em suas próprias terras, sem ter que procurar atividades fora da propriedade. A mudança também acabou por valorizar outros elementos da vida cotidiana expressos, por exemplo, na ingestão de uma alimentação baseada nos próprios produtos, com redução de gastos com alimentos ultraprocessados.

Ficamos sabendo do curso e meu marido foi fazer. Ia ele, meu cunhado, o tio e o irmão, todos juntos. Aí o tio disse que não queria ir mais e ele também quis largar, mas eu insisti e ele terminou. Durou oito meses. Ele queria mais para o leite e eu para a horta. Sempre mexi com horta, desde a casa da minha mãe. Aí ele começou a fazer a horta e logo veio a proposta de vender na feira e na escola. O pessoal estava ficando doente, então esse [orgânico] é melhor. O gosto é diferente. As pessoas falam: ah, tem que botar veneno para matar tudo e nós vimos que sem veneno dá

⁴⁷ A atual diretora da SerrAcima é nascida em São Paulo e há trinta anos fixou residência em Cunha.

muito bem, igualzinho, até melhor. Teve muita gente que falou que ia dar errado (Norma, produtora agroecológica, 48 anos).

Se não fosse a agroecologia eu acho que estaria fazendo outras coisas, mas não estaria plantando do modo convencional porque meu marido já mexeu com isso aí, começou a ficar doente, acho que não compensa. Ele ficou doente por causa do veneno (Renata, produtora agroecológica, 35 anos).

Minha amiga de infância fez o curso e começou a plantar, vi que deu certo e fui fazer também. Eu gosto de lidar na horta. Agora eu quero arrumar a documentação para vender na escola. Eu já vendo aqui na porta [da venda em que trabalha junto com o marido no centro do distrito de Campos Novos], é pouquinho, mas já comecei dando certo. Comecei com uma horta pequena, só para a família, agora eu fiz uma grande, contratei camarada e tudo para ajudar. Agora que meu marido vai aposentar nós vamos para a roça e vamos plantar ainda mais. A vendinha dá pouco, nós vamos fechar (Nancy, produtora agroecológica, 58 anos)

Os jovens também acabam envolvendo os pais. Como aqui em casa, quem foi no curso foi eu e minha mãe. Meu pai não queria, foi indo ele aceitou a ideia e acabou fazendo o curso também. Então, quem acaba puxando é a mulher e os mais jovens para começar o trabalho, aí o pai viu que dá certo e acabou vindo junto (Hugo, produtor agroecológico, 29 anos).

Além desse grupo de agricultores que são apoiados pela SerrAcima, há um outro grupo de pessoas que também realizam uma feira às quintas-feiras na praça principal que são apoiadas pelo governo do estado de São Paulo, via CATI e por uma empreendedora local. São oito famílias que expõe ali os seus produtos. Além da feira, esses produtores comercializam seus produtos via o “disk roça”, onde os consumidores podem escolher entre os produtos de época disponíveis. A lógica de comercialização segue os princípios CSA, cuja sigla em inglês significa “*Community Supported Agriculture*”, sendo adaptada para a língua portuguesa como “Comunidades que Sustentam a Agricultura”. Nesse esquema, originário na Alemanha, mas largamente reproduzido nos Estados Unidos, tem como princípio a ideia de coprodução entre consumidores e agricultores. Com a construção de uma relação de confiança, o agricultor apresenta à comunidade seus custos de produção que é assumido pelos consumidores que podem participar do processo produtivo. O pagamento antecipado

permite aos agricultores investir na produção, entregando os produtos posteriormente aos consumidores que participam do projeto.

Em Cunha esse processo foi encabeçado por Estela, cujos pais adquiriram uma propriedade no município há 35 anos. Ela, depois de passar alguns anos no exterior onde conheceu o CSA, voltou para São Paulo e se viu cansada da agitação da cidade grande, mudou-se para Cunha e vislumbrou a possibilidade de diferentes métodos de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Formada em *marketing*, ela tem seu próprio trabalho e se dedica à organização da comercialização de forma voluntária. Estela explica que em Cunha o sistema funciona por meio de cotistas que pagam antecipadamente o recebimento de uma cesta de produtos por semana. Segundo ela, atualmente, os agricultores conseguem obter cerca de meio salário mínimo, mas o objetivo é chegar a um salário por mês para cada família integrante do projeto.

Tanto um grupo quanto o outro estão se organizando em associações de produtores agroecológicos visando a compra de insumos de forma coletiva, barateando seus custos, mas principalmente, os mercados públicos de comercialização, especialmente nesse caso o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Grisa e Schneider (2014), o PNAE é parte de uma terceira geração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que foram intensificadas no início dos anos 2000⁴⁸. Junto a outros programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade e a criação de selos de certificação orgânica, representam um esforço para a construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

O grupo apoiado pela CATI constitui, em 2017, a BioCunha que representa o grupo de produtores agroecológicos que vendem os produtos via CSA, da feira na praça da igreja matriz e por meio do “disk roça”. Tem sede própria no mesmo imóvel que abriga a Associação dos Apicultores de Cunha (ApiCunha) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Cunha. Já o grupo apoiado pela SerrAcima está formalizando a Associação dos Produtores Agroecológicos de Cunha

⁴⁸ Os autores descrevem que desde os anos 1990 vêm sendo implementadas políticas que visam o fortalecimento da agricultura familiar. Numa primeira geração, as políticas estiveram voltadas para um referencial agrícola e agrário, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); a segunda geração é marcada pelo caráter assistencial e social, incluindo, por exemplo, o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Ver: Grisa e Schneider (2014). Vale lembrar que esse conjunto de políticas teve arrefecimento a partir do golpe parlamentar ocorrido em 2016, que impediu a continuidade de um governo progressista.

(APAC) que começou a ser organizada em fins de 2016. Um dos fundadores destaca que o principal objetivo na constituição da APAC é a venda para o PNAE⁴⁹, uma vez que há priorização para associações em detrimento dos grupos informais, que é como eles se qualificam até o momento, já que o CNPJ ainda não saiu. Além da venda para a merenda escolar, a possibilidade de compras coletivas e o estabelecimento de parcerias, são fatores apontados como incentivo à formalização do grupo.

Vê-se, portanto, que a constituição de duas associações com os mesmos objetivos poderá gerar conflitos de interesses num futuro próximo, uma vez que apenas uma das associações irá ganhar a licitação ou a chamada pública voltada para a venda de alimentos para a merenda escolar. Desta realidade vislumbra-se dois cenários possíveis, um mais otimista em que os grupos intensificam as vendas para mercados privados, quer nas feiras ou na entrega de cestas para o próprio município e outros vizinhos; e, um outro pessimista que consiste numa saturação do mercado local, uma vez que a maioria das pessoas que possuem propriedade nas áreas rurais de Cunha cultivam sua própria horta orgânica.

Da mesma forma que o observado na prática do turismo, o processo que embasou a alteração do modo de produzir do convencional para o orgânico está ancorado numa outra forma de conceber a relação com a natureza, num contexto em que há valorização do consumo de alimentos livres de agrotóxicos que vai ganhando, inclusive, as prateleiras de grandes redes de supermercado por todo o país. Esse outro olhar traz ressignificações sobre o que e como plantar que recorre às habilidades e saberes dos agricultores que haviam sido sobrepujados pelos efeitos da modernização agrícola. Além disso, como se verá nos próximos capítulos, a agroecologia conta com um protagonismo das mulheres na produção que pode vir a ressignificar, também, as relações sociais de gênero.

Pecuária leiteira

Encerrando as três atividades econômicas que são mais latentes nas áreas rurais de Cunha, a prática de produção de leite no município de Cunha remonta aos anos 1940. Willems (1947), em seu estudo realizado justamente nesse período, destaca que na

⁴⁹ Dados da prefeitura municipal de Cunha indicam que no ano de 2017 foram atendidos como ação do PNAE um total 4.039 alunos, incluindo aqui todas as escolas e modalidade de ensino presentes no município, de ensino fundamental e médio e das áreas rurais e urbana.

época havia uma tendência para a pecuária que já se despontava como principal fonte de renda nas propriedades. Segundo o autor, a pecuária foi introduzida em Cunha em 1942 por um “estrangeiro” de Guaratinguetá e difundida pelos migrantes mineiros que ali se instalavam em número cada vez maior e aceitaram mais facilmente as novas técnicas. Já Shirley (1971), que de alguma forma atualiza a pesquisa realizada por Willems, relata que a alteração em larga escala no padrão produtivo – de lavouras para a produção animal – é responsável pelo forte êxodo que ocorreu no município entre os anos de 1957 e 1960, mas pondera que os padrões populacionais voltam a se estabilizar nos anos seguintes devido ao próprio aumento natural da população.

Dados da série histórica do IBGE indicam que a produção de leite em Cunha mantém um padrão ao longo dos anos, excetua-se a década de 1980 em que há forte queda na produção, chegando a um maior nível crítico em 1982 quando a produção fica em 2.722 mil litros, contudo, nas décadas seguintes há uma retomada dos antigos patamares.

Alguns produtores de leite entrevistados indicaram que no período em que há queda na produção de leite, o preço pago pelo litro estava muito baixo, inviabilizando a produção. Tal realidade pode ser creditada a, ao menos, dois fatores. Um primeiro reside na crise econômica pela qual o país passava na década de 1980 que acarretou perda de capacidade de investimento e planejamento por parte do Estado, cujas estratégias estiveram voltadas somente ao controle inflacionário e ficou conhecida como a “década perdida” em termos econômicos⁵⁰.

Tabela 4 – Produção de leite em Cunha (em mil litros)

Década	Produção (em mil litros)
1970	14.562
1980	8.740
1990	12.784
2000	15.729

Fonte: IBGE, séries históricas (de 1974 a 2000).

Obs.: Foram calculadas as médias de produção para a década.

⁵⁰ Em contrapartida ao viés econômico, o Brasil tem no mesmo período uma efervescência na área social, com a emergência de diversos movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MBA), atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos Sindicatos Rurais (STRs), e a organização do Partido dos Trabalhadores (PT), além da promulgação da Constituição Federal, considerada avançada por sua referência à participação social.

Uma prática comum entre agricultores familiares é se desfazer de parte do rebanho em momentos de crise para garantir a reprodução familiar. Essa espécie de “poupança” é utilizada, especialmente, quando há necessidade de recuperação financeira, em casos de doenças na família, ampliação de patrimônio ou mesmo para pagar os estudos dos filhos. Dados do IBGE indicam que o número efetivo de rebanhos em Cunha caiu de 68.500 cabeças em 1979 para 38.500 em 1986.

Um segundo fator é tributário da opção pela “modernização conservadora” da agricultura que, apesar de ter início em anos anteriores, vai se tornando hegemônica na produção agrícola, tendo como principais características o aumento da produtividade e áreas de produção e a adoção de um padrão tecnológico. O resultado deste “pacote” reside na concentração de renda e na substituição de mão de obra por maquinário, reduzindo o papel da agricultura como suporte ao processo de industrialização, provendo alimentos e matéria-prima e gerando excedentes de mão de obra agrícola. Esse processo deu origem aos “complexos agroindustriais” (GRAZIANO DA SILVA, 1996), numa referência ao processo de integração entre a agropecuária e a indústria, em que a produção passa a ser um elo de toda uma cadeia que envolve insumos, produtores, indústrias/cooperativas, distribuição e consumo. Essa realidade acaba por excluir desse modelo de negócio os pequenos produtores, que não possuem recursos para arcar com os artefatos industriais. Apesar da topografia do município de Cunha dificultar o uso de maquinário pesado, o que de alguma forma limita a difusão do modelo aplicado pela Revolução Verde, é preciso considerar a introdução de novas técnicas, como por exemplo, o processo de ultrapasteurização do leite e as ordenhadeiras mecânicas.

Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2016), atualmente a produção de leite em Cunha está em 23.502 mil litros ao ano, num valor total da produção de R\$ 31.022,00. A venda é realizada para pequenos e médios laticínios do próprio município e do vizinho, Guaratinguetá.

Um dos laticínios localizados em Cunha tinha, em 2017, aproximadamente 220 fornecedores de leite, caracterizados pela empresa como de pequeno e médio porte e de produção familiar, oriundos principalmente do distrito de Campos Novos⁵¹. O maior fornecedor deste laticínio, seu José, entregava cerca de 2.500 litros de leite por semana que originam 27 diferentes produtos, entre eles, muçarela, ricota, bebidas lácteas e

⁵¹ Quando realizamos a entrevista com o administrador do Laticínio Funky ele relatou que o empreendimento passava por dificuldades financeiras, agravadas pela morte de seu proprietário. Em 2018 a empresa fechou as portas. Os fornecedores que entregavam o leite para eles, em sua maioria, passaram a entregar para o outro laticínio do município.

manteiga. José trabalha com sua esposa, seus dois filhos de 12 e 17 anos e ainda emprega um diarista que lhe ajuda a cuidar das 60 vacas que possui das quais tira o leite de manhã e no início da tarde. Ele lembra que quando criança ajudava o pai na plantação de milho e feijão, cuja venda era realizada para atravessadores que vinham buscar os produtos levando-os em lombos de burros, além disso, a criação de galinhas era encaminhada para o município vizinho de Lorena para a venda. Lembra que o valor destes produtos foi diminuindo e inviabilizando a continuidade da família com a agricultura, motivo pelo qual ele decidiu trabalhar com a pecuária. Hoje com 47 anos, José pretende trabalhar durante mais três anos, mantendo somente cabeças de gado, pois seus filhos não têm o desejo de continuar com o leite. Por esse motivo, acredita que dentro de cinco anos a produção de leite em Cunha passará por uma nova transformação, já que os produtores têm a mesma idade que a dele e os filhos, da mesma forma que os seus, não têm interesse em continuar na produção.

O desestímulo à continuidade da pecuária vem, também, do preço pago pelo litro de leite. É muito comum os produtores e produtoras evidenciarem que metade do valor recebido “fica com a vaca”, referindo-se ao custo dos insumos despendidos na criação. Alguns laticínios que também comercializam os insumos já embutem os custos com ração na planilha de recebimento do produto e, muitas vezes, os produtores afirmam que “ficam devendo” para a empresa. Mesmo assim, a atividade pecuária ainda é tida como “dinheiro certo” todo mês, em contrapartida ao trabalho de “camarada” desenvolvido em conjunto com a pecuária que não tem o pagamento realizado com frequência, dependendo da disponibilidade de trabalho. Como dito anteriormente, algumas propriedades voltadas à pecuária vêm alterando sua forma de produção para a agroecologia, ainda em andamento, essa mudança poderá provocar um ganho econômico por litro de leite, mas irá depender da disposição de mercados que assumam esse custo, encontrados com mais facilidade nas grandes cidades.

Em suma, as três atividades econômicas desenvolvidas em Cunha são responsáveis, também, por inserir novas representações que informam atitudes e comportamentos, sendo a localidade o espaço em que elementos culturais vindos de fora acabam por compor as identidades locais em constante definição (CARNEIRO, 2008). Nesse sentido, o que se observa em Cunha é o aproveitamento do que os agentes locais chamam de um certo “jeito de ser” e dos símbolos materiais para a exploração do turismo, bem como das habilidades e saberes de um modo de fazer para a inserção em práticas agroecológicas utilizadas tanto na produção de hortaliças como, ainda que

incipiente, na pecuária. Tanto o modo de vida quanto as práticas agrícolas fazem parte de um estilo que carrega elementos da cultura caipira, reorganizados e ressignificados a partir de uma revalorização do rural em que tanto o meio ambiente quanto as antigas práticas de sociabilidade são acentuadas com tendências à preservação.

Vimos que os agentes portadores e que atuam na disseminação dessa nova visão sobre o rural são externos. Se por um lado podem ser observados conflitos no que concerne à propriedade e uso da terra, por outro viés, a maioria dos interesses parecem estar acomodados numa aderência entre as expectativas dos portadores e as oportunidades criadas para os moradores e agricultores locais a partir do desenvolvimento das atividades que vêm gerando renda e valorizando suas habilidades e manifestações culturais, equilibrando as relações de interdependência. Resta-nos, para atender os objetivos dessa pesquisa, compreender de que maneira as relações de gênero são afetadas por essas novas dinâmicas. Antes, contudo, é preciso compreender as representações em ser mulher no mundo rural, objeto de explanação do próximo capítulo.

Síntese do capítulo

Do exposto até aqui temos uma realidade que coloca o município de Cunha enquanto um lugar de passagem e como fornecedor de alimentos durante os ciclos econômicos do ouro, do café, e no período dedicado à interiorização da industrialização, portanto, inserido de forma lideira aos processos de desenvolvimento pelos quais o estado e o país passaram. Nesses termos, a base agrícola esteve voltada para produção em pequena escala, distante da presença de grandes monoculturas, tão característica em outras regiões, o que contribuiu na formatação de tipos sociais específicos, como os senhores de engenho e os barões do café, por exemplo. Ao contrário, em Cunha mantiveram-se características circunscritas à existência de pequenas propriedades e um estilo de vida mais próximo ao que a literatura indicava como representações de uma identidade caipira, inclusive no que se refere à produção para consumo próprio e na subordinação econômica, política e social que a caracteriza.

Tais elementos inspiraram a realização de estudos etnográficos que identificaram, de um lado, as transformações que vinham ocorrendo no meio do século passado e, de outro, a pertinência de valores tradicionais ligados à religiosidade e à vida comunitária como orientadores de práticas sociais da população local.

Ao longo das décadas mais recentes foram se firmando novos usos e significados para as áreas rurais, influenciando tanto as atividades produtivas que passaram a ser desenvolvidas, como também novos processos de interação social que resultam em interdependências inexistentes até então, afetando a posição dos agentes nas configurações sociais.

Partindo da noção de ruralidade, na qual a categoria modo de vida representa uma chave analítica, explicitamos os elementos que organizam e dão sentido para determinadas formas de representação e valores que foram apresentados materializados em aspectos referentes: a estrutura fundiária, o movimento migratório de pessoas que viveram em grandes cidades, as relações de vizinhança e parentesco que revelam a importância do bairro como *locus* de sociabilidade, a religiosidade que orienta práticas e valores, a realização de mutirões como ajuda mútua e os aspectos da culinária e da música.

Todos esses elementos dão forma ao que a literatura caracterizava como sendo uma identidade caipira. Porém, longe da visão que imortalizou Mazzaropi nos cinemas encarnando o personagem Jeca Tatu, o caipira hoje encontrado no interior de São Paulo carrega o orgulho de viver do que planta e em conexão com a natureza, poder trabalhar em sua própria terra sem subordinação a terceiros – como os atravessadores – vendendo os frutos de seu trabalho diretamente ao consumidor. Esta nova representação foi forjada tanto nos processos de interação com os forasteiros que passam a morar no município, quanto na valorização mundial da natureza e da produção de alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos, que se fortalecem desde a década de 1990.

Se no passado o feijão, o milho e o leite eram os principais produtos explorados pelos agricultores em Cunha, essa atividade sofre uma trifurcação na atualidade revelando outras formas de interação no desenvolvimento do turismo, da agroecologia e da pecuária. Apresentamos a gênese dessas atividades produtivas no intuito de compreender quem são os principais agentes que iniciam esse processo.

O turismo e a entrada de novos agentes nas áreas rurais de Cunha fazem parte de iniciativas engendradas ainda no século passado, dadas tanto por motivações da gestão municipal, quanto pela narrativa empreendida na valorização ambiental. A prática é orientada pelo tripé colocado na produção da cerâmica artística e utilitária, na paisagem e no jeito de ser acolhedor de seus moradores, mais precisamente em seu próprio modo de vida e seus elementos materiais e simbólicos que congrega componentes do passado

e anseios atuais, conformando um processo denominado, de acordo com a literatura, como tradição reinventada.

Também imbuída da narrativa ambiental, a prática agroecológica adentra as propriedades por meio da ação de uma ONG e do Estado, cuja disseminação é impulsionada pela abertura nos mercados público e privado, bem como pelo diagnóstico de doenças causadas pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A pecuária se apresenta como uma atividade secular que, com altos e baixos, vai mantendo financeiramente muitas famílias no município, com novas oportunidades surgindo a partir da produção do leite orgânico.

As atividades recentes foram disseminadas e capitaneadas por agentes externos ao município, que detêm o poder de negociação e articulação de projetos. Porém até o momento observa-se que os interesses de ambas as partes estão acomodados. Tal situação poderá se reverter caso se confirmem processos de gentrificação, dada a intensificação de ocupação das áreas rurais por pessoas de alto poder aquisitivo.

As dinâmicas surgidas a partir desses processos geram novas oportunidades para os moradores locais que são aproveitadas de forma distinta entre eles e, também, entre os homens e as mulheres.

2 – Abordagens de gênero: condições em ser mulher no mundo rural

Da mesma forma que os significados e representação sobre o rural vão ganhando novos contornos ao longo do tempo, as condições em ser mulher também agregam novas considerações com o passar dos anos, influenciadas por pensamentos e pesquisas desenvolvidas ao redor do mundo, bem como pela atuação dos movimentos sociais. Uma das maneiras de percorrer o caminho dessas leituras é por meio das chamadas ondas feministas. Considera-se aqui que as ondas, como marcações históricas, são importantes por produzir um corpo de pensamento que influenciou os estudos sobre as relações de gênero reproduzidos, inclusive, para o mundo rural. Entende-se, contudo, que esse é um dos caminhos dentre outros que poderiam ser abordados. Evidenciando uma opção metodológica, percorrer as reivindicações e os principais argumentos teóricos que compuseram as ondas feministas é um primeiro caminho deste capítulo. Entremado a essa leitura, são destacados os principais estudos sobre o rural que aportaram para elementos circunscritos nas relações de gênero indicando três posicionamentos sobre a condição feminina no mundo rural: submissão, complementaridade e protagonismo.

Desse corolário, evidenciam-se que os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres não são meras definições biológicas, mas fruto da construção social, cujos valores são repassados pelas gerações e pelas instituições funcionando como esquemas de percepção e influenciando o comportamento dos agentes sociais (BOURDIEU, 2012). Em que pese a ótica do dominador e a ambiguidade na oposição homem *versus* mulher postas nessa leitura, a noção de que existe um determinado *habitus* feminino e um masculino forjados nos processos de socialização é preservada na análise proposta nessa pesquisa. Porém, ressalta-se que tais processos não são universais e, buscando um caminho de observação que tenha por objetivo não fragmentar demasiadamente a realidade social, sugerimos a adoção da noção de configurações sociais de gênero de modo a abarcar as diferentes realidades em que as mulheres estão inseridas, conforme explicitado na Introdução.

Com inspiração em Norbert Elias, a noção de configurações sociais de gênero, como modelo teórico e metodológico, traz a possibilidade de análise para as relações de poder e o próprio campo que as produziu. Dessa forma, propõe-se evidenciar as capacidades femininas acionadas nos processos de interação analisadas por meio das trajetórias de vida que revelam as interdependências realizadas na vivência das

mulheres entrevistadas, denotando a totalidade e as particularidades de cada uma dessas histórias o que, por sua vez, traz uma perspectiva que não aponta para uma homogeneização e nem hierarquização universais.

Na terceira parte desse capítulo apresentamos uma breve caracterização das mulheres que foram entrevistadas em Cunha, buscando situar um quadro socioeconômico geral, destacando as diferentes dinâmicas da ruralidade produzidas naquele município. Por fim, são indicados os temas que se sobressaíram, tanto na literatura quanto durante a realização da pesquisa, e que serão objeto de análise nos próximos capítulos: trabalho e renda, escolaridade e capacitação, e o uso do tempo.

2.1 – Reivindicações feministas, teorias sociais e relações de gênero no mundo rural

As manifestações e reivindicações das mulheres ao redor do mundo, especialmente no Ocidente, são comumente denominadas de “ondas” por ser um movimento iniciado em determinado contexto e ir tomando corpo em outros países e regiões. A primeira onda feminista é marcada pelo direito das mulheres ao voto e tem início na Inglaterra em fins do século XIX, conhecido como movimento Sufragista. Ao atingir outros países, esse movimento foi se aliando a diferentes manifestações, dependendo da realidade local. Por exemplo, nos Estados Unidos, o movimento de mulheres sufragistas se alia ao movimento abolicionista, despontando algumas especificidades das mulheres negras. Já no Brasil a reivindicação pelo direito ao voto também ocorre e se conecta ao movimento de operárias de ideologia anarquista, em 1917⁵². Essa primeira movimentação feminista vai perdendo força no país na década de 1930 e só volta a aparecer nos primeiros anos de 1960 (PINTO, 2010).

Justamente nesse período tem início a segunda onda feminista, que perdura até a década de 1980, não mais marcada por uma reivindicação específica, mas guiada por um pensamento, cuja tônica gira em torno de discussões sobre o entendimento da permanência das diferenças entre homens e mulheres mesmo em lugares onde as legislações já ditavam a igualdade. Emerge daí o essencialismo e a oposição entre público e privado como principais temas no entendimento sobre a desigualdade. A obra

⁵² As mulheres dos Estados Unidos passam a ter direito ao voto em 1917, no Reino Unido em 1928, no Brasil em 1932 e na França em 1945.

de Simone de Beauvoir é considerada como marco deste segundo período feminista⁵³. Publicado em primeira edição em 1949, a autora do livro “O segundo sexo” procura, a partir de uma abordagem existencialista, identificar as razões de a mulher ter se tornado “o outro” dentro de uma totalidade. Buscando explicações na biologia, na psicanálise e no materialismo histórico, é por meio da história que a autora desvela os fatos que permitiram aos homens incidir um domínio sobre as mulheres.

Um primeiro fato que Beauvoir (2009) aponta como precursor do privilégio masculino é a guerra. A possibilidade de controlar a vida, tanto ao arriscá-la como ao destruí-la, constitui um valor como existência que coloca o homem no domínio da natureza e da mulher. Ao se fixar no solo e se tornarem agricultores deixando o nomadismo de lado surgem as instituições e o direito, residindo aí mais um fundamento de privilégio masculino. O homem se torna proprietário do solo e reivindica a propriedade da mulher, estabelecendo o patriarcado com códigos específicos desenhados pelos próprios homens, inaugurando um longo período de dominação masculina que só é abalada a partir da revolução técnica.

É no século XIX que algumas mulheres começam a se destacar, especialmente no terreno cultural e a instrução se mostra libertadora. Pelo viés econômico, a grande maioria das mulheres participam de funções menos especializadas e recebem menores salários, como as operárias e as vendedoras. Além disso, têm de conciliar a vida doméstica com o trabalho. Nesse sentido, os elementos de mudança seriam dados na materialidade, na participação das mulheres na produção em conjunto com as condições de casamento e procriação. Mas, alerta Simone de Beauvoir, apenas uma consciência de si e de seu papel não é suficiente para a libertação feminina da opressão, uma vez que, há um círculo vicioso em que a supremacia masculina tende a se perpetuar. Nesse sentido, seria apenas num mundo socialista que a mulher poderia assegurar sua liberdade por meio do trabalho. Destacam-se, portanto, em sua abordagem o trabalho e a renda, bem como o enriquecimento cultural como aspectos que possibilitariam às mulheres alcançarem um patamar mais simétrico em relação aos homens no mundo social⁵⁴.

⁵³ Além de Beauvoir, a norte americana Betty Friedan também é considerada como uma autora que marca a segunda onda do feminismo com sua obra “A mística feminina”, lançado em 1963.

⁵⁴ Sobre a questão trabalho e renda, Bell Hooks (2019) traz uma importante contribuição ao afirmar que o trabalho desempenhado pelas mulheres por si somente não representa liberdade em relação à dominação masculina, embora traga benefícios como a valorização da autoestima e a participação em comunidade. Para a autora, seria a autossuficiência econômica – e não o trabalho em si – que importaria para a

Altamente difundido pelo mundo, o pensamento feminista da segunda onda reivindicava ferramentas teóricas que buscassem explicar as causas da subordinação, cujos principais conceitos residem em mulher, opressão e patriarcado. Os pensamentos e debates da segunda onda do feminismo chegam ao Brasil em meio ao golpe militar de 1964. Sarti (2004) pondera que o feminismo brasileiro deste período tem influência norte americana e europeia, mas é marcado pela contestação à ordem política instituída pelo golpe, tendo parte expressiva das feministas ligadas às organizações de influência marxista, bem como inspirações dadas pela declaração da ONU em 1975 sobre a década da mulher, instituindo uma discussão internacional sobre a condição feminina.

Para Piscitelli (2009, p. 134) os estudos realizados sobre a égide da segunda onda feminista visualizam a mulher como um sujeito universal que sofre opressão e o patriarcado é tomado como uma ideia “global e unitária de poder”. Tal noção, revela a autora, influenciou estudos sobre a situação da mulher, mas a utilização do conceito de patriarcado de forma universal oculta particularidades da condição feminina, o que causou uma problemática do ponto de vista metodológico, emergindo então, o conceito de gênero que busca dar conta dos diferentes arranjos pelos quais determinada sociedade trata as suas diferenças.

É a historiadora Joan Scott que sintetiza o conceito de gênero como uma categoria analítica para designar as relações sociais entre os sexos. Seu estudo, originalmente publicado em 1986, serviu de inspiração para diversas pesquisas, pois critica o uso descritivo de gênero utilizados nas análises realizadas até então que afirmavam a existência de uma relação social entre os sexos, mas não explicavam as razões pelas quais essas mesmas relações são constituídas de determinada maneira, como efetivamente funcionam e as razões de eventuais mudanças. Para ela, o gênero é constitutivo de relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma primeira forma para significar as relações de poder. O importante, então, é compreender os elementos que dão significado às relações de gênero, como por exemplo, os símbolos disponíveis culturalmente que evocam múltiplas representações constituídos por meio da linguagem e do discurso (SCOTT, 1995).

A leitura de Scott sobre as relações de gênero colabora para uma visão sobre a condição feminina que vai além das relações postas na divisão do trabalho. Temas como a sociabilidade e a ação política feminina são introduzidos aos estudos feministas que

libertação das mulheres, uma vez que o trabalho realizado por baixos salários e horários rígidos tendem a aprofundar os processos de dominação.

vão além da naturalização posta pelas diferenças biológicas. Evidenciam-se, portanto, as relações de poder embutidas nas relações de gênero. Apesar da inovação que a autora traz para o pensamento feminista evidenciando a importância do universo simbólico na constituição das representações não fica claro, em sua obra, de que forma tais construções seriam dadas e reproduzidas. Além disso, o uso da categoria gênero tomou grandes proporções, chegando até a ser banalizado, inclusive no seio dos movimentos sociais, uma vez que seu conteúdo relacional obstaculiza a reflexão sobre temas importantes que acentuam diferenciais (PAULILO, 2016).

Na esteira das análises pós-estruturalistas, a década de 1990 é considerada como um recorte que institui a terceira onda feminista, uma vez que há diversificação e especificação das demandas, surgindo novas categorias com foco na diferença, em especial, o movimento feminista negro e LGBTQ+. Deixando o essencialismo de lado, autoras como as filósofas norte americanas Donna Haraway e Judith Butler, e a teórica indiana Gayatri Spivak, inauguram uma nova forma de pensar o feminismo que questiona o pensamento dominante de representação. Ainda nessa linha de pensamento ganha força a ideia de um feminismo latino americano, uma reflexão decolonial que apresenta demandas específicas das mulheres nos países colonizados. Cypriano (2013) destaca que os países colonizados apresentam uma condição profunda de subordinação patriarcal, em que o machismo é sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja Católica. Para ele, o termo colonização é utilizado para se referir à dominação estrutural que suprimiria a heterogeneidade dos indivíduos e tem três marcações: marxista, com foco no viés econômico; das feministas negras, que relatam a apropriação de suas lutas pelas mulheres brancas; e, reivindicações do terceiro mundo, que questionam hierarquias políticas e econômicas. Esse conjunto de temas está inscrito em análises de subalternidade.

Nos estudos sobre o mundo rural, como se verá adiante, preocupações com a visibilidade feminina na esfera produtiva são iniciadas na década de 1980. Como bem demonstra Carneiro (2019, no prelo), críticas são dirigidas a esse tipo de análise por separar o universo produtivo do reprodutivo, já que as atividades reprodutivas são acompanhadas de uma desqualificação que reforça sua subordinação, onde o trabalho feminino na produção é considerado “ajuda”. Abre-se, então, o debate quanto ao significado econômico do trabalho doméstico em três principais vertentes: i) visibilidade do trabalho feminino como um caminho para reconhecer a função da mulher enquanto agricultora, questionando a divisão sexual do trabalho que a impede de

se inserir em outras atividades. Essa leitura tem como mérito visibilizar e valorizar o papel feminino na economia familiar, por outro lado, naturaliza as atividades domésticas como tarefas femininas; ii) abordagem que questiona a noção de trabalho pautada na produção de bens, inclui as atividades femininas no âmbito da reprodução como trabalho; iii) leitura que questiona a dualidade entre produção e reprodução, considerando a articulação entre estas duas dimensões como expressões da subordinação (CARNEIRO, 2019, no prelo). Vejamos alguns dos principais estudos que trazem especificações sobre as mulheres rurais realizados, sobretudo, no interior de São Paulo.

Como explicitado no capítulo anterior, as análises sobre o mundo rural realizadas em meados do século passado, tiveram como foco as alterações na sociedade trazidas pela urbanização. Em pauta as transformações a que as áreas rurais estavam sendo submetidas pelas vias da modernização. De uma maneira geral esses estudos tomavam como unidade de análise a família, fazendo uma clara distinção entre as atividades realizadas por homens e por mulheres, bem como a ocupação de espaços públicos e privados, determinando posições sociais específicas para cada um dos sexos.

Entre os autores que procuram analisar as características intrínsecas a um modo de vida rural no estado de São Paulo e na cidade de Cunha, há algumas referências sobre as mulheres⁵⁵. Brandão (1983; 1995; 1999), que desenvolve pesquisas na região do Alto Paraíba, descreve as práticas femininas e masculinas tanto no trabalho com a terra como na vida social. Desde a infância as meninas eram orientadas a iniciar os trabalhos domésticos junto às suas mães na rotina de cuidados com a casa, enquanto que os meninos seguiam os pais nas lidas com a roça. O autor atribui um caráter correspondente entre a unidade de produção e a unidade doméstica e, assim, o trabalho feminino com a produção era considerado como “ajuda”, sendo as tarefas mais “brutas” de responsabilidade masculina, inclusive, as decisões do que e quando será cultivado em suas terras, já que era o pai/marido quem dirigia os trabalhos na propriedade.

Brandão, nessas obras, ainda expõe uma diferença de ocupação espacial entre os homens e as mulheres, sendo a elas relegado o espaço doméstico, enquanto os espaços de caráter público eram destinados aos homens. Tais diferenças estariam expostas numa divisão entre a própria casa, cujos espaços da sala de estar para a varanda seriam

⁵⁵ Destaco aqui especificamente os estudos realizados no estado de São Paulo e em Cunha por serem o ambiente em que a pesquisa foi realizada. Para uma análise sobre a condição feminina nas unidades familiares no Nordeste ver, por exemplo, HEREDIA, GARCIA e GARCIA (1984). Já para a região Sul, pode ser consultado o trabalho de PAULILO (1987).

caracterizados como voltados “para fora” e considerados como masculinos, já a cozinha e os quartos estariam voltados “para dentro” e de ocupação feminina. Além disso, espaços públicos como bares e as negociações de venda da produção seriam de responsabilidade exclusiva dos homens, às mulheres teriam sob seu domínio as “aves de pena” e as verduras, inclusive o rendimento advindo de suas vendas. Assim, caberia às mulheres as atividades ligadas à transformação e intermediárias, como a fertilização das sementes e a preparação de alimentos, e aos homens os processos iniciais e finais, expressos na preparação da terra e na comercialização. Às atividades produtivas e ocupação de espaços, o autor denomina pelo binômio “quentes” ao se referir aos homens e “frias” para as mulheres, sendo as primeiras sempre carregadas por algum tipo de saber⁵⁶. Tal divisão entre trabalho no roçado e trabalho na casa vivenciada nas áreas rurais, toma as proporções de trabalho produtivo e reprodutivo (NOBRE *et al*, 1998), com uma maior valorização para as tarefas desempenhas no espaço público e de negociação, sob responsabilidade masculina.

Apesar da clara apartação dos espaços e atividades, Brandão esclarece que em alguns momentos há complementaridade entre os trabalhos dos homens e das mulheres, descrito pelo autor sobretudo na atividade leiteira, embora caracterize as funções femininas praticamente como prolongamentos das que são desenvolvidas no ambiente doméstico, como por exemplo, a limpeza e trato com as vacas. Ainda que o autor coloque peso na submissão das mulheres camponesas, reconhece suas atitudes de planejamento cotidiano que levam ao pleno funcionamento da unidade produtiva. Em suas palavras: “ainda que submissa por direito costumeiro às ordens do marido, a mulher de certo modo domina o cotidiano, porque é seu trabalho que, na prática, dirige as atividades de produção da comida, do vestuário, do cuidado com os filhos” (BRANDÃO, 1983, p. 73).

Conforme descrito em outro espaço (FAVARETO, 2016) Antonio Candido (2001) investiga em “Os parceiros do Rio Bonito” aspectos da cultura caipira e seus ajustes a um meio em processo de transformação no município paulista de Bofete. Para isso o autor realiza um experimento etnográfico cujos resultados descrevem as diferenças encontradas entre a vida caipira tradicional (recorrendo aos aspectos econômicos, hábitos alimentares, sociabilidade e descrição da vida cultural) e a situação

⁵⁶ A esse respeito Brandão (1995) traz um interessante exemplo da escola. Segundo ele, as atividades de construção e reforma dos prédios é considerada masculina pois contém aí um saber específico, enquanto as ações ligadas ao cotidiano de funcionamento, como por exemplo a Associação de Pais e Mestres é majoritariamente formada por mulheres.

no momento de sua pesquisa, com transformações nas formas e nas relações de trabalho, na dieta alimentar, nas relações sociais e nas representações mentais, destacando os elementos que persistem no caipira da década de 1950.

Embora não trate especificamente de relações de gênero, Candido aponta em seu livro alguns aspectos da vida familiar do caipira que merecem ser retomados no que se refere à leitura realizada sobre as mulheres. O autor destaca que a família caipira é uma organização familiar patriarcal, contudo, com as mudanças que ocorrem no plano econômico e técnico há um afastamento entre as formas antigas e atuais. Se antes por exemplo, os casamentos eram arranjados pelo pai, nos anos 1950 a iniciativa matrimonial parte do interessado, mas a vontade do pai ainda é decisiva, especialmente no caso de filhas mulheres. Os casamentos eram realizados entre o limite de 13 a 20 anos para as mulheres e entre 18 e 22 anos para os homens e se davam de acordo com interesses econômicos e valores do grupo social de origem, além desses fatores, especificamente para as mulheres, havia também as questões de estabilidade e segurança, uma vez que se os pais falecessem, elas ficariam sem posição definida na família.

Quanto às relações de poder dentro do casamento, Candido (2001, p. 300) afirma que não havia absoluta sujeição, mas a mulher passava por muitos mais sacrifícios que os homens “pois não apenas lhe compete todo o trabalho de casa – que na roça compreende fazer roupas, pilar cereais, fazer farinha, além das atribuições culinárias e de arranjo doméstico – mas, ainda, labutar ao seu lado”. Com essas observações, o autor ilumina a interdependência entre os papéis masculino e feminino dentro da unidade familiar, pontuando um aspecto para além da produção agrícola. O autor destaca, como pôde observar em suas análises, que às mulheres coube o espaço doméstico, enquanto o espaço público, como as festas por exemplo, elas eram apartadas especialmente quando estas eram realizadas distantes de sua moradia. A violência, trazida como consequência de uso abusivo de álcool, também foi sinalizada pelo autor como um desequilíbrio nas relações conjugais.

O número de filhos era abundante, já que não existiam restrições à natalidade, além da necessidade de braços para contribuir no trabalho agrícola. As cerimônias de batizado reforçavam os laços de compadrio. Quanto à educação, o autor reforça que a maioria de seus entrevistados era formada por analfabetos, sendo a família “a única instituição educativa”. O trabalho agrícola, para os meninos, representava a passagem à idade adulta, o que ocorria por volta dos 13 anos e esta ação dava a eles algumas

regalias, como ir sozinhos à vila, fazer compras e começar a pensar no casamento. Já às meninas, era reservada a ajuda ao trabalho doméstico e a espera pelo matrimônio.

As análises empreendidas por Candido para o município de Bofete são bem próximas às encontradas na obra de Willems (1947) para Cunha, que evidencia uma forte marca de organização patriarcal. Embora também não tenha por foco análises sobre as relações de gênero, o autor demonstra que até o início do século os casamentos eram arranjados pelos pais, mas na década de 1940 as moças tinham liberdade de escolher seus companheiros, pedindo a aprovação dos pais. Não havia restrição a casamentos com pessoas “de fora”, inclusive os moços de outras cidades eram os preferidos das mulheres por representar um “bom partido”. Relata, porém, forte presença de elementos religiosos e morais, por exemplo, na questão da virgindade feminina. As moças que não se casassem “puras” virariam mulas sem cabeça depois de suas mortes. Esse tipo de sanção sobrenatural, como aponta Willems, permitia que o objetivo do matrimônio fosse a procriação. Quanto à instrução, o autor destaca que a educação rural era realizada junto à família, portanto, sem acesso às instituições formais de ensino. No que se refere às questões relacionadas ao trabalho, havia uma diferença comportamental entre as mulheres da roça e da cidade, observando “maior autonomia” entre as primeiras que se dedicavam às atividades econômicas que lhes assegurava certa independência financeira, principalmente na criação de animais – aves e suínos – e na confecção de farinha de milho no pilão. Além disso, eram as mulheres rurais que tinham contato direto com mascates que passavam pela região para vender seus produtos que apesar de serem convidados pelos homens, ao adentrar nas casas se dirigiam às mulheres para efetuar a comercialização, e nessa transação os maridos não costumavam interferir. Se havia maior independência entre as mulheres rurais, havia também, segundo ele, maior segregação, especialmente na realização de festas que contavam com separação entre os sexos.

Vinte anos após as conclusões do etnógrafo, Shirley (1971) retoma as análises sobre Cunha e reforça que a educação formal era mais dirigida aos moradores da área urbana do município, sendo a população rural excluída desse sistema. O autor informa que somente 10% da população rural tinha acesso à escola primária que eram mantidas pelos próprios moradores. O primeiro ginásio foi instalado na cidade em 1957 por pressão de parte da população que para seguir os estudos no segundo grau tinham que se locomover para outras cidades da região. Shirley mostra que na década de 1960 havia uma preferência por educar as mulheres das famílias, especialmente, para o magistério

efetuado nas escolas normais, já que os homens deveriam seguir os pais na agricultura ou arrumar qualquer outro tipo de emprego, enquanto que para as moças, a possibilidade de se engajarem em outros serviços era menos esperada. O autor assinala que os estudos das moças nas escolas normais resultavam em bons empregos e, caso isso não ocorresse, elas ainda poderiam utilizar esse trunfo para a escolha de seus esposos. Por isso, as famílias se esforçavam para educar primeiramente as mulheres e, caso houvesse oportunidade, os homens seguiriam os estudos posteriormente. Shirley demonstra por meio de várias tabelas, tendo como parâmetro o estudo de Willems, que as mulheres de Cunha, tanto da zona rural como da zona urbana, vinham aumentando os anos de estudos. Sobre casamentos o autor assinala o caráter endógeno dos matrimônios, realizados muitas vezes entre parentes.

Obviamente não podemos exigir desses estudos uma análise aprofundada sobre a condição feminina nas áreas rurais já que o tema não figurava entre seus objetivos. Mas, diante de suas descrições há a possibilidade de inferir as formas como a mulher rural esteve representada nesses estudos que conformam determinada visão de um período específico. Observa-se o peso dado ao domínio apartado de espaços e das tarefas desenvolvidas nas famílias, indicando uma subordinação feminina à figura masculina, tanto no que se refere ao pai como, posteriormente, ao marido. Essa visão dualista será, posteriormente, criticada pela literatura. Por exemplo, Silva (2013) argumenta que a divisão sexual do trabalho nas unidades produtivas só existe para o homem, uma vez que as mulheres participam de todas as atividades, casa-mulher-reprodução em oposição a roça-homem-produção seriam representações sociais.

Uma análise específica da posição da mulher no mundo rural pode ser encontrada nos estudos realizados em bairros rurais de cidades do estado de São Paulo por Fukui na década de 1970. A autora inova ao argumentar que não há uma distinção nítida entre as tarefas de homens e mulheres no trabalho familiar na roça, sendo o trabalho mais “leve” ou mais “penoso” desenvolvido de acordo com a força física, independentemente do sexo. O que existe no desenvolvimento das tarefas produtivas é uma relação de complementaridade que tem por foco a organização da vida familiar.

Apesar da mulher ser responsável pelas tarefas domésticas, cuidado com os filhos e pela transformação dos produtos a serem comercializados de um lado, e o homem ter por incumbência os negócios relativos à propriedade, a socióloga afirma que mesmo sendo iniciativas forjadas em esferas diferentes, têm por resultado a complementação da vida em casal. Dessa forma, “em lugar de membro submisso,

obediente e passivo, é a mulher um membro importante e colaborador da unidade econômica; sua posição é muito mais de complementaridade do que de subordinação” (FUKUI, 1975, p. 55). Complementando a ideia de que não há submissão feminina, a autora afirma que não há autoridade do homem sobre a mulher, contudo, isso não significa que elas ocupem uma posição de destaque já que aos homens são relegados privilégios que os colocam em situação de preponderância. Seria então no nível das opiniões que a superioridade masculina estaria expressa e não nos fatos observados pela pesquisadora que, como dito, revelam complementaridade. A posição da mulher no mundo rural seria dada por diferenças nos padrões de comportamento expressos moralmente, com fundamento no recato e na limitação de liberdade de locomoção.

Na mesma linha de pensamento, mas num universo de análise da sociedade camponesa francesa, Segalen (1980) confirma as possibilidades de complementaridade entre os sexos no que se refere à organização do trabalho familiar que ficaram ocultas sob o olhar de pesquisadores que não analisaram o emprego do tempo em cada uma das tarefas desenvolvidas, além de observarem a realidade por meio de seus próprios códigos. Para ela, a vida doméstica não pode ser separada da vida da produção, como apresentaram diversas análises sobre as relações de gênero no meio rural, uma vez que residência e espaço de produção se confundem, ou seja, a articulação das tarefas diárias é fundamental para a manutenção da família e sua reprodução social. A autora reconhece que há tarefas que estão sob domínio masculino, como por exemplo, o trabalho de preparação dos campos para o plantio, e tarefas que são femininas, especialmente as que concernem à casa e os cuidados com os filhos, mas grande parte das atividades desenvolvidas repousa numa situação de cooperação entre os sexos, por exemplo, o cuidado com os animais e na lavoura. Tal cooperação é cotidiana e implica uma divisão de tarefas por técnicas de operações, não é a força física que importa, mas a autoridade e responsabilidade.

No lastro destas abordagens há elementos que se distanciam das simples definições de tarefas de um lado ou de outro, ou ainda, da simples subordinação feminina à figura masculina. Por outro lado, evidenciam-se aspectos de cooperação e complementaridade entre os sexos para um bom andamento da unidade produtiva, cerne da reprodução social e econômica da família. Porém, para além deste limite prevalece a reprodução de comportamentos com valores morais específicos que constituem um determinado significado em ser mulher no mundo rural onde são evidenciados os privilégios masculinos.

A desvalorização das atividades femininas – e conseqüentemente sua subordinação – são fruto das representações sociais que as embasam. Isso não significa, contudo, que as atividades desempenhadas por homens e mulheres no meio rural possuem menor significação para a reprodução social das famílias. A complementaridade diz respeito às formas de organização familiar e não corresponde ao reconhecimento social de uma posição equilibrada entre os gêneros. Essa temática se insere num debate mais amplo que trata da separação entre as atividades produtivas e reprodutivas, em que há prevalência em termos econômicos das primeiras, ou, em outras palavras, entre as relações objetivas e subjetivas da vida social.

É nesse sentido que autoras como Ellen Woortmann e Margarida Maria Moura chamam à atenção, na virada dos anos 1970 para os 1980, para os espaços ideologicamente dominantes. Os espaços empreendidos entre a casa e o roçado formariam um sistema que é socialmente representado e, portanto, hierarquizado. O ambiente produtivo estaria sob domínio masculino por representar a própria identidade do agricultor, enquanto o trabalho desenvolvido na casa (e no quintal) não é considerado trabalho, mas dá suporte para toda a reprodução social da família. Há, então, complementaridade nas atividades visando a integração da família, mas também uma hierarquização constituída ideologicamente.

Entendemos que, como questão central no debate feminista no campo, as atividades de produção e reprodução estão imbricadas já que a separação entre um e outro no universo da agricultura familiar é difícil de ser realizada. Não é, portanto, a divisão das atividades entre homens e mulheres as causas da subordinação feminina, mas o conjunto de representações, valores e significados simbólicos internalizados que constituem a própria identidade das mulheres rurais. Daí a necessidade de análise das configurações sociais de modo a compreender a forma como tais representações são constituídas e se são modificadas a partir das dinâmicas geradas na ruralidade contemporânea.

Um maior protagonismo das mulheres rurais é verificado na década de 1980, trazendo uma nova perspectiva para os estudos sobre as mulheres, motivada pelos movimentos que reivindicam o reconhecimento da mulher como agricultora e os direitos daí recorrentes como a sindicalização, à previdência social e ao salário maternidade (SILIPRANDI, 2013). Além de priorizarem uma agenda centrada na identidade de trabalhadoras, outras questões produtivas foram colocadas em pauta, dada à forte recessão econômica do período, elas também demandavam por maior

diversificação das atividades realizadas no meio rural para que, dessa forma, tivessem a oportunidade de garantir a reprodução social. Para além dessas demandas de fundo mais prático, questões relativas às relações de gênero começam a ser debatidas por elas, sobretudo, a subordinação das mulheres aos homens e a representatividade feminina na política e nos sindicatos (GASPARETO e MENEZES, 2013). Neste período foram constituídos alguns movimentos estaduais e regionais, entre eles o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC) e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE). Parte destes movimentos foi unificado na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), constituída em meados da década de 1990 e dissolvida na década seguinte, momento em que foi criado o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004, mais alinhado à Via Campesina. As bandeiras de luta são ressignificadas e entre as pautas levantadas pelo movimento destacam-se os cuidados com a saúde, valorização das atividades ligadas ao cuidado e, posteriormente, a alimentação saudável, livre de agrotóxicos, por meio de ações ligadas ao resgate de sementes crioulas, valorização dos saberes tradicionais e da produção agroecológica⁵⁷.

Já as noções difundidas pela terceira onda feminista, com início nos anos 1990 cujo foco repousa sobre as especificidades, têm pouca aderência nos estudos rurais brasileiros, porém, a ideia de que há diferentes formas de conceber o feminismo desponta entre alguns movimentos sociais, como por exemplo, a Via Campesina, que considera a existência de um feminismo camponês e popular. Para Butto (2017) as bases deste tipo específico de feminismo residem na busca pela valorização do trabalho das mulheres que considera a família dentro de um projeto emancipatório, além de evidenciar a relação com os alimentos e com a natureza. Para ela, diferentemente do que propõe o feminismo urbano, a cozinha não representa um lugar de opressão, mas um *locus* de relação com a natureza, a água e os animais. Nesse sentido, os pares de oposição público/privado e produtivo/reprodutivo perdem o sentido, representando uma especificidade do mundo rural.

São, então, identificadas três formas de expressão da condição feminina no mundo rural. A primeira delas destaca uma posição secundária da mulher na

⁵⁷ Para um detalhamento da constituição destes movimentos e suas reivindicações, ver: BUTTO (2017), PAULILO (2016) e AGUIAR (2016).

organização familiar em que a categoria “ajuda” nos processos produtivos é determinada pela desvalorização do trabalho realizado pela mulher, fruto dos processos culturais característicos de uma sociedade patriarcal que acentua a preponderância dos papéis masculinos sobre os femininos. O resultado desta ótica é a homogeneização das análises que acabam por ocultar os meios em que a reprodução deste quadro de dominação é realizada, uma vez que não são identificados os elementos que dão embasamento à diferenciação entre gêneros.

A segunda abordagem, com maior foco nas relações, é a da complementaridade entre os sexos na organização do trabalho familiar. Sob este viés de análise as configurações de gênero estariam em maior equilíbrio dentro da esfera familiar. Com vistas à reprodução social, tanto as atividades desempenhadas por homens, quanto por mulheres apresentam valor essencial para a manutenção do patrimônio. Porém, quando o olhar é direcionado para fora dos ambientes familiares, observa-se o peso da estrutura patriarcal nos comportamentos determinando uma divergência entre prática e representação ou, em outras palavras, entre as condições objetivas e subjetivas da vida social, emergindo a necessidade de identificar as condições em que as diferenças são constituídas, principalmente em contexto de transformações, de modo a evitar noções ambíguas que opõe masculino e feminino.

A terceira e última abordagem se refere a um protagonismo das mulheres, sobretudo no que se refere à participação em movimentos sociais e na alteração do manejo da produção de convencional para a agroecológica. Essa última se concentra, especialmente, na valorização dos produtos tidos como “de quintal”, com domínio feminino. Já a emergência das organizações revela um protagonismo das mulheres rurais que tem relevância na luta por direitos específicos, seja em termos de cidadania e direitos políticos, ou questões mais amplas como a segurança alimentar.

Os embates teóricos que caracterizam as ondas acima expostas marcam teorias sociais e epistemologias que procuraram abarcar as discussões de cada contexto específico em que as demandas surgiram. Num primeiro momento, identificado como a primeira onda, o movimento feminista se dividiu em duas vertentes: o feminismo liberal e o feminismo marxista. Como expusemos em outro espaço (FAVARETO e CARNEIRO, 2017) tanto a abordagem liberal quanto a marxista focam suas leituras sobre a situação da mulher em pares de oposição. Enquanto o espaço produtivo é público e ocupado pelo homem, o espaço reprodutivo é privado e ocupado pela mulher. Essa diferenciação configura dois domínios apartados que definem os papéis

desempenhados por homens e mulheres tendendo, portanto, a ignorar as relações sociais de gênero e os diferenciais de poder embutidos nessa relação. O movimento feminista socialista e a crítica pós-estruturalista buscam encerrar a questão da oposição entre público-homem e privado-mulher, jogando luz para as relações de poder que geram opressão e submissão, caracterizando demandas contidas na segunda onda, cujo feminismo radical busca a origem da opressão e a transformação da condição feminina por meio de uma mudança estrutural. Essa perspectiva, destaca que os papéis que mulheres e homens desempenham na sociedade são construídos socialmente, o que ilumina os processos de socialização pelos quais passam ao longo da vida e se reproduzem nas gerações⁵⁸.

Em outras palavras, não se atribui à mulher capacidades distintas dos homens definidas biologicamente. Ambos teriam as mesmas potencialidades para o trabalho e para a participação na economia e na sociedade. As diferenças que resultam em alocações de papéis sociais distintos seriam fruto de uma construção social, de uma imposição da sociedade. Esta constatação requer, então, compreender a forma como se dão as construções sociais.

Partimos do pressuposto que uma visão dual da sociedade, tal qual aquela que opõe produção e reprodução, tem por tendência ocultar posições intermediárias que reforçam termos dicotômicos e assimétricos, principalmente ao tomar como uso analítico as práticas observadas entre homens e mulheres. Ao focar nas relações é possível vislumbrar que não há subordinação ou dominação universais. De modo a não fragmentar demasiadamente a realidade social, propusemos no início dessa tese, a adoção de uma abordagem que considere as configurações sociais de gênero de modo a abarcar tanto as relações em si quanto os elementos exógenos que influenciam nas construções sociais, ou seja, um olhar que relacione as mudanças ocorridas na sociedade, expressas nos comportamentos e nas relações dos indivíduos, com as

⁵⁸ Paulilo (2016) sintetiza quatro noções sobre o feminismo que foram apropriadas pelo movimento camponês: i) Feminismo da diferença: questiona a ideia de igualdade social com o homem, cuja ênfase consiste em conceber a mulher como produtora de vida; ii) Feminismo da igualdade: considera o posicionamento anterior essencialista podendo reforçar a posição subordinada da mulher, haveria uma construção social da diferença em que a subordinação é entendida como fruto de uma relação historicamente dada; iii) Feminismo marxista ou socialista: com forte expressão nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil se pautava pela igualdade entre os sexos, classes e etnias, alcançadas pela superação do capitalismo. Para o feminismo camponês, as noções de patriarcado e patriarcal tomam uma outra conotação, a de uma tradição difícil de ser alterada; e iv) Feminismo pós-moderno: com ênfase na diversidade, com pouca aderência nos estudos sobre o rural brasileiro.

alterações estruturais. Desta forma, é possível promover uma análise que se situa no próprio campo em que as diferenças são produzidas.

2.2 – Novas dinâmicas e configurações sociais de gênero

Como pode ser visto nos capítulos anteriores, Cunha participou de forma lideira dos grandes processos de desenvolvimento econômico pelos quais o estado de São Paulo passou, guardando características de uma cidade pequena e com pouca infraestrutura. De certo modo, essa realidade permitiu que algumas práticas da população fossem mantidas, impulsionando sua utilização como representação de um rural tradicional na prática do turismo.

As transformações pelas quais certas áreas rurais vêm passando ao longo das últimas décadas, como o aumento de atividades não-agrícolas como principal fonte de renda, a entrada de agentes sociais vindos de grandes centros urbanos, a valorização da natureza como paisagem e exploração econômica via turismo, e as alterações na forma de manejo de convencional para agroecológica, estimulam novas dinâmicas que reposicionam os grupos sociais, conformando diferentes configurações.

Procuramos durante a pesquisa de campo entrevistar, interagir e observar as mulheres – e quando possível as famílias – que atuam nas três atividades econômicas desenvolvidas no rural encontradas no município, uma vez que elas suportam diferentes tipos de interações sociais. Foram entrevistadas mulheres que trabalham com a agroecologia, com a pecuária e na prática do turismo e em propriedades de terceiros. O intuito não reside em promover uma análise específica das atividades – ou, das atividades econômicas em si –, contudo a empiria nos mostrou que cada uma delas desencadeou determinadas formas de interações sociais que têm por potencial ressignificar valores e representações, incidindo nas formas de ver e vivenciar o mundo, como se verá nos próximos capítulos.

No total foram 29 mulheres entrevistadas. Buscamos a paridade entre as atividades econômicas, resultando em nove que atuam no turismo e em propriedades alheias, 10 produtoras agroecológicas, e 10 mulheres que se dedicam à pecuária leiteira.

Dada a proeminência de conversão de propriedades agrícolas para moradia de pessoas de fora da cidade no bairro do Sítio, bem como a participação das mulheres em alguma atividade ligada ao turismo, concentramos lá as entrevistas que foram realizadas por intermédio da Associação de Moradores. Já as mulheres que atuam na agroecologia

foram encontradas nas feiras que são realizadas no município, como também por indicação da ONG que iniciou os trabalhos de alteração do manejo da produção. As mulheres que trabalham na produção de leite foram localizadas a partir de uma lista de fornecedoras cedida pelo laticínio local. Importante salientar que ao focarmos nas diferentes atividades produtivas conseguimos testar a hipótese deste estudo em realidades distintas.

As mulheres entrevistadas têm entre 29 e 75 anos de idade. Excetuando duas “forasteiras”, todas nasceram em Cunha⁵⁹, local que também passaram sua infância e adolescência, realizando os casamentos de forma endógena com pessoas que já lhes eram próximas, inclusive com primos que elas fazem questão de evidenciar não serem de primeiro grau a fim de afastar os mitos que guardam essa relação de consanguinidade. A idade em que ocorreram os matrimônios varia, predominando a faixa até os 25 anos e, em alguns casos abaixo dos 18 necessitando – como elas mesmas lembraram – da autorização dos pais para sua realização. Nesses últimos casos, percebe-se uma correlação entre a idade e situações de opressão por parte do pai, bem como de gravidez precoce como fatos que levaram ao matrimônio.

Não há uma correlação direta entre a idade delas e um maior ou menor número de filhos, porém, como pode ser observado no quadro abaixo que traz uma síntese da caracterização das entrevistadas, há uma tendência de maior fecundidade entre as mulheres que possuem mais de 45 anos. Já as mulheres abaixo dessa idade, especialmente as que se situam na faixa entre 25 e 35 anos, têm entre um e dois filhos, denotando uma reorganização do planejamento familiar que ocorreu ao longo das últimas décadas, como será detalhado nos próximos capítulos.

O tamanho das propriedades varia entre menos de um a 16 alqueires. As terras de maior extensão são, geralmente, destinadas à pecuária de corte e leiteira, com maior incidência na produção de leite. Algumas mulheres não souberam precisar o tamanho de suas propriedades. Nesses casos, especificamente, a titularidade está em nome do marido ou outro membro masculino da família. Há, dentre as entrevistadas, um caso em que o casal possui DAP conjunta, tal situação é verificada numa propriedade agroecológica. As situações em que as próprias mulheres são titulares da propriedade se dão em razão da herança obtidas de seus pais, mas há um predomínio de titulação em nome dos maridos.

⁵⁹ As percepções das “forasteiras” foram importantes para revelar diferenciais de pensamento e ação dentro da comunidade em que se inserem.

Em termos de escolaridade, as mulheres que entrevistamos alcançaram, em maioria, o ensino fundamental incompleto, variando o número de anos que estudaram em função do que era oferecido à época na escola do bairro em que viveram. Como se verá no capítulo específico sobre esse tema, várias dificuldades para continuidade dos estudos eram impostas, desde a locomoção para a cidade, até o desinteresse dos pais em estimulá-las a atingir graus mais elevados de instrução. Dentre as mulheres com maior escolaridade estão as “forasteiras”, as mais jovens que se beneficiaram de transporte público até o centro da cidade, e as que optaram por concluir os estudos depois de adultas por meio do curso de Educação e Jovens e Adultos (EJA).

A renda familiar varia entre um e seis salários mínimos, obtida por meio do trabalho conjunto dos membros da família que atuam na unidade e, também fora dela nos casos em que os maridos são caseiros ou camaradas em propriedades alheias. Aqui há um importante diferencial no que se refere às atividades produtivas, diferentemente do que é observado no grupo social de origem, cujos pais exerceram atividades na agricultura e na pecuária somente. As famílias que trabalham com a agroecologia se dedicam integralmente às tarefas que compõem esse tipo de manejo, ou seja, a própria produção e a comercialização que é realizada nas feiras, cestas individuais, e destinadas a programas de compras públicas. Já nas famílias em que há envolvimento com a pecuária e com o turismo ocorre uma multiplicidade de arranjos, como será detalhado nos próximos capítulos. Em geral, os maridos trabalham como assalariados com registro na carteira de trabalho ou como diaristas, e elas se dedicam à retirada do leite, a realização de faxinas esporádicas nas propriedades dos “forasteiros”, e nas pousadas e restaurantes voltados ao turismo. De toda forma, a renda obtida é direcionada para os gastos na propriedade, em produtos para a alimentação da família e com as necessidades dos filhos, como por exemplo, uniforme, material escolar ou o que elas denominam de um “agrado” qualquer. Algumas mulheres complementam a renda fazendo algum tipo de artesanato e com a venda de produtos por catálogo. Há ainda as que já se aposentaram e têm nessa importante seguridade social a garantia de recursos mensais, também aplicados nos gastos gerais da propriedade e da família.

Ao nos reportarem as informações sobre a renda familiar, as mulheres entrevistadas demonstraram ter conhecimento sobre os recursos que compõem o orçamento familiar e os gastos mensais a que estão destinados, denotando que sua participação no planejamento das ações não é de meras expectadoras, mas ativas,

embora não haja muita margem de manobra dos recursos adquiridos, já previamente destinados aos custos de produção e da casa.

Procuramos, sempre que possível, realizar as entrevistas nas propriedades da família, no intuito de observarmos os espaços da casa e da produção. Todas as residências visitadas eram de alvenaria e com vários cômodos, diferente do que algumas delas relataram ser suas moradias na infância que eram construídas de taipa e seus quartos compartilhados com os irmãos. Geralmente, as mulheres nos receberam na varanda construída ao redor da casa, ou na cozinha. Esta última equipada com vários eletrodomésticos: geladeira – em alguns casos *freezer* –, fogão a gás e à lenha e liquidificador, por exemplo. Na parte externa um tanquinho ou uma máquina contribuem na tarefa de lavar roupas. Na sala, a televisão ganha lugar central e é onde a família se reúne à noite para assistir aos jornais e novelas. O acesso à internet ainda não é universal, mas desejo de quase todas, impulsionadas pelos anseios dos filhos que querem ter acesso à rede. Diferente da posse de celular, muito comum entre todas que utilizam os aplicativos de mensagem instantânea para se comunicar e combinar trabalhos esporádicos de faxina, por exemplo.

Quadro 1 – Caracterização geral das entrevistadas

	Idade	Origem	Bairro	Profissão	Profissão do grupo familiar	Escolaridade	Renda familiar (s.m.)	Tamanho da prop. (em alqueires)	Titularidade da propriedade	Casamento	Nº filhos
Selma	56	Cunha	Sítio	Acompanhante senhora / faxineira	Agricultores	Ensino Fundamental completo	2,5	4	Dela	Endógeno, 20 anos	1
Mara	66	São Paulo	Sítio	Pensionista	Pai pedreiro, mãe dona de casa	Superior completo	Não respondeu	2	Dela	Exógeno, 16 anos	5
Milena	49	Cunha	Sítio	Faxineira esporádica	Agricultores	Ensino Fundamental Incompleto (5ª série)	1	1	Sogro	Endógeno, 20 anos	2
Luana	46	Cunha	Sítio	Empregada doméstica	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	1,5	6	Marido	Endógeno, 18 anos	1
Valéria	36	Cunha	Sítio	Faxineira, pintora e salgados esporádicos	Agricultores	Ensino Fundamental completo	2,5	4	Mãe	Endógeno, 19 anos	1
Madalena	49	Cunha	Sítio	Faxina esporádica	Agropecuária	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	2	6	Marido	Endógeno, 16 anos	5
Cassia	36	Cunha	Sítio	Não trabalha	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto (5ª série)	1	Não sabe	Pai	Endógeno, 24 anos	2

Tatiana	44	Cunha	Sítio	Não trabalha	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto	1	3	Sogro	Endógeno, 22 anos	4
Carolina	66	Sul de MG	Sítio	Aposentada	Motorista e costureira	Superior completo	Não respondeu	2	Marido	Exógeno, 24 anos	3
Daiane	44	Cunha	Paiol	Pecuarista e faxineira	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto	2,5	10	Pai	Endógeno, 19 anos	2
Raquel	29	Cunha	Paiol	Pecuarista e vendedora de cosméticos	Agropecuária	Ensino Médio completo	1	14	Dela	Exógeno, 23 anos	1
Paula	47	Cunha	Santa Cruz	Pecuarista	Agropecuária	Ensino Fundamental incompleto	6	Não sabe	Cunhado	Endógeno, 17 anos	2
Vera	75	Silveiras	Paiol	Pecuarista e caseira	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto	2	3,5	Marido	Exógeno, 30 anos	5
Valquíria	32	Mogi das Cruzes	Santa Cruz	Pecuarista	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto	1	2	Dela	Endógeno, 30 anos	1
Lígia	37	Cunha	Paiol	Pecuarista, babá e artesã em crochê	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto	Não respondeu	Não sabe	Marido	Exógeno, 36 anos	0
Adriana	47	Cunha	Capoeira do Fundo	Pecuarista	Agropecuária	Ensino Fundamental incompleto	2,5	16	Sogro	Endógeno, 17 anos	2
Michele	40	Cunha	Galvão	Agropecuária	Agropecuária	Ensino Fundamental incompleto	3	3	Sogra	Endógeno, 19 anos	2

Priscila	56	Sul de MG	Paiol	Aposentada	Motorista e costureira	Ensino Fundamental completo	2	Não sabe	Marido	Exógeno, 24 anos	3
Norma	48	Cunha	Vidro	Agropecuária	Diarista e Costureira	Ensino Fundamental Incompleto	1,5	4	Marido	Endógeno, 17 anos	8
Lúisa	57	Cunha	Campos Novos	Funcionária pública e agropecuária	Agropecuária	Ensino Médio Completo (supletivo)	3	13	Conjunta	Endógeno, 18 anos	3
Nancy	58	Cunha	Campos Novos	Agricultora e empresária	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto (3ª série)	1	8	Conjunta	Endógeno, 20 anos	2
Marta	37	Cunha	Vargem Grande	Agropecuária e faxineira	Diarista	Ensino Fundamental Completo	1	1	Marido	Endógeno, 16 anos	2
Lázara	57	Cunha	Campos Novos	Agropecuária e aposentada	Agropecuária	Ensino Fundamental Incompleto (3ª série)	1	2	Marido	Endógeno, 21 anos	1
Iolanda	47	Cunha	Vargem Grande	Pensionista	Agropecuária	Ensino Fundamental incompleto	1	Não sabe	Marido	Endógeno, 28 anos	2
Renata	35	Cunha	Vargem Grande	Agricultora	Caseiro e dona de casa	Ensino Fundamental incompleto	2,5	Não sabe	Marido	Endógeno, 16 anos	4
Bebiana	63	Cunha	Roça Grande	Agricultora	Agricultores	Ensino Médio completo (supletivo)	2	1 (hectare)	Dela	Endógeno, 18 anos	5

Ivone	40	Cunha	Vargem Grande	Agricultora	Comerciante (trepiero)	Ensino Fundamental Incompleto	4	10	Marido	Endógeno, 16 anos	2
Viviane	36	Cunha	Vargem Grande	Agricultora	Agricultores	Ensino Fundamental incompleto	2,5	2,9	Comodato (DAP conjunta)	Endógeno, 23 anos	1
Carmen	37	Cunha	Vargem Grande	Agricultora	Agricultores	Ensino Fundamental Incompleto	6	Não sabe	Marido	Endógeno, 23 anos	1

Fonte: Pesquisa de campo
Elaboração própria

Durante a realização da pesquisa alguns temas apareceram como fundamentais para o entendimento da condição social das mulheres rurais em Cunha, sobretudo ao significar oportunidades que até então não estavam presentes em suas vidas. Tais temas, que serão apresentados nos próximos capítulos, estão em consonância com o debate teórico apresentado nesse capítulo e buscam compreender tanto a esfera material quanto aspectos subjetivos da vida social, influenciando as interdependências e as configurações sociais de gênero.

Um primeiro tema a ser abordado é trabalho e renda. Para a literatura feminista, a obtenção de algum tipo de renda advindo de seu próprio trabalho pode representar a autonomia financeira que se reverte em um trunfo para outras decisões na esfera doméstica. Contudo, ao ser aportado para as áreas rurais, esse debate ganha novos contornos, dado o caráter familiar do trabalho executado nas propriedades. Esse tema será objeto de análise no próximo capítulo, onde procura-se evidenciar como se dá o trabalho das mulheres rurais em Cunha, os diferenciais postos pelas atividades produtivas, as rendas obtidas e seu destino.

O segundo tema presente na literatura feminista como passível de ser traduzido em oportunidades para as mulheres é a educação. Nesse caso, os autores que exploram a intersecção entre ruralidade e gênero denotam um maior nível de instrução para as mulheres rurais. Em Cunha, como se verá adiante, essa informação não se confirma já que há paridade entre a escolaridade de homens e mulheres que permaneceram nas áreas rurais. Se não há diferenciais marcantes no nível de instrução, por outro lado, os cursos de capacitação realizados para aprimorar os processos produtivos e a inserção em novas atividades surgiram como um importante aspecto a ser explorado, já que representaram para elas outras oportunidades de interação, aprendizado e incremento de renda.

Por fim, a forma como as mulheres organizam seu tempo carrega evidências sobre seu modo de vida, exemplificado pelas tarefas que desempenham no dia a dia. O cotidiano revela maneiras de fazer e valores imbuídos nas ações executadas que são repassadas pelas gerações, definindo atividades específicas para homens e mulheres que reportam ao lugar que elas ocupam na sociedade.

Para os três temas foram analisadas as trajetórias de vida das mulheres, permitindo que aspectos da infância e da vida de seus pais e filhos também sejam abordados, constituindo dessa forma, uma visão geracional.

Síntese do capítulo

Apresentadas e discutidas as principais características e atividades do lugar que influenciam e são influenciadas tanto pelas interações quanto nas representações, passamos neste segundo capítulo, ao debate sobre as condições em ser mulher no mundo rural. Tendo em mente que as novas dinâmicas da ruralidade abrem novas oportunidades para os agricultores e moradores, buscamos evidenciar se o mesmo ocorre para as mulheres. Podemos inferir, por meio da literatura sobre relações de gênero e ruralidade, que os próprios pesquisadores e pesquisadoras foram se aprofundando no tema a medida em que há um deslocamento do olhar restrito à unidade de produção para os indivíduos que compõem esse espaço.

Se nas análises iniciais as mulheres se encontravam apartadas do processo produtivo, encontrando lugar somente no ambiente doméstico, visão essa fortalecida pelo binômio casa/roçado ou público/privado, com o avanço das pesquisas revela-se que elas trafegam entre os ambientes e, acima de tudo, dão o suporte necessário para a reprodução familiar, tanto no que se refere à sua própria participação na produção, como também se responsabilizando pela alimentação e cuidado da família. O que ocorre é que a representação social das atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais é valorada como hierarquicamente inferiores às dos homens, dado o peso ideológico que recai sobre essas mesmas atividades. Não é, portanto, a divisão sexual que determina a subordinação, mas os valores repassados pelas gerações e ressignificados nas novas dinâmicas que constituem as representações da identidade feminina.

Tanto as reivindicações do movimento feminista como as novas leituras sobre as mulheres, a exemplo das ondas feministas, desvelam novas linhas de análise que colaboram na conformação de teorias sociais, culminando na perspectiva das construções sociais como definidoras de papéis distintos referidos à homens e mulheres, cuja representação se reverte na dominação masculina. Contudo, esse quadro não é homogêneo, sendo necessário investigar o próprio campo que produz – e reproduz – essas formas de dominação. Para isso, a análise das configurações sociais de gênero por meio das trajetórias de vida das mulheres, consegue abarcar as particularidades e a totalidade dos processos que tais mulheres vivenciaram, evidenciando as interdependências que elas constituíram ao longo da vida, desvelam-se as relações de poder a que elas estiveram submetidas, influenciando suas formas de ver e viver o mundo e suas representações sociais.

Nesse sentido, não podemos qualificar uma única forma de poder, mas o que significa poder para elas vai se conformando nas próprias interações a que elas tiveram acesso, em que (re)descobrem suas capacidades. Na análise aqui realizada, esse poder tomou as formas de autoestima, de fala, de conhecimento, de determinadas habilidades, de saberes, na aquisição (ou ausência) de alguma renda própria, na feminilidade, e na autoconsciência do lugar que ocupam na sociedade; muitas vezes relevados a elas na interação com outras mulheres, como se ao olhar a outra o que se via era um espelho onde eram refletidos os próprios conflitos e ambições.

3 – Trabalho e renda entre as mulheres rurais: diferenciadores das condições de gênero?

O tema trabalho e renda ganha maiores proporções na literatura feminista a partir dos anos 1970, momento em que as mulheres passam a ocupar de forma mais massiva posições no mercado de trabalho, possibilitando a elas alçarem a autonomia financeira. Surgem daí algumas questões, como por exemplo, a diferença salarial entre os sexos que ocupam o mesmo tipo de atividade laboral (MADALOZZO *et al*, 2010) e que se aprofunda quando há intersecção com identidade racial⁶⁰.

No que concerne essencialmente ao trabalho desenvolvido pelas mulheres algumas autoras (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013; STADUTO e NASCIMENTO, 2015) chamam a atenção para o fato de o trabalho familiar desenvolvido nas unidades produtivas terem invisibilizado as atividades desenvolvidas pelas mulheres, como se verá adiante. Ao direcionar o olhar para a família, pesquisadores das Ciências Sociais brasileiras que se dedicaram a analisar o mundo rural acabaram por ocultar as mulheres enquanto indivíduos que estabelecem interdependências com outras esferas da sociedade para além do grupo familiar.

Se por um lado, as pesquisas deixam de tomar as unidades familiares como foco de estudo, de outro, são as próprias mulheres que protagonizam sua inserção em movimentos sindicais e sociais a partir da década de 1980, momento em que são iniciadas reivindicações de demandas específicas. Pautas como o direito à sindicalização, direitos previdenciários, documentação, acesso à terra e participação política vão ganhando corpo e acabam por evidenciar reflexões sobre a situação que elas vivenciavam, inclusive na esfera produtiva mesmo sem receberem uma renda específica (SALES, 2007; BUTTO, 2017).

Do ponto de vista acadêmico, as transformações pelas quais o mundo rural vai passando ao longo das décadas acabam por suscitar o interesse de pesquisadoras e pesquisadores nas relações sociais de gênero. Os temas variam e vão desde a inserção

⁶⁰ Em pesquisa realizada a partir de dados das PNADs de 2011 a 2015, organizada por Leão *et al* (2017) há a confirmação de que apesar de ter havido crescimento na renda entre brancos e negros, a desigualdade permanece inalterada no período de análise, sendo que o rendimento médio familiar per capita de brancos chega a ser 80% superior ao de negros e pardos. Em termos de ocupação, os brancos ficam com posições intelectuais enquanto negros e pardos desenvolvem tarefas manuais, além de serem mais atingidos pelo desemprego, denotando desigualdades de oportunidades. Neste contexto, as mulheres negras são particularmente atingidas.

delas em atividades não agrícolas até, mais recentemente, a atuação protagonista no desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Nesse sentido, o município de Cunha é um interessante *locus* de análise sobre trabalho e renda das mulheres rurais, pois há uma diversidade de atividades produtivas nas quais elas estão inseridas, possibilitando uma visão de como elas atuam em cada uma delas, além do significado que atribuem ao trabalho que desempenham. Essas especificações também são importantes para testar a hipótese desse estudo em contextos diferenciados. Também não houve, ali, ações específicas de movimentos sociais que poderiam articular os temas relevantes para uma autopercepção da importância das atividades que realizam na esfera produtiva.

Esse capítulo tem por objetivo descrever o trabalho que as mulheres rurais de Cunha realizam e analisar o valor que ele representa para elas. Ao atentar para o valor associado às atividades torna-se possível compreender as distinções sociais constituídas e, conseqüentemente, quais delas representam mais poder no interior das configurações sociais de gênero. Para isso, inicia-se com a descrição do trabalho a que elas se dedicam, tanto na esfera produtiva como na doméstica, e os fatores que podem influenciar as atividades desenvolvidas, como por exemplo, o número de filhos e a propriedade da terra. Em seguida, o foco recai para as diferentes atividades produtivas realizadas no município – pecuária, turismo e agroecologia –, e a renda gerada em cada uma delas, uma vez que cada uma dessas atividades gera processos de interação distintos.

Antes de passar a essas análises retomamos o debate sobre o valor social e a divisão sexual do trabalho, fundamental para pensar o significado das práticas desenvolvidas por homens e mulheres que vivem e trabalham no meio rural.

3.1 – Divisão sexual e o valor social atribuído ao trabalho

Desde a revolução industrial o tempo dedicado ao trabalho para atender as necessidades de produção ocupa a vida das pessoas. O modo de produção capitalista passa a condicionar boa parte da vida dos indivíduos, influenciando as noções de trabalho produtivo, doméstico e o tempo dedicado às outras esferas da vida social. Nesses termos, o tempo dispendido por homens e mulheres nas tarefas voltadas ao ambiente doméstico e a um trabalho remunerado fora de casa vem sendo debatido ao longo das últimas décadas como um importante fator de influência nas assimetrias de

gênero. Especialmente desde a década de 1970, momento em que a participação feminina no mercado de trabalho passa a aumentar, pesquisadoras chamam a atenção para a divisão desigual das tarefas de cuidado da casa e dos familiares, levando as mulheres a uma jornada dupla de trabalho, impedindo-as de realizar outros investimentos sociais⁶¹.

A divisão entre o tempo dedicado ao trabalho remunerado e a outras atividades, vem sendo utilizada pelo IBGE na busca de uma melhor compreensão da realidade atual da vida das brasileiras e dos brasileiros. A partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) Contínua de 2016 foram identificados quatro usos do tempo: tarefas domésticas, cuidado, trabalho voluntário e produção para consumo. Em geral, os dados revelam o que há muito já se observa nos lares da nação, ou seja, que as mulheres dedicam o dobro do tempo que os homens nas tarefas domésticas, muitas vezes, acumulados com tempo de trabalho remunerado. Além disso, em termos de trabalho voluntário, são eles a dedicar mais tempo em congregações religiosas, políticas e sindicais, por exemplo⁶², influenciando a representatividade política nas instituições.

Em termos de análises sobre o mundo rural, um estudo das Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), publicado em 2017 e realizado com dados colhidos no ano de 2012 sobre jornadas semanais de trabalho de homens e mulheres rurais e urbanas, revela que as mulheres rurais da América Latina e Caribe dedicam mais de seu tempo para a realização de trabalho não remunerado em relação aos homens, como também, quando a comparação recai sobre as mulheres urbanas. Sales (2007) esclarece que é a partir dos anos de 1980 e a emergência dos movimentos sociais que as mulheres rurais passam a ressignificar suas atividades produtivas, levantando demandas ligadas à sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política. Ou seja, elas passam a demandar outras formas de atuação para além da produção e do trabalho doméstico.

⁶¹ Hirata e Kergoat (2007) esclarecem que a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, tem por característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e tem por princípio organizador a separação e a hierarquia.

⁶² O fato dos homens dedicarem mais tempo ao trabalho voluntário influi diretamente na representatividade e participação política, como procurei demonstrar em Favareto (2017), a participação de mulheres em sindicatos e em cargos no legislativo e no executivo, apesar de aumentar nos últimos anos, ainda não se colocam nos mesmos patamares da população brasileira, em que as mulheres somam mais da metade do total de habitantes. Essa realidade se expressa mesmo com a obrigatoriedade de cotas representativas.

Uma das explicações para esse acúmulo está na própria constituição da identidade feminina repassada pelas gerações ao longo dos anos. Se nas gerações mais antigas as atividades ligadas ao cuidado são as que estruturam essa identidade (RAMOS, 2009), a entrada da mulher no mercado de trabalho provoca uma alteração, e a representação do que é ser feminino passa a ser voltada ao trabalho remunerado, porém ainda inscrita numa lógica de modelo familiar em que as mulheres se dedicam mais às tarefas domésticas, sobrecarregando-as e consumindo seu tempo, mas que, por outro lado, abre a possibilidade para que o próprio trabalho doméstico seja remunerado (BRUSCHINI, 2007).

Intrincado a esse debate emerge um outro que tem lugar tanto na ocupação do mercado de trabalho quanto nos ambientes de decisão política. Para Biroli (2016) há uma convergência entre gênero, classe e raça que dão forma à diferentes privilégios e vantagens, e a divisão sexual do trabalho tem caráter estruturante ao ativar estruturas desiguais dada pela diferente responsabilização no trabalho doméstico, permitindo aos homens maior trânsito na vida pública. Para a autora, é o capital e as formas correntes de exploração do trabalho que incidem sobre a vida doméstica e na divisão cotidiana de tarefas. Por outro lado, Carrasco (2003) entende que a tensão estabelecida entre o tempo de trabalho remunerado e o tempo de trabalho doméstico, visibilizada pela entrada da mulher no mercado de trabalho, omite uma discussão que deveria residir num tema que é coletivo: o da reprodução humana. Para ela, esse tema possui um componente subjetivo que reside no afeto e na criação/manutenção de laços e relações que comportam conflitos de interesses e formas hierárquicas de valores que se baseiam na tradição patriarcal liberal. É assim que as mulheres acabam subordinando o trabalho do mercado à outras necessidades postas pela família, enquanto os homens têm total disponibilidade para o mercado de trabalho e a vida pública.

Embora as autoras concordem que é a liberalização do trabalho doméstico e de cuidado que permite aos homens realizar outros investimentos sociais, há discordância quanto as formas de reprodução dos valores que têm o potencial de colocar homens e mulheres em posições hierárquicas. Na primeira são as estruturas postas pelo capitalismo e suas formas de reprodução que incidem sobre a divisão sexual do trabalho, ou seja, são as posições que dão sentido à hierarquia e não as identidades. Já a segunda leitura defende que é a organização social dada a partir dos lares que se estende pela sociedade, ou, em outras palavras, são as posições constituídas no ambiente doméstico que se reproduzem em outras esferas da vida social. Pontuamos aqui, em

consonância com a discussão exposta no capítulo anterior, que as identidades são construídas socialmente e, enquanto tal, têm no cuidado e na reprodução biológica uma de suas dimensões. Dessa forma, não há separação entre as esferas públicas e privadas – ou domésticas –, produção e reprodução, mas valores sociais distintos para cada uma das atividades desempenhadas por homens e mulheres.

Nesses termos, além do valor monetário atribuído a cada tarefa desenvolvida por homens e mulheres, o debate sobre as relações sociais de gênero e trabalho contém um componente de valorização social a estas mesmas tarefas, levando em conta o maior ou menor prestígio frente à família e à sociedade. A simbologia contida no cuidado e nos aspectos maternais privilegiam o espaço doméstico e as tarefas ligadas à reprodução para as mulheres, gerando duplas jornadas de trabalho com a entrada delas no mercado profissional.

Nos estudos sobre ruralidade, realizados a partir de meados do século passado até os anos 1980, a representação das mulheres rurais no que se refere ao trabalho se dava quase que exclusivamente no desempenho das atividades domésticas, incluindo o cuidado com os filhos e outros membros da família. No contexto produtivo, as mulheres se dedicavam a “ajudar” seus maridos e filhos homens, contribuindo para a invisibilidade delas enquanto trabalhadoras do meio rural e, portanto, detentoras dos direitos daí advindos, especialmente, pós Constituição de 1988. Para Nogueira (2004) a noção de ajuda na esfera produtiva representa uma estratégia social de dominação no contexto da produção agrícola e a situação de subordinação feminina não é dada pela divisão sexual do trabalho, mas pelo valor atribuído socialmente a cada atividade⁶³. Tais valores teriam como sustentação as ideologias da sociedade patriarcal (CARNEIRO, 2001). É nesse sentido que as mulheres “ajudam” nas tarefas ligadas ao desenvolvimento da principal produção do estabelecimento e os homens “ajudam” nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos.

Os estudos mais recentes, porém, buscam romper com essa invisibilidade feminina destacando o protagonismo das mulheres em algumas atividades dentro da esfera de produção como, por exemplo, a lida com a horta – ou produções de quintal – com as criações e ervas medicinais, fundamentais para a alimentação e cuidados com a família. Além disso, são elas que mantêm e articulam redes de sociabilidade entre a vizinhança e os parentes, essenciais para os processos de interação que culminam em

⁶³ A noção de ajuda é amplamente debatida entre as autoras que discutem as relações de trabalho no meio rural. Ver, por exemplo, Carneiro (1996), Brumer (2000), Paulilo (2016).

suporte moral e relações de troca de afeto e produtos. Assim, se constitui o que Carneiro (2008, p. 259) denominou de um “valor família”, ou seja, algo próximo a um “sentimento de identidade” em que as relações são orientadas além do trabalho, formando laços de aliança que integram membros da família orientando estratégias coletivas e individuais. Ou ainda, nas palavras de Elias, a família contribui para a conformação de uma “identidade-nós”, ou seja, uma identidade coletiva que é, também, constitutiva da personalidade dos indivíduos.

Obviamente, não se trata de negar que existam estruturas hierárquicas dentro das próprias famílias rurais, ao contrário, entendemos a família como um campo com estruturas de poder, para utilizar os termos de Bourdieu. E, nesse sentido, há determinadas capacidades dos indivíduos que são expressas nos distintos momentos da vida social. Afirmamos aqui, portanto, que dentro dessas capacidades há especificidades femininas circunscritas na esfera familiar que reside, como destaca Piscitelli (1994) no controle de eventos e bens.

É justamente nesse sentido que podemos falar de um determinado “capital feminino” acionado nos momentos de desempenho das tarefas ligadas ao cuidado, mas também utilizado para formação de redes que ajudam tanto na execução dessas mesmas tarefas como para manutenção da sociabilidade local.

3.2 – O trabalho para as mulheres rurais de Cunha

O desempenho de várias atividades desde a infância foi uma narrativa constante nas trajetórias de vida tanto das mulheres quanto dos homens entrevistados que vivem e trabalham nas áreas rurais de Cunha. A partir dos nove anos de idade contribuir nas tarefas ligadas ao âmbito doméstico e à produção já fazia parte de seus cotidianos. Em sua maioria, nos arranjos familiares adotado as meninas ajudavam suas mães na preparação de alimentos, na limpeza da casa, no trato das criações de porcos e galinhas, como também nas atividades no mangueiro ligadas à produção de leite⁶⁴. As plantações de milho, feijão, hortaliças e tomates, de maior volume e voltadas à comercialização, eram prioritariamente de responsabilidade dos homens e dos meninos, mas o trabalho das mulheres não era dispensado nos momentos em que a produção requer mais atenção, como por exemplo, na colheita. A horta, geralmente utilizada para consumo da

⁶⁴ O mangueiro, também conhecido pela designação de curral, é o local onde ocorre o manejo do gado.

família era de responsabilidade de todos, enquanto a comercialização era dirigida pelos homens.

Desta forma, às meninas esteve relegado a reprodução de atividades que parte da literatura feminista chama de “tarefas reprodutivas”, enquanto os meninos reproduzem as “tarefas produtivas”, cada qual com seus respectivos valores sociais e representações que correspondem a um modelo patriarcal de sociedade.

Em que pese o debate em torno do uso dos termos patriarcal e patriarcalismo nas sociedades modernas⁶⁵, nos referimos a eles aqui como um sistema, um conjunto de valores que têm na figura paterna – inclusive do marido – referências que significam formas de ver e vivenciar o mundo centralizadas nos homens. Tal concepção se alinha aos resultados obtidos durante a pesquisa.

Esse modo de organização, herdado das gerações anteriores, se sustenta na naturalização das posições sociais de homens e mulheres e acaba por responsabilizar os membros da família por determinadas tarefas. É assim que determinadas atividades, apreendidas na infância carregam marcações específicas de gênero e perpassam a vida das mulheres e se reproduzem no cotidiano. Para essas mulheres, os valores imbuídos nas tarefas desempenhadas no ambiente doméstico e no cuidado com os filhos e parentes são prioridade, constitutivas, portanto, da própria identidade feminina (NASCIMENTO, 2013).

Em alguns casos, essa imposição de formas estéticas para usar os termos de Strathern (2006), reafirma a percepção em que o homem é visto como o “provedor da casa”. É nele – e nos filhos homens – que residem as oportunidades de trabalho, renda e participação social, concentrando todas as chances de acesso a poder, entendido aqui como as atividades de maior valor social dentro e fora da esfera familiar. O pensamento e a metáfora utilizada por um produtor agroecológico que concedeu entrevista na varanda de sua casa junto à sua esposa e sua jovem filha é emblemática do sentido dado ao homem como provedor:

Sou eu que trabalho para nós. Eu sou o caçador. O passarinho deixa os filhotes no ninho dele e sai para caçar. Eu também sou assim. Assim estamos buscando um projeto de vida nosso, melhorar de vida. A gente acha que é melhor que o passarinho, mas não é. É igual. (Antonio, 38 anos, agricultor agroecológico).

⁶⁵ Para uma análise sobre o debate teórico recente sobre o uso do conceito patriarcalismo, ver Morgante e Nader (2014). Uma perspectiva do conceito de patriarcado na sociologia clássica pode ser encontrada em Aguiar (1997) e a pertinência do uso desses conceitos no capitalismo moderno está em Miguel (2017).

Tanto a frase pronunciada pelo agricultor quanto a comparação que ele estabelece com os pássaros na definição do papel que ele deve representar na família contém uma lógica de valores patriarcais em que é o homem que tem a obrigação de sustentar a casa, cabendo à mulher e aos filhos aguardar no conforto do lar seus ganhos de provedor. Durante a entrevista também ficou claro que é Antonio quem toma à frente dos assuntos relacionados à produção e todos os processos decisórios que a envolvem, numa espécie de porta voz da família. Carmen, sua esposa, e Clara, sua filha, pouco se pronunciaram, mesmo quando as questões eram dirigidas especificamente a elas.

Se, por um lado nesse contexto específico, fica clara a posição das mulheres como subordinadas ao pai de família, de outro viés, desponta novas oportunidades para a filha do casal. O próprio Antonio informou que está preparando sua filha de 16 anos para ajudá-lo nos negócios da família. É ela que traz seus conhecimentos e habilidades para que ele possa vender cestas personalizadas pela internet. Para melhor desenvolver essa atividade, ela estava se dedicando a um curso de comunicação para vendas. Assim, é na jovem filha que residem as apostas para as melhorias na produção e na vida da família. O que poderia parecer contraditório denota que mais do que definições rígidas de papéis de homens e mulheres é o arranjo familiar que mais importa para sua própria reprodução social, em consonância com um certo protagonismo da juventude em quebrar os padrões estanques na definição das atividades observadas nas gerações anteriores.

Ainda em termos geracionais, as mulheres mais jovens, sobretudo as que têm até 40 anos e, portanto, nascidas entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, afirmam que independentemente de serem meninos ou meninas, ensinaram aos seus filhos a realização de tarefas domésticas e relatam que os que já se casaram têm como prática cotidiana tais atividades em termos de ajuda às suas companheiras. Os que ainda estão em idade escolar contribuem com tarefas específicas dentro de casa, como por exemplo, arrumar suas próprias camas e colocar a mesa para o jantar, momento em que toda a família se reúne. Esse recorte na idade das mulheres entrevistadas é importante pois revela diferenças na prática cotidiana em relação à geração anterior. Destaca-se que justamente nesse período estava em relevo a segunda onda do feminismo em âmbito mundial e, especificamente no Brasil, as discussões e movimentações ligadas à redemocratização. Nesse sentido, mesmo que essas mulheres não tenham tido contato direto com a linguagem que questionava os rumos das relações gênero e da política nacional, símbolos e significados desta temática eram expostos em telenovelas,

programas de televisão, no cinema⁶⁶, jornais e revistas que influenciam na visão de mundo estabelecida até então. Além disso, é nesse mesmo período que os primeiros “forasteiros” começam a chegar e se instalar no município, trazendo consigo outros costumes e ampliando as possibilidades de inserção feminina em outras esferas da vida social.

As representações sobre o trabalho desenvolvido, contidas nas memórias das mulheres entrevistadas, são corroboradas por alguns estudos sobre o mundo rural que privilegiam a ideia de dois mundos apartados no que se refere às relações sociais de gênero: um público de domínio masculino, e outro privado, de atuação feminina (BRANDÃO, 1995; BRANDÃO, 1999; WILLEMS, 1947; SHIRLEY, 1971) que refletem determinadas formas de realizar as tarefas na unidade produtiva. Essa forma de ver e viver o mundo social considera as atividades realizadas externamente como de maior valor moral e, portanto, com mais distinção de poder essencialmente por centralizar nos homens as decisões sobre a produção e a comercialização, sendo eles os responsáveis por gerir todos os recursos financeiros e produtivos da família. Nessa leitura, ao reproduzir exclusivamente as tarefas domésticas, a distribuição das chances efetivas de poder está centralizada nos homens da família.

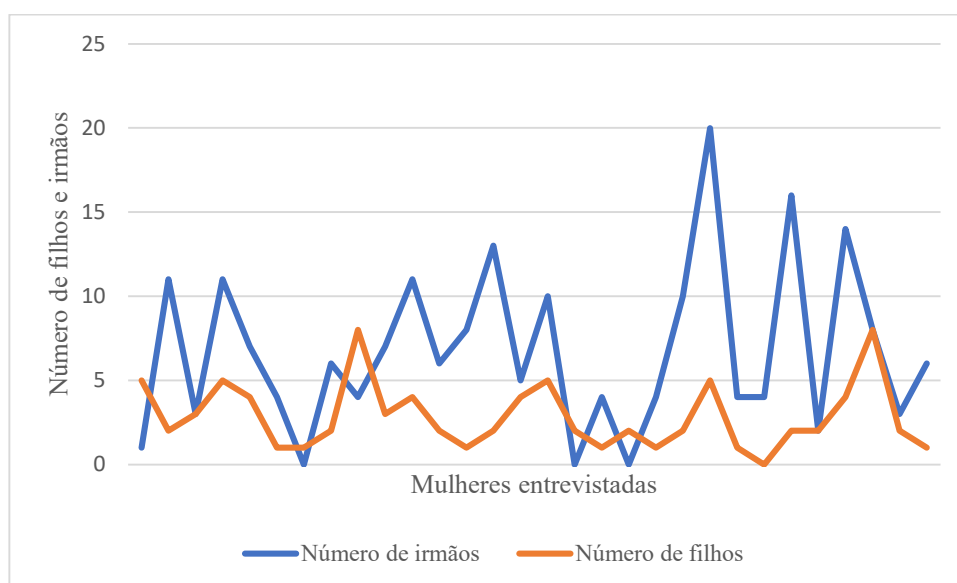
O pai plantava milho, feijão e batata e a mãe junto com ele e em casa. As meninas ficavam em casa cuidando das coisas. Com onze anos eu já sabia fazer de tudo, fazer comida, lavar, passar, esses eram meus compromissos em casa. Isso e cuidar dos porcos, eram vários. Quando minha mãe chegava em casa, estava tudo pronto. Os meninos iam para a roça também e quando eram crianças eu olhava eles. Eles não tinham função dentro de casa. Vender não era função de menina, era mais o pai e os meninos. Tinha uma horta que todo mundo cuidava e os meninos também ajudavam (Luana, moradora do bairro do Sítio, 46 anos).

⁶⁶ O município de Cunha possui um cinema que foi inaugurado no ano de 1947 e teve seu funcionamento até o início dos anos de 1970. Em 2010, depois de reformado, voltou às atividades no dia 8 de julho. O prédio, localizado no centro da cidade, pertence à prefeitura municipal, sendo a secretaria de turismo e cultura que o administra. Tem capacidade para 250 pessoas e atualmente faz arte do Programa Pontos MIS, de formação e difusão cultural do estado de São Paulo. Em 31 de março de 2017 tive a oportunidade de acompanhar a exibição do filme “Lute como uma menina” que narra os acontecimentos da ocupação de escolas de nível secundário cujos alunos eram contrários à uma proposta de reorganização escolar promovida pelo governo do estado que acabaria por fechar algumas unidades, superlotando outras. O protagonismo feminino é o tema principal. Essa apresentação no cinema em Cunha contou com a participação dos diretores do documentário, Beatriz Alonso e Flávio Colombini, que debateram temas relativos ao filme após sua exibição direcionada a alunos do ensino médio da cidade.

A vida na roça é assim de muito trabalho. Desde pequena eu ia junto com meu pai para o mangueiro ajudar ele. A gente começa cedo. Eu comecei com uns nove, dez anos. Eu tirava leite, segurava o bezerro para ele, era assim. Ajudava a mãe também com as coisas de casa. Com uns 14 anos eu já ia para o mato buscar lenha porque não tinha botijão de gás nessa época. Era assim uma vida meio sofrida, mas era boa (Madalena, moradora do bairro do Sítio, 49 anos).

Dois fatores se apresentaram como importantes na definição das atividades desempenhadas na infância e adolescência no que se refere às mulheres. Um primeiro pode ser creditado ao número de irmãos e irmãs das entrevistadas e a posição que elas ocupam na fratria. Um maior número de filhos exigia que suas mães dispensassem mais tempo em casa, conseqüentemente, necessitavam de mais ajuda das filhas para as tarefas domésticas, ficando a produção agropecuária como secundária em relação ao trabalho da casa⁶⁷.

Figura 4 – Número de irmãos e filhos



Fonte: Dados de Campo

Elaboração própria

Obs.: Uma das entrevistadas relatou ter 20 irmãos, resultado de dois casamentos que seu pai realizou ao longo da vida.

⁶⁷ Nascimento (2013) já alertava em sua pesquisa sobre mulheres e turismo rural realizada no estado do Espírito Santo sobre a correlação entre o número de filhos e a autonomia da mulher. Ainda sobre este tema, Peralta e Alencar (2008) argumentam sobre a ausência das mulheres nas atividades produtivas na Amazônia rural nos momentos em que têm que se dedicar aos filhos pequenos.

O número de filhos se mostrou determinante tanto na divisão sexual do trabalho na propriedade familiar como nas possibilidades que as mulheres tiveram em se dedicar a outras atividades, presente na memória das entrevistadas como uma responsabilidade que não lhes cabia influenciando, inclusive, o casamento precoce ainda no período de adolescência como forma de se esquivarem da pressão do cuidado da casa dos pais e de seus irmãos mais novos⁶⁸.

Minha mãe teve 12 filhos. Eu olhei seis irmãos, eles me consideraram como mãe, mas eu tinha uma responsabilidade muito grande em casa. Todo ano era um filho, minha mãe não saía da cama e era eu que cuidava da casa (Mara, moradora do bairro do Sítio, 66 anos, teve 11 irmãos).

Minha mãe ficava sozinha em casa com os pequenos, era um monte de criança. Era um por ano, aquela escadinha. Às vezes ela deixava os pequenininhos com minha avó, os maiorzinhos já iam atrás do pai na roça (Paula, pecuarista, 47 anos, teve 10 irmãos).

É sabido que a taxa de fecundidade feminina vem diminuindo ao longo dos anos, dados dos censos demográficos do IBGE apontam que o número de filhos caiu tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais do país. Em 1970 as mulheres urbanas tinham, em média 4,6 filhos, enquanto as mulheres rurais geravam 7,7 crianças. No ano de 2010 esses números caem para 1,79 para 2,63, respectivamente, demonstrando uma aproximação cada vez maior entre os dados no urbano e no rural. Esta mesma tendência foi observada entre as entrevistadas, apresentada nos gráficos abaixo de duas formas: tanto na relação entre número de irmãos e o número de filhos, quanto no número de filhos em relação a idade das mulheres ouvidas nesta pesquisa.

Vê-se, portanto, que as mulheres mais jovens têm um número menor de irmãos, como também de filhos, o que representa uma alteração geracional no comportamento no que se refere à fecundidade. Tal mudança tem como pano de fundo diversos fatores, entre eles, um maior acesso às questões ligadas à saúde e a métodos contraceptivos e a própria percepção das mulheres quanto à dificuldade em gerar e criar muitos filhos⁶⁹.

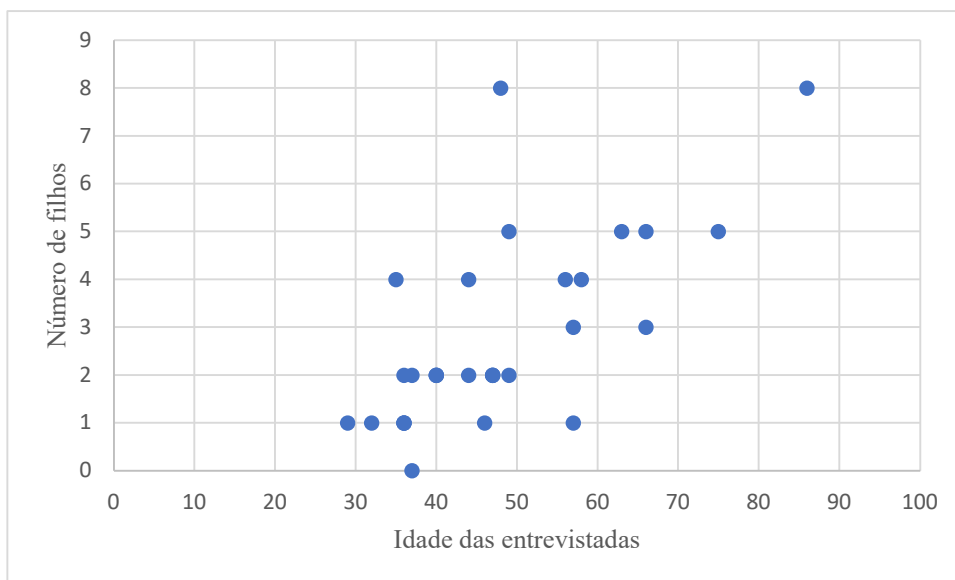
Porém, esse viés da realidade social não é homogêneo entre as mulheres entrevistadas. Algumas das experiências vivenciadas no período da infância se destacam

⁶⁸ A idade em que se casaram pode ser observada no quadro descritivo das entrevistadas, no capítulo anterior.

⁶⁹ A Constituição de 1988 prevê o acesso universal à saúde. Por meio da instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, há a ampliação no número de atendimentos às famílias brasileiras.

por apresentarem uma linha mais tênue no que se refere à separação por gênero nas atividades.

Figura 5 – Número de filhos por idade das entrevistadas



Fonte: Dados de Campo
Elaboração própria

Um dos fatores que incidem nessa diferenciação é a posição que a mulher ocupa na fratria. São mulheres que, ou por não terem irmãos homens, ou por eles serem muito novos, acompanhavam seus pais em processos de comercialização de produtos fora do estabelecimento, bem como na orientação de outros agricultores que iam até suas propriedades para trabalhar na produção, sejam eles camaradas, ou em esquema de mutirão. Essas mulheres não deixavam de ajudar suas mães nas tarefas domésticas, mas também se dedicavam a atividades junto a seus pais. Nas memórias de infância, elas relembram como o desenvolvimento de tarefas de comando e as negociações de vendas habilitaram para que hoje continuem a praticar tais ações, sendo que, atualmente são consideradas como lideranças nos bairros em que vivem e trabalham.

Luísa é uma dessas mulheres. Com 57 anos no período em que a entrevista foi realizada, ela é a mais velha entre seis mulheres e um homem. Seus avós e pais sempre foram agricultores com uma gama diversificada de produtos que eram vendidos para as cidades vizinhas. Eram seu pai e avô que acondicionavam feijão, milho, queijo, frango, entre outros em cestas nos lombos de cavalos e partiam para dois dias de viagem até o município de Lorena. Com o passar dos anos, seu pai se tornou um “negociante”, além de vender os produtos, também comercializava animais e, posteriormente, terras. Para

isso, passava boa parte do tempo viajando. É nesse momento que Luísa começa a assumir responsabilidades dentro da propriedade dos pais.

Até os sete anos eu ajudava minha mãe a fazer comida para os camaradas, pegava um banquinho para alcançar [o fogão], depois dos oito anos, meu pai me levou para a roça para trabalhar. Eu ia para a roça com meu pai e minhas irmãs. Nós íamos todo mundo para a roça. Com dez anos para cima eu já tomava conta dos camaradas na roça. Meu pai negociava, era negociante, então ele saía negociando, comprava um cavalo aqui, vendia ali, então eu ficava tomando conta dos camaradas. Chegava lá e media as tarefas dos camaradas e media a minha também. Tinha uns homens que eu até ia na frente. Aí peguei o compromisso de tomar conta dos camaradas. Chegava a tarde eu já media tudo de novo para o dia seguinte. De manhã eu chegava primeiro que eles. Quando eles chegavam eu já estava lá. Nessa época plantava milho e feijão e vinha um caminhão pegar a produção. Um compadre vendia lá fora, levava para São José, Taubaté. Horta, essas coisas, sempre teve, a mãe sempre teve a hortinha dela. Ela era que cuidava. Cuidava do fogão também. Antigamente não tinha esse negócio de ficar limpando casa, minha mãe não me ensinou a limpar a casa. Antigamente era mais roça mesmo, então eles punham a gente para trabalhar. Ela fazia o almoço, punha na marmitta e levava para nós lá na roça (Luísa, produtora agroecológica, 57 anos).

Durante parte da infância e adolescência, Luísa continuou executando as tarefas de comando e de trabalho junto à lavoura de milho e feijão na propriedade dos pais. Ela mesma realizava todos os processos, da plantação até a comercialização, e ficava com o dinheiro do que ela mesma negociava. Aos 14 anos conheceu seu atual marido e começaram a namorar com a anuência do pai. Ela, então, preparou-se para o casamento confeccionando seu próprio enxoval utilizando seu dinheiro. Foi dessa forma, também, que ela comprou o vestido de noiva em São Paulo. Toda essa autonomia financeira foi quebrada logo após o casamento. Aos 18 anos Luísa realizou o matrimônio e se mudou para a propriedade dos sogros. Ao estar casada e morando na mesma casa que os pais do marido enquanto sua própria moradia estava sendo construída, os valores patriarcais, centrados na noção de homem como provedor, passam a pesar mais do que seus desejos de continuar trabalhando na roça, tanto pelo prazer, quanto pela autonomia financeira.

Quando eu casei falei para meu marido, vai lá quebrar minha roça de milho, o feijão eu já tinha vendido. Eu falei: eu não vou lá quebrar e

negociar porque agora você toma conta, né? Ele falou: vou, mas com uma condição, metade é do seu pai e a outra metade é sua. Eu falei: tá bom, era tudo meu, mas se você quer dar metade para meu pai, dá. Passou uma semana eu falei para ele: vai lá e mata meu porco. Ele falou: tá doida? Você casou e quer buscar tudo na sua casa? Eu falei: o porco é meu, pergunta para a mãe de quem é o porco! Eu queria vender [o porco] porque queria muito um fogão a gás, só tinha fogão à lenha. Vendi o porco na venda [comércio local] e deu para comprar o fogão a gás! Depois eu queria continuar trabalhando na roça porque eu amava isso aí, ele não deixou e falou: agora acabou esse negócio de roça. Você vai cuidar da casa, tem tanta coisinha em casa para você fazer, que é serviço de mulher, serviço de roça é muito pesado. Eu falei: tá bom. E fiquei em casa, também gostava de limpar e eu tinha tempo, deixava tudo limpinho!

Porém, acostumada com sua autonomia, Luísa não conseguiu dedicar seu tempo exclusivamente às tarefas da casa e logo fez um acordo com seu cunhado, escondido do marido, e iniciou um processo de meação com ele. Esperava seu marido sair para o trabalho de diarista com aração de terras e ia trabalhar na roça do cunhado. Da mesma forma que fazia com seu pai, ela plantou, colheu e vendeu sua produção. Utilizou o dinheiro para mobiliar a casa recém construída. Seu marido só soube quando ela estava preparando a comercialização e, assim, não teve como intervir em seu trabalho.

As habilidades adquiridas em todo o processo de produção foram fundamentais para que Luísa mantivesse sua autonomia financeira e despendesse parte de seu tempo voltado à produção que além de lhe trazer uma renda, lhe garantia autoestima por desempenhar uma atividade que ela sempre gostou. Desde a infância ela ajudou o pai nas plantações de milho e feijão e a mãe nas tarefas domésticas. Contudo, quando seu pai passa a exercer outra atividade além do plantio, é ela que passa a tomar conta dos camaradas em sua propriedade. Com 14 anos, ela comandava o plantio, a colheita e logo começou a negociar a venda desses produtos no lugar do pai que saía para negociar terras pela região. Certamente se Luísa tivesse um irmão mais velho seria ele a ocupar essas funções, porém, na inexistência de um outro homem que, pelas regras patriarcais, assumisse esse posto é ela mesma que assume as responsabilidades pela propriedade. Assim, a interdependência realizada com o pai – e mesmo com os camaradas – revela a ela um poder de mando e negociação, valores estes que ela carrega consigo mesmo após o casamento e sucumbir, momentaneamente, à submissão ao marido e ao sogro, como visto na descrição de sua trajetória.

Mesmo sem deixar de lado as tarefas da casa e o cuidado dos três filhos que teve, bem como da sogra adoentada, ela conseguiu conjugar os valores patriarcais a que esteve submetida com suas expectativas. Atualmente, ela e seu marido são produtores agroecológicos no distrito de Campos Novos e vendem a produção para o PNAE. Considerada uma liderança, divide seu tempo entre o trabalho assalariado numa agência dos Correios localizada no distrito, na produção de orgânicos e na participação de cursos sobre agroecologia, dentre os quais um específico de mulheres que discutiu as relações de gênero no mundo rural. Procura mobilizar outras mulheres dos bairros do distrito para conhecer e atuar nessa nova forma de manejo por entender que assim há melhorias na qualidade de vida da família, um resgate dos conhecimentos dos agricultores e uma forma mais equilibrada de visualizar as relações sociais.

Além da diminuição na taxa de fecundidade, a importância dada ao trabalho durante o período da infância também apresenta mudanças na atualidade. Se no passado recente as crianças deixavam de estudar para contribuir no trabalho familiar, como será analisado no próximo capítulo, atualmente se dedicam de forma prioritária aos estudos, considerado essencial para a melhoria de vida não só delas próprias, mas de todo o conjunto familiar, ou seja, o trabalho na unidade de produção passa a ter valor secundário frente à educação para as crianças e adolescentes na atualidade. A dedicação aos estudos substituiu a obrigação de realizar trabalhos na produção como era a realidade da geração anterior que se via em meio a castigos físicos e psicológicos caso não cumprissem as atividades que lhes eram impostas. Além disso, os jovens se dedicam a cursos de capacitação e, aqui, há um claro recorte entre as atividades produtivas em que as famílias estão inseridas. São os jovens cujas famílias desempenham atividades ligadas ao turismo e à agroecologia que realizam os cursos, como exemplos os projetos “Juventude Agroecológica” e “Turismo Rural”.

Uma outra questão fundamental na identificação do trabalho desenvolvido pelas mulheres é a propriedade e o tamanho da terra disponível para plantação ou criação de gado. A titularidade da terra é histórica e culturalmente designada ao homem no meio rural e, dessa forma, é ele o responsável formal pela propriedade. É o pai da família que detém o poder moral de tomar todas as decisões desde às formas de manejo e comercialização, até a divisão da terra entre os filhos. Nesse contexto há um desequilíbrio de forças nas configurações sociais de gênero, já que a mulher acaba por sucumbir às decisões de seu companheiro em todos os temas que envolvem a propriedade.

Entendendo ser este um tema fundamental para relações mais simétricas no meio rural, as mulheres organizadas em movimentos sociais colocam essa pauta na agenda de suas reivindicações e, a partir de um diálogo mais estreito com o governo federal, é aberta a possibilidade de dupla titularidade da propriedade em assentamentos rurais no ano de 2003. Posteriormente, a assinatura conjunta nos modelos de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) foi dada como obrigatória. A posse desse documento é essencial para que os agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas, como o PNAE por exemplo. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2015) as mulheres são titulares únicas de 20% das DAPs emitidas para financiamento via Pronaf, enquanto os homens são titulares de 22%, o restante é nominado pela titularidade conjunta. A titularidade também pode ser realizada em nome tanto do homem, quanto da mulher ou de ambos em caso de casamento ou união estável.

Em Cunha o padrão de divisão da propriedade por herança segue a divisão igualitária entre os filhos e filhas, mas há uma diversidade de arranjos desempenhados que dependem do tipo de casamento realizado e se os pais ainda estão vivos. É muito comum no município a realização de matrimônios entre parentes, primos de primeiro e segundo grau. Nesse tipo de arranjo, tanto o homem quanto a mulher recebem de herança uma parcela da propriedade dos pais, cuja origem é dos mesmos avós. A definição de qual pedaço irão tocar reúne fatores como a produtividade da terra, facilidade de acesso e até mesmo se a divisão já passou por inventário ou não, processo esse de custo bastante alto que muitas vezes é inviabilizado pela baixa rentabilidade da produção. É comum que para arcar com tais custos as famílias se desfaçam de bezerros ou cabeças de gado, tidos como poupança pelos agricultores.

Um outro arranjo que encontramos no município, ainda derivado de matrimônios endógenos, é a venda de uma das propriedades herdadas pelo casal para terceiros, mais frequente no bairro do Sítio, dada a alta valorização monetária das terras ali já exposta anteriormente. Nesses casos, a venda também é influenciada por alguns fatores como o próprio valor e sua aptidão para plantio ou criação de gado, conforme observado na seção sobre ruralidades.

Por fim quanto aos tipos transmissão de patrimônio observados em Cunha há o que Carneiro (1998) denomina em sua pesquisa realizada nas montanhas francesas de “casamento de genro”, ou seja, quando a mulher herda a propriedade de seus pais. É o caso de Valéria, que se casou com um amigo de infância que morava no mesmo bairro.

A propriedade que seu marido recebeu de herança de seus pais fica dentro do Parque Estadual, inviabilizando sua exploração. Por ocasião do matrimônio, eles construíram uma casa na propriedade do pai dela, ao lado da casa da mãe. Seu marido foi trabalhar em fábricas das cidades vizinhas e cogitou a possibilidade de eles irem morar fora de Cunha, mas ela não quis e ele acabou deixando o emprego e foi trabalhar com toda a família na plantação de tomates, deixada de lado posteriormente em virtude da doença de pele do pai de Valéria dado o uso intensivo de agrotóxicos. Ao deixarem de produzir, o marido passou a atuar como pedreiro e caseiro. Nesse caso, a posição de Valéria como herdeira da propriedade dos pais foi decisiva para que o casal continuasse no bairro, buscando estratégias como o trabalho não-agrícola para se manterem na terra.

Também é o caso de Raquel, com 29 anos no período de realização da pesquisa. Filha caçula de três irmãos, casou-se aos 23 anos e seu marido trabalhava como caseiro em uma propriedade alheia junto com seus pais. Como não tinham propriedade, ele foi morar com a família dela já quando ficaram noivos, contraindo matrimônio três anos depois. Nessa época, o pai de Raquel, hoje falecido, já havia dividido a propriedade entre todos os filhos “de boca” e eles já exploravam a produção leiteira. Atualmente moram na propriedade a própria Raquel e seu marido e um filho, um dos irmãos dela que não se casou, e sua mãe. Mas, é ela quem toma a frente do cotidiano da produção, já que seu marido atua como diarista e tratorista. Inclusive, após a morte do pai, foi ela que iniciou o processo de divisão formal que envolveu desde a negociação com os irmãos, passando pela agrimensura dos terrenos e as formalidades no cartório.

Trajetória semelhante é a de Valquíria, de 32 anos, filha mais nova de quatro irmãos que também se casou com uma pessoa que não possuía propriedade e passou a morar em suas terras. Também produtora de leite, seu marido trabalha como diarista em propriedades alheias. Nesses casos, a titularidade está no nome delas, pois já foi formalmente dividida entre os irmãos, o que lhes garante certa primazia nas decisões, mas que elas garantem serem tomadas de forma conjunta com seus maridos, colocando em primeiro lugar a manutenção da propriedade e a produção, bem como as necessidades primordiais de seus filhos.

Outras estratégias foram observadas no que concerne ao título da propriedade, sendo o mais comum o título estar em nome do marido ou na condição de usufruto em nome do filho ou da filha herdeira nos casos em que a propriedade não foi formalmente desmembrada. Essa última situação foi citada com caráter de incerteza por algumas mulheres que acreditam que no momento da divisão formal poderão surgir conflitos

entre os herdeiros, além de dificultar acesso a algum tipo de crédito e até mesmo de poderem exercer um planejamento da produção. A posse de titularidade conjunta foi encontrada em apenas dois casos, ambos se dedicam a agroecologia e esse arranjo garante, também, que a DAP seja conjunta, habilitando o casal a recorrer a aposentadoria, fato que tem guiado a estratégia de vários produtores no município, como será apresentado adiante.

Por fim, outro elemento que atua nas estratégias familiares no que concerne ao trabalho e sua própria reprodução social é o tamanho das propriedades que variam entre um e 16 alqueires, sendo que as maiores ainda não foram formalmente divididas. Dado o pequeno tamanho de algumas delas, bem como o relevo montanhoso característico do município, algumas famílias optam pelo arrendamento de terras pertencentes a outros proprietários e até mesmo ao processo de meação. Esses casos são encontrados, sobretudo, entre os que se dedicam à produção orgânica que vai se tornando mais intensiva e diversificada à medida que os agricultores acessam os mais variados mercados.

O tipo de trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais em Cunha está diretamente ligado à atividade produtiva a que elas se dedicam, vejamos cada uma delas e de que forma elas se apresentam no cotidiano delas.

3.3 – O trabalho e a renda no turismo e propriedades alheias: entre o rural e o urbano

A introdução de outras atividades produtivas não mais centradas unicamente na produção agropecuária acaba por gerar novas dinâmicas no rural brasileiro e com elas são abertas outras possibilidades de trabalho e renda, inclusive para as mulheres. No caso de Cunha, tanto o turismo como a ida de pessoas de grandes cidades para lá morar – os “forasteiros”, para utilizar a nomenclatura do lugar –, marcam a expressão de elementos da vida contemporânea atrelados às novas ruralidades.

Se por um lado os moradores, que antes se dedicavam à prática agropecuária, vendem parte ou todo seu patrimônio para os “forasteiros”, abdicando do trabalho na roça para obter renda, sob outra ótica é esse mesmo movimento que permite a geração de emprego e renda não agrícola sendo considerado, inclusive, como a única alternativa viável para que as famílias permanecessem no bairro onde nasceram, revelando um forte sentimento de pertença ao lugar, às relações familiares e de vizinhança ali

constituídas. Aqui, são as atividades como caseiros e jardineiros que se revelam como opção de trabalho formal para os homens, garantia de salário fixo todo mês. Já para as mulheres as oportunidades de trabalho são esporádicas, centradas na realização de faxinas, muitas vezes nas mesmas propriedades em que seus maridos trabalham como caseiros. Para essas mulheres, a rotina se divide entre as tarefas do ambiente doméstico, na horta que serve para o consumo familiar e na confecção de artesanatos.

Como dito anteriormente, esta realidade é muito mais presente em um bairro que concentra a maior parte de moradores que se mudaram para lá em busca de tranquilidade, numa alusão a um outro modo de viver próximo a áreas verdes e onde se formam e perpetuam redes de relações de proximidade, atribuídas frequentemente a um sentido comunitário. Não é raro essas pessoas se referirem ao bairro do Sítio como “um pedacinho do céu”. É neste local que as oportunidades abertas com a entrada de novos moradores e o desenvolvimento de práticas ligadas ao turismo se cruzam, materializadas na Associação de Moradores que recebe a visita de turistas que se encaminham para o Parque Estadual da Serra do Mar, sobretudo aos finais de semana. Neste espaço, as mulheres podem expor seus produtos, tanto da confecção de artesanato como de alimentos, como também deixar seus contatos para futuros trabalhos de faxina ou de pintura, comumente realizado por elas.

Em outras partes do município são as pousadas e restaurantes que apresentam algumas possibilidades de trabalho e renda ligados ao turismo. Porém, não de forma constante, já que estes estabelecimentos têm mais demanda aos finais de semana, momento que também são concentrados os eventos capitaneados pela administração municipal que servem de estímulo à prática do turismo.

O bairro do Sítio foi caracterizado por Shirley na década de 1960 como um espaço em processo de fragmentação e muito pobre. Apesar de possuir terras em boas condições para o plantio, o autor destaca a dificuldade de expansão de produção por estar cercado pelas fazendas de gado. Segundo Shirley (1971) a origem do bairro se deu a partir da propriedade de uma única família que, não partilhada à época, ainda abrigava seus descendentes, com exceção de apenas um morador que veio de outra cidade, denotando que já àquela época havia abertura para moradores de fora. A produção estava concentrada na utilização para a própria família e havia poucos estabelecimentos comerciais ali, sendo a principal renda obtida pela venda da força de trabalho para os fazendeiros próximos.

Apesar desta visão pouco promissora para o bairro, as entrevistadas lembram que em suas infâncias havia intensidade na atividade agropecuária, vivenciada tanto na diversidade de produtos (milho, feijão, legumes, hortaliças, leite e derivados) como também na criação de animais, representando a principal fonte de renda de seus pais. Note-se que o período de infância das entrevistadas varia entre os anos de 1960 a 1990. Além disso, é interessante observar como este mesmo espaço acabou, dada a sua localização e o estímulo às atividades turísticas, tornando-se uma das áreas mais valorizadas do município, o que converte a venda a terceiros um atrativo.

Não são poucos os estudos que focam as relações sociais de gênero na prática do turismo impulsionados pelo crescente desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural nas décadas recentes. Vale ressaltar que ainda na década de 1970, Rambaud (1973) destacava que a inovação do turismo praticado nas áreas rurais na França era mais propícia para agregar mulheres e jovens em sua prática, uma vez que esses grupos sociais estariam mais abertos às novidades do mundo citadino, por possuir maior escolarização e assim se adaptar mais facilmente a uma nova qualificação profissional, uma vez que sobre elas pesava a invisibilidade dentro do trabalho agrícola.

Nogueira (2004) analisa as alterações nas práticas sociais em um município do Espírito Santo a partir do desenvolvimento do agroturismo, entendido como uma nova prática social que insere as mulheres em um outro tipo de trabalho diferente do agrícola. Seu principal argumento se assenta na definição de valorização do trabalho desempenhado e, nesse sentido, a autora afirma que em seu universo de pesquisa o trabalho agrícola passou – frente ao modo de vida urbano – a ser considerado atividade masculina por ter características de “trabalho pesado”. A representação do trabalho agrícola produzida e reproduzida adjetiva o trabalho agrícola feminino como “ajuda” e isso, para Nogueira, está associado a uma estratégia social de dominação masculina, uma vez que legitima maior poder na esfera produtiva agrícola ao homem⁷⁰. Por sua vez, o trabalho doméstico é valorado de maneira hierarquicamente inferior a outros tipos de ocupações. A prática do turismo é considerada secundária e uma extensão das atividades domésticas, por serem atividades tipicamente femininas, quem “ajuda” a desempenhar as funções são os homens. Dessa forma, a situação de subordinação feminina não é dada pela divisão sexual do trabalho, mas pelo valor atribuído socialmente para cada atividade. Com o agroturismo, as mulheres se inserem em uma

⁷⁰ Para designar conceitualmente a dominação masculina a autora recorre a Pierre Bourdieu (2012).

nova atividade que lhes traz renda e uma nova dimensão simbólica que remete a um lugar mais valorizado no grupo social ao qual pertencem. A autora conclui que a estrutura social, embora não imutável, continua atuando no sentido de limitar a emancipação feminina e as práticas sociais do agroturismo não são capazes por si somente de alterar o arcabouço da dominação masculina, embora o abalem.

Conclusões semelhantes são formuladas por Lunardi (2012) que desenvolveu sua pesquisa num município do Rio Grande do Sul e afirma que o turismo não permite mudanças nas relações de gênero no meio rural, uma vez que não há mudanças na tradicional dominação da mulher pelo homem. A autora destaca a participação dos homens nas tarefas domésticas como um importante achado de sua pesquisa, porém, afirma que não é possível caracterizar o turismo rural como atividade exclusivamente feminina, mas trata-se de uma extensão do trabalho doméstico, havendo articulação entre as atividades turística, agrícola e doméstica, ou seja, as estruturas são as mesmas num ambiente que é socioeconomicamente diferenciado, mas com a permanência do binômio circunscrito na separação e hierarquização do trabalho. Em pesquisa anterior, a autora (2006) já delineava essas mesmas conclusões ao considerar a prática do turismo de fácil adaptação por parte das mulheres por se tratar de uma extensão das funções reprodutivas e não exigir qualificação, ou seja, o turismo é visualizado como um “trabalho doméstico ampliado”, embora traga à elas ganhos materiais expressos na renda auferida com a atividade do turismo, e ganhos simbólicos dados pela interação com o mundo exterior que altera sua vida social, contribuindo para uma maior socialização. Vejamos, tendo em mente essas leituras, como se apresenta a questão do trabalho para o universo pesquisado.

De forma geral, as possibilidades abertas às mulheres tanto no turismo como com os novos moradores em Cunha se coadunam com o que a literatura especializada em relações sociais de gênero e turismo nomeiam como extensão ou ampliação das tarefas domésticas e consideradas tipicamente femininas, especialmente no que se refere à limpeza e aos cuidados. Da mesma forma é inegável que estas práticas levam a dinâmicas em que há interação destas mulheres com outros agentes sociais inexistentes num ambiente voltado somente à agropecuária. O contato com os turistas e com os “forasteiros” é considerado por elas como uma oportunidade de ter acesso a outras visões de mundo, o que pode lhes proporcionar uma reflexão sobre suas próprias existências ao inseri-las num mundo social mais amplo que as subverte do isolamento

social tão presente na geração anterior às suas, restrito às relações familiares e de vizinhança.

É muito diferente da época que eu era criança, a gente tinha muita responsabilidade. A gente levantava de manhã e já ia diretamente fazer o que tinha para fazer. Quando eu era criança as coisas eram tão difíceis que a gente era impedido de sonhar. Hoje as coisas são mais abertas. A vida era muito dura. Hoje o mundo é melhor, hoje tem mais oportunidade, parece que as coisas se abriram, a gente pode sonhar. Antes o mundo era mais fechado (Luana, moradora do bairro do Sítio, 46 anos, faz faxinas na casa em que o marido é caseiro).

Se de uma maneira geral não há mudanças no que se refere ao valor do trabalho que é desempenhado pelas mulheres ao se inserirem em atividades ligadas ao turismo e na propriedade de “forasteiros”, sendo mantida a hierarquia de valoração do trabalho que tem na ideologia patriarcal seu principal fundamento, é também por meio dessas mesmas atividades que elas conseguem ter algum tipo de renda própria, inexistente enquanto elas se dedicavam ao trabalho em regime familiar. Isso não significa, contudo, que o uso dos recursos é em benefício próprio. Elas utilizam o pouco que recebem de forma intermitente com compras de alimentos para a casa, para os filhos ou para adquirir insumos para dar continuidade à confecção de artesanatos e alimentos que são vendidos na Associação de Moradores.

Cada coisa que vende aqui na associação de artesanato a gente ganha um pouquinho, eu uso para comprar coisas para fazer mais artesanato: pano, tinta, linha...uma coisa puxa a outra. Eu queria ter um dinheiro para mim. A gente que é mulher quer ter as coisas da gente. Quando eu preciso, meu marido me dá. Eu falo que quero alguma coisa e ele dá o dinheiro. Eu não sou de explorar. Eu sei o quanto ele ganha e o quanto ele gasta. Eu sou econômica (Madalena, moradora do bairro do Sítio, 49 anos).

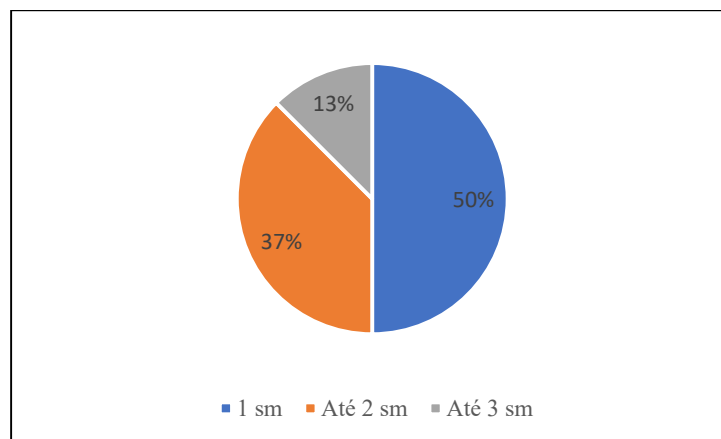
Faxina tem mês que não tem nenhuma. Pão também. Quando tem feriado vende bastante, quando não tem...Não é nada fixo. A venda da associação não é tudo meu, tem que passar um pouco para eles [a própria associação]. Nem sempre o que a gente ganha dá para viver. É pouquíssimo, ainda mais com dois filhos adolescentes, mas a gente vai dividindo as coisas conforme vai dando, pagando primeiro os mais atrasados. Sempre tem uma conta. Nós contamos só com nós mesmos,

tira um pouco de cá põe para lá. É complicado, mas a gente dá um jeitinho (Milena, moradora do bairro do Sítio, 49 anos).

Além dos interstícios que atingem as faxinas e a dependência da presença do turista para a venda de artesanatos, há mais um evento esporádico que contribui no aumento da renda: a “cata” do pinhão que é realizada nas propriedades em que as mulheres moram ou nas que seus maridos trabalham como caseiros. Com período específico, dada a época de defeso, a colheita culmina na já mencionada Festa do Pinhão que ocorre anualmente no mês de abril. Nesse período elas se dedicam a colher, separar e embalar o pinhão, vendido *in natura* para atravessadores, na cidade e na Associação de Moradores. Neste último local pode ser encontrado também em dois formatos de cozimento: na panela de pressão e assado no forno à lenha.

Em suma, a principal fonte de renda das famílias que residem no bairro do Sítio advém do trabalho assalariado dos maridos na propriedade de “forasteiros” ou em outras práticas não-agrícolas, como pedreiros, complementada com os trabalhos esporádicos que elas desenvolvem.

Figura 7 – Renda mensal das famílias moradoras do bairro do Sítio



Fonte: Dados de Campo
Elaboração própria

Conforme o gráfico acima demonstra, o montante da renda familiar não ultrapassa três salários mínimos e a destinação desse recurso se resume à manutenção da própria casa/propriedade. Quando há alguma necessidade extra, os casais discutem para definir a melhor opção, como resume uma das entrevistadas:

A decisão do que fazer é junto. Se precisa de alguma coisa a gente discute se dá para comprar ou não e quanto a gente tem que dar por mês. Se eu quero comprar um móvel primeiro eu vou lá na loja e venho conversar com ele, mas eu escolho (Luana, moradora do bairro do Sítio, 46 anos).

Como não há produção agropecuária destinada à comercialização, excetuando o pinhão, as famílias do bairro do Sítio pouco têm a discutir sobre essa questão. Assim, as terras possuem mais um significado simbólico de pertencimento das famílias há gerações do que como meio de exploração, como nos disse orgulhosa uma das mulheres entrevistadas levantando os braços e apontando para os morros à nossa frente: “tudo isso aqui era do meu avô”. Além da simbologia embutida no significado de estar e viver no mesmo lugar em que os antepassados estiveram, as terras também representam reserva de capital, especialmente, pela valorização que vem apresentando ao longo das últimas décadas.

3.4 – Pecuária: exercendo uma atividade secular

Conforme abordado no primeiro capítulo, a pecuária representa uma atividade desenvolvida desde a década de 1940 em Cunha. Ampliada por migrantes mineiros logo se tornou rentável e praticada por grande parcela dos agricultores do município, sendo até hoje considerada uma das principais fontes de renda para os que vivem no meio rural. Em consonância com os estudos de Paulilo (2016) realizados no Vale do Itajaí em Santa Catarina, de Magalhães (2009) levado a cabo no Sudoeste do Paraná e de Carneiro (1998) efetuado na França, a atividade leiteira em Cunha é predominantemente desenvolvida por mulheres.

Paulilo (2016) demonstra em uma coletânea de estudos iniciados na década de 1970 que a atividade leiteira era predominantemente feminina e vai se tornando masculina à medida em que começa a dar lucro, tornando-se o principal produto da unidade familiar. Essa realidade é refletida nos cursos de profissionalização que envolvem temas ligados à saúde animal, ordenha e higiene. Ou seja, são eles a frequentar as capacitações voltadas ao melhoramento da produção, embora a autora deixe claro que dentro da propriedade elas executam quase todas as tarefas relacionadas à produção, com ordenha realizada duas vezes ao dia.

Conclusões semelhantes chega Magalhães (2009) que afirma ser a produção de leite uma atividade tradicionalmente feminina, cujo aprendizado de técnicas é repassado de mães para filhas. Porém, quando a atividade deixa de ser voltada para a reprodução familiar e passa a ser destinada ao mercado, há uma mudança na divisão nas funções que leva em consideração as relações de gênero, culminando na perda de poder por parte delas na atividade de produção leiteira. Nesse caso, as mulheres ficam com as atividades realizadas internamente, enquanto aos homens cabem as relações externas à propriedade, incluindo a comercialização e a emissão das notas fiscais relativas à venda. Para o autor, essas mudanças são tributárias das formas como as organizações envolvidas no processo de modernização da produção atuaram, como as cooperativas por exemplo, pouco interessadas nas formas de organização familiar expressas nas relações sociais de gênero.

Diante das pesquisas mencionadas e da realidade observada em Cunha, seria possível afirmar que no município a produção leiteira é protagonizada pelas mulheres? Uma resposta mais simplista a esse questionamento é afirmativa. São as mulheres que aprenderam com suas mães, tias e avós as técnicas da produção de leite e as aplicam até hoje em suas propriedades, enquanto seus maridos se dividem entre as lavouras de milho e feijão e saem para trabalhar como camaradas, tratoristas e pedreiros em propriedades alheias. Um olhar mais aprofundado sobre o tema recai sobre a valorização de cada uma das atividades desempenhadas e, assim, o leite aparece ora como a principal atividade da propriedade e ora como complemento, a depender do tipo de produção da propriedade e da disponibilidade de trabalho como camarada, sendo crucial para elas terem a venda em seu nome para fins de aposentadoria.

Em suma, a pecuária leiteira continua sendo capitaneada pelas mulheres, ou seja, não houve uma “masculinização da produção de leite”, como diz o título do artigo de Reginaldo Magalhães. Uma possível explicação para essa diferenciação reside no tamanho da produção, de baixa intensidade que não gera grandes lucros, além disso, a produção de leite é conjugada ao trabalho fora da propriedade por parte dos homens, num arranjo que permite ao casal exercer as duas funções.

Por se tratar de uma atividade secular, desde a infância elas aprenderam com suas mães e avós o trato com as vacas e o valor que o leite, enquanto uma atividade linear no sentido de assegurar renda mensalmente, representa para toda a família. Se antes da introdução dessa atividade no município os homens se dedicavam a trabalhar como diaristas ou, para utilizar a expressão local, como camaradas, tal forma de

trabalho não foi abandonada e o leite veio a somar nas atividades que a família desempenha.

As mulheres que atuam na pecuária contam a importância do desenvolvimento dessa atividade e da rentabilidade que ela traz:

Eu nasci aqui, nesse mesmo bairro, minha mãe foi criada aqui perto. Meu pai também é do mesmo bairro. Minha avó sempre fala que veio de Minas com os filhos bem pequenininhos, só o caçula nasceu aqui. Já trabalhavam com leite lá. Tiravam um leitinho e trabalhavam como camaradas. [...] O leite sempre foi um meio de sustento, quem mora na roça esse é o principal sustento da pessoa, a gente só continuou o que seria o nosso sustento. Meu marido trabalha com trator e eu que fico com o leite. É um dinheirinho garantido, pouco ou bastante, é garantido. Todo mês você tem o dinheiro, porque o trator você trabalha, mas não sabe se vai receber o dia que trabalhou (Paula, produtora de leite, 47 anos).

Era o meu serviço, eu tinha nove, dez anos de idade e já fazia essas coisas, quando não tinha cavalo ia a pé lá em cima para buscar as vacas, esse era o meu serviço: buscar as vacas e levar para o mangueiro. Só não tirava o leite porque ainda não mexia com isso. Hoje eu tiro com ordenhadeira. O dinheiro do leite pinga todo dia. Meu marido trabalha com trator, ele sai todo dia cedo e eu fico (Raquel, produtora de leite, 29 anos).

Além disso, para algumas mulheres, o trabalho na pecuária representa a única forma de terem alguma autonomia financeira, que depende do volume de litros tirados diariamente e que tende a diminuir nos períodos de seca das vacas:

Meu marido trabalha fora, então eu arrumo a marmita para ele e depois fico no mangueiro sozinha, às vezes ele dá uma mão quando dá tempo. Eu arrumo sozinha porque é pouco, eu dou conta e gosto de mexer porque se dependesse dele, ele nem queria que eu tivesse [as vacas]. É eu mesma, vivo na roça e se não tiver um dinheirinho para você gastar com alguma coisa, você está ferrada porque só ele trabalha. Aí no tempo da seca a coisa aperta. [...] Eu gosto do leite, é isso que me dá dinheiro, sair daqui para trabalhar eu não tenho condição, então eu gosto, mas não é nada assim tão glamuroso não, são umas vaquinhas só, é criação ralezinha mesmo, mas eu gosto. A minha mãe já mexia com leite (Michele, produtora de leite, 40 anos).

Apesar de ser uma atividade repassada pelas gerações de mulheres e de render a elas alguma autonomia financeira, ou compor a renda familiar, o exercício da pecuária, por outro lado, acaba por retê-las em casa por mais tempo, resultando em baixa interação social com outros agentes para além da família e, em menor grau, parentesco e vizinhança. Essas poucas interações, restritas ao grupo familiar, limita os circuitos tanto de transações econômicas quanto de relações sociais a que essas mulheres têm acesso, resultando em relações limitadas ao círculo familiar e de vizinhança estabelecidos ao longo da vida. Essa realidade reflete uma continuidade nos padrões estabelecidos anteriormente, ou seja, há uma reprodução nos modos de fazer e viver.

Recentemente, um fato vem guiando as estratégias das famílias: a previdência social rural e, para alcançá-la as mulheres estão entregando o leite para os laticínios em seus próprios nomes. A Constituição de 1988 dá garantia do princípio de universalização de direitos de seguridade social, incluindo saúde, previdência e assistência social, atingindo tanto homens quanto mulheres. Kreter (2015) ao analisar a questão da previdência rural e gênero, pontua que é somente em 1991 que legislações específicas são destinadas ao trabalhador rural que passa a conceder o benefício de duas formas: por meio de contribuição compulsória e facultativa, determinando a aposentadoria por idade, homens aos 60 anos e as mulheres aos 55. Antes da promulgação desta lei, somente o chefe ou arrimo da família poderia requerer o benefício e, nesse caso, as mulheres rurais, em maioria, ficavam impossibilitadas de alcançar a aposentadoria, aumentando a sua dependência durante a velhice. A concessão de um salário mínimo aos assegurados representa a possibilidade de maior qualidade de vida, contribuindo para a diminuição da pobreza nas áreas rurais. Tal ganho muitas vezes representa a única renda fixa da família. A autora conclui, analisando dados entre 1990 a 2000, o aumento da entrada de mulheres rurais na previdência social, argumentando que quanto maior a burocracia exigida significa também uma maior dificuldade para que elas se insiram no sistema.

Por se tratar de uma importante atividade no município, no início da pesquisa o administrador de um laticínio com sede em Cunha foi entrevistado, interessava-nos compreender como se dava a comercialização do produto. Dos 220 fornecedores de leite que ele tinha à época, 15 eram mulheres. Tal fato nos chamou à atenção e fomos em busca dessas mulheres no intuito de esclarecer se se tratava de um protagonismo delas na pecuária de Cunha. São essas mulheres que têm aqui as trajetórias de vida analisadas. Foi comum elas descreverem a atividade como sendo primordialmente feminina não

somente entre elas que entregam o leite em próprio nome, mas também entre as outras mulheres que são suas vizinhas e parentes. Ao serem questionadas sobre o porquê de serem fornecedoras de leite para o laticínio, foram unânimes em apontar a facilitação para aposentadoria como principal causa, guiadas por sugestões do sindicato rural do município.

Quando eu casei eu já tinha minhas vacas e já mexia com leite, então já entregava no meu nome porque fiz a inscrição porque para bater o leite precisa ter a inscrição e o talão de notas. Facilita para a aposentadoria (Valquíria, produtora de leite, 32 anos).

Eu sempre trabalhei bastante, a maior parte do tempo eu ficava com minha mãe. Ajudava a mãe com o leite. Depois que casei vim morar na casa do sogro. Ele também tinha leite e mexia um pouco com lavoura, aí eu comecei ir para o mangueiro e estou até hoje. Meu marido sai de manhã. Tem milho e capim para dar para as vacas e ele só volta a noite (Adriana, produtora de leite, 47 anos).

Meu marido trabalha na roça. Roçar pasto, colher milho, fazer silo, e no mangueiro. A principal atividade é o leite. Antes era meu pai que era cooperado, agora sou eu que forneço porque ajuda na aposentadoria (Daiane, produtora de leite, 44 anos).

Bater o leite no nome é uma coisa que facilita para a gente poder aposentar a hora que chegar a idade. O propósito é esse. Se colocasse no nome do meu marido, eu não teria direito, então, se colocasse no meu nome nós dois pode usar. A gente contribuiu com o governo para isso, para poder aposentar. O leite vem a favor disso também. Nós sempre lidamos com leite, pouquinho, mas sempre (Paula, produtora de leite, 47 anos).

Embora possamos considerar a pecuária uma atividade primordialmente feminina em Cunha, o saber na lida com o gado é atribuído por elas mesmas aos homens. São eles que reconhecem as “boas vacas” para produção de leite e que também cuidam delas em casos de doenças – dada a inexistência de assistência técnica – e da venda de algum animal, geralmente bezerros que são usados como uma espécie de poupança e vendidos em casos de necessidade ou para realizar investimentos na propriedade.

As coisas mais modernas [sobre a produção de leite] a cooperativa ou o sindicato dão cursos. Inseminação de vaca, por exemplo. Mas é mais para conhecer porque é difícil fazer aqui. Quando um animal fica doente é meu marido mesmo que cuida (Raquel, produtora de leite, 29 anos).

Se o saber técnico é atribuído aos homens, é a quantidade produzida que irá evidenciar exteriormente à unidade de produção se essa é uma prática masculina ou feminina, bem como a conjugação com outras formas de ganho financeiro. Como visto, entre as mulheres entrevistadas, a produção de leite se dá em conjunto com o trabalho de diarista ou tratorista de seus companheiros, conformando dois tipos de renda para a família.

As mulheres entrevistadas produzem diariamente entre 12 e 110 litros de leite, enquanto o maior produtor do laticínio entrega 380 litros por dia, sendo essa atividade a única desempenhada em sua propriedade. Nesse sentido, há correlação com os estudos que se dedicam à temática das relações de gênero e pecuária, ou seja, mesmo sendo um tipo de produção desenvolvido prioritariamente por mulheres, ao se tornar a principal atividade da propriedade passa a ser considerada externamente como uma atividade masculina. Porém, acresce-se a essa realidade a estratégia voltada à seguridade social das mulheres que garantem sua aposentadoria ao entregar o leite em seu próprio nome, fato que lhes proporciona uma renda específica.

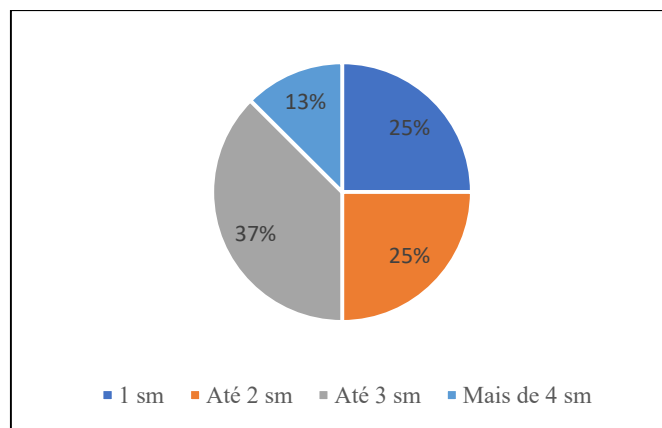
Quando ela se aposenta, ela tem um dinheirinho que é só dela, é a oportunidade que ela tem de comprar uma coisinha para ela. Às vezes ela sempre quis e o marido não se importou em comprar para ela, porque eles vão juntos para comprar as coisas e são eles que compram, eles que pagam e elas não fazem conta de pedir dinheiro (Priscila, 56 anos, produtora de leite e agente de saúde).

Há uma diversidade entre as entrevistadas no que se refere ao ganho obtido pelas famílias mensalmente, como pode ser observado na figura abaixo. Essa realidade pode ser expressa pelo conjunto de atividades que a família desenvolve, sendo as rendas mais altas são observadas entre as famílias que conjugam a pecuária leiteira com o trabalho como diaristas utilizando o trator em propriedades alheias.

De todo modo, elas evidenciam que o leite é o recurso garantido que a família obtém a cada 15 dias, momento em que o pagamento pelos laticínios é realizado. O trabalho como diarista não tem regularidade em sua prática e nem mesmo no calendário de pagamento, dependendo do tipo de trabalho realizado, por exemplo, quanto mais

extenso no tempo de realização, mais longa é a espera pelos recursos. Há também o componente relacionado à confiança entre os prestadores de serviço e quem os contrata, sendo comum o pagamento ser feito “quando dá”.

Figura 8 – Renda mensal das famílias produtoras de leite



Fonte: Dados de Campo
Elaboração própria

Por se tratar de uma renda fixa, os recursos advindos da produção de leite servem para a própria manutenção da atividade e da casa. Como dito anteriormente, metade do dinheiro recebido “fica com a própria vaca”, gastos em insumos e alimentação muitas vezes comprados no próprio laticínio onde a venda é realizada e já previamente descontado do pagamento. A parte restante é destinada a manutenção da propriedade tanto no que se refere à produção quanto ao cotidiano, como por exemplo, luz e telefone, bem como gastos correntes com os filhos. Para complementar a renda e ter um dinheiro próprio elas se valem da venda de produtos por catálogo pela vizinhança. Utilizam esses recursos para compras pessoais e para gastos com os filhos.

Até pouco tempo atrás as mulheres também vendiam os queijos que produziam, porém, a rigidez da legislação as impede atualmente de continuar essa produção com destinação ao consumidor, e o produto passou a ser restringido ao consumo familiar.

A principal renda é do meu marido, o do leite serve para comprar roupas para as crianças e olhe lá. Só um trabalhar é difícil. Ele banca a casa e ele não recebe certinho todo mês, às vezes trabalha hoje e só vai receber lá na frente. Então o leite é para bancar as crianças mesmo. Não sobra nada, vai tudo para pagar conta e gastos com a produção. Graças a Deus dá para pagar as contas. O meu é muito pouco e vai só para as crianças mesmo, com bobices que eles querem: um chocolate, um agrado, uma

coisa assim. É só isso porque para pagar as contas o meu não dá, tem que ser o dele mesmo (Michele, produtora de leite, 40 anos).

Priscila, de 56 anos, é uma produtora de leite que também atua como agente de saúde pelo bairro rural onde reside. Pelo tipo de atividade que desenvolve ela possui um olhar privilegiado sobre a realidade das mulheres, já que visita as casas diariamente e convive de perto com as mais variadas experiências. Em sua percepção, há um claro recorte geracional representado pelos 40 anos. Para ela, as mulheres acima dessa idade não saem muito de casa, nem mesmo para fazer compras, limitando-se a entregar a lista de produtos necessários aos seus maridos que “vão até a cidade”. Já as que estão abaixo dessa idade acabam conseguindo a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e com isso possuem mais autonomia para se deslocar para a sede do município quando necessário.

Essa questão geracional apontada por Priscila é importante pois incide numa autonomia de mobilidade para as mulheres que conseguem a habilitação para dirigir e, desse modo, possuem maiores possibilidades de interação social, principalmente para as que se situam em propriedades distantes do centro da cidade, muito comum entre os que desenvolvem a pecuária.

Outros fatores são fundamentais para que as mulheres que atuam na pecuária tenham poder de decisão sobre a renda total recebida pela família. Entre esses fatores estão o nível de escolaridade e a propriedade da terra.

Dona Vera, aposentada de 75 anos sempre tomou conta do dinheiro da família desde que se casou com Seo Almir. Em sua casa era o pai que comandava as finanças, por ter aprendido dessa forma em uma representação hierárquica mais marcada, ela se ressentiu em ficar à frente dos negócios de sua família:

Coitado, ele [o marido] não sabe ler, então eu tomo conta de tudo. Ele deixa tudo por minha conta. Mas eu também não dou trabalho para ele. Eu cuido das coisas dele direitinho. Puseram meu nome para tomar conta das coisas, eu não gostei, não! Tenho vergonha de tomar a frente do homem, mas puseram...o que eu vou fazer? Mas eu arrumo tudo. Ele confia em mim. Tudo o que ele precisa, eu pego, ajudo ele a guardar o dinheirinho que ele recebe, compro roupa, remédio, pago consulta. Eu que dava o dinheiro para pagar os camaradas (Vera, aposentada).

Já para Raquel, de 29 anos, são a propriedade da terra e os ensinamentos que recebeu, ambos de herança de seu pai, que se apresentam como fatores determinantes para que ela cuide dos negócios da família.

Eu que mexo com o dinheiro de casa. Todo o dinheiro que meu marido recebe entrega na minha mão. Quando faz conta ele também entrega na minha mão (risos). Todo final de mês tem as contas para pagar: luz, telefone, conserto de moto e do trator, remédio para o gado...eu que administro tudo. Coisas para a casa também sou eu que decido. Na casa da minha mãe era dividido entre ela e meu pai, mas quando eu peguei certa idade, acompanhava meu pai e fui aprendendo a lidar com essas coisas. E quando o pai pegou certa idade, fui eu que comecei a cuidar das coisas daqui (Raquel, produtora de leite, 29 anos).

Conforme dito anteriormente, o caso de Raquel se enquadra no “casamento de genro”. Quando se casaram seu marido não tinha propriedade pois seus pais trabalhavam como caseiros em uma propriedade alheia. Ao contrair o matrimônio os dois passam a morar na propriedade do pai de Raquel, num espaço destinado a eles, já que o pai havia dividido a propriedade “de boca” entre os quatro filhos. Na propriedade dos pais dela já trabalhavam com o leite e eles deram continuidade à essa atividade, guardando a renda gerada para a compra de mais gado. Hoje, o marido de Raquel dedica-se a trabalhos externos à propriedade utilizando seu trator para realizar serviços fora de seu estabelecimento. Em termos de escolaridade, tanto ela quanto ele estudaram até a quarta série.

Em suma, há um protagonismo das mulheres no desenvolvimento da atividade pecuária que foi, inclusive, herdado das gerações anteriores. Porém, verifica-se que o saber técnico com as vacas é de competência masculina, bem como os processos decisórios de venda ou troca de animais. Quanto à comercialização do leite, destacam-se duas situações: uma em que são os próprios homens que são formalmente fornecedores do leite para os laticínios e uma outra em que as próprias mulheres “batem” o leite em seu próprio nome. Nesse segundo caso, a estratégia é utilizada para fins de aposentadoria delas. A renda obtida na produção se soma ao montante familiar, ou seja, os recursos advindos do leite e do trabalho dos maridos como camaradas e tratoristas. A destinação desses recursos, embora decidida de forma conjunta, é realizada para manutenção da propriedade e com gastos específicos com os filhos. Verificamos poucos casos em que elas são detentoras do poder de definição de todos os recursos obtidos pela família, nesses casos pesam a propriedade da terra, identificados como “casamento de genro”, e a escolaridade, caso em que o marido é analfabeto e, por isso, impossibilitado de gerenciar a propriedade.

Nesse sentido, corroboramos em parte os estudos que se dedicam à temática relações de gênero e atividade pecuária, contudo, é preciso observar que alguns outros fatores merecem observação e análise de modo a não homogeneizar uma situação hierárquica desfavorável às mulheres, já que a escolaridade e a possibilidade de propriedade da terra pesam nas estratégias de definição no ambiente produtivo e familiar e na posição que a mulher ocupa.

3.5 – Trabalho e renda na agroecologia: revalorizando as habilidades

A agroecologia representa uma forma de manejo da produção cujo cerne repousa na adoção de práticas sustentáveis, influenciando além do método produtivo toda a organização da propriedade, podendo incidir inclusive, nas relações sociais de gênero. Estudos que se dedicam a intersecção entre esses dois temas – agroecologia e relações de gênero – revelam um protagonismo na atuação da transição entre as práticas convencionais para esse novo modelo. Para Siliprandi (2013) e Henn (2013) as mulheres são mais abertas à essa alteração pela sua própria condição de gênero, em que questões relacionadas à saúde e à alimentação estão sob suas responsabilidades, porém, não de uma forma tradicional e essencialista, já que tais temas são conjugados com questões relacionadas à soberania alimentar, produção sustentável, manutenção dos saberes tradicionais e, também, à dominação de gênero. A agroecologia se sustentaria na articulação de várias bandeiras de lutas sociais, transformando espaços de vida e redes de inserção social a partir de um saber feminino.

Para além da valorização de um aspecto da feminilidade – ou de um capital feminino –, a prática agroecológica também valoriza um saber fazer que já era desenvolvido no meio rural antes da disseminação dos pacotes tecnológicos característicos da Revolução Verde. Siliprandi (2015) com base em análise de trajetórias de vida de mulheres que participam do movimento agroecológico no Brasil, descreve suas percepções da valorização de um “saber camponês”, uma vez que esse formato se dá em uma perspectiva de conhecimento horizontalizado entre o técnico e o agricultor e com menor dependência de cadeias de produção e do sistema financeiro, já que a venda dos produtos é realizada diretamente ao consumidor⁷¹.

⁷¹ Durante a realização da pesquisa de campo tive a oportunidade de acompanhar técnicos da SerrAcima em propriedades de agricultores para a realização de um piqueteamento. O método utilizado reside justamente em reconhecer primeiramente o conhecimento dos agricultores para, posteriormente, propor

Por representar uma expressão de novos valores, incluindo as relações sociais de gênero, o tema da agroecologia vai ganhando densidade nos movimentos sociais de mulheres rurais. Butto (2017) reconstrói a gênese desses movimentos demonstrando como as demandas iniciais expressas entre os anos de 1970 e 1990, ligadas ao movimento sindical e pautadas em questões de acesso à saúde, educação e pelo reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs, vão concentrando outras reivindicações que passam pela igualdade de direito à terra, direitos previdenciários, até os temas ligados à globalização, expansão do agronegócio e agroecologia. Para a autora, tais agendas articulam as demandas por reconhecimento, denúncias contra as políticas neoliberais e promovem a articulação entre relações de gênero e classe social, culminando nos dias atuais em uma rede nacional e internacional que expressa um feminismo característico do meio rural que reafirma a ética do cuidado e a produção de alimentos, práticas desenvolvidas por elas cotidianamente.

Para essas autoras é inegável que a atuação em práticas agroecológicas tem a capacidade de ressignificar os valores inculcados por um modelo de produção que hierarquiza não só os próprios agricultores na relação com os mercados e com o corpo de assistência técnica, mas também nas relações sociais de gênero em que a mulher aparece como polo dominado. É, também, incontestável que as mulheres rurais, reunidas em movimentos sociais, vêm avançando no debate sobre essas relações. Porém, como visto, no município de Cunha não há expressão de movimentos sociais e sindicais. Esse espaço foi mediado pela presença de uma ONG local que dissemina a agroecologia no município, porém, não houve o desenvolvimento de um projeto específico junto às mulheres no que tange às questões ligadas às relações de gênero e dominação. Como, então, a prática agroecológica atua na condição de gênero no município? Seria possível que a transição do modelo convencional para o agroecológico, por si somente, incidisse sobre uma mudança na hierarquia do valor atribuído ao trabalho familiar?

Siliprandi (2015) cita vários estudos que demonstram o protagonismo das mulheres na transição para a agroecologia, mas chama a atenção para que, ao se tornarem a principal atividade da propriedade, os homens assumem a produção e todos os processos concernentes a ela. Ou seja, aconteceria algo similar ao que os estudos

soluções que são decididas conjuntamente. Nesse sentido, é notório a valorização de um saber intrínseco ao público que recebe as orientações. Além disso, vários outros agricultores afirmaram se sentir valorizados quando os técnicos perguntam antes de qualquer decisão sobre seus conhecimentos.

sobre a pecuária, citados acima, descreveram. A autora resume os aspectos positivos dessas experiências em seis pontos: i) a agroecologia valoriza as atividades que são tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres lhes trazendo maior reconhecimento; ii) a transição do modelo convencional para o agroecológico embute a perspectiva do cuidado tanto com o meio ambiente quanto com as demais pessoas, o compartilhamento dessa perspectiva ética do cuidar que é uma característica atribuída às mulheres, desperta questionamentos em relação às formas autoritárias de convivência; iii) na transição há a pressuposição de que toda a família participe do processo, quebrando o monopólio gerencial do homem; iv) há um estímulo, principalmente por parte das ONGs, dos movimentos sociais e do Estado, para que as mulheres participem dos espaços de discussão sobre a agroecologia; v) a participação delas nas feiras possibilita o contato com um público externo à propriedade, permitindo novos conhecimentos e habilidades, o que lhes gera maior autoestima por ter seu trabalho reconhecido socialmente; e, vi) a possibilidade de uma renda própria, permitindo-lhes maior autonomia financeira. Por outro lado, a autora reconhece que tais estudos demonstram, também, uma faceta negativa no que se refere às relações de gênero. Ao ocorrer maior integração dos agricultores com os mercados e a atividade agroecológica passa a ser rentável, os homens assumem as atividades e as mulheres voltam a atuar somente como mão de obra, realidade essa que é expressão do patriarcalismo, cuja lógica poderia ser quebrada, segundo a autora, via empoderamento político que fizesse com que as mulheres se reconhecessem enquanto sujeitos políticos desde a família até as instituições políticas.

O que observamos em Cunha é que, até o momento, as famílias vêm trabalhando em conjunto, significando uma mudança nos padrões estabelecidos até então, em que as mulheres se dedicavam às tarefas da casa e seus maridos saíam para o trabalho, similar ao que ainda ocorre na pecuária. É nesse sentido que, para elas, houve um ganho que não é capitalizado monetariamente: compartilhar as tarefas e poderem gerenciar suas próprias atividades.

Foi ele que foi fazer o curso primeiro, mas era muito longe e nosso filho era pequeno, então ia só um, depois montaram um curso aqui em Vargem Grande, pensei: beleza! Eu fui fazer o curso também. No tempo em que ele trabalhava de diarista eu ficava em casa fazendo artesanato, vendia um pouco, mas era muito trabalho (Viviane, produtora agroecológica, 36 anos).

A gente faz tudo junto. Planta junto, vem para a feira junto. Eu gosto, já virou costume, sente falta quando não vem [para a feira]. Mesmo agora que a gente está plantando em outra terra [em meação], a gente vai junto (Renata, produtora agroecológica, 35 anos).

A possibilidade de trabalhar somente em suas próprias propriedades e administrar seu tempo revela também outros valores que as famílias que atuam com a agroecologia colocam como centrais em suas vidas. Charão-Marques *et al* (2010) especificam que esse contato direto com o consumidor representa um valor camponês. Além disso, a oportunidade de poder precificar os produtos sem a interferência do atravessador é motivo de orgulho e autonomia na produção. Realidade essa diferente do que vivenciaram em suas infâncias em que não havia diversidade na produção, comercializada para atravessadores que encaminhavam os produtos para outros municípios. Assim, os agricultores valorizam a possibilidade de desenvolver a agroecologia enquanto um projeto de vida e a trabalhar no meio rural, comparando a riqueza que têm em relação às pessoas que moram na cidade:

O atravessador muitas vezes pegava o nosso aqui e levava para vender, vendia em São Paulo. Isso na época do meu pai. Chegava comprador aqui com caminhão e levava. E eles que punham o preço. Eles davam o preço e tinha que vender, não tinha o que fazer, a gente não sabia. Hoje a gente é que coloca o preço. A gente tem um diálogo com o produtor, nós, e o consumidor. Tiramos o atravessador do meio. Para colocar o preço a gente reúne o pessoal da feira e resolve, não tem concorrência entre nós (Viviane e Carlos, produtores agroecológicos).

O cara que vai para a cidade quebra a cara porque na cidade é sempre mais difícil do que na roça. Meus irmãos mesmo já saíram, foram até para fora do Brasil, não conseguiu nada e acabou voltando para Cunha porque para quem é acostumado na roça, a cidade não serve (Renata, produtora agroecológica, 35 anos).

A agroecologia é um dos caminhos não só para o município, mas de uma forma mais ampla também, para o Brasil. Por exemplo, na crise teve várias pessoas que saíram de Cunha e agora estão voltando e a agroecologia poderia ser um caminho, não é fácil, mas feliz daquele que vai ter um pedaço de chão para plantar sua comida e tirar dali o seu sustento (Ivone, produtora agroecológica, 40 anos).

Ainda em termos de valorização de um modo de vida camponês, eles citam a terra e o trabalho advindo dela que lhes garante a sobrevivência como uma alteração positiva em suas vidas em relação ao que era desenvolvido por seus pais e mesmo por eles anteriormente à transição, ressignificando a adjetivação de caipira e da própria terra que outrora significava atraso e pobreza. Conforme explicitado em capítulo anterior, a noção de caipira passa a ter um significado de poder trabalhar em sua própria terra, vender diretamente seus produtos ao consumidor e, ainda, produzir de forma sustentável. Comparam essa vivência à pobreza da cidade onde se paga aluguel e tudo tem que ser comprado no supermercado, além da poluição que piora a qualidade de vida.

As famílias que trabalham com a agroecologia atualmente em Cunha possuem um passado em comum em relação às outras atividades produtivas desenvolvidas no município. Da mesma forma como ocorreu com as mulheres que atuam no turismo e em propriedades alheias, antes de se inserirem na agroecologia elas ficavam em casa se dedicando ao cuidado dos filhos e ao trabalho doméstico, incluindo pequenas produções utilizadas “para o gasto” como hortaliças e artesanato, enquanto seus companheiros se dirigiam a outras propriedades para trabalhar como camaradas, ou atuavam nas plantações próprias de milho e feijão. A partir do interesse na prática agroecológica, elas passaram a integrar os processos de produção e comercialização.

Conforme descrito no capítulo anterior, a agroecologia começa a ser desenvolvida no município por meio da SerrAcima e tem ampliação para outras famílias com o apoio da CATI e de iniciativas de empreendedores individuais. Tais ações culminam na formação de duas associações de produtores. Segundo informações obtidas junto à ONG como também nas entrevistas realizadas, o convite para as primeiras reuniões que tinham como objetivo formar os grupos para serem capacitados para realizar a transição do manejo, foram estendidos a toda a família. Apesar do empenho das organizadoras em se dirigirem para os vários bairros do município, o interesse na participação se deu principalmente via mulheres, pesando de sobremaneira em suas decisões os casos de doenças diagnosticados a partir do uso de defensivos agrícolas. Preocupadas com a saúde delas próprias, e do restante da família, foram elas as grandes incentivadoras tanto da participação nos cursos como na alteração da prática convencional, vislumbrando as melhorias que poderiam advir daí. Elas relembram as dificuldades que enfrentaram no início:

Logo nas primeiras reuniões que nós tivemos, nós descobrimos que através da agroecologia nós íamos estar melhorando a terra. Aí começamos aos poucos porque todos aqui nos chamaram de loucos, porque a terra não produzia sem agrotóxico. Meus próprios irmãos falaram que a gente era louco. A gente tinha dificuldade de água, então no começo usava regador. Meu marido era um dos que não acreditava, e quanto você tem um do seu lado que não acredita é pior ainda. Tinha dia que o negócio pegava mesmo porque era difícil convencer. Aí quando ele viu que o negócio saía mesmo, ele também fez o curso. Ele não queria, mas eu falei: vai sim, é gostoso, você vai encontrar com outros agricultores, conversar. Aí depois que ele começou a trabalhar falou: não, nós vamos aumentar aqui e tal (Bebiana, produtora agroecológica, 63 anos).

No começo foi difícil acreditar que ia dar certo, mas depois deu. As pessoas falavam que não ia dar certo, mas nós acreditamos. Aí a gente foi fazendo. Fizemos minhocario, compostagem, plantamos com esterco. Aí a gente viu a diferença, ficou tudo mais bonito e a gente tem certeza que aquilo é puro (Luísa, produtora agroecológica, 57 anos).

Vale a pena por várias formas trabalhar dessa maneira. A gente sabe o que está comendo. A semente, a muda, a gente sabe tudo de onde vem. Não é um trabalho que dá resultado imediato, mas é um trabalho que vale a pena. Depois que a gente começou a trabalhar nesse esquema, a gente viu quanta coisa errada a gente faz e quanta gente ainda faz até hoje. Tem que ter preocupação de onde você coloca o lixo, para onde vai a água. Tem que pensar em tudo, não é só a preocupação com o que a gente come, mas onde a gente vive também (Ivone, produtora agroecológica, 40 anos).

Elas também citam a importância do resgate de seus próprios saberes, conjugado a novos aprendizados:

Nos meus pais nunca usamos veneno. Eu já conhecia a qualidade. Agora eu continuei porque é muito bom. Tem que livrar desse veneno. A mãe também tinha remédio na horta porque não tinha remédio, médico, essas coisas. Para você ver, nasci e cresci na roça e ainda aprendi um monte de coisa sobre roça. A gente morre velho e ainda aprende (Nancy, agricultora agroecológica, 58 anos).

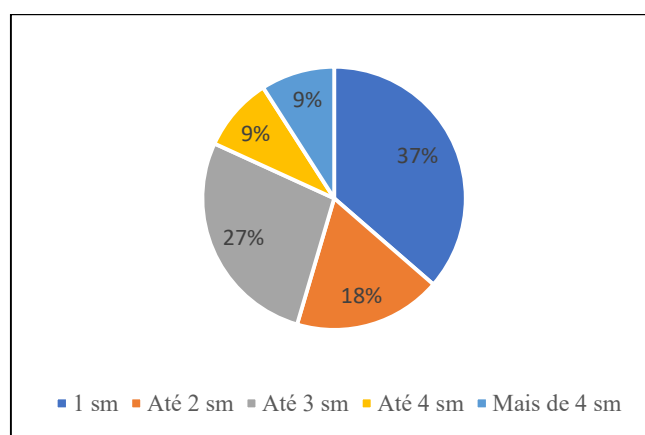
Apesar de várias famílias terem realizado os cursos e passarem a aplicar os aprendizados em suas propriedades, o que impulsionou a produção agroecológica em Cunha foi a possibilidade de comercialização, primeiramente nas feiras e, em seguida

para o PNAE. Apesar de existir desde a década de 1960, foi somente em 2009 que o Programa incorporou a obrigatoriedade de 30% dos produtos direcionados para a merenda escolar serem fornecidos pela agricultura familiar, numa estratégia de implementação de políticas públicas de apoio à comercialização que acaba por garantir a entrada dos agricultores em mercados formais. São, principalmente, esses dois canais – feiras e PNAE – que garantem a renda das famílias que trabalham com a agroecologia.

As feiras ocorrem durante três dias da semana no centro da cidade e aos sábados no distrito de Campos Novos. Algumas das barracas onde estão dispostas a produção contam com a presença do homem, em outras o casal e muitas vezes os filhos fazem juntos todo o processo de montagem e exposição dos produtos que variam entre folhas, legumes, flores e frutas *in natura*, e também os que passam por algum tipo de processamento, como por exemplo, corte de folhagens, geleias, pães e bolos. O beneficiamento é feito pelas mulheres que vislumbram, a partir da opinião dos consumidores, as inovações a serem realizadas.

Nas barracas em que a família atua não há uma divisão entre atendimento e pagamento, tanto o homem quanto a mulher e os filhos e filhas realizam todas as tarefas. Nos momentos de menor movimento é possível observar que as mulheres saem com os filhos para se dirigirem ao comércio local, aproveitando a “viagem” até o centro da cidade onde concentram estes estabelecimentos, para fazer compras de remédios, alimentos e produtos de limpeza. Há barracas em que se nota somente a presença masculina, este arranjo leva em conta particularmente dois aspectos da vida cotidiana. Um primeiro é a presença de filhos muito novos, nesses casos, a mulher permanece em casa para seus cuidados. Um segundo fator está ligado a segurança da propriedade. Foram vários os relatos denunciando o aumento de furtos, o que obriga um membro da família a estar sempre presente na propriedade na tentativa de inibir tais atos. Poderia se supor, neste caso, que a presença masculina seria mais conveniente para barrar qualquer atitude suspeita, porém, são as mulheres que detêm a articulação da rede de relações, favorecendo rápida mobilização no caso de necessidade. Nesse sentido, o que se visualiza não se resume a uma expressão de dominação em que o homem se dirige aos espaços públicos, mas um aproveitamento das condições de existência feminina, ou seja, do capital feminino que se revela na capacidade de manutenção e expansão das relações sociais estabelecidas.

Figura 9 – Renda mensal das famílias agroecológicas



Fonte: Dados de Campo
Elaboração própria

De acordo com as informações obtidas expressas no gráfico acima, a renda das famílias entrevistadas que atuam na agroecologia varia entre um e seis salários mínimos mensais. Apesar de desfrutar dos mesmos canais de comercialização, essa variação pode ser explicada pelo tamanho da produção que tem base na disponibilidade de terras para o plantio. Os agricultores que possuem pequenos lotes estão recorrendo a práticas de meação e arrendamento, tal estratégia vai avançando na medida em que as oportunidades de comercialização vão aumentando, inclusive nos espaços onde circulam os turistas aos finais de semana.

A gente recebeu uma proposta de montar uma barraca num terreno na beira do asfalto. A mulher [dona do terreno] quer que a gente faça uma feira lá de domingo. Mas, por enquanto, a gente precisa plantar mais porque a produção nossa é pouca. Por enquanto nós estamos plantando, a gente precisa aumentar nossa produção, porque hoje dentro do que a gente precisa, nós estamos plantando, a gente vai indo do jeito que dá. Espaço a gente tem porque está plantando de meia e lá a terra é muito boa e tem espaço também. O nosso é pequenininho, dá para plantar uma horta não muito grande, pelo menos garante a feira de quarta. Lá na meia a gente faz a feira de sábado e a entrega de segunda-feira para o PNAE e, também, para o gasto nosso (Renata, produtora agroecológica, 35 anos).

A destinação da renda é decidida em conjunto, sendo comum o pagamento das despesas e o que resta ser empregado em melhorias na propriedade, visando o aprimoramento da produção agroecológica. Mais de uma vez ouvimos das famílias “o trabalho é junto, o gasto também é junto”, denotando o que elas mais valorizam na

transição do manejo convencional para o agroecológico: a possibilidade de dividir o trabalho com seus companheiros, tanto na roça, quanto na comercialização⁷². Nesse aspecto, há uma integração maior entre os casais quando se toma por referência o passado recente em que elas ficavam na propriedade enquanto seus parceiros buscavam trabalho como camaradas em propriedades alheias.

Essa realidade lhes possibilita um redimensionamento dos espaços e relações em que elas circulam e se engajam, transformando as condições e posições de homens e mulheres, atuando no debate sobre as relações de gênero (HENN, 2013) que se revelam na complementaridade não hierárquica no que se refere ao trabalho, especialmente na produção. Essa complementaridade também é verificada em algumas propriedades em que a posse da DAP se dá de forma conjunta, visando a aposentadoria do casal. Já para a comercialização, embora tenhamos observado a presença de mulheres e muitas vezes filhos nas barracas das feiras, a primazia na participação é masculina.

Se há concordância com os achados de pesquisas anteriores, acima citadas, no que se refere à atuação em práticas agroecológicas e as relações sociais de gênero mesmo em um ambiente sem a atuação de movimentos específicos de mulheres rurais, as trajetórias de vida das mulheres de Cunha revelam que não há homogeneidade nessa realidade. A trajetória de Norma, produtora agroecológica, com 48 anos no período em que a pesquisa foi realizada, é emblemática de como sua inserção na agroecologia não alterou sua posição na configuração social.

Ela concedeu a entrevista na cozinha externa de sua casa que também possui um banheiro e é adornada pelas painéis cuidadosamente areadas por ela, cujo brilho pode ser verificado à distância. Equipada com fogão à lenha e a gás, ela afirma utilizar o primeiro somente no inverno, pois como passa ali boa parte de seu tempo, no verão sua utilização é inviável pelo calor que proporciona ao ambiente. Durante a infância, ela ajudava seu pai na plantação de milho e sua mãe com os afazeres de casa, pois ela costurava “para fora” e ficava o dia todo sentada na máquina de costura para atender aos pedidos que tinha. Ela é a segunda filha de quatro irmãos que pouco estudaram, a exemplo de seus pais que quase não tiveram acesso à escola. Durante a adolescência, trabalhou junto a uma mulher que produzia bolos, mas nunca recebeu nada por isso, o pagamento pelos serviços prestados era realizado diretamente ao seu pai. Uma única vez que uma gratificação no valor de R\$ 50,00 foi dada diretamente a ela, que guardou o

⁷² Esse tema será mais explorado no capítulo dedicado à análise do uso do tempo.

valor para comprar alguma coisa que ela quisesse, seu pai achou e se apropriou da quantia. Norma casou-se aos 17 anos de idade, estava grávida e teve oito filhos, dentre eles, um faleceu. Excetuando os dois mais novos, todos os outros foram embora da propriedade e moram em outros municípios atuando como pedreiros e no comércio local, e as filhas mulheres como donas de casa. Conheceu seu marido aos 12 anos na escola. É ele quem resolve tudo e ela conta de forma resignada sobre seu baixo poder de decisão:

Ele faz os negócios dele, eu nem pergunto, todas as coisas é sempre ele que dá palpite. E se eu falo e não dá certo depois? Então eu deixo por conta dele. As coisas da produção também é ele quem decide, nem fala se vai ou não vender alguma coisa, às vezes fala, mas nem sempre. Às vezes é meio ruim, mas já acostumei. As coisas de casa também é ele que decide, se está mesmo precisando, aí compra. Coisa de roupa, coisas assim eu vou junto, mas lá é o que ele quer, coisas da casa também, é o que ele quer (Norma, 48 anos, produtora agroecológica).

Norma quase não sai de casa. Na feira é o marido quem vai pois “alguém tem que ficar para tomar conta dos animais”, vacas, galinhas e porcos que a família tem de criação e que são revertidos para venda e para consumo, já que pouco gastam no supermercado, sendo ela a responsável por matar, limpar e preparar os animais para a família. Dos cursos sobre agroecologia foi o marido quem participou, porém, seu incentivo foi fundamental para que ele não abandonasse a capacitação. Hoje vendem a produção da horta em que toda a família trabalha na feira e para o PNAE. Desta última Norma se orgulha em saber que sua produção está alimentando as crianças do município. Além da horta, a família também está realizando a transição da produção de leite da forma convencional para a agroecológica, mas para completa-la seria necessário que o pagamento pela venda do litro fosse mais alto, questão que está em discussão com a técnica da SerrAcima, que busca mercados fora do município para a venda de leite e queijos orgânicos. Norma não sabe dizer qual é o ganho que a família obtém com a venda dos produtos. Além de se dedicar à produção de leite, as hortaliças e às criações, ela também vende lençóis e panos de prato para um rapaz que apareceu em sua porta e ofereceu para que ela comercializasse pela vizinhança, mas em troca ela não recebe dinheiro e, sim, parte dos produtos que vende.

Contraditoriamente ao que revelam os estudos feministas, Norma admite que apesar de seu pouco poder de decisão, seu marido sempre a ajudou nos cuidados das

crianças quando os filhos eram pequenos, dando banho e alimentando-os. Como planos para o futuro, ela revela os desejos que nunca teve oportunidade de realizar e a clareza de estar numa relação em que ela é dependente de seu marido:

Quero tanta coisa, queria sair, andar mais, viajar, conhecer outras coisas. Queria sair, andar, ir para casa dos meus filhos, várias coisas. Trabalhar, ter meu dinheiro, aqui é difícil. Na cidade seria mais fácil. Tenho vontade de morar na cidade, mas o marido não quer. Se for para a cidade eu vou trabalhar e ele disse que então não vou. Eles querem a gente dependente dele, né? Ele nunca falou nada, mas a gente sente, né? Sente que quer que depende dele. Na cidade eu poderia arrumar serviço, aqui são só essas coisas que tem para fazer. Eu nunca falei que queria dinheiro, mas não tem jeito. Ele pensa que eu tenho tudo dentro de casa, querer dinheiro para que? Foi criado assim (Norma, 48 anos, produtora agroecológica).

Ao final da entrevista, Norma levantou-se para fazer um café para tomarmos antes de nos despedirmos. Junto com o café ela iniciou a preparação de uns bolinhos e questionou se deveria fazê-los doces ou salgados. Como anteriormente ela havia feito referência às suas altas taxas de glicose que estavam, inclusive, prejudicando sua visão, comentamos que seria melhor se fossem salgados por conta de sua saúde e ela com um olhar entristecido por não corresponder às nossas expectativas, revela: “mas o chefe prefere doce”. Após o café, ao sairmos da cozinha, ela fez questão de mostrar suas flores plantadas logo em frente da casa, mais uma expressão de sua feminilidade.

Embora com baixo poder de decisão, Norma tem consciência da posição submissa a que está submetida. Obviamente um fator que pesa nessa condição é a ausência de autonomia financeira, acrescida das interdependências que Norma estabeleceu ao longo da vida. As representações em ser mulher que ela conheceu são ligadas ao cuidado da família, expressas materialmente nas panelas areadas, nas flores que cultiva e, simbolicamente, no orgulho em saber que o que produz alimenta as crianças nas escolas do município.

As trajetórias das mulheres que atuam com a agroecologia revelam que não há homogeneidade no que se refere a um maior equilíbrio nas configurações sociais de gênero. Se por um lado, a inserção nessa atividade possibilita a elas atuarem em conjunto com seus companheiros na produção e comercialização, cindindo uma lógica de apartação de gênero nessas esferas, de outro, a realidade se põe na reprodução das práticas vivenciadas anteriormente, como no caso de Norma que se restringe aos

espaços da casa, reproduzindo o mesmo estilo de homem provedor que vivenciou com seu pai, embora esteja consciente de sua condição de subalternidade.

As mulheres que atuam na agroecologia passam a participar de todos os processos de produção, inclusive no planejamento, precificação e na formação de instituições representativas dos produtores. Ao se dedicarem para estas tarefas há novas interdependências sendo constituídas que se revelam na relação entre o espaço da casa e o da rua que embora não possam ser analisados separadamente, são, nos termos do antropólogo Roberto DaMatta, espaços que se estruturam em tempos diferentes. O primeiro se apresenta como um tempo de duração cíclica e o segundo de duração linear, cumulativa e histórica. Os dois espaços são utilizados na compreensão da sociedade por representarem entidades morais e esferas de ação social. Enquanto os códigos da casa são fundados na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio, os códigos da rua são baseados em leis universais, no indivíduo, na burocracia e no formalismo (DAMATTA, 1985).

Em suma, para as mulheres que atuam na produção agroecológica as possibilidades abertas a partir desse formato vão além do manejo. Ou seja, não é só a coparticipação no processo produtivo que lhes abre oportunidades de se inserirem em outras experiências, mas as interdependências constituídas em todo o processo de transição e que ultrapassam o ambiente doméstico e do grupo familiar, atingindo a participação social e grupos exteriores de comercialização e capacitação.

Há, nesse contexto uma revalorização de práticas antigas, como o próprio manejo e posse da terra, e um modo de ser, porém com uma nova roupagem em que não há uma subordinação do mundo rural ao urbano. A agroecologia lhes traz uma nova visão de mundo, mas isso não significa, necessariamente, que haja um reflexo direto nas relações de gênero, mesmo porque a introdução da agroecologia em Cunha é recente, conforme explicitado no primeiro capítulo. Porém ao menos, as ferramentas para o reconhecimento de assimetrias estão presentes.

3.6 – Breves notas sobre alimentação

Os padrões de alimentação não foram objeto de investigação dessa pesquisa, porém durante as entrevistas surgiu como um tema ligado à renda das famílias e apontam para um importante contraste no que concerne às diferentes atividades produtivas. Se por um lado entre as famílias que iniciaram a transição da produção

convencional para a agroecológica a dependência de produtos industrializados vem diminuindo no mesmo ritmo em que aumentam o consumo de seus próprios produtos, as famílias que atuam com a pecuária têm uma parte importante do orçamento destinado à compra de alimentos. Já para as famílias que trabalham com turismo e em propriedades alheias, há uma mescla de consumo entre os produtos de suas próprias hortas e os industrializados.

As mulheres que se dedicam à pecuária costumam realizar suas compras em supermercados uma vez ao mês, chegando a consumir metade da renda total mensal familiar em produtos alimentícios e de limpeza. Como estratégia para gastar menos, algumas se dirigem até o município vizinho de Guaratinguetá para frequentar um supermercado atacadista, cujos preços em maiores quantidades compensam os gastos com a viagem. Além dos produtos industrializados, elas consomem porcos e galinhas que mantêm como criação, vendendo-os quando há procura em suas propriedades, comumente em épocas de festas, como o Natal, por exemplo.

Para as famílias que produzem alimentos orgânicos, pouco se gasta nos supermercados, a maioria dos produtos tanto da horta como da criação vai para a mesa, contemplando quase a totalidade da necessidade das famílias. Uma agricultora resume bem a transição na forma de alimentação da família:

Antes da gente começar a plantar verdura nós vínhamos para o supermercado e era um fardo de refrigerante, bolacha recheada, essas coisas, aí começamos a fazer o curso e as crianças eram pequenas e lá passava um vídeo sobre o que acontecia quando a gente comia refrigerante, bolacha e eles agora não comem mais. Antes não comiam verdura, só queriam comer carne, aí nós mudamos nosso jeito para eles acostumarem. Nós fizemos assim: para eles comerem carne é só no domingo, durante a semana é verdura. No começo eles não gostaram, mas agora já acostumaram. Agora não comem mais bolacha recheada, refrigerante não põe mais na boca. Mudou totalmente nosso jeito de pensar, porque quando não tem curso a gente não sabe o que faz mal e o que não faz. E gasta bem menos no supermercado, porque o que a gente planta é o que a gente usa. E o sabor é completamente diferente. Hoje basicamente compra no supermercado arroz, açúcar e produto de limpeza, de comida é muito pouco, porque a gente tem de tudo. Só não tem arroz porque é mais difícil, né? Mas o resto, dá para manter (Renata, produtora agroecológica, 35 anos).

Para as famílias que atuam com o turismo e em propriedades alheias, o consumo de alimentos industrializados, comprados no supermercado, é mesclado com os produtos das hortas que elas mantêm na propriedade. A maioria delas passou pelos cursos de capacitação em produção agroecológica e hoje aplicam os ensinamentos em suas próprias propriedades, cujos produtos são destinados ao consumo familiar e às trocas com vizinhos e parentes, reforçando os elos de afeto e de confiança.

Ainda quanto ao turismo, percebemos a propagação de restaurantes que ofertam aos seus clientes produtos orgânicos, preparados lentamente a partir de matérias-primas cultivadas/criadas no próprio estabelecimento e que respeitam a sazonalidade dos produtos.

Dessa forma, as famílias vão alterando suas práticas de consumo em que a alimentação não se reduz a satisfazer as necessidades fisiológicas, mas se situam no que Portilho *et al* (2011) apontam ser uma questão política em que a vida privada torna-se um *locus* de ação que inter-relaciona aspectos da vida local aos problemas globais, como as ligadas à preservação ambiental, por exemplo, ampliando a cidadania. Além disso, tal prática coaduna-se com as demandas relacionadas aos movimentos de mulheres rurais, especificamente no que concerne à segurança alimentar. A comida passa de um valor monetário a um valor social e político, revelando tramas de poder em que há dependência de supermercados e atacadistas, de um lado, e uma maior autonomia quando os alimentos vêm da própria produção, de outro.

Observa-se, por fim quanto à questão da alimentação, o relato de algumas mulheres acima dos 60 anos que narram uma hierarquia familiar no momento dedicado às refeições. Eram seus pais os primeiros a se alimentar, seguido da mãe e dos filhos⁷³, denotando a importância que a alimentação exercia, inclusive, nos processos de dominação.

Síntese do capítulo

A dimensão trabalho e renda foi analisada a partir de uma leitura sobre o valor social atribuído ao trabalho que posiciona as tarefas femininas em lugar hierarquicamente inferior ao dos homens, de onde surge o debate sobre o trabalho

⁷³ Butto (2017) recupera os estudos de Beatriz Heredia e de Ellen Woortmann, publicados respectivamente em 1979 e 1984, que afirmam ser a melhor comida como a carne, por exemplo, direcionada ao pai da família.

produtivo e reprodutivo, presente tanto entre o feminismo urbano, quanto no rural. Contudo, é preciso observar que o valor do trabalho dirigido ao cuidado no universo rural é mais amplo e considera a própria identidade em ser rural. Nesse sentido, para as mulheres rurais, as chamadas tarefas reprodutivas (que congregam o cuidado da família, dos filhos e de outros familiares, além da alimentação desde sua produção até o prato de comida) representa o que chamamos de um capital feminino que é acionado nos processos de interação e de troca de afeto, mas também objetivamente nas permutas de produtos que enriquece não somente as redes formadas, mas também a diversidade alimentar.

A descrição da infância das entrevistadas revelou um passado em que o trabalho era a tônica principal, influenciado pelo número de filhos que suas mães tiveram, o que as direcionava para o trabalho doméstico para que pudessem ajudá-las. Assim, o número de irmãos se apresentou como determinante para a formação social dessas mulheres, influenciando na representação sobre o trabalho familiar. Aliado a isso, a posição que elas ocupam na fratria também foi crucial para as atividades e interações a que elas se submeteram ao longo da vida.

Em termos de renda, apresentamos como as três atividades desenvolvidas em Cunha abriram oportunidades para as mulheres. No bairro do Sítio, de maior incidência de forasteiros e maior ligação com o turismo, mesmo de fora lindeira, surgiram colocações como faxineiras, pintoras, acompanhantes de idosas, cozinheiras, ajudantes nas pousadas e confecção de artesanato. Porém, a maior parte da renda familiar advém do trabalho de seus maridos que atuam como caseiros e em outras atividades não agrícolas, além disso, de acordo com a literatura sobre o tema, as atividades desenvolvidas por elas representa uma extensão das que praticam em seus próprios lares, ou seja, ligadas ao cuidado e à limpeza, geram poucos ganhos que são destinados, em maioria, aos filhos.

As mulheres ligadas à agroecologia apresentaram uma relação de complementaridade, tanto no que se refere ao trabalho desenvolvido no plantio e comercialização, como também na destinação dos ganhos obtidos. A decisão conjunta sobre os gastos foi a tônica principal dos e das entrevistadas e mesmo as decisões sobre aumento da área de plantio são definidas pelo casal. É sabido que a própria prática agroecológica, enquanto uma ideologia, prega pela igualdade e valorização do trabalho feminino desenvolvido junto aos quintais de produção. Nesse sentido, a existência desse

fator externo, entendido como ação orientada por pessoas de fora do lugar, colaborou para que as relações se apresentem de forma menos assimétrica.

Buscando responder à questão introduzida no título deste capítulo que questiona se a dimensão trabalho e renda possibilitaria alterações na condição feminina, afirmamos que em termos de renda pode-se observar que não existe autonomia financeira. Todos os ganhos obtidos, inclusive pelas mulheres, são direcionados para a família. Por outro lado, no que concerne ao trabalho, é possível verificar alterações sobretudo em relação à geração anterior. As mulheres passam a desempenhar outros tipos de atividades que lhes trazem interações antes inexistentes e possibilidades de partilhar do processo decisório na propriedade e na comercialização. Em termos de representação, temos a identidade feminina ligada ao cuidado e isso favorece relações de proximidade e de afeto, valorizados pela família como um recurso explorado nas redes de sociabilidade e na atuação na agroecologia.

4 – Escolaridade e capacitação na ruralidade contemporânea

Além da questão trabalho e renda, apresentados no capítulo anterior, o tema escolaridade também se desponta como importante na definição da posição de homens e mulheres na hierarquia social, uma vez que mais anos de estudos e um maior nível de instrução são importantes componentes que trazem conhecimentos que podem ser revertidos no aproveitamento das oportunidades geradas a partir das novas dinâmicas no mundo rural tanto em termos de atividades laborais, quanto na interação com outros agentes sociais.

A população brasileira, tanto urbana quanto rural, vêm aumentando o número de anos dedicados aos estudos formais ao longo das últimas décadas, inclusive com atenção especial à educação das meninas via priorização do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a este seguimento na década de 1990, momento em que também ocorre uma reestruturação no modelo de organização escolar no país que resulta em maior acesso ao ensino superior, especialmente para as mulheres (ROSEMBERG, 2001). Porém, há uma marcação cultural específica de profissões para as mulheres, voltadas às áreas ligadas ao cuidado e educação (OCDE, 2015; MARINS, 2008). Além disso, essa aparente democratização não resultou em acesso igualitário; contrariamente, há diferenciais relevantes no que concerne à raça e etnia, sendo que as mulheres brancas acabam tendo vantagem no que se refere ao número de anos de estudos em relação à homens e mulheres negras (LEÃO *et al*, 2017).

Especificamente quanto ao município de Cunha, como será visto nas páginas a seguir, o nível de instrução formal é baixo tanto entre homens e mulheres, quanto entre a população com domicílio nas áreas rurais e urbanas na cidade. Essa realidade vem sendo alterada quando se trata de crianças e adolescentes que passam a ter acesso à níveis mais altos de instrução, inclusive ao nível superior, revelando um diferencial geracional. Se por um lado, a escolaridade não se apresenta como um marcador importante nas relações de gênero com capacidade de influenciar os posicionamentos na hierarquia social, por outro viés, observa-se que as capacitações a que as mulheres rurais se submeteram ao longo dos últimos anos despontaram não somente como aprendizados capazes de aprimorar o trabalho desempenhado, mas sobretudo com valores ligados à autoestima e alteridade, via interações extralocais e mesmo entre as próprias mulheres do município que (re)descobrem suas habilidades e competências, estimulando-as a refletir sobre o lugar que ocupam na sociedade.

Para compor este capítulo que se refere à escolaridade e à capacitação parte-se da realidade observada no município e nos depoimentos obtidos junto às mulheres rurais para compreender os dados expressos nos Censos Demográficos do IBGE no que concerne ao nível de instrução. Desta forma, a frieza dos números ganha contornos das trajetórias de vida das mulheres e de suas famílias que divulgam as dificuldades na continuidade dos estudos que lhes foram impostas na infância e adolescência. Numa segunda parte, o foco está voltado para as capacitações que elas realizaram e que lhes trouxeram novas oportunidades tanto financeiras quanto de mudanças em suas visões de mundo. As análises são baseadas nas trajetórias de vida das mulheres entrevistadas, exemplificando a forma como as capacitações foram capazes de despertar outras formas de ver e viver o mundo.

4.1 – Escolaridade das mulheres rurais

Antes de passar às análises sobre escolaridade das mulheres rurais entrevistadas no município de Cunha, cabe esclarecer uma distinção geracional que acompanhará a descrição aqui realizada. Durante a pesquisa de campo foi possível vislumbrar importantes diferenciais no que se refere às gerações, incluindo os pais das entrevistadas, elas próprias e seus filhos e filhas, dadas tanto pelas oportunidades surgidas no contexto familiar, quanto nas mudanças da legislação brasileira que busca universalizar o acesso ao ensino básico e médio, bem como as mais recentes estratégias de acesso aos níveis superiores. O quadro abaixo faz referência a essa distinção, levando em consideração a idade, de modo a guiarmos as diferenças geracionais.

Quadro 2 – Organização geracional para fins de análise dos níveis de instrução

Geração	Identificação	Nascimento
1	Pais das entrevistadas	Anterior a década de 1950
2	Entrevistadas	Década de 1970
3	Entrevistadas	Década de 1980
4	Filhos e filhas das entrevistadas	Década de 1990 adiante

Fonte: Dados de Campo
Elaboração própria

Atualmente, segundo o Censo Escolar de 2017, o município de Cunha conta com um total de 110 escolas, onde estão matriculados 2.572 alunos no Ensino Fundamental e

707 alunos no Ensino Médio⁷⁴. Do total das escolas encontradas no município 46 são municipais, 61 são estaduais e 3 são privadas. Dentre as escolas municipais, 23 oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que 20 delas estão presentes nas áreas rurais. Já as estaduais que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental são 14, sendo 13 em áreas rurais. São as escolas estaduais que oferecem tanto os anos finais do Ensino Fundamental, como o Ensino Médio completo. Num total de sete presentes no município, quatro se encontram nas áreas rurais e destas, somente duas atuam com Ensino Médio. No que se refere ao EJA são quatro as escolas que oferecem essa modalidade, metade delas localizadas na área urbana. Se o desejo dos moradores for em ampliar seus conhecimentos em nível técnico ou superior devem se dirigir aos municípios vizinhos, já que o município não possui essas modalidades de instrução.

A realidade atual expressa nos números acima difere do que estava disposto para as mulheres que compõem o universo desta pesquisa em suas respectivas infância e adolescência. Nascidas entre as décadas de 1940 a 1980 elas não se apropriaram de um padrão de educação que Shirley (1971) considerava como “elemento chave” do processo de urbanização do município que inicialmente excluiu a população jovem camponesa das escolas, pois tinham na própria família os ensinamentos necessários para preservação de sua cultura, além da estrutura física da escola estar localizada no centro da cidade, num contexto em que a mobilidade ainda era precária. Num segundo momento, a importância da instrução primária – dada especialmente pela necessidade de entendimento de direitos, leis e negociações comerciais – surgiu entre esta população que demandou pela presença de escolas também nas áreas rurais de Cunha, abarcando cerca de 10% do total de moradores na década de 1960. Para o ensino secundário, revela o autor, os moradores do município tinham que se deslocar até as cidades vizinhas, até que em 1957 foi inaugurado o “ginásio” no centro da cidade devido à pressão de membros das classes profissionais e comerciais, que até então enviavam seus filhos para outras localidades para atingir o denominado à época “segundo grau”.

A dificuldade imposta pela ausência de transporte, tanto público quanto privado, para que a população rural se locomovesse dos bairros até o centro do município demonstrou-se um importante limitador na continuidade dos estudos de homens e mulheres que alcançavam até no máximo a quinta série nas escolas presentes nos bairros rurais, justificado por elas com a afirmativa de que “era o que tinha na época”.

⁷⁴ A população total do município estimada em 2018 pelo IBGE foi de 21.639 habitantes.

Além disso, conforme dito anteriormente, o município de Cunha possui mais de 40 bairros rurais e nem todos contavam com uma estrutura escolar própria, dificultando a frequência dos alunos que caminhavam quilômetros na companhia de outras crianças e, frequentemente, as meninas tinham que contar com a presença de irmãos mais velhos nesta jornada, numa preocupação dos pais com a segurança delas.

A esse fato de cunho mais estrutural, soma-se a importância dada pelos pais à educação formal para além do nível básico, ou seja, o viés comportamental. As mulheres afirmam que seus pais davam pouca ou nenhuma importância à frequência delas e de seus irmãos na escola. Havia uma preferência para que elas somente aprendessem a ler e escrever e depois disso voltassem a se dedicar exclusivamente na cooperação com os pais na lavoura e as mães nos afazeres domésticos. Essa percepção, ao que Rambaud (1973) denominou de “preeminência do trabalho sobre o aprendizado ou sobre o ensino” e que marca o valor do esforço intelectual como um não-trabalho, o gosto pela leitura como um símbolo de preguiça e a inteligência como um índice de emigração necessária, acabou por determinar o nível de instrução que estabeleceram⁷⁵. Mesmo frente a esse “desinteresse”, algumas mulheres revelam que com seus poucos anos de estudo conseguiram ensinar seus pais a ler e escrever, dividindo com eles o conhecimento que adquiriram e, dessa forma, melhorando a vida deles, principalmente no que se refere à comercialização dos produtos agrícolas, aprimorando o poder de negociação. Nesse sentido, as palavras de uma produtora agroecológica são emblemáticas quanto ao desnível entre a expectativa e a realidade:

Quando eu terminei o 4^a ano, estava com 14 anos, aí eu queria fazer a 5^a série que já tinha aqui em Campos Novos [distrito de Cunha], aí meu pai não deixou, ele falava: estudar para quê? Agora é trabalhar. Eu dizia que queria estudar e ele falava que não. Eu chorei e não comi durante uma semana para ele deixar, mas ele não deixava. Ele falava: estudar para quê? Explica para mim! Mas eu não entendia e não sabia como explicar porque eu queria estudar, aí desisti. Minhas irmãs também estudaram até o 4^o ano (Luísa, 57 anos, produtora agroecológica).

Estes dois fatores de ordem estrutural e comportamental ajudam a compreender os números atuais sobre educação e níveis de instrução que o município de Cunha

⁷⁵ Numa análise sobre o sistema de educação brasileiro, Beiseigel (1993) procura descrever a história social da educação e demonstra a correspondência entre a crescente urbanização e a reivindicação por escolas de nível secundário, inclusive como forma de ascensão social para as “massas subalternas”.

apresenta na atualidade. Em termos de analfabetismo⁷⁶, há igualdade nos percentuais entre os sexos, ambos com 9,8%. Considerando a situação domiciliar, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam que a maioria da população, tanto urbana quanto rural do município, possui baixo nível de instrução, com maior concentração na faixa denominada “sem instrução e fundamental incompleto”. Nos níveis mais altos de escolaridade são as mulheres com domicílio na área urbana que apresentam maior percentual de instrução.

Quadro 3 – Nível de instrução por situação de domicílio e sexo, Cunha (2010)

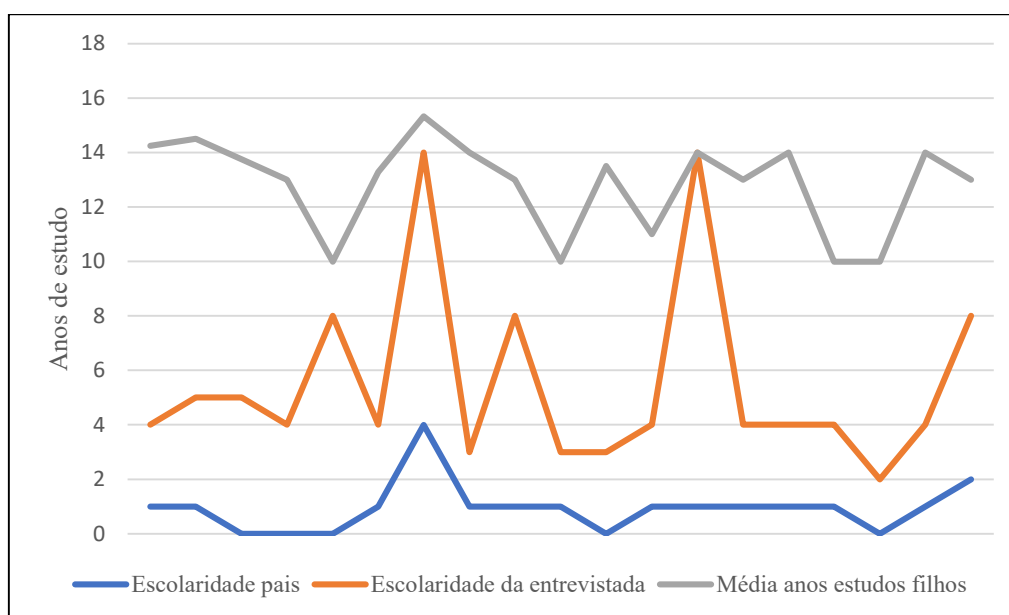
Nível de Instrução	Situação domicílio	Mulheres	Homens
Sem instrução e fundamental incompleto	Rural	15,8	18,68
	Urbana	15,08	16,35
Fundamental completo e médio incompleto	Rural	2,4	3,66
	Urbana	4,12	4,61
Médio completo e superior incompleto	Rural	2,16	1,31
	Urbana	5,59	4,36
Superior completo	Rural	0,48	0,22
	Urbana	3,32	1,71

Fonte: IBGE (2010)

Os dois fatores apontados acima, estrutural e comportamental, acabam por refletir diferenciais geracionais no que concerne ao nível de instrução, expressos nos anos de estudos dos pais, das mulheres e dos filhos e filhas que elas tiveram. Se por um lado, a evolução na universalização da educação acaba facilitando o acesso à escola no período pós redemocratização do país, de outro, a educação passa a ser vista como necessária num cenário em que o trabalho na agricultura já havia deixado de ser prioridade, despontando outras alternativas com novas atividades no campo, ou mesmo a saída para o trabalho assalariado em outras cidades. Dessa forma, se configura um novo retrato em que os filhos e filhas vão alcançados mais anos de estudos em relação aos seus pais, que por sua vez, obtiveram maior escolarização que os seus próprios.

⁷⁶ Números do IBGE, baseados em resultados do Censo Demográfico realizados nos anos de 2010 e 2000, indicam que o número de mulheres analfabetas diminuiu de 12,9 para 9,10% no Brasil. Tanto o estado de São Paulo como no país, a maior taxa de analfabetismo esteve concentrada entre as mulheres. Esse quadro se altera levemente em 2010 quando as mulheres apresentam menores taxas de analfabetismo em relação aos homens no país como um todo, respectivamente 9,1 e 9,8%. Contudo, no estado de São Paulo elas ainda representam a maioria dos analfabetos, 4,8 contra 3,7%.

Figura 10 – Comparação geracional em média de anos de estudos



Fonte: Dados de campo.

Universo: Excetuam-se desse gráfico os dados das entrevistas cujos filhos ainda estão frequentando o ensino básico e as que não tiveram filhos, totalizando 19 entrevistas.

Obs.1: A contagem de anos de estudos seguiu a metodologia do IBGE (sem instrução = menos de 1 anos; fundamental incompleto = de 1 a 8 anos; fundamental completo = de 8 a 10 anos; ensino médio completo = de 11 a 14 anos; superior completo = 15 anos ou mais)

Obs.2: Para a contagem de anos de estudos dos filhos foi realizada média simples.

Elaboração própria.

A figura acima representa a média de anos de estudos das famílias entrevistadas, compõem, portanto, a escolaridade dos pais, delas próprias e a dos filhos e filhas. Do universo total foram retirados os dados referentes aos filhos que ainda cursam o ensino básico em seus primeiros anos de estudo, uma vez que possivelmente ainda prosseguirão para as fases seguintes dadas as condições de acesso à escola. Observa-se no tracejado inferior que o nível escolar dos pais é baixo ou nulo, ao que elas se referiram como “saber ler e escrever”. No tracejado intermediário apresentam-se os dados das próprias entrevistadas, superior à escolaridade de seus pais, alcançando a quarta ou quinta série que elas cursaram nas escolas presentes nos bairros em que residiam. No topo do gráfico estão os filhos e filhas das entrevistadas, cuja maioria completou o ensino médio. A dificuldade financeira de manter os filhos em outra cidade para cursar o ensino superior é o principal argumento para que as linhas expressas não sejam mais altas.

A filha de Milena, moradora do bairro do Sítio, está cursando enfermagem em Cruzeiro, cidade vizinha. Ela conta que para que pudessem mantê-la na faculdade, ela e o marido fizeram as contas e entre pagar a condução para que ela fosse e voltasse

diariamente do curso ou financiar sua moradia lá, dividida com as amigas que ela conheceu durante a realização do Ensino Médio em Cunha, eles escolheram a segunda opção. Milena reclama das saudades que sente, mas afirma que a filha vem aos finais de semana e reconhece que é o melhor que podem fazer para o futuro dela e espera poder seguir os mesmos passos com o filho que também tem o desejo de cursar o ensino superior após terminar o Ensino Médio, já que para ela e seu marido estudar significa uma “oportunidade”. Não foram observadas estratégias específicas para que os filhos ou filhas saiam para estudar em outras cidades, almejando um curso de nível superior ou técnico. O que se verificou é que tal situação depende exclusivamente da situação financeira dos pais no momento da escolha dos filhos em seguir os estudos.

Esta visão de que mais anos de estudos significam mais oportunidades na vida é partilhada por outras mulheres, algumas delas buscaram depois de adultas completar ao menos o Ensino Fundamental por meio do EJA. Para outras, mesmo essa possibilidade acabou por se demonstrar distante de sua realidade, uma vez que para cursá-lo deveriam ir para o centro da cidade no período noturno⁷⁷, atividade dificultada tanto pela distância quanto pelo cansaço de um dia todo de trabalho. Essa última realidade se dá, sobretudo, entre as mulheres com idade superior aos 45 anos que reclamam de dificuldades físicas, como a visão desgastada pelo tempo, por exemplo. Para elas o tempo que poderiam dedicar aos estudos “já passou”.

No que tange ao diferencial de nível de instrução entre os sexos, tal qual os dados secundários demonstram, não foram encontradas diferenças entre as mulheres e seus maridos e mesmo entre elas e seus irmãos. Todos acabaram cursando as escolas rurais próximas de suas moradias, concluindo no máximo até a quinta série. Também não há diferenças entre os filhos e as filhas que têm por opção terminar o Ensino Médio e contribuir com as tarefas de casa e da propriedade, porém agora têm os estudos como prioridade em detrimento do trabalho. Por outro lado, tanto os filhos como as filhas que alcançaram níveis mais altos de instrução estão entre os que saíram do município e acabaram construindo suas vidas em outras cidades. Essa realidade confere, em parte, com os argumentos de Camarano e Abramovay (1998) quanto ao envelhecimento e masculinização da população rural no Brasil. Para os autores, as mulheres solteiras acabam migrando para outros locais dada a própria dinâmica na qual estão inseridas e que remete a um “trabalho pesado” na unidade familiar, sem uma contrapartida que lhes

⁷⁷ Observa-se que entre os anos de 2017 e 2018 a modalidade EJA passou a ser oferecida também nas áreas rurais.

indique vantagens para permanência no campo, sendo de crucial importância uma análise sobre a relação entre a formação educacional e o processo migratório. Porém, em Cunha tanto os homens quanto as mulheres que cursaram os níveis técnico ou superior saíram do município e lá encontraram outras oportunidades de construção de projetos de vida, portanto, nesse sentido não há diferencial de gênero, mas a realidade se ancora na possibilidade de realização dos estudos. Obviamente pesa para o lado das mulheres jovens a estrutura patriarcal da sociedade e elas acabam se dedicando, antes de completar os estudos, a trabalhos que são marcados culturalmente, atuando como empregadas domésticas e secretárias, conforme nos informaram suas mães.

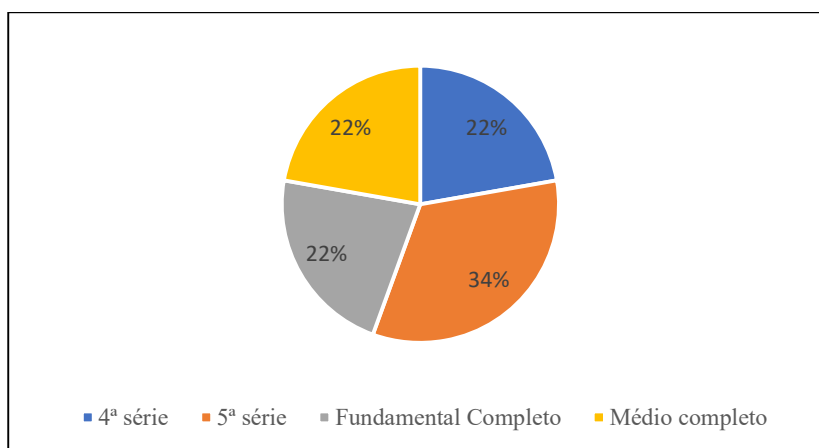
A escolha dos cursos e, conseqüentemente da profissão a ser seguida, obedece aos “estereótipos de gênero” cujas opções, numa leitura bourdieusiana, se dão pela incorporação do *habitus*⁷⁸ que “atualiza oposições historicamente construídas” (MARINS, 2008, p. 82). Dentre as carreiras escolhidas por elas estão enfermagem, pedagogia e psicologia, enquanto os homens optam pela administração e, mais frequentemente, por cursos técnicos que são considerados mais eficientes para a procura e efetivação de um emprego.

Numa análise da escolaridade em referência às atividades produtivas exercidas também não há discrepância. Tanto as mulheres quanto os homens que se dedicam ao turismo e ao trabalho na casa de “forasteiros”, quanto os que atuam na agroecologia e na pecuária possuem os mesmos níveis de instrução, com pequenas variações.

As mulheres que atuam direta ou indiretamente com o turismo estudaram até a quinta série na escola do bairro. Tal retrato é homogêneo tanto entre as mulheres da geração 2 quanto da 3, sendo que apenas uma delas completou o Ensino Fundamental nos anos formais e outra terminou essa mesma graduação por meio do EJA, facilitado pela proximidade do bairro do Sítio ao centro da cidade. A diferença reside nas mulheres que nasceram em Cunha ou que, por parentesco, viveram ali na infância, mas passaram parte da adolescência e vida adulta em grandes cidades do estado de São Paulo, regressando ao município já aposentadas. Para essas mulheres, a oportunidade de estudar foi evidenciada após o casamento, numa tentativa de “melhorar de vida” por meio de uma profissão mais valorizada socialmente.

⁷⁸ Marins (2008) traz um interessante debate entre o uso do conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire ao analisar a escolha de carreiras por homens e mulheres, concluindo que distante de um padrão que confirmaria as oposições de gênero, as mulheres vêm cada vez mais optando por carreiras que, até então, eram consideradas masculinas, como as engenharias por exemplo.

Figura 11 – Nível de instrução das mulheres entrevistadas – Turismo

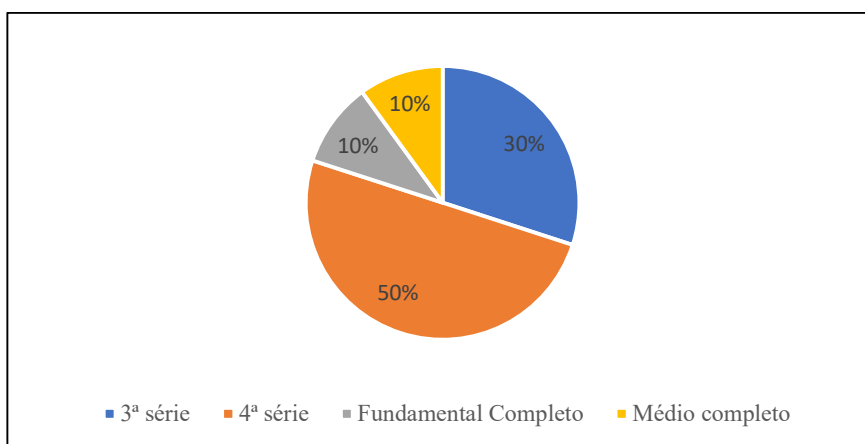


Fonte: Dados de Campo;

Universo: Mulheres que atuam no turismo e em propriedades alheias;
Elaboração própria.

Para as mulheres que trabalham com a agroecologia também há predomínio de poucos anos de estudos, realizados nas escolas próximas ao local de moradia, com predominância de estudos até a terceira série para a geração 2 e até a quarta série para a geração 3. A incidência nos Ensinos Fundamental e Médio completos é baixa e presente entre aquelas que conseguiram ter acesso ao EJA já na vida adulta. Novamente, os diferenciais apontados para as mulheres que atuam com o turismo se desvelam aqui, ou seja, a possibilidade de estudar após a realização do casamento e a oportunidade de aumentar o nível de instrução em outro município pelo qual passaram durante a vida adulta.

Figura 12 – Nível de instrução das mulheres entrevistadas – Agroecologia

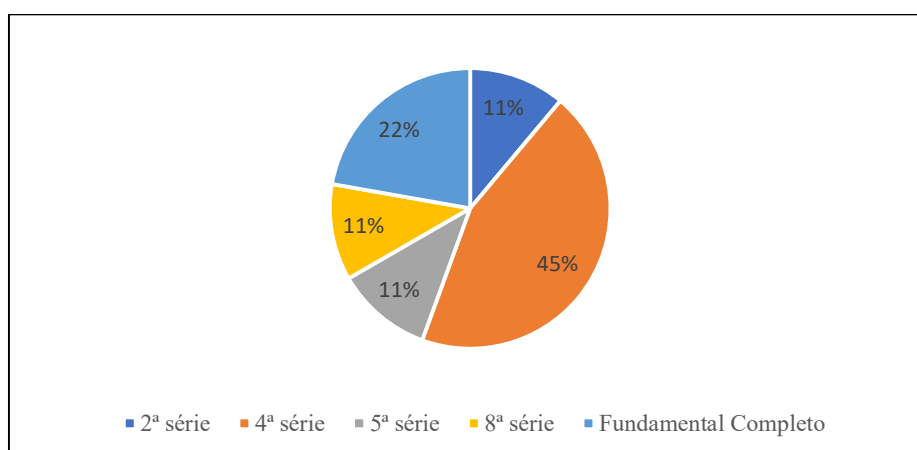


Fonte: Dados de Campo;

Universo: Mulheres que atuam na agroecologia;
Elaboração própria.

Para as mulheres que se dedicam à pecuária há uma variação maior de anos de estudos em referências às outras entrevistadas. Por se tratar de bairros mais isolados da sede do município, alguns deles nem possuíam escolas e elas tinham que caminhar até os bairros vizinhos. Algumas delas declararam percorrer mais de cinco quilômetros diariamente para poderem chegar ao prédio escolar. As distâncias a serem percorridas representam um constrangimento das possibilidades de progresso escolar, acentuando-se o desgaste físico a tendência é de abandono e as crianças crescem socializadas para o trabalho (CARNEIRO, 1998). Esse fato, somado ao descrédito do ensino por parte dos pais frente ao trabalho a ser realizado na propriedade, já expostos anteriormente, explicam os anos de instrução das mulheres que atuam na pecuária. Além disso, novamente o componente geracional é determinante. As de geração 2 obtêm menor nível de instrução, enquanto as de geração 3 conseguem completar o Ensino Fundamental.

Figura 13 – Nível de instrução das mulheres entrevistadas – Pecuária



Fonte: Dados de Campo;

Universo: Mulheres que atuam na pecuária;

Elaboração própria.

Como dito, os poucos anos de estudos que as mulheres entrevistadas apresentam se deve às baixas oportunidades, quer por escolha de seus pais ao priorizar o trabalho nas propriedades, ou pela distância das escolas. Este último fato mais frequente entre as mulheres que se dedicam à pecuária. Por outro lado, tanto as entrevistadas pertencentes à geração 2 quanto seus filhos e filhas, do grupo geração 3, tiveram a oportunidade de dedicar mais tempo à educação, resultado de uma mudança lenta e gradual na opinião sobre a prevalência do ensino frente ao trabalho, como também, das políticas voltadas à educação.

Tais políticas têm início com caráter de universalização a partir da promulgação da Constituição de 1988 que institui a gratuidade da educação básica e tratamento prioritário por parte do Estado para a área de Ciência e Tecnologia. Beisegel (1993) analisa a educação no Brasil pós anos 1930 e afirma que as assembleias ocorridas antes da promulgação da Constituição incluíram reivindicações de setores da sociedade civil, como as demandas relativas ao ensino noturno e educação especial, porém, não havia à época, capacidade estatal suficiente para cumprir tais reivindicações. Em consonância com essa lei, em 1996 é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que determina ser a educação um dever do Estado e um direito público. Para viabilizar o atendimento ao educando, a legislação prevê a matrícula dos alunos em escolas próximas ao local de moradia e acessos a material didático, transporte, alimentação e a assistência à saúde, como forma de garantir a permanência do aluno na escola. A LDB ainda prevê as competências de cada um dos entes federativos na condução do processo de universalização da educação. Além disso, ainda na década de 1990 há a criação de estímulos para o acesso às universidades particulares por meio de financiamentos numa parceria entre o governo federal, as universidades e a Caixa Econômica⁷⁹.

Um novo capítulo no que se refere à ampliação do acesso a níveis mais altos de escolaridade é desenhado nos anos 2000, com uma série de ações que visam tornar a frequência em cursos superiores mais democrático. Sobre elas, cito a título de exemplificação: ampliação do número de universidades federais e descentralização de *campi* para os interiores dos estados; ampliação do número de vagas e estabelecimento de cotas para negros e indígenas, utilização das notas do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), criado em 1998⁸⁰, como forma de acesso ao Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que engloba as universidades públicas de todo o país; implementação do Programa Universidade para Todos (Prouni) que concede bolsas entre 50% a 100% do valor da mensalidade das universidades particulares, a depender das condições financeiras das famílias.

Esse conjunto de ações vem, paulatinamente, integrando um número maior de pessoas em todos os níveis de escolaridade suscitando um certo ressentimento nas

⁷⁹ Essa modalidade foi nomeada de Crédito Educativo. Os alunos matriculados em universidades particulares poderiam obter até 90% de descontos na mensalidade que deveriam ser quitadas após quatro anos do término do curso, acrescidos de juros. Para ter acesso, o aluno deveria estabelecer um contrato com a Caixa Econômica Federal e a anuência de um fiador. Esse programa foi extinto nos anos 2000, dando lugar ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que desobriga a necessidade de fiador.

⁸⁰ O ENEM foi criado em 1998 enquanto forma de avaliação e em 2013 passa a ser utilizado pelas Universidades Federais como critério para seleção de novos alunos.

mulheres da geração 2 por não terem se dedicado mais aos estudos, inconscientes de que tal atitude não dependeria só delas, mas de toda uma estrutura que só viria a se concretizar anos mais tarde. Talvez por essa inconsciência, elas depositam nos filhos e filhas as esperanças em conseguir um diploma, forma que elas visualizam como melhoria na qualidade de vida e possibilidade de ascensão social, mesmo que seja fora do município de origem.

Se pudesse mudar algo na vida eu estudaria, acho que seria totalmente diferente. Eu queria trabalhar e estudar. Eu iria de Guará para frente. Minha mãe não deixava, não tinha dinheiro. A opção era casar e ficar por aqui mesmo. Quero que meu filho estude (Luana, moradora do bairro do Sítio, 46 anos).

Aprender nunca é demais e não ocupa espaço. Eu só não estudei porque não tive oportunidade. Estudando você está tendo conhecimento. Não penso em voltar a estudar porque nossa renda é muito baixa, mas meus filhos vão estudar! Vou conseguir, se Deus quiser. Para mim isso será o máximo (Milena, moradora do bairro do Sítio, 49 anos).

Aqui não tem o que fazer. Foram para lá com a cara e a coragem para procurar emprego [os filhos]. Aqui não tem opção, todo mundo sai. Os mais velhos que não estudaram vão ficando. Quem sai vai para trabalhar e estudar (Nancy, produtora agroecológica, 58 anos).

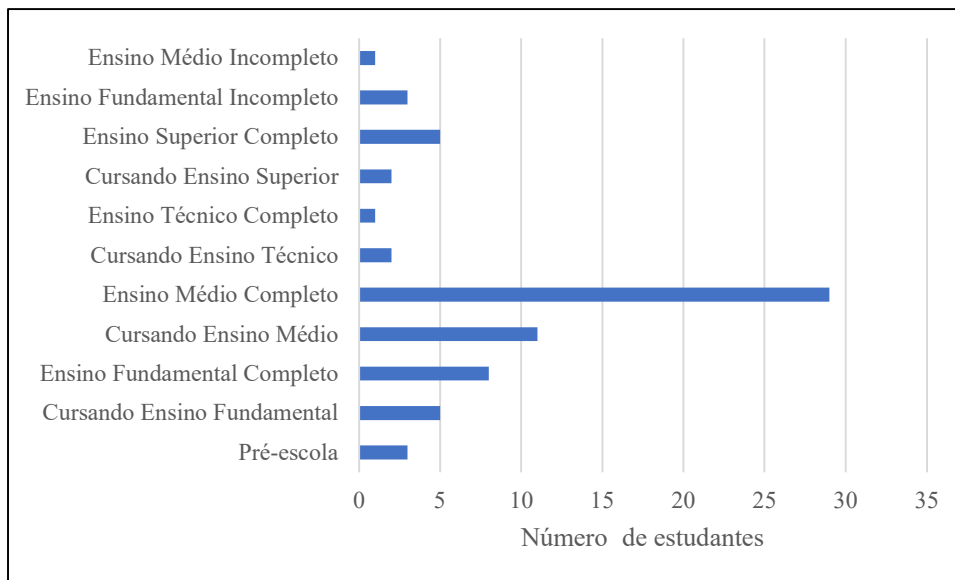
Eu quero ensinar meus filhos a trabalhar e estudar para conseguir as coisas. O que quero é que eles saibam viver a vida, batalhar para ter as coisas que querem. Porque eu tive vontade de aprender, de estudar, mas eu não tive essa oportunidade na vida. Sempre falo para minha filha: tem que trabalhar e estudar para ter coisas na vida (Daiane, pecuarista, 44 anos).

Eu penso nas crianças, será que eles vão estudar? Eu queria ter condição de pagar estudo para eles, mas eu sei que não vai ter mesmo. Pagar uma faculdade, porque só o terceiro colegial não dá. Eu fico falando para eles: trabalhem e estudem! (Michele, pecuarista, 40 anos).

Já as mulheres aqui classificadas como geração 3 (nascidas na década de 1980) se beneficiaram de parte das políticas voltadas à universalização escolar, alcançando o Ensino Fundamental. Já a geração 4, formada por jovens abaixo dos 30 anos,

concluíram o Ensino Médio e, em alguns casos, dirigiram-se para outros municípios para realizar cursos técnicos e superior, deixando a propriedade dos pais.

Figura 14 – Escolaridade Geração 4



Fonte: Dados de Campo;

Universo: Filhos e filhas das entrevistadas;

Elaboração própria

Os dados da figura acima mostram o estágio atual da escolaridade dos filhos e filhas das entrevistadas, componentes do grupo geração 4. Vê-se que a universalização do acesso ao Ensino Médio foi fundamental para que os jovens alcançassem esse nível de escolaridade. Contudo, existem ainda, poucos casos de abandono dos estudos, especificados no gráfico pelos números correspondentes a Ensino Fundamental e Médio Incompletos. O motivo de deixar os estudos reside na “falta de interesse”, segundo as entrevistadas, porém, uma análise mais aprofundada denota a necessidade de trabalhar, quer na propriedade dos pais ou, ainda, no centro da cidade, na prestação de serviços. Nesse sentido, é o acúmulo de atividades que gera o desinteresse.

Além da importância dada à educação dos filhos e filhas, uma outra questão se tornou premente durante as entrevistas com as mulheres em Cunha. Trata-se da educação no âmbito familiar. Muito comum, sobretudo entre as mulheres da geração 2, foi se referirem aos pais como rígidos em relação ao comportamento delas, relatando casos de violência física para que elas “obedecessem” às ordens a que eram submetidas. Esse comportamento mais agressivo que partia geralmente do pai era interpretado como

uma forma de “autoridade”, fazendo com que muitas vezes “somente pelo olhar” elas já se sentissem repreendidas.

A falta de diálogo e a repressão física⁸¹, características de toda uma geração nascida entre as décadas de 1940 e 1970, acabou por se materializar em casamentos precoces, algumas vezes, acompanhada de uma gravidez ainda na adolescência que fez com elas tivessem que optar entre o matrimônio, submetendo-se a uma vida em conjunto com os pais do marido, nem sempre harmoniosa e ainda mais dificultada quando havia maior diferença financeira entre as famílias, materializadas nos casos aqui analisados em extensão de terras. Os conflitos advindos do compartilhamento da moradia com os pais do marido não são poucos e se traduzem numa dupla subordinação feminina: ao marido e aos sogros.

Já para seus filhos e filhas, tanto dessas mulheres quanto as da geração 3, há uma outra compreensão da educação no âmbito familiar. Diferente dos castigos físicos, é o diálogo a principal ferramenta utilizada na promoção dos ensinamentos da vida e no comportamento das crianças na atualidade. Essa outra visão sobre a educação pode ser explicada pela disseminação das diretrizes constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação de 1990 que representa um marco regulatório dos direitos humanos no Brasil ao que se refere à essa população. É justamente baseada nessa noção de direito que Daiane, pecuarista de 44 anos, iniciou o que ela denominou como uma “batalha” com a prefeitura para matricular seu filho de sete anos, que tem necessidades especiais, na escola do bairro. Ela conta que há três anos solicitou ao município que inserisse a pré-escola junto aos anos iniciais do Ensino Fundamental para que ela pudesse matricular seu filho, caso contrário teria que levá-lo diariamente até o centro da cidade. Não tendo condições financeiras para isso, iniciou uma movimentação no bairro buscando as crianças com menos de sete anos que também demandariam a pré-escola. Depois de inúmeras idas à prefeitura municipal, a escola do bairro passou a funcionar também para essas crianças. Mesmo contra a vontade de sua mãe que pediu para Daiane “largar mão”, ela não desistiu e finaliza seu relato sobre esse assunto com a afirmativa: “eu luto pelo meu filho”.

Em suma, a educação não se apresenta em Cunha como uma prática de diferenciação entre os sexos conforme demonstrado no quadro 3 que traz os dados do

⁸¹ Willems (1947), que realizou sua pesquisa em Cunha na década de 1940, enunciava a rígida educação a que as moças do município eram submetidas, com sanções religiosas e morais para as que ousavam transgredir as normas estabelecidas, por exemplo, as moças que perdessem a virgindade antes do casamento seriam transformadas em mulas sem cabeça após a morte.

IBGE (2010) sobre instrução e situação de domicílio no município. A mudança que ocorre quanto a este tema se dá de forma geracional e em dois sentidos. Num primeiro em que há alterações na estrutura escolar por meio de legislações específicas que passam a garantir a universalização da educação, mesmo que para isso seja necessário acesso ao transporte público e gratuito, fato que contribuiu para a elevação do nível escolar das crianças e adolescentes pós década de 1990. O segundo sentido se dá na forma como ocorre a valorização da educação como possibilidade de abertura de outras oportunidades e de melhoria na qualidade de vida, como também no diálogo como forma de educação familiar em detrimento das agressões físicas, características de processos educativos dentro dos lares no passado. É necessário lembrar, contudo, que tanto os homens quanto as mulheres que saíram de Cunha, ou seja, os filhos e filhas, alcançaram níveis superiores, mas não residem mais no município. Nesses casos, há uma tendência entre as mulheres em concluírem o ensino superior e os homens se dedicarem ao ensino técnico, como já apontado anteriormente.

Assim, estão unidos num mesmo processo as mudanças que ocorrem na sociedade e as alterações estruturais no sistema educacional do país, conforme preconiza a teoria eliasiana, ou seja, uma relação interdependente entre as mudanças ocorridas no comportamento dos indivíduos, que passam a visualizar a educação como potencial de transformação de suas vidas ao invés da dedicação exclusiva ao trabalho, e as mudanças nas instituições sociais, no caso, a estrutura escolar. O acesso à educação poderia se colocar como uma prática de diferenciação entre homens e mulheres, ao passo que traria maior conhecimento que poderia incrementar processos de negociação e participação política, por exemplo. Ocorre, contudo, que em Cunha, o nível de instrução formal se apresenta de maneira equilibrada entre homens e mulheres, conforme demonstram tanto os dados do IBGE quanto as informações colhidas em campo. Por outro lado, as capacitações a que elas se dedicaram nos últimos anos apontam para mudanças que sugerem a possibilidade de deslocamentos na hierarquia social.

4.2 – A influência das capacitações nas trajetórias de vida: alterando posições sociais?

Como visto, os níveis de instrução de homens e mulheres em Cunha são similares. Essa conclusão diverge da maioria das pesquisas que se dedicam ao tema,

que apontam maior participação das mulheres em todos os níveis de ensino⁸². Tanto a disponibilidade de escolas nos bairros em que residiam, quanto a opção dos pais pelo trabalho em detrimento dos estudos são razões que respondem a essa similaridade, convergindo em baixa escolaridade para ambos. Alguma mudança geracional é notada, sobretudo pela disponibilidade do transporte escolar e pela ampliação estrutural do acesso à níveis superiores. Por outro lado, as capacitações que as mulheres realizaram em anos recentes despontaram como fator que vem inserindo-as em espaços que até então elas não ocupavam, além dos processos de interação realizados já apresentados anteriormente. Seriam as capacitações a que as mulheres se submeteram capazes de alterar suas posições na hierarquia social?

Algumas trajetórias são exemplares de como as mulheres passaram da atuação exclusiva no ambiente doméstico para outros espaços localizados tanto no próprio bairro, como em esferas para além do domínio municipal.

As capacitações são algum tipo de formação, geralmente voltadas para as atividades produtivas, que são capitaneadas tanto por órgãos públicos quanto por não-governamentais. Representam uma forma de aperfeiçoamento de técnicas já desenvolvidas ou de novos aprendizados oferecidos gratuitamente aos participantes. Em Cunha, os cursos de capacitação estiveram concentrados no turismo e na agroecologia, atividades que começaram a ser desenvolvidas mais recentemente. Já no que se refere à pecuária não foram evidenciados cursos de capacitação específicos, uma vez que a atividade é realizada há quase um século e não conta com assistência técnica efetiva por parte do Estado⁸³, concentrando no sindicato a maioria das ações voltadas para essa atividade.

Desta forma, observa-se que ao introduzir uma nova atividade econômica, há a preocupação do poder público e de ONGs em instrumentalizar os agricultores e a população envolvida com ferramentas que melhorem o desenvolvimento de determinada atividade, visando ganhos econômicos e valorização do capital humano local. Viu-se, contudo, que mesmo sendo dirigidas e abertas a todos os agricultores, são

⁸² Ver, por exemplo, Barros e Mourão (2018) que apresentam dados sobre a participação feminina no ensino superior, revelando que elas são maioria em todos os níveis de ensino, porém isso não se reverte em postos mais qualificados de trabalho.

⁸³ A assistência técnica pública no município é de responsabilidade do estado e levada a cabo pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI) que tem em Cunha uma funcionária para atender todos os agricultores do município. Durante a realização da pesquisa, as pecuaristas informaram não recorrer a este recurso, uma vez que elas e seus companheiros possuem conhecimento suficiente para cuidar dos animais e, além disso, os laticínios a quem vendem o leite também contam com veterinários especializados, embora cobrem altos valores pelos serviços prestados.

as mulheres e os jovens que se dedicam mais aos cursos de capacitação, entendendo ser possibilidades de acesso a conhecimento e, possivelmente, de novas oportunidades de profissionalização.

As mulheres que se dedicam às capacitações voltadas ao turismo estão de alguma forma inseridas nessa atividade, seja na venda de produtos durante a realização das festas ou nos trabalhos intermitentes nas pousadas existentes no município. Aprimorar suas habilidades e descobrir novas capacidades para o desenvolvimento desta atividade lhes traz a possibilidade de incremento de renda e novas formas de interação social, já que antes se dedicavam exclusivamente ao cuidado da casa e dos filhos, bem como das hortas para consumo da família. Tanto essas mulheres como as que atuam hoje na agroecologia participaram de cursos de capacitação voltados à alteração da prática de manejo, motivadas por casos de doenças na família causadas pelo uso de agrotóxicos. Viram na agroecologia uma maneira de melhorar a alimentação familiar e a possibilidade de venda de produtos em mercados públicos e privados. Os homens que trabalham na agroecologia também realizaram as capacitações, muitas vezes motivados por suas esposas e mães que protagonizaram a participação.

No bairro do Sítio, em que há a incidência de práticas voltadas ao turismo, todas as mulheres entrevistadas passaram por algum tipo de capacitação que foram realizadas por intermédio da associação do bairro, local em que ocorre a maior parte das interações sociais entre os moradores, e entre eles e os turistas que passam pelo local rumo ao Parque Estadual da Serra do Mar. Para elas, a oportunidade de realizar os cursos na própria sede da associação ou na Igreja local, quando a associação ainda não contava com sua sede, foi importante pela dificuldade de locomoção até a cidade.

Os cursos realizados apresentam dois vieses. Um primeiro direcionado ao aprimoramento de técnicas nas atividades já desenvolvidas e, neste sentido, apresentam um claro recorte de gênero. Os aprendizados voltados para culinária e artesanato são direcionados exclusivamente para as mulheres, enquanto os homens – em sua maioria jovens – participaram de cursos sobre eletrificação, por exemplo. Dentre as capacitações realizadas as mulheres ressaltaram as mais importantes e que de alguma forma incidiram sobre suas vidas seja monetariamente ou, ainda, tem termos simbólicos.

Um dos cursos citados foi o de panificação, promovido pela prefeitura municipal, em que aprenderam técnicas para confecção de pães com inserção de produtos locais, como por exemplo, o pinhão. Deste aprendizado, as mulheres passaram a fabricar os artefatos tanto para venda na associação e na festa do pinhão, como

também para consumo próprio. Outro curso que elas entendem ter sido crucial por lhes gerar algum tipo de renda a partir da venda na associação foi o de artesanato que englobou em sua elaboração vários tipos de produto como a taboa e a palha de milho, incluindo cursos de pintura em tecido e bordado. Além destes, o curso de cerâmica – que representa um dos principais pilares do turismo no município – também foi feito por elas, porém com menor incidência e baixa aderência para o cotidiano, uma vez que depende de estrutura específica para sua produção, a exemplo dos fornos utilizados na técnica Noborigama, bastante difundida em Cunha.

Em que se pese a realização destes cursos em promover alguma renda exclusivamente para elas, geralmente utilizada para compra de objetos pessoais e para “agrados” aos filhos, as mulheres demonstraram ser o curso que fizeram sobre culinária a partir do pinhão muito importante em termos simbólicos. A materialização dos aprendizados em um livro de receitas que traz as fotos de cada uma das participantes revelou-se como um momento de interação e reflexão que culminaram num processo de elevação de autoestima e autoconhecimento. Promovido pela SerrAcima, ONG local, os encontros foram realizados uma vez por mês durante o ano de 2008. Na ocasião da realização da primeira oficina as mulheres foram incentivadas a expor suas experiências, problemas e esperanças que vivenciam e enfrentam cotidianamente na roça. Além das moradoras do bairro do Sítio, o curso reuniu mulheres de outros cinco bairros (Barra, Vargem Grande, Aparição, Paraibuna e Rio do Sertão) ampliando a interação e o reconhecimento de suas próprias realidades.

O livro intitulado “Sabores e Saberes do pinhão: histórias e receitas do pinhão – colhidas e aprovadas pelas mulheres de Cunha (SP)” traz receitas, canções e curiosidades sobre a semente que é colhida primordialmente pelas mulheres. Nesse processo de “catar pinhão” elas passam horas em uma posição pouco confortável, uma vez que têm de pegá-las do chão. Após a colheita, a escolha das melhores sementes para a venda é, também, realizada pelas mulheres que se sentam no chão e separam as boas, direcionadas para a comercialização, das ruins que poderão ser utilizadas pelas próprias famílias. A venda é geralmente realizada para atravessadores que passam pelos bairros, sendo uma parte comercializada no próprio município em razão da festa do pinhão, que ocorre anualmente no mês de abril, e na sede da associação. Para a elaboração do livro Luana, moradora do bairro do Sítio, conta que cada mulher levou uma receita que era compartilhada com as outras mulheres que participaram do curso e ali teve a

oportunidade de aprender várias receitas, pois do pinhão o que mais conheciam era o consumo cozido ou assado.

Nós começamos desenhando a árvore dizendo quais eram nossas dificuldades (...) juntou as mulheres aqui. Não tinha a associação ainda, a gente se encontrava numa barraquinha que tem aqui atrás e depois a gente foi para a igreja. A gente se encontrava uma vez por mês e fazia uma receita diferente com o pinhão. Torta de pinhão, bolinho de pinhão. Cada um levou sua receita. Foi muito bom juntar a mulherada. Foi uma maravilha, muito gostoso. Foi muito bom porque antigamente as pessoas só comiam o pinhão assado e cozido, ninguém sabia fazer nada com pinhão. Agora tudo a gente faz. Faço torta de frango com pinhão! Para mim foi muito especial, é muita alegria ver um livro assim com a sua foto. Meu marido não liga muito para essas coisas, ele gostou, mas não participa de nada. Meu filho também gostou. Nós recebemos um tanto de livros e vendemos na praça, fez um bom dinheirinho!” (Luana, moradora do bairro do Sítio, 46 anos).

Assim, no processo de elaboração do livro⁸⁴, as mulheres tiveram a possibilidade de expor e compartilhar suas próprias habilidades e saberes, como também de se auto reconhecerem na realidade das outras mulheres, numa sociabilidade por semelhança sexual que aciona suas próprias capacidades na relação com o outro, evidenciando qualidades que revelam poder, desvelado na alteridade (NASCIMENTO, 2008; STRATHERN, 2006), como por exemplo, a autoestima na recuperação de um saber fazer próprio que elas adquiriram com suas progenitoras, muitas vezes deixado de lado pelo consumo de produtos industrializados, e a capacidade de interação com outras mulheres que vivenciam realidades semelhantes às suas. Além desses ganhos simbólicos, elas receberam alguns exemplares do livro que foram vendidos para amigos e parentes, gerando renda e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no período de um ano. Do sucesso da primeira edição nasceu o desejo de refazer essa trajetória e promover a elaboração de um segundo livro, ainda incipiente a ideia está sendo “cozida” pelas participantes e pela ONG que encabeçou o primeiro projeto.

⁸⁴ Esse trecho de uma composição da dupla musical Diu e Benina, artistas locais, constante no livro (SERRACIMA, 2008) exemplifica o significado do curso: Em uma tarde tão fria veja só que conclusão / Reunimos as mulheres pra falar sobre o pinhão / Foi em uma barraquinha aqui de nossa região / Cada uma falava um pouco pra dar sua opinião (...) E depois do come-come voltamos pra reunião / Pra falar do nosso livro que vamos fazer pro povão / Pra mostrar nosso trabalho com toda dedicação / Achamos muito importante essa nossa decisão.

Um segundo viés dos cursos de capacitação está relacionado especificamente com a prática do turismo, enquanto uma atividade desenvolvida de forma relativamente recente no município sendo, portanto, considerada estratégica a qualificação dos moradores para atuar junto a hotéis, pousadas e restaurantes de modo a aprimorar a recepção e atendimento aos turistas, ou mesmo para empreender seu negócio próprio. Para os moradores do bairro do Sítio o curso realizado que mais impactou suas realidades foi o de Turismo Rural, uma parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a prefeitura municipal. Esta capacitação teve a duração de um ano e duas semanas, dividida por módulos de um mês cada que contemplaram práticas e montagem industrial de cozinha, arrumação de camas e mesas em hotéis e pousadas, recepção de turistas, entre outros. Foram, no total, 25 participantes entre homens e mulheres, inclusive jovens. Uma das moradoras afirmou que os jovens que participaram deste curso conseguiram, logo após seu término, uma posição junto aos estabelecimentos comerciais da cidade, “nenhum deles foi embora”, referindo-se à saída de jovens do meio rural rumo aos municípios vizinhos em busca de melhores oportunidades de emprego.

Mais do que uma qualificação profissional, essa capacitação sobre turismo rural foi importante para que as mulheres abrissem sua “visão de mundo”, como elas mesmas disseram, aprenderam inclusive a “falar com as pessoas” e deixar de lado a timidez e qualquer resquício de inferioridade característico das populações rurais do passado que tinham na figura do “caipira” de Monteiro Lobato sua principal expressão. Atualmente, elas afirmam que graças a esse curso elas conseguem atender aos turistas, conversar com eles sobre seus cotidianos e mostrar as qualidades em morar na roça. Seja na própria sede da associação ou durante a realização da festa do pinhão, elas traduzem esse aprendizado no jeito de ser acolhedor, um dos aspectos que impulsionam o turismo em Cunha.

Ao participar do curso de capacitação sobre turismo realizado pelo Senar e mediado pela Associação de Moradores, Valéria viu sua vida mudar influenciando, inclusive, seus planos para o futuro. Ela nos recebeu na sede da associação, local em que passa boa parte do seu tempo, já que é a pessoa designada para tomar conta da contabilidade dos produtos que são ali vendidos e produzidos pelas mulheres. De todas as vendas, ela faz anotações em um caderno para poder controlar quanto fica com a associação e quanto terá de repassar para as artesãs e cozinheiras. É ela também a responsável por fazer a compra de bebidas a serem vendidas aos finais de semana.

Mesmo com todas essas incumbências, após a capacitação em turismo rural, Valéria idealizou o pastel de pinhão com shitake reunindo dois ensinamentos do curso: o aproveitamento de produtos locais e a inovação materializada em um produto desconhecido até então. O pastel é um sucesso entre os turistas que passam pela associação, atraídos pela faixa na frente da sede que anuncia a iguaria.

Foi nesse curso que ela vislumbrou a oportunidade de negócio, visitar pousadas, cozinhas, preparar alimentos, preparar rótulos e emitir etiquetas com prazos de validade. Com a realização do curso ela afirma ter, inclusive, mudado seu comportamento, antes tímida, agora ela recebe os turistas que visitam o bairro, conversa com eles e procura inovar nos salgados que prepara para a venda. Antes desse curso ela diz que “parecia estar amarrada” e agora não tem mais medo de errar.

Foi o curso mais gostoso que fiz na minha vida, eu já fiz um monte de cursos, mas esse foi bom. Abriu a visão. Por exemplo, eu estava vendendo pastel, mas estava com a visão tapada. Tinha medo de atender, medo de falar. A gente conheceu pousadas, restaurantes, pessoas diferentes. A gente aprendeu a colocar tudo na ponta do lápis, quanto compra disso, dessa receita, se vale a pena vender por esse valor. A gente estava vendendo por vender, sem muito retorno (Valéria, 36 anos, moradora do bairro do Sítio).

A partir desse poder de fala, ela começou a ocupar outros espaços, como por exemplo, na diretoria da associação, onde atua como fiscal. Além disso, recentemente foi indicada como membro do Conselho Municipal de Turismo, que tem por responsabilidade pensar estratégias para o desenvolvimento dessa atividade no município como um todo. Para Valéria a possibilidade de ocupar esse posto representa uma responsabilidade, mas também uma oportunidade de colaborar com as questões relativas ao município e conhecer novas pessoas, o que pode melhorar as suas próprias condições de trabalho e “abrir sua visão de mundo”, como aconteceu com o curso sobre turismo.

O marido de Valéria atua como pedreiro, chegou a ajudar os sogros na plantação de tomate, mas devido à doença do pai dela ligada ao uso de agrotóxicos em conjunto com o baixo retorno financeiro da produção, a família decidiu deixar a agricultura, obrigando-os a se inserirem em outras atividades. Ela afirma que no início de sua participação nos cursos foi um pouco difícil para que seu marido entendesse os objetivos, mas que ele “sempre apoiou” suas atitudes.

Ao pensar sobre sua própria trajetória, Valéria afirma que não se arrepende, “não mudaria nada” em sua vida e tem como planos para o futuro cursar gastronomia, aguçada pelas capacitações que participou. Para realizar esse desejo, ela afirma “eu chego lá, vou ter que ir para outra cidade, mas eu volto, aqui eu não deixo de jeito nenhum”. E esse também é o desejo que tem para seu filho: ficar na propriedade, mesmo que tenha que sair para estudar, voltar é o objetivo.

Da trajetória de Valéria é possível destacar as influências de processos econômicos e sociais mais amplos que atuaram tanto nos arranjos familiares como nas escolhas que ela própria tomou ao longo da vida. Nascida no início da década de 1980, a crise econômica pela qual o país passava no período e a decadência na produção agropecuária obrigaram seu pai a buscar emprego em uma propriedade alheia. No bairro do Sítio já havia se iniciado um processo de ocupação pelos “forasteiros”, atraídos pela tranquilidade de uma cidade pequena e pela convivência em espaços próximos à natureza, pessoas que viviam em metrópoles passam a adquirir chácaras em que frequentam, inicialmente, aos finais de semana.

Para a vida de Valéria e de sua família, a inserção dessas pessoas no bairro do Sítio foi fundamental para que seu pai tivesse um emprego com salário fixo, o que possibilitou, inclusive, a construção de sua casa na propriedade que era de seu sogro na década de 1990. Ainda num período de crise econômica, a saída seria procurar emprego em outra cidade, mas a força de decisão de sua mãe fez com que eles se mantivessem no bairro, fato que se repetiu em sua própria trajetória já no início dos anos 2000, momento em que seu marido queria mudar-se, denotando que tanto ela quanto a mãe têm grande poder de decisão no âmbito familiar.

Na volta para sua própria propriedade, a incidência do uso dos pacotes tecnológicos característicos da Revolução Verde, considerados como sinônimos de modernização (DELGADO, 2005) influenciaram o uso de agrotóxicos na plantação de tomates, fazendo com que seu pai adoecesse e que a família tivesse que abandonar essa prática. Tal processo coincide com dois outros fatores que acabam por ampliar as possibilidades de atuação da família. Um primeiro reside na melhoria econômica do país nos anos de 2010 que reflete no aquecimento de empregos na área da construção civil, onde seu marido passa a atuar⁸⁵. O segundo é a própria decisão dos gestores

⁸⁵ Dados da Câmara Brasileira da Indústria de Construção, de 2010, demonstram um crescimento na área já a partir de 2004, creditando a expansão em investimentos na área habitacional e em obras de infraestrutura por todo o país. Segundo o relatório, até o ano de 2003 a construção civil viveu períodos de

municipais em considerar o turismo como estratégia de desenvolvimento, apostando na formação da população local para elevar a prática turística. Nesse contexto, a sede da associação ganha um espaço fundamental, tendo Valéria e sua mãe como figuras essenciais para seu funcionamento.

Buscando aperfeiçoar-se, o curso de Turismo Rural foi essencial para que ela não só se capacitasse, mas sobretudo desenvolvesse habilidades e capacidades que resultaram em ganhos materiais e simbólicos, revertendo em uma ocupação de posição de destaque dentro (na associação) e fora do bairro (no Conselho de Turismo), espaços decisórios majoritariamente ocupados por homens.

Valéria mescla uma representação da vida rural que privilegia as relações sociais e seus processos de interação, características de um bairro rural do passado (FUKUI, 1979), numa espécie de “afeto da terra” (BRANDÃO, 1999), com uma visão do espaço como contemplação da natureza, valorizando o bairro como um local único de vida e trabalho que não pretende abandonar, mesmo que saia temporariamente para realizar seu sonho em cursar gastronomia.

As capacitações voltadas para alteração do manejo de convencional para o agroecológico também foram mencionadas pelas mulheres como importantes para melhorias em suas vidas e de suas famílias, especialmente na relação com o meio ambiente e na alimentação. Conforme dito anteriormente, até poucos anos atrás o uso de agrotóxicos era bastante comum entre os agricultores, o que gerou alguns casos de doenças na pele e respiratória. Os organizadores do curso de agroecologia encontraram um ambiente propício para esse aprendizado, com grande aderência junto às moradoras que utilizam as práticas em suas hortas, de uso “para o gasto” como também para a comercialização.

Se de um lado as capacitações voltadas ao turismo foram essenciais para que as mulheres se reconhecessem em seu próprio mundo, compartilhando entre elas vivências e experiências, além de aguçar a curiosidade para buscarem outros caminhos profissionais, de outro, os cursos sobre agroecologia têm nas mulheres as principais precursoras na alteração do modo de produção convencional para o agroecológico (SILIPRANDI, 2013; HENN, 2013). Com uma vida dedicada à produção agrícola desde a infância junto aos seus pais, elas vislumbraram uma forma de produzir que tirou da

altos e baixos, dada a falta de incentivo, porém, mesmo diante da crise internacional de 2009, o setor conseguiu superar as adversidades, chegando em 2010 com crescimento acima do PIB nacional, gerando mais de 300 mil vagas formais de emprego. Conferir: CBIC, 2010.

família a convivência diária com o uso de agrotóxicos, redescobrimo técnicas utilizadas pelos pais e avós e saberes que haviam sido deixados no passado, como o uso de ervas medicinais, por exemplo.

Conforme dito anteriormente, há duas frentes que apoiam a produção agroecológica em Cunha. Uma primeira pode ser creditada ao trabalho desenvolvido por uma ONG local, a SerrAcima, que atua no município com cursos de capacitação voltados para a produção agroecológica desde 2009. Segundo Brandenburg (1999) a atuação de ONGs e movimentos sociais no que se refere ao tema da “agricultura sustentável” remonta à década de 1970 em contraposição a um modelo de desenvolvimento da agricultura que se baseou na importação de técnicas de regiões com condições climáticas diferentes das encontradas em climas tropicais, resultando em baixa produtividade, assoreamento de rios e córregos, e contaminação dos recursos hídricos pelo uso de agrotóxicos, resultando na perda de biodiversidade. Assim, essas organizações promovem a adoção de uma “agricultura alternativa”, entendida como uma estratégia de valorização do modo de produção familiar, permitindo não só a manutenção e reprodução de saberes, como também uma percepção crítica ao modelo convencional. Assim, as ONGs acabam por ocupar um espaço de atuação com cursos de capacitação voltados à produção agroecológica e à assistência técnica para esse “novo” modelo. Para isso, contam com convênios com instituições públicas e privadas para seu funcionamento.

Além da atuação desses organismos, movimentos sociais ligados à temática ecológica, de soberania e segurança alimentar se articulam em encontros nacionais e regionais sobre agroecologia, inclusive com protagonismo das mulheres que demandam políticas específicas. Essa movimentação ganha terreno fértil no governo progressista iniciado em 2003, culminando na promulgação do decreto que prevê a já citada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Para viabilizar essa política foi idealizado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), com participação da sociedade civil organizada, que visa a implementação de políticas públicas de forma interministerial para a produção de alimentos orgânicos e de base agroecológica.

É nesse contexto que se insere a segunda forma de apoio à produção agroecológica em Cunha. Embora tenha sido encabeçada de forma individual por uma empreendedora local, há o apoio do governo estadual por meio de CATI, atuando na organização e capacitação de agricultores e agricultoras familiares no município.

Das duas iniciativas surgiram associações que têm por objetivo a organização social dos produtores e, principalmente, a comercialização dos produtos que têm nas feiras locais a principal estratégia de visibilidade, mas também se dirigem às cestas personalizadas vendidas pela internet e para o mercado de compras públicas, no caso o PNAE. Embora a produção agroecológica traga diversos benefícios às famílias como pudemos apurar durante a pesquisa, a possibilidade de existência de um canal seguro para a comercialização demonstrou-se ser o principal motivador para a continuidade nesse modelo de produção e para a inserção de novos agricultores.

Uma legislação de 2010 obriga que as prefeituras municipais comprem via recursos do PNAE, no mínimo, 30% dos alimentos destinados à merenda escolar oriundos de agricultores familiares. Embora não haja a exigência de que tais produtos tenham que ter origem na produção agroecológica, os agricultores vislumbram aí um nicho em que podem inserir boa parte das hortaliças, legumes e frutas que produzem, resultando em um aumento nos recursos anuais das famílias que participam do Programa.

Atualmente somente os agricultores que realizaram os cursos da SerrAcima vendem para o PNAE ainda de forma individual. Tomaram conhecimento desta possibilidade pela própria ONG em 2010 que os ajudou na organização dos documentos necessários para iniciar a comercialização, como a DAP, por exemplo. Luísa que realizou a capacitação em uma segunda turma exemplifica a importância do Programa para a alteração no modo de produção:

Hoje nós temos para quem vender graças à SerrAcima, eles [os técnicos] vieram aqui convidar e eu e meu marido fomos na reunião, aí falaram que nós podíamos vender na alimentação escolar e na feira, aí nós resolvemos fazer, fizemos o curso durante nove meses, fomos preparando a terra. Porque até aí a gente usava uns venenos, mata-mata, adubo, umas coisas assim, aí nós falamos, vamos fazer o que é certo. A gente usava muito adubo, na roça, na cana. Eu lembro dos técnicos falando que era um mês de preparação do terreno, não vendia, depois de um ano fazendo o curso abriu a feirinha aqui [no distrito de Campos Novos], eu trabalhei um ano na feira, mas é muito fraco, a maioria não compra porque todo mundo tem horta, aí eu comecei a vender na merenda escolar porque eu tinha os documentos tudo certinho, não foi difícil conseguir a DAP, consegui a DAP e vender para a merenda, temos o compromisso certinho de vender e eu estou até hoje. (Luísa, agricultora agroecológica, Campos Novos).

A atitude de Luísa de participar dos cursos e, principalmente, a possibilidade de vender a produção de forma regular, como é o caso do PNAE, estimulou algumas de suas vizinhas a procurarem a ONG para realizar a transição em seus modos de produção e, mesmo ainda sem alcançarem esse canal de comercialização, já veem os benefícios da capacitação “brotar” em suas roças no uso de plantas medicinais e na melhoria da própria alimentação da família.

Os cursos mesclam aulas teóricas e práticas que são realizadas em esquema de mutirão em cada uma das propriedades dos agricultores que participam das capacitações. Além disso, a certificação dos produtos orgânicos também é realizada de forma coletiva entre os produtores que atualmente vislumbram a necessidade de adquirir o Selo de Inspeção Federal (SIF) para poder comercializar os produtos beneficiados, como geleias, por exemplo, bem como obter a possibilidade de enviá-los para outros municípios.

Além de hortaliças, legumes e frutas, estão sendo iniciadas movimentações para a produção de leite orgânico cuja principal dificuldade reside na comercialização, já que há um custo maior para a produção, não sendo possível repassá-lo na venda aos laticínios da região. Para esse tipo de produto a abertura de mercado se dá em regiões metropolitanas, como a de São Paulo, por exemplo. Em uma reunião entre os técnicos da SerrAcima e os pecuaristas sobre este tema, os produtores levantaram as dificuldades na transição para a agroecologia que utiliza como métodos de criação das vacas o piqueteamento, a alimentação natural e o uso de homeopatia no tratamento das doenças. Para eles, ao realizar a transição, o valor do litro do leite deveria passar a ser três vezes mais do que são pagos hoje pelo laticínio. Embora haja uma dificuldade inicial, os produtores que já começaram a transição afirmam que há aumento da produtividade e que as vacas aparentam mais “tranquilidade”. Além do leite *in natura*, eles pretendem confeccionar manteiga e queijo orgânico, mas para isso terão que obter o SIF.

Se hoje as pessoas estão mais interessadas nas capacitações, no início foi difícil reunir as famílias interessadas em realizar a transição do modelo convencional para o agroecológico. A partir da parceria firmada entre a ONG e a Petrobrás, as técnicas se dirigiram até os bairros onde realizavam reuniões nas igrejas para apresentar a proposta, muitos acabaram desistindo por conta da dedicação inicial sem retorno financeiro, porém, após os primeiros anos de preparo, as possibilidades de comercialização surgidas motivaram mais pessoas a aderirem ao projeto.

Embora não haja uma linha específica de capacitação voltada para as relações de gênero e agroecologia, o tema aparece de forma transversal nos cursos. Mais que isso, percebe-se que são as mulheres agricultoras de Cunha que foram protagonistas na disponibilidade de participar dos cursos e iniciar a transição, mesmo que em um espaço pequeno dentro da área total de suas propriedades, numa espécie de experimentação.

O debate em torno do protagonismo feminino em ações voltadas ao desenvolvimento sustentável se coloca em duas vertentes. De um lado o reconhecimento de que a desigualdade dos papéis desempenhados por homens e mulheres teve como consequência uma maior proximidade delas com a natureza, com tendência à conservação, já que os homens tendem a dominá-la. Esse seria o motivo de elas terem maior relevância na gestão e execução de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável. Por outro lado, essa visão que deposita na mulher a responsabilidade com a preservação da natureza vem sendo questionada (PEREIRA, 2015).

A prática das mulheres em possibilitar o plantio de diversos produtos visando a diversificação da alimentação familiar, com conservação de sementes crioulas é reconhecida como parte de processos de conservação da biodiversidade. Tanto pesquisadores quanto organismos internacionais como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) indicam que esse saber das mulheres colabora na gestão de recursos naturais, valorizando a posição feminina no contexto da conservação ambiental. Contudo, essa visão pode levar a uma simplificação desse protagonismo e da autonomia das mulheres ao provocar uma leitura essencialista na qual a mulher seja vista como sinônimo da natureza.

É justamente nesse sentido que Fiúza (1997) argumenta que o que esteve em pauta nessas estratégias era a própria noção de desenvolvimento, de um lado os que viam os papéis femininos sob a ótica da construção social defendiam igualdade de direitos e oportunidades sem que houvesse, necessariamente, alterações no modelo econômico, de outro, a associação da mulher à natureza traz uma ótica essencialista, cuja reprodução dos papéis sociais é tributária ao próprio sistema capitalista e patriarcal. Além disso, a autora alerta que a mulher rural, além de “vítima da crise ambiental” também é vista como um “agente de preservação ecológica”, tal peso menospreza as “múltiplas razões da crise ambientalista, perpetuando-se, assim, a tendência em “igualar interesses da mulher às questões ambientais, tendo por base o caráter tradicional das obrigações cotidianas que a subordinam à natureza também pode

significar naturalização do seu atual papel e da sua sobrecarga de trabalho” (FIÚZA, 1997, p. 179, 180).

Questionamentos quanto ao modelo de desenvolvimento em que estão embutidas as noções produtivistas vêm sendo colocados em pauta pela vertente pós-colonialista. Uma de suas maiores expoentes quanto aos estudos feministas, Vandana Shiva (1995), postula que a própria noção de ciência ocultou sua ideologia por trás dos pressupostos da objetividade, neutralidade e progresso, sendo esse modelo carregado de violência que conduz à destruição do conhecimento cultivado por mulheres e culturas não ocidentais, subjugando um mundo que se constitui de diversidade e inter-relação. Para a indiana, as ações de desenvolvimento que têm uma perspectiva fragmentada baseada na exploração econômica dos países colonizados é, na prática, reducionista e dualista, pois viola a harmonia entre homem e natureza colocando-o acima dela e, também, a integridade das relações de gênero, uma vez que as mulheres, tal qual a natureza, foram convertidas em objetos a serem explorados e utilizados como recursos ao desenvolvimento.

Em Cunha, os cursos de capacitação voltados à produção agroecológica que possuem uma narrativa voltada ao desenvolvimento sustentável têm mais aderência junto às mulheres. Foram elas que protagonizaram a participação nos cursos, insistindo para que seus companheiros também participassem. Porém, a alteração de fato do modo de produção se deu paulatinamente, tanto no que diz respeito ao próprio método contido na agroecologia, quanto no espaço dedicado dentro da propriedade, e só se efetivou quando os maridos vislumbraram a possibilidade de aumentar seus ganhos financeiros com o “novo” modo de produção. Essa realidade denota que as mulheres têm um poder de decisão dentro da esfera produtiva limitado, pois se de um lado elas são protagonistas ao definir a alteração sendo as primeiras a se interessarem pelos cursos, de outro, a transição só se efetiva enquanto produção que viabiliza a reprodução social da família por decisão masculina.

O que se observa, portanto, é uma realidade em que elas se inserem a partir de suas vivências cujos papéis são definidos culturalmente, ou seja, a produção nas hortas e a preocupação com a alimentação e a saúde da família, mas que acabam marcando uma nova dinâmica de produção que gera ganhos financeiros e de dimensão mais ampla, expressa na reorganização da propriedade que passa a atender os princípios ecológicos, remontando a uma preocupação com o espaço em que estão inseridas. Mesmo que sejam seus maridos a darem o aval final, a partir daí elas passam a atuar em conjunto

com eles em todos os processos que envolvem a produção, incluindo a comercialização nas feiras.

Em que pese a ausência de cursos que tragam o debate sobre as relações sociais de gênero no município, a própria prática agroecológica por estar inserida em redes mais amplas de abrangência regional e nacional, acaba por proporcionar às agricultoras encontros específicos em que o tema é abordado. Nestes ambientes elas têm a oportunidade de trocar experiências tanto técnicas quanto de suas vidas pessoais, num aprendizado e resgate de saberes em que há conhecimento e reconhecimento de ações e afetos. O mais recente desses cursos que elas relataram ocorreu em 2018 no sul de Minas Gerais e reuniu mulheres produtoras agroecológicas por dois dias. As participantes contam como vivenciaram essa experiência:

Foi muito gostoso, adorei o povo lá (...). O encontro foi de mulheres, todas de ferramenta na mão, bastante pessoas representando associações de mulheres, apresentaram um mapa de bastante grupos de pessoas que já tem certificado de agricultura e de cozinha, de conservas, doces. O açafão que eu tenho aqui, elas fazem em pó, eu não sabia, tudo já certificado, foi muito bom conhecer que a gente sabe que um dia a gente pode chegar naquilo lá. Anima, é como se você tomasse uma injeção de ânimo, você se pergunta o que será que eu posso fazer mais? E nesses encontros a gente acaba descobrindo o que nós temos ali junto de nós, é só colocar a mão na massa. (Bebiana, produtora agroecológica, 63 anos).

Uma outra participante complementa sobre os aprendizados:

Eu pensava que eu sabia, mas cheguei lá e vi que não sabia nada. Tudo o que eu aprendi lá foi muito importante para mim. Os exemplos...por isso eu fico pensando em passar esse conhecimento para outras pessoas porque a gente aprende. Lá ouvi cada testemunho de vida (...). Tinha bastante gente, umas 300 mulheres, fomos muito bem recebidas. As palestras foram muito boas, falaram sobre plantar, sobre o documento que eu quero, o certificado orgânico. É muito importante. (Luísa, produtora agroecológica, 57 anos).

Para além dos aprendizados que essas agricultoras obtiveram na participação do curso, revelou-se um arranjo familiar em que seus companheiros assumem as tarefas domésticas nos momentos em que elas estão fora participando dos cursos, como elas mesmas nos relataram “ele faz do jeito dele”, mas se dedicaram à arrumação da casa e

preparação de sua própria alimentação. Observa-se, contudo, que tal participação depende desse arranjo, tornando mais difícil que mulheres com filhos pequenos deixem seus lares para participar dos cursos, principalmente quando são realizados em outras cidades, o que de certo modo, acaba por limitar a participação das mulheres de acordo com sua idade, número de filhos e capacidade de alterar, mesmo que momentaneamente, os papéis desempenhados dentro da esfera familiar.

Quanto à maior participação feminina na agroecologia as mulheres entrevistadas afirmam que essa realidade se dá pela capacidade que elas têm de planejar as ações e ter paciência até que os projetos se concretizem. Para elas, os homens têm resistência à mudança porque estão acostumados a fazer de determinada maneira e uma eventual alteração nesse modo de operar depende dos resultados obtidos. Já elas conseguem arriscar sem necessariamente obter qualquer ganho imediato.

Tem mais mulheres que homens na agroecologia porque o homem é mais machista: eu faço assim, assado, eu compro, eu vendo. A mulher não, a mulher diz: não, vamos fazer assim, vamos mudar para ver se dá mais certo. A mulher é mais calma, mais tranquila. As mulheres de antigamente eram mais submissas ao marido. O marido mandava e elas obedeciam. Hoje elas viram o poder que elas têm. Ela é capaz. Eu sou capaz! Eu não sou capaz de fazer só isso e isso, eu sou capaz de tudo. E antes não, era lavar, cozinhar (Luísa, produtora agroecológica, 57 anos).

As mulheres têm mais paciência, ela planta uma coisa e pensa: será que vai sair? Até num vaso que você planta ali, aí você pega uma grama, um capim seco, coloca ali porque aí quando colocar a água num vai afundar a terra porque cai primeiro no capim e depois vai para a terra. Aí você acompanha. A mulher tem mais paciência de acompanhar o desenvolvimento da planta. E outra, a mulher está sempre voltada para a cozinha, por exemplo, se você vai fazer um bolo, vai preparar tudo tranquilo, com mais cuidado e vai mostrando para eles que funciona, aí eles passam a acreditar (...) acaba que a mulher toma a frente [dos processos de transição para a agroecologia] (Bebiana, produtora agroecológica, 63 anos).

Nessas narrativas, as mulheres conectam suas capacidades e habilidades no desenvolvimento da prática agroecológica às próprias vivências que possuem enquanto ser mulher. Em que pese em suas falas uma certa naturalidade nessa concepção, há também o reconhecimento de que as práticas como o cuidado, a paciência e a

capacidade de planejamento, características constituídas socialmente como sendo representações de habilidades femininas, são fatores que lhes atribuem distinções de poder que valorizam sua posição dentro e fora da unidade familiar como protagonistas na alteração da prática produtiva.

As duas mulheres que participaram do curso em Minas Gerais são consideradas lideranças em seus bairros na atuação agroecológica, responsáveis por promover articulações locais e intermediarem as ações da ONG e os agricultores. Mais que isso, Bebiana é vice-diretora da SerrAcima, com 63 anos, ela nasceu em Cunha, mas morou com seu marido e filhos na cidade de São Paulo durante 25 anos, voltaram ao município após a aposentadoria do marido, em 2003. Na época os irmãos dela plantavam folhas e frutas e vendiam para os municípios vizinhos. Para não ocorrer competição entre os irmãos, ela, o marido e um filho começaram a plantar legumes e tomates. Na plantação de tomates utilizavam agrotóxicos, “ficava tudo pintado de preto”. Foi quando receberam a visita dos técnicos da SerrAcima e tiveram as primeiras informações sobre produção agroecológica. Interessada, ela passou a realizar as capacitações e iniciou a alteração do manejo do convencional para o agroecológico.

Quando nós chegamos, meus irmãos falaram que a terra aqui estava morta, que a terra não prestava mais. Logo nas primeiras reuniões nós descobrimos que através da agroecologia nós íamos estar melhorando a terra. Aí começamos aos poucos. Fomos tratando a terra. Aqui [aponta para a plantação] era cheio de pedra que uma época meu pai alugou e fizeram uma estrada para entrar com caminhão e tirar as mercadorias e acabou com a terra mesmo. É pedra, agrotóxico um em cima do outro, quem aluga quer tirar o lucro que empatou. Aí começamos a tirar as pedras, cuidar, e hoje é a parte mais fértil que nós temos (Bebiana, 63 anos, produtora agroecológica).

Ela destaca a descrença tanto de seu marido quanto dos irmãos com a nova forma de manejo dos produtos, lamentando a dificuldade em seguir com a produção agroecológica tendo alguém dentro de sua própria casa que não acreditava no projeto. A opinião de seu marido só mudou quando ele viu os ganhos econômicos que sua esposa e o filho estavam alcançando com a venda dos produtos orgânicos na feira e para a merenda escolar e, a partir daí, também realizou os cursos de capacitação e decidiu aumentar a produção agroecológica.

Além da capacitação para alterar o manejo, Bebiana também realizou cursos ligados a práticas de cozinha com reaproveitamento dos produtos que não eram vendidos na feira para a confecção de geleias e doces. Outros cursos são voltados para a adequação da propriedade, como o tratamento da água cinza, por exemplo. Ela aplica em sua propriedade todos os ensinamentos que obtém nos cursos que participa.

A oportunidade de transformar sua propriedade foi para Bebiana uma mudança positiva no que se refere tanto ao cuidado com a própria terra e na alimentação, quanto na possibilidade de deixar para seu filho um negócio que vem apresentando bons resultados. Para além disso, ela se fortaleceu enquanto uma liderança não só do bairro em que vive, mas como vice-presidente da SerrAcima, ONG que ofereceu os cursos de capacitação e que prioriza a participação de agricultores na coordenação como forma de obter maior articulação com seu público alvo.

Ao ocupar esse cargo, Bebiana participa das decisões da organização e a representa em eventos, inclusive fora do município. Sobre essa responsabilidade, ela admite ser privilegiada pelo acesso que tem às informações e por poder representar os agricultores, levando suas demandas para serem discutidas na ONG. Ao visitar outros municípios em eventos, ela conhece novas experiências e traz ideias de produtos que podem ser replicados em Cunha. Todo esse processo, Bebiana resume em uma frase: “mudou tanto a vida do solo, como a nossa vida”. Ela e seu filho compartilham como planos para o futuro o desejo de ampliar a área de produção de orgânicos.

As trajetórias dessas mulheres são exemplos de como as capacitações que participaram mudaram suas posições na sociedade. Elas passaram de coadjuvantes do processo produtivo a representantes dos agricultores e moradores em esferas para além do bairro em que vivem, utilizando o poder da fala e da articulação para encaminhar demandas e promover inovações nos ambientes em que vivem e trabalham. No início enfrentaram dificuldades com seus maridos que não acreditaram em seus novos projetos. Mais que uma descrença, a falta de apoio inicial denota a possibilidade de que elas subvertessem as posições hierárquicas estabelecidas.

Mas, se quase a totalidade das mulheres entrevistadas que atuam no turismo e na agroecologia passaram por capacitações, o que faz com que algumas trajetórias se destaquem? A resposta a esse questionamento reside, como tenho tentado demonstrar, nas interdependências constituídas ao longo da vida, inclusive nos elementos exógenos que colaboram para seu posicionamento nas configurações sociais. Voltaremos a essa

questão nas considerações finais. Antes, contudo, passamos a análise da última dimensão da vida social que influencia as configurações de gênero: o uso do tempo.

Síntese do capítulo

Para a dimensão escolaridade e capacitação demonstramos que os níveis de escolaridade dos moradores de Cunha são baixos tanto entre os homens quanto para as mulheres, dadas as dificuldades de acesso à escola que tiveram durante a infância e a prioridade, por parte dos pais, do trabalho frente aos estudos.

As mudanças na estrutura escolar, que ampliou o número de vagas e condições de acesso, em conjunto com uma nova postura dos pais que passam a dar importância aos estudos para a melhoria de vida, congregam alterações estruturais e comportamentais que refletem em maiores níveis de instrução para as gerações mais novas. Observa-se que mesmo os poucos anos de estudo foram importantes para que elas ajudassem a alfabetizar seus próprios pais.

Se a escolaridade não se apresentou como um fator responsável por alterações na vida das mulheres entrevistadas, as capacitações a que elas se submeteram foram essenciais para que elas pudessem alterar sua visão de mundo e aprimorar técnicas e habilidades. Especialmente entre as mulheres que se dedicam ao turismo e a agroecologia, os cursos que realizaram atuaram num reposicionamento delas na sociedade, como representantes dos agricultores e moradores. Esta condição também foi verificada dentro dos lares nos momentos em que elas se dedicam aos cursos de capacitação fora do município. Seus maridos assumiram as tarefas de cuidado e alimentação.

5 – O uso do tempo pelas mulheres rurais

Por meio da análise do uso do tempo que as mulheres rurais dispõem para a realização de determinadas tarefas encerro a tríade proposta para a investigação sobre a forma como as dinâmicas rurais contemporâneas afetam as configurações sociais de gênero, e que podem influenciar em um reposicionamento delas na hierarquia social. Precedida pelas dimensões trabalho e renda, e escolaridade e capacitação, a análise do uso do tempo fecha um ciclo de temas abordados tanto na literatura especializada quanto nas narrativas das mulheres entrevistadas como determinantes nas alterações no modo de ver, sentir e viver o mundo social.

Inicia-se esse capítulo abordando o tempo como uma categoria social passível de explicitar as relações entre indivíduo e sociedade, cuja forma de utilização remete a determinada valorização que expressa a maneira como os indivíduos se posicionam na sociedade. Assim, os padrões de uso do tempo são “(...) moldados por estruturas sociais, normas culturais e arranjos institucionais específicos a cada sociedade” (RAMOS, 2009, p. 861). Tais formas de utilização do tempo, que carregam diferenciais de gênero, são reproduzidas pelas gerações, marcando espaços de atuação de homens e mulheres.

Analizamos três momentos da vida social de modo a compreender de que forma o uso do tempo se dá em cada uma delas, evidenciando as alterações e possíveis rupturas de um determinado modo de vida. Da infância, as mulheres rurais trazem as memórias do passado familiar, uma representação do que era ser criança e dos ensinamentos repassados pelas gerações anteriores. A descrição das atividades desenvolvidas no cotidiano atual das mulheres permite relacionar o que era e como era vivenciado no passado, bem como de que forma o uso do tempo se apresenta na atualidade e os fatores que influenciaram as alterações. Por fim, os desejos que as mulheres têm para realização futura são discutidos, amalgamando os aprendizados passados e as possibilidades abertas na atualidade. Ao reunir, a partir das trajetórias das mulheres, o passado, o presente e o futuro, obtemos uma síntese das vivências experienciadas e projetadas ao longo do tempo.

Durante esse percurso são evidenciadas as interdependências que elas constituem ao longo da vida e que colaboram para a reafirmação ou ressignificação de seus valores, distinções morais e poder. Nesse aspecto, a inserção nas diferentes atividades produtivas desenvolvidas no município produz formas diversas de

interpretação do mundo social que, por sua vez, refletem nas configurações sociais de gênero.

5.1 – Por que considerar o tempo nas configurações sociais de gênero?

Nesta primeira seção do capítulo busca-se esclarecer a importância desta dimensão de análise do mundo social, cujas formas de uso contribuem no esclarecimento e na compreensão da condição humana com potencial de influenciar no reposicionamento das mulheres e, especialmente para essa pesquisa, das mulheres rurais.

De maneira geral o tempo tem sido, ao longo dos séculos, objeto de análise das chamadas ciências naturais, em particular da Física. Porém, como nos demonstra Abdias Carvalho (2018) esse tema sempre esteve presente como uma dimensão no pensamento sociológico, em particular, e para as ciências sociais de maneira geral, a partir da concepção de que cada sociedade cria suas próprias representações dos sistemas temporais. Para o autor, com fundamento na obra de Durkheim, o tempo é um fato social fruto do pensamento e da ação humana que resulta em um produto de interação social, identificado pelas atividades coletivas que ocorrem de maneira regular em diferentes momentos. Por exemplo, complementa, é a vida social que institui o calendário como forma de regulamentação do tempo.

Dentre a produção de Norbert Elias encontramos um estudo aprofundado e refinado sobre o tema, particularmente na obra “Sobre o Tempo” o autor constrói uma linha argumentativa que concebe o tempo como uma síntese conceitual elaborada, pois exige dos grupos humanos a capacidade de vivenciar os acontecimentos na dimensão do tempo quando são colocados problemas que exigem uma determinação social, e quando sua própria organização e seus acontecimentos permitem utilizar uma série evolutiva como quadro de referência⁸⁶. Em suas palavras: “(...) em seu atual estágio de desenvolvimento a noção de tempo representa uma síntese de nível altíssimo, uma vez que relaciona posições que situam, respectivamente, na sucessão de eventos físicos, no movimento da sociedade e no curso de uma vida individual” (ELIAS, 1998, p. 17).

⁸⁶ É importante lembrar que o autor trata em sua obra de uma teoria a que denomina de “sociologia evolutiva”, entendida como uma análise de processos contínuos que se estendem a longo prazo e que não estão detidos em fronteiras demarcadas por períodos. Além disso, distancia seu entendimento sobre “evolução” da de “progresso” não entendido, portanto, como uma sucessão de etapas de maior e menor valor numa noção de superioridade e inferioridade, mas sobretudo de uma diferenciação de processos sociais.

Assim, as noções de presente, passado e futuro demonstram essa capacidade de síntese e expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e a experiência que a pessoa tem dela.

Com essa leitura, Elias busca findar com o que chama de “enigma” do tempo produzido, segundo ele, a partir da dicotomia estabelecida entre “tempo físico” e “tempo social” que teve como ponto decisivo o momento em que a cronologia centrada no mundo físico separou-se da antiga cronologia centrada no homem, sendo o primeiro um produto de experiências iniciadas com Galileu que ocorrem concomitantemente a uma mudança no conceito de natureza, e o segundo tido como uma instância reguladora dos acontecimentos da qual o relógio é parte. Nessa dualidade residiria um enigma circunscrito na cisão existencial entre natureza e sociedade, levando ao entendimento sobre o tempo como uma história desprovida de estrutura e, por esse motivo, reflete Elias, deixou de ser uma questão de preocupação da Sociologia.

Elias propõe, então, a existência de uma quinta dimensão na formatação quadridimensional do tempo-espço, composta de largura, altura, profundidade e tempo. Essa dimensão comportaria a experiência vivida e a consciência e, nesse sentido, a própria síntese sobre o tempo que a sociedade conseguiu produzir e estabelecer ao longo dos anos representa um produto de tais experiências. Do ponto de vista dos indivíduos, a quinta coordenada permitiria a compreensão de suas próprias trajetórias em consonância com as experiências sociais, numa interdependência entre o macrocosmo dos grupos sociais e o microcosmo dos indivíduos, ou, em uma palavra: na relação entre indivíduo e sociedade. Seguindo sua linha teórica, o autor observa que tanto a consciência como a experiência vivida se modificam ao longo do processo civilizador, especialmente pela maneira como os indivíduos inculcam modelos de autodisciplina, repassado por meio das gerações nos processos de socialização. Assim, o próprio tempo seria objeto de autodisciplina, visualizado pelo sociólogo alemão, como um dos aspectos do *habitus* social dos indivíduos, uma vez que possui caráter coercitivo desde os primeiros anos de vida⁸⁷, atuando tanto como orientação quanto na regulação da conduta e sensibilidade humana ou, em outras palavras, do que significamos enquanto representações de valores morais, racionais, ideológicos e, em última instância, distinções de poder.

⁸⁷ Elias entende por “habitus social” imposições ligadas à civilização que constituem uma “segunda natureza”.

Ao utilizarmos os argumentos do autor podemos inferir que esse tempo social, vislumbrado a partir da consciência e da experiência vivida, é tomado de diferentes maneiras por homens e mulheres, pois como será demonstrado por meio da descrição e análise das trajetórias das mulheres ouvidas nessa pesquisa, há determinadas formas de uso do tempo que foram repassadas pelas gerações anteriores, expressas nas tarefas desempenhadas desde a infância e que se prolongam no cotidiano atual. Mais do que expressar um modo de socialização que define papéis a serem desempenhados ou, para utilizar os termos de Simone de Beauvoir, a constituição de uma identidade que caracteriza o “tornar-se mulher”, as trajetórias sugerem a mobilização de habilidades específicas reveladas nas interdependências formatadas nas relações sociais que elas estabelecem que, por sua vez, evidenciam capacidades inerentes onde o poder pode ser vislumbrado.

Três tipos de análise são realizados tendo como referência tanto as trajetórias de vida das mulheres rurais de Cunha, quanto a literatura produzida sobre o tema. Um primeiro em que busco compreender por meio da descrição da experiência vivida na infância a maneira pela qual o uso do tempo se constrói. Repassado pelas gerações anteriores, o tempo dedicado a determinadas ações tem o potencial de ativar distinções entre homens e mulheres. O uso do tempo no cotidiano atual, segunda linha de análise utilizada neste estudo, permite uma leitura da permanência ou modificação das formas apreendidas na infância, bem como a identificação das causas de eventuais rupturas. Por fim, os anseios que as mulheres entrevistadas identificam como projetos de futuro evidenciam uma síntese da experiência vivida desde a infância até os dias atuais, amalgamando as mudanças pelas quais elas passaram que se convertem em possibilidades de ações no porvir. Aqui, particularmente, esclarecem-se os impactos gerados pelas dinâmicas da ruralidade contemporânea.

Tal qual os capítulos anteriores, serão evidenciados os aspectos geracionais e das diferentes atividades produtivas encontradas no município no intuito de promover uma abordagem capaz de revelar a existência de diferenciais assentados nessas duas perspectivas. Ao tomar as trajetórias das mulheres rurais como foco da análise, de antemão, são especificadas as memórias individuais e coletivas representando, portanto,

marcações da dimensão que cada uma dessas mulheres tem sobre o tempo vivido e experienciado ao longo de suas vidas⁸⁸.

As análises sobre as trajetórias de vida das mulheres rurais tendo como foco o uso que fazem do tempo, como demonstraremos adiante, sugerem que, apesar de ancorados em valores ideológicos sustentados pelo patriarcalismo, repassados pelas gerações e que contribuem para a formatação de uma certa identidade feminina, não há posições estáticas em termos de hierarquia. São as relações estabelecidas nos diversos momentos da vida social que (re)produzem determinadas práticas que serão valoradas em maior ou menor grau, representando distintas formas de poder dados desde o tempo dedicado ao trabalho remunerado, como pelo cuidado com a família e o tempo dispendido na participação social.

O foco do terceiro capítulo centrou-se na questão do trabalho e da renda. Se lá foi adotada uma abordagem mais objetiva do trabalho, aqui pretendo demonstrar as subjetividades circunscritas no uso do tempo dedicado ao trabalho produtivo, ou seja, àquele que gera algum tipo de renda para elas e para a família, como também, do tempo dedicado às tarefas domésticas e de cuidado, demonstrando a existência de uma mudança social no que se refere às gerações e às particularidades do mundo rural, especialmente, nas dinâmicas geradas na contemporaneidade. Se, por um lado, essa leitura parece ser mais subjetiva, de outro é ela mesma que dá concretude às determinadas distinções no interior das configurações de determinado mundo social.

5.2 – Tempo de infância

Ao falarmos sobre a infância das mulheres rurais contamos com as memórias que elas guardaram daquele período e, embora recente para algumas delas, trata-se de representações, de valores e comportamentos que podem ou não estar presentes atualmente. A utilização das trajetórias de vida como um dos instrumentos metodológicos para conhecer as práticas passadas e presentes tanto das mulheres como de seus antepassados se mostrou como uma estratégia que permite evidenciar os acontecimentos marcantes e que, como diz Elias, une a capacidade de síntese do antes e do depois. Nesse sentido, a narrativa que elas apresentam representa a junção tanto das

⁸⁸ Abdias Carvalho (2018) apresenta a memória como reconstituições que demonstram a história e identidade de um grupo e é reconstituída unificando os elos do “eu” e do “nós”, por isso situamos nossa história no tempo, designando épocas e eras específicas para determinados acontecimentos.

expectativas quanto da realidade, dando significado às suas próprias existências sociais. Assim, ao responderem como experienciaram suas infâncias, as mulheres trazem à tona processos disciplinares pelos quais passaram, inclusive como utilizar seu tempo, como também as oportunidades circunscritas em determinado momento da vida.

Se na memória de algumas mulheres o uso do tempo durante a infância esteve ligado ao trabalho e, em menor proporção aos estudos – que para muitas representava um “tempo de descanso do trabalho”, há também as que revelam brincadeiras pelas ruas dos bairros rurais em que cresceram. Elas lembram de, junto a outras crianças, correr pelos pastos, brincar nos ribeirões e fazer bonecas a partir da palha de milho cujos fios eram delicadamente penteados para lembrar os cabelos de uma boneca “de verdade”, ou ainda, as petecas que eram adornadas com as penas das galinhas existentes em suas casas.

Tais lembranças revelam alguns diferenciais entre a realidade posta naquele período e os dias atuais. São mudanças que ocorreram através do tempo que influenciam as práticas atuais, representado por novas dinâmicas que trazem, também, novos símbolos e valores que vão, paulatinamente, ressignificando tais práticas. São basicamente três os destaques contidos nas narrativas.

Um primeiro aspecto que as mulheres entrevistadas citam é a diminuição do número de crianças na atualidade em relação ao período em que elas próprias vivenciaram em suas infâncias. Como assinalei anteriormente, a taxa de fecundidade das mulheres vem diminuindo ao longo dos anos, inclusive no mundo rural, o que concretiza a percepção delas de um menor número de crianças brincando pelos bairros. Além disso, a presença dos “forasteiros”, que são em maioria aposentados e, portanto, não possuem mais filhos pequenos, também contribui para que um menor número de crianças seja visto pelos bairros.

Um segundo motivo é dedicado às mudanças na paisagem, elas afirmam que os ribeirões em que nadavam na infância ou já não existem mais ou diminuíram ao ponto de não tornar mais viável tal divertimento. Aqui, podem ser levadas em consideração as mudanças produtivas utilizadas no passado que, tendo como foco o uso intensivo de pastos e fertilizantes químicos, acabou por degradar os rios da região. Vale lembrar que uma das primeiras ações dos grupos de agricultores que iniciaram a transição da agricultura convencional para a agroecológica foi, justamente, a recuperação de nascentes.

Por fim, um terceiro aspecto diz respeito à violência, se na infância elas tinham “liberdade” de caminhar com outras crianças pelo bairro, hoje elas alegam ter medo de que algo aconteça com seus filhos, mesmo sem ocorrer nenhuma experiência concreta nesse sentido já que elas negam acontecimentos de roubos ou assaltos na região em que vivem⁸⁹. A narrativa dos perigos do mundo moderno acaba por enclausurar as crianças em casa.

A realização de mutirões também é parte da memória da infância das entrevistadas, elas se lembram de olhar para o topo dos morros e ver “aquela fileira de homens trabalhando juntos” de forma quase cadenciada enquanto ajudavam suas mães a preparar a comida para todos. Junto a essa memória reside lembranças e saudades, expressos num tempo em que o coletivo sobrepunha o individual e que a confiança residia na “palavra dada”, valores esses de uma sociedade que ainda não havia sido alcançada pelo individualismo. Por outro lado, esse mesmo tempo traz memórias dolorosas em que o acesso à infraestrutura era pouco, muitas mulheres tinham, enquanto crianças, que ir buscar barro longe de casa para “tapar os buracos” das casas em que residiam, bem como recolher água dos ribeirões para uso diário. Além disso, sair de casa e ir para outros bairros e mesmo para o centro da cidade era difícil, pois não existiam carro particular e nem transporte público. Nesse sentido elas são unânimes em admitir que “hoje é bem melhor” que o passado.

Os termos postos pelas entrevistadas, cujo tempo atual é considerado melhor que o tempo passado, diverge do que Prado (1998) encontrou em Cunha durante a realização de sua pesquisa em meados da década de 1980. As relações de personalidade característica entre os moradores do município perpassavam, também, a temporalidade e as pessoas argumentavam que “antes era melhor” se referindo às tradições vivenciadas que estavam deixando de existir. Para a autora, a valorização do passado tem ligação a um tempo mítico, enquanto o tempo atual é cíclico e desvalorizado, pois é vivido como repetição. Essa contradição representaria a própria divergência entre a tradição e o progresso. Vê-se, portanto, uma alteração nos sentidos expostos por Prado, ao exaltar os dias atuais como melhores em relação ao passado as entrevistadas revalorizam as suas próprias experiências sociais, em consonância com a representação de um rural enaltecido, tanto em termos de paisagem como de práticas.

⁸⁹ Sobre esse aspecto é importante frisar que várias das entrevistadas citam um bairro localizado próximo ao centro da cidade como sendo foco de violência, uso e venda de entorpecentes.

Ainda quanto às mudanças ocorridas tendo como referência a infância das mulheres rurais e que são hoje fundamentais numa análise de uso do tempo estão o acesso e uso de eletrodomésticos. Cada vez mais comum em todas as casas que tivemos a oportunidade de visitar durante a realização da pesquisa o uso de geladeiras e, em alguns casos até *freezers*, por exemplo, permite que as mulheres cozinhem mais quantidades e acondicionem os alimentos nesses refrigeradores, aumentando sua durabilidade e permitindo que haja mais tempo livre em relação ao passado. Outro exemplo reside no uso de tanquinhos elétricos ou máquinas de lavar roupas. O uso desses instrumentos no dia-a-dia faz com que elas possam ser liberadas de algumas tarefas domésticas, podendo fazer uso desse tempo em outras atividades.

Uma última referência ao passado diz respeito à separação entre homens e mulheres em momentos de divertimento, ou, no uso do tempo para o lazer. Elas narram que era muito comum que aos finais de semana eles se dirigissem aos bares e festas, enquanto suas esposas ficavam em casa cuidando dos filhos. Essa realidade não é mais observada nos dias atuais em que as famílias vão juntas às festas, comemorações e celebrações religiosas que ocorrem pelos bairros e até mesmo no centro da cidade. Willems (1947) descreveu essa apartação entre os sexos observada nas formas de lazer nas áreas rurais de Cunha na década de 1940. Tendo essa referência do sociólogo alemão e as narrativas de infância das mulheres entrevistadas podemos inferir que a prática perdurou por, ao menos, mais uma geração antes que as mulheres passassem a usufruir dos esquemas de lazer junto aos seus companheiros e filhos. Tal apartação, característica de um passado recente cedeu lugar ao lazer conjunto, indicando que as mulheres passaram a ocupar espaços que não utilizavam até então. Isso não significa que essa prática, por si somente, represente possibilidades de acesso a recursos de poder, porém dá a elas a oportunidade de circular em outros ambientes e interagir com outros agentes.

Até o momento tratamos do uso do tempo na infância, retratada pelas memórias que as mulheres entrevistadas dividiram conosco. Pontuamos, também, as mudanças ocorridas através do tempo que influenciaram algumas práticas sociais e ressignificaram valores e o modo de ver o mundo dessas mulheres. Procurando compreender como se dá o uso do tempo na atualidade tratamos, no tópico a seguir, do cotidiano das mulheres.

5.3 – Tempo atual: o cotidiano

Uma análise do uso do tempo no cotidiano das mulheres rurais revelou importantes diferenciais no que se refere ao tipo de atividade produtiva que desenvolvem. Vejamos cada uma delas e como influenciam o uso do tempo.

As mulheres que trabalham com a pecuária têm pouca maleabilidade no tempo dedicado à essa tarefa. Como elas mesmas dizem “a vaca não pode esperar” para que seu leite seja retirado, havendo inclusive, queda na produção caso haja atraso. É, portanto, em torno da atividade leiteira que se organiza o tempo dessas mulheres. Como assinalado anteriormente, são as mulheres em Cunha que tomam a frente dessa atividade. A primeira ação delas ao se levantar pela manhã é tomar um “café preto” e se dirigirem ao mangueiro para iniciar o trato com as vacas que se inicia pela retirada do leite e segue com alimentação dos animais.

Após essas primeiras tarefas, elas voltam para a casa e preparam o café da manhã para a família, momento em que também encaminham os filhos para a escola. Em alguns dias, têm a ajuda do marido nessas primeiras atividades do dia, porém, em geral, eles saem para trabalhar como “camaradas” em outras propriedades enquanto elas seguem sozinhas o trabalho do dia-a-dia. No meio da manhã, elas realizam os “serviços de casa”, alimentam a “criação” e cuidam da horta que reservam para consumo familiar, por fim, voltam para o mangueiro para limpeza do local em que os animais vivem. Após o almoço, exceto em “época de seca” todo o trabalho é repetido, conformando um cotidiano que se repete ciclicamente sem muita margem para que outros tipos de atividade sejam inseridos. No período da noite, após o jantar, algumas delas fazem algum tipo de artesanato que se destinam à venda, ou para presentear amigos e parentes.

Alguma mudança ocorre aos finais de semana, especialmente aos domingos em que o período da tarde é dedicado ao descanso e a uma visita a igreja do bairro para participarem da celebração. É também nesse dia que ocorrem visitas a parentes e amigos, relatos bastante raros entre as mulheres que atuam na pecuária que afirmam não “gostar de sair” de casa e só vão para a cidade em caso “de necessidade” que reside na confecção de documentos ou para fazer as compras mensais para abastecer a casa. Momentos de lazer são escassos e apenas uma das mulheres que atuam na pecuária afirmou que duas vezes ao ano vai para a praia com seu filho, enquanto o marido fica tomando conta da propriedade. Das várias festas que ocorrem no município nunca participam, demonstrando que as atividades turísticas para elas é uma realidade distante,

intangível e que não influencia em nada seus próprios cotidianos, seja no aproveitamento enquanto lazer ou como forma de obter alguma renda extra.

O exercício da pecuária acaba por retê-las em casa por mais tempo, resultando em baixa interação social com outros agentes para além da família e, em menor grau, parentesco e vizinhança. Essas poucas interações, restritas ao grupo familiar, limitam os circuitos tanto de transações econômicas quanto de relações sociais a que essas mulheres têm acesso. Essa realidade reflete uma continuidade nos padrões de comportamento estabelecidos em gerações anteriores.

Para além do tempo de trabalho, o pouco tempo dedicado ao lazer é limitado às celebrações da Igreja Católica que ocorrem no próprio bairro onde moram, fortificando os valores morais expressos nessa religião que, como aponta Cypriano (2013) expressa uma condição profunda de subordinação patriarcal. Lembro aqui que Cunha não teve atuação da Teologia da Libertação que foi responsável por fomentar a criação de vários movimentos sociais no campo que chegaram, ao longo dos anos 1980 e 1990, a questionar as relações de poder imbuídas pela sociedade patriarcal em termos de propriedade da terra, sindicalização e, até mesmo, as relações de gênero.

O tempo dedicado à participação social e política para as mulheres que atuam com a pecuária é ínfimo. Elas são filiadas ao sindicato, porém não participam das reuniões nas quais são representadas pelos seus maridos, o que mais lhes interessa são as questões referentes à documentação pessoal e da propriedade, especialmente no que tange à aposentadoria, por esse motivo conforme assinalado anteriormente, elas “batem” o leite em seus próprios nomes⁹⁰. O mesmo ocorre com a política, questão em que elas raramente se envolvem, limitando-se ao voto nos momentos das eleições.

Uma jovem pecuarista, de 29 anos, que concedeu entrevista em sua propriedade junto de sua mãe, resume as atividades diárias que são reproduzidas pelas mulheres da família ao longo das gerações:

Desde as avós e tias avós todos mexem com leite. Vão para o mangueiro e se não fossem passavam mal. Os homens até ajudam a tirar o leite, mas depois saem para trabalhar e quem cuida do mangueiro são as mulheres. Lava, prende o bezerro, toca o bezerro, cuida, coloca farelo, trata. Agora

⁹⁰ “Bater o leite” é o termo utilizado pelas mulheres que entregam o leite para venda em algum laticínio, quer seja do próprio município ou nas cidades vizinhas. Tal nomenclatura tem como referência a comercialização do leite no passado, quando a produção era acondicionada em latões de alumínio e com o movimento dos transportes pelas estradas de terra promoviam um som de batidas uns nos outros. Embora atualmente a entrega seja realizada em recipientes refrigerados, o termo ainda é utilizado por elas ao se referirem à comercialização do leite.

é mais fácil porque tem farelo, mas antes era capim, tinha que cortar capim e eram as mulheres que iam cortar e traziam para as vacas. Tem uma tia que está com mais de 60 anos e ela ainda corta capim, coloca na cacunda e carrega (Raquel, pecuarista, 29 anos).

Em suma, as mulheres que trabalham com a pecuária em Cunha dedicam seu tempo quase exclusivamente às práticas ligadas à atividade que desenvolvem, entrecortado pelas tarefas que têm com os cuidados com a casa e a família. Assim, suas vivências são muito próximas ao cotidiano de suas mães e avós, com quem aprenderam que a produção do leite é um caminho seguro para sua reprodução social por representar um ganho fixo. São elas que ficam na propriedade durante toda a semana enquanto seus maridos trabalham como “camaradas”. Resulta dessa realidade uma baixa interação com outros indivíduos, restrita somente ao próprio círculo familiar e, mais raramente, da vizinhança. Nessa reprodução há gerações de um modo de ser e de viver poucas oportunidades ligadas às chances efetivas de distribuição de poder são dadas, excetuando-se a questão de obter a aposentadoria, fato como visto anteriormente, que relega a elas um certo protagonismo ao obterem sua própria renda.

O grupo de mulheres que atua na agroecologia é um pouco mais heterogêneo quando a análise recai sobre o uso que fazem de seu tempo em relação às que trabalham na pecuária, isso porque as atividades que realizam na horta, de onde retiram seus produtos para comercialização, não são tão rígidas como as que as vacas apresentam para a retirada do leite. Um outro diferencial é aqui importante: toda a família se dedica à horticultura e, em geral, as mulheres e os homens – muitas vezes até os filhos e filhas – colaboram na produção e na comercialização.

De maneira geral, o uso do tempo das mulheres que trabalham com a agroecologia é determinado pelos ciclos de comercialização nos quais estão inseridas. Como visto anteriormente, são três os principais canais: venda institucional para a merenda escolar via PNAE, as feiras agroecológicas situadas no centro da cidade e, em menor proporção, cestas personalizadas. Às segundas-feiras a produção dedicada à alimentação escolar é entregue na prefeitura, isso requer que a família dedique um tempo específico para a preparação desses alimentos. Geralmente, elas acordam pela manhã, preparam o café, encaminham os filhos para a escola e alimentam a criação. Em seguida se juntam aos maridos que já estão cuidando da produção. Um pouco antes do almoço elas voltam para casa para preparar a refeição para a família. Após o almoço,

elas fazem a limpeza da casa e seguem novamente para a horta onde seus maridos já retornaram ao trabalho.

Essa rotina é alterada nos dias em que há feiras. Já no dia anterior muitas mulheres fazem algum beneficiamento dos produtos a serem expostos na barraca, como por exemplo, o corte e ensacamento de couve e repolho, pois perceberam que assim a venda é intensificada, além de poderem aumentar seu lucro. Nesses casos, os maridos realizam a colheita e a lavagem do produto para que elas deem continuidade ao trabalho, picando e armazenando em sacos plásticos. Há também as que preparam bolos e pães para serem comercializados, tudo feito no dia anterior ao da realização da feira.

Conforme assinalado anteriormente, algumas mulheres seguem para a feira junto com seus maridos onde realizam todas as atividades concernentes à comercialização, enquanto outras – sobretudo aquelas em que as redes de proteção do bairro são menores – ficam na propriedade que não pode ficar sem ninguém. Ao terminar a feira, a família aproveita a estadia no centro da cidade para resolver questões burocráticas como a confecção e retirada de documentos e compras no comércio do município.

Aos sábados algum trabalho na horta ainda é realizado, mas a dedicação é menor que a que foi dispendida durante a semana, uma vez que os finais de semana são reservados para outras atividades, entre elas, a celebração na Igreja Católica do bairro, aos domingos. Nesse mesmo espaço são realizados algum tipo de voluntariado, por exemplo, organização e distribuição de brinquedos em datas específicas como o dia das crianças e no Natal. Esse período também é dedicado ao lazer que se resume a viagens curtas para cidades próximas como Paraty e Lorena.

As mulheres assinalam algumas mudanças no uso do tempo em relação ao passado circunscrito tanto nas gerações anteriores às suas, quanto no que vivenciaram em suas próprias infâncias. Antes de procederem a alteração da forma convencional para a agroecológica, seus maridos trabalhavam como “camaradas” e elas ficavam em casa o dia todo entre as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, a criação de animais e a horta que utilizavam somente para consumo próprio. Também faziam algum tipo de artesanato para vender e assim terem acesso a algum recurso próprio. Ao se inserirem na produção agroecológica, a família passou a ser “dona do próprio tempo”, numa referência a poderem tomar as decisões de como utilizam seu tempo. Se, antes, os homens estavam subordinados ao trabalho externo e tinham que cumprir as horas destinadas ao ofício, agora ao tocar suas próprias produções, há maior maleabilidade no uso do tempo que passa a ser utilizado pela família em seu conjunto.

A vantagem disso tudo aí é que hoje a gente é dono do próprio tempo, não tem patrão para dizer hoje não pode, amanhã não pode, isso aí é uma coisa que não tem preço. Quando você trabalha de diarista, essas coisas, amanheceu o dia chovendo, você perdeu o dia. Agora, trabalhar para a gente e não ter patrão! Ah, se não fosse a agroecologia eu hoje estaria trabalhando de diarista (Carlos, marido de Viviane, produtor agroecológico, 38 anos).

Nesse contexto, as mulheres passam a assumir outras atividades desde a própria produção, até a comercialização externa nas feiras. A possibilidade de dividir essas tarefas refletiu, também, nas tarefas domésticas. Ivone, produtora agroecológica de 40 anos conta como a transição para a produção orgânica se expressa no uso do tempo:

Hoje se ele fosse trabalhar como diarista, ia o dia inteiro para isso, hoje a gente tem tempo. Tempo para a família, tempo para conversar, tempo para sentar e comer junto. Vamos passear em Paraty, Aparecida, não dá para fazer longos passeios. Vai cedo e volta à tarde, mas é um tempo que a gente passa junto, senta num restaurante, conversa. A gente trabalha junto, eu e meu marido, a minha filha estuda. As coisas da casa é eu e minha filha, meu esposo também divide. Se eu estou mexendo uma panela, ele está lavando a louça. Da mesma forma que a gente trabalha na roça, a gente trabalha dentro de casa também. Na época da minha mãe era só as mulheres que faziam as coisas de casa. Eu acho bacana, acho que é bom para o casal interagir em todas as coisas que acontecem. Eu estou lá na horta, venho para casa e não tem essa dele vir e ficar na frente da televisão. Tem que fazer junto. Na feira vai mais ele e minha filha. Sempre tem alguma coisa para fazer aqui e não dá para sair os dois, mas sempre que eu posso eu vou para a feira também. Eu gosto de atender o pessoal, conversar. Tenho os clientes fixos, mas tem sempre alguém novo que chega (Ivone, produtora agroecológica, 40 anos).

Além dessa percepção do uso tempo, as mulheres revelam que a alteração na produção convencional para a agroecológica lhes trouxe uma outra visão da própria noção que tinham sobre o tempo. No processo de transição elas tiveram que esperar alguns meses de preparação da terra para começar a produzir, tempo esse de desconfiança e incerteza, circunscrito na recuperação natural da terra que passou a render “bons frutos”. Para as mulheres que foram protagonistas nessa alteração, esse tempo de espera tem significado na própria identidade feminina, circunscrita no cuidado

e na paciência que trazem, também, a oportunidade de experienciar a mudança pelas mãos das mulheres traz um reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos por elas.

Dada à própria lógica de produção, as mulheres agroecológicas realizaram diversos cursos de capacitação em que aprenderam as técnicas de plantio, de adequação da propriedade e de beneficiamento dos produtos. Para além da produção, os grupos estão se organizando em associações, visando otimização da comercialização e dos custos. Nesse sentido, as mulheres vêm experimentando uma vivência inédita até então, dedicando parte de seu tempo para a constituição de uma instituição que irá representar as famílias enquanto produtores agroecológicos. Para compreender o funcionamento da associação e as demandas que serão ali encaminhadas, obrigatoriamente, elas terão que se inserir em todas as etapas do processo de produção, vislumbrando as necessidades e debatendo as melhores formas de adequação. Nesta situação elas passam de uma visão de mundo centrada na esfera individual para um entendimento sobre a sociedade, aos se inserirem em espaços coletivos.

Ainda no que tange às novas experiências, elas ocupam cargos tanto na associação quanto na ONG que atua nas capacitações, o que lhes permite transitar por diversos meios repletos de novos conhecimentos e interações sociais.

Assim, no que se refere ao uso do tempo, as mulheres que trabalham com a agroecologia apresentam uma maior autonomia no gerenciamento do tempo e, embora ainda sejam predominantes na realização das tarefas domésticas e de cuidado, boa parte de seu tempo é partilhado com a família na esfera da produção e comercialização. E, ainda, usam seu tempo na participação em instituições representativas. Ao ocupar esses lugares, essas mulheres transcendem os espaços postos no aprendizado geracional, despontando novas práticas sociais que as coloca em evidência, abrindo possibilidades para que elas estejam inseridas nos processos de tomada de decisão.

Por fim quanto à análise do uso do tempo em relação às atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres rurais de Cunha, passamos às mulheres que se dedicam ao turismo e estão inseridas numa realidade em que predominam o uso de residências por “forasteiros”. Se na pecuária é a produção que determina a priorização do uso do tempo e na agroecologia é a comercialização nos espaços externos que demandam dias específicos para a entrega de produtos (feiras e PNAE), para as mulheres que atuam no turismo o uso do tempo se divide entre o ciclo de festas que a cidade vivencia e as atividades nas propriedades alheias formando, portanto, um grupo mais heterogêneo na

realização das tarefas diárias, mas com um denominador comum em que boa parte da vida social gira em torno: a associação de moradores.

No dia-a-dia elas se levantam, preparam o café da manhã e encaminham os filhos para escola, neste momento também é preparada a “marmita” dos maridos que saem para o trabalho como caseiros ou “camaradas” enquanto elas passam a cuidar da limpeza da casa. As que fazem faxinas esporádicas nas casas dos “forasteiros” seguem para o trabalho, as que não têm esse compromisso continuam em suas casas, cuidando dos animais e da horta que utilizam para o consumo da família. No período da tarde vão para o centro da cidade, quando necessário, ou se dedicam à confecção de artesanato, os quais são expostos para venda na associação. Há, ainda, aquelas que colaboram, também de forma esporádica, na arrumação e manutenção de pousadas e restaurantes.

Se durante a semana há um diferencial entre as mulheres que trabalham fora e as que permanecem cuidando da propriedade, é nos finais de semana que esse grupo de mulheres dedica seu tempo de forma mais homogênea à Associação de Moradores, momento em que há maior trânsito de turistas no local rumo ao Parque Estadual, ou que simplesmente vão até ali para conhecer o espaço. Em geral, elas se encontram aos sábados para organizar a exposição de produtos e se revezam na comercialização dos artesanatos e comestíveis ali servidos, acompanhados sempre de um café fresco para atender aos turistas. É comum ver de duas a três mulheres do lado de dentro do balcão que se revezam na fritura de salgados, lavando louças e atendendo ao público, enquanto mais duas ou três se colocam no salão da associação para colaborar no que for necessário.

O mesmo ocorre aos domingos, porém após a celebração na igreja católica do bairro, dá-se o momento de confraternização de todos os moradores. Homens, mulheres e crianças se reúnem na associação para comer, beber, “jogar conversa fora” e, às vezes, “fazer um bingo”, como forma de lazer, divertimento e para angariar fundos para a própria Associação. É também nessa ocasião que acabam organizando o restante da semana, por exemplo, ao concentrar as solicitações de pagamentos de contas ou de compras de algum objeto específico para uma das pessoas que irá se deslocar para o centro da cidade em algum dia da semana, denotando uma rede de solidariedade imbricada entre o parentesco e a vizinhança presente no bairro.

Tal rotina é modificada quando há festas que exigem a participação mais assídua dos moradores do bairro, como por exemplo a já descrita anteriormente Festa do Pinhão, na qual eles e elas são altamente engajados. Para dar conta de todas as

atividades que têm que desempenhar nesse período há um planejamento que indica as responsabilidades de cada um, já que têm que se dividir entre a barraca que representa a associação localizada na praça central de Cunha e os afazeres na própria sede que não fecha nesse período. Além disso, têm que comprar as bebidas e transportar os alimentos que serão expostos. Como informa uma das mulheres, no período de realização da festa as atividades que realizam “é o tempo todo por conta da Associação”.

É também por meio da Associação que todas as mulheres dedicaram seu tempo na realização de algum tipo de capacitação, conforme descrito no capítulo anterior, que lhes rendeu conhecimento sobre práticas de turismo, interações com outras mulheres de outros bairros e aprimoramento na confecção de artesanatos e alimentos.

Dessa forma, todas as mulheres que trabalham com o turismo ou na propriedade de “forasteiros” atuam de alguma forma na Associação de Moradores do bairro, inclusive formalmente como associadas. Nesses termos, já passaram por algum cargo na diretoria, de suplências à vice-presidência, elas vão se revezando conforme suas próprias disponibilidades e as necessidades da instituição. Cada cargo que ocupam geram novos conhecimentos e responsabilidades que vão ampliando suas possibilidades de interação e visão de mundo, influenciando suas maneiras de experienciar o cotidiano. Além disso, foi nesse grupo de mulheres que ouvimos um maior conhecimento sobre as práticas políticas atuais, afirmam que dão seu voto a determinado candidato após analisarem suas propostas e a maioria delas disse conhecer o prefeito em exercício.

Em suma, se por um lado essas mulheres continuam a reproduzir nas tarefas domésticas e de cuidado as noções que lhes foram passadas há gerações, inclusive em suas atuações no trabalho fora da propriedade como faxineiras, arrumadeiras e ajudantes de cozinha, por outro lado, a participação na associação revela que o uso de seu tempo vai além dessas atividades que são complementadas nesse espaço não só como lazer, mas também com novas responsabilidades dadas pela dinâmica do turismo, engendradas tanto na realização de festas como no próprio espaço da associação que além do contato entre os associados lhes permite interações com os turistas e com os “forasteiros”. Justamente pelo tipo de trabalho desenvolvido e pelas interações que realizam, o grupo de mulheres que trabalha com o turismo e em propriedades alheias foi o único a inserir na descrição de seu cotidiano o uso de aplicativos de trocas de mensagens instantâneas via celular, sendo sua utilidade questionada e definida como ambígua, ora funciona como uma ferramenta de aproximação entre as pessoas ou mesmo como comunicação

de oportunidades de trabalho, e ora como um instrumento que acaba por “roubar o tempo” de quem o utiliza⁹¹.

Até aqui foram destacados o passado e o presente das mulheres rurais de Cunha. Resta, portanto, analisar um último componente do tempo que permite uma síntese mais aprofundada sobre as práticas sociais delas que revelam as possibilidades de reposicionamento no mundo social.

5.4 – Do porvir: planos para o futuro

Da mesma forma que a análise do uso do tempo no cotidiano atual revela diferenciais em termos da atividade produtiva desenvolvida pelas mulheres, os planos que elas fazem para serem realizados no futuro também se revelam nessa mesma diferenciação. É, portanto, entre a experiência passada e as oportunidades abertas no presente que se colocam as possibilidades de realização futura.

As mulheres que trabalham na pecuária expõem seus projetos para o futuro baseadas em aquisições que visam os aspectos materiais da vida, como exemplos, a reforma ou construção da casa, a troca ou compra de um automóvel e o desejo que seus filhos tenham algum conforto material, seja em termos de lhes poder financiar os estudos ou, ainda, deixando-lhes a propriedade como herança. As mulheres que atuam com a pecuária são, como visto, as que menos se inserem em processos que lhes rendam algum tipo de interação social para além no universo familiar. São, também, as que reproduzem de forma mais autêntica as mesmas práticas repassadas pelas gerações anteriores. Diante dessa realidade, seus desejos para o futuro são restritos aos seus respectivos núcleos familiares, formados por anseios materiais que têm fundamento na possibilidade de terem uma renda fixa mensal que, mesmo em variação, permite certo planejamento das ações futuras. Elas desejam continuar tendo a oportunidade de desempenhar essa tarefa para alcançar a aposentadoria e com o dinheiro melhorar as condições materiais da família, conforme mencionado nos anseios que elas apresentam para o futuro. Quando questionadas sobre o que admiram em outra pessoa são enfáticas

⁹¹ Para uma leitura de como a internet e as chamadas “redes sociais” vêm influenciando a forma de organização de movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, de forma mais horizontalizada ver: Holanda (2018). Para a autora e colaboradoras esse novo formato de expressão e espaço de reivindicação é parte da quarta onda feminista que tem no discurso e no uso do próprio corpo os principais recursos de apresentação de demandas expressos tanto na arte, na poesia, no cinema, no teatro, na música e na academia.

ao apontar os valores morais baseados no caráter, na lealdade e na simplicidade com que conduzem sua própria vida.

Já para as mulheres que trabalham com a agroecologia, os planos para o futuro se resumem em melhorias na propriedade visando o aumento e especialização da produção que possuem atualmente. Entre as citações estão o aprimoramento de técnicas de cultivo, a construção de estufas para serem utilizadas de forma coletiva entre os vizinhos, o aumento da área de plantação e a aquisição de terras para implementação de um sistema agroflorestal que seria aberto à visitação. Há, ainda, as mulheres que participaram de encontros agroecológicos em outros municípios e até mesmo em outros estados que assinalam ter como objetivos para o futuro repassar os conhecimentos adquiridos sobre a agroecologia para outras pessoas e viajar pelo país depois da aposentadoria. Tais planos se revelam em consonância com o momento atual em que vivem. Há, atualmente, acesso a mercados que lhes possibilita a venda de produtos e sua possível expansão. Seja nas feiras, na venda institucional para o PNAE ou, ainda, as cestas personalizadas, permitem que as possibilidades de futuro estejam assentadas no melhoramento da própria produção. Embora o objetivo último seja o aumento da renda familiar residindo, também, na melhoria das condições materiais da vida, vê-se que para as mulheres que atuam na agroecologia os conhecimentos recém adquiridos têm um importante valor que deve ser repassado para outros indivíduos e gerações, pois vivenciaram a melhoria na qualidade de vida e na alimentação de suas próprias famílias.

Diferentemente do exposto até aqui quanto aos planos de futuro das mulheres que atuam na pecuária e na agroecologia que se apresentam de forma mais homogênea, dentre as mulheres que trabalham com o turismo e nas propriedades de “forasteiros” os desejos contidos em suas narrativas são heterogêneos e podem ser agrupados em três segmentações. Num primeiro grupo estão as mulheres que fazem seus planos para o futuro em função da melhoria de vida dos filhos e filhas, seja ligado ao desejo de poder pagar seus estudos na universidade ou que consigam arrumar bons empregos. Outras mulheres se posicionam de maneira um pouco mais individual e desejam a aposentadoria, a oportunidade de poder descansar e viajar, ou, ainda aprimoramento nos estudos adquirindo um nível universitário. O terceiro grupo de mulheres expõe seus planos para o futuro baseadas no espaço em que se situam e, aqui, podemos sugerir uma subdivisão. Parte delas deseja permanecer no bairro onde moram para que possam desfrutar da paisagem e outras querem mudar-se para a cidade em busca de melhores condições de emprego e renda.

Essa heterogeneidade dos anseios para o futuro revela a própria maneira desigual em que elas se inserem nas dinâmicas geradas a partir do desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo e com os “forasteiros”, seja nas pousadas e restaurantes, na venda de produtos na Associação de Moradores, ou ainda, exercendo faxinas. Se, por um lado, algumas se beneficiam dessa realidade, outras permanecem reproduzindo as formas de ser e viver das gerações anteriores. De todo modo, embora enalteçam o lugar onde vivem, especialmente pela sociabilidade e paisagem, seus planos para o futuro demonstram que pouco há de ligação com a terra propriamente dita, embora tenham propriedade sobre ela, o cultivo voltado para a comercialização não lhes interessa, resumido na horta cujos produtos são utilizados para o consumo da família. As transformações pelas quais o bairro passou e a baixa valorização do trabalho do agricultor, apresentados em capítulos anteriores, colaboram na conformação dessa visão. É, portanto, entre essas mulheres que valores mais ligados a um modo de vida urbano passam a fazer mais sentido para suas existências, dada especialmente, a proximidade com os “forasteiros” e com os turistas, seus desejos se conjugam na percepção do rural como um lugar de paisagem e sociabilidade, e no trabalho assalariado como meio de sobrevivência.

Os planos e desejos para o futuro constantes nas narrativas das mulheres rurais de Cunha revelam a maneira como o passado e o presente amalgamam-se de modo a determinar as possibilidades de realização do que virá adiante em suas vivências, da mesma forma em que direcionam as práticas atuais para o alcance de determinados objetivos. Tais anseios estão ancorados nas experiências vividas e nas oportunidades abertas na atualidade que correspondem às interdependências constituídas ao longo das trajetórias de vida, dando sentido a determinados valores, distinções morais e, conseqüentemente, o que consideram como poder.

5.5 – As transformações no uso do tempo e as distinções de poder

Por meio da análise do uso do tempo descrita nas páginas anteriores pudemos estabelecer um retrato de como essa dimensão expressa determinadas formas de vivenciar e dimensionar três momentos da vida social: a infância, o cotidiano atual e os desejos para o futuro. Se, por um lado, as formas estéticas do que é ser feminino e masculino são formatadas também no tipo de atividade a que se dedica determinado

tempo, de outro, as interdependências constituídas ao longo da vida, observadas nas relações familiares ou dada a inserção em novas atividades produtivas, que vão acentuando os valores a serem prezados e que influenciam as distinções de poder.

Ao estabelecermos uma relação entre as três atividades produtivas no que se refere ao uso do tempo, vemos que as mulheres partem de um mesmo princípio em que elas são responsáveis mais pelas tarefas domésticas, cuidados com a família e com a horta, e os homens partem para o trabalho externo como camaradas. Ao se inserirem nas diferentes atividades produtivas, outras relações de interdependências vão sendo constituídas e influenciam suas visões de mundo, seus valores morais e as distinções de poder. Se todas estão inseridas numa sociedade que resguarda os valores patriarcais, as formas estéticas que representam o que é feminino e masculino são mais ou menos diluídas a depender da configuração social de gênero em que estão inseridas.

Na pecuária, as mulheres que conseguem obter sua própria renda por meio da atividade que exercem ou da aposentadoria têm a possibilidade de transgredir a realidade posta nas gerações anteriores. Em outras palavras, por meio da renda elas têm oportunidade de acesso às chances efetivas de poder, pois, como demonstram Madalozzo *et al* (2010) ter seu próprio dinheiro fortalece um “poder de barganha” dentro da esfera doméstica. No turismo e no trabalho para os “forasteiros”, as mulheres se importam com o trabalho assalariado, mas também com a oportunidade de contemplar o espaço que vivem, seja do ponto de vista da natureza ou da sociabilidade. Além disso, para elas a possibilidade de escolha entre o rural e o urbano, seja para moradia, trabalho ou estudo, representa chances efetivas de poder. Já na agroecologia, as mulheres valorizam a oportunidade de uso do tempo ser partilhado com seus companheiros, tanto na esfera doméstica, quanto na produtiva que se estende até a comercialização. É nesse ponto que elas superam as gerações passadas e ganham acesso às chances efetivas de poder. Nos três casos, há permanências e reconstruções e ressignificações que dão sentido às novas ruralidades.

Síntese do capítulo

No início desse capítulo destacamos a importância da análise do tempo para compreender as configurações sociais de gênero. Essa dimensão que, a um só tempo, estrutura e é estruturante das práticas cotidianas, contribui na explicitação das formas estéticas do feminino e do masculino. Ao inferir a forma como se dá a utilização do

tempo na trajetória das mulheres, torna-se possível captar as alterações ocorridas no comportamento e que podem incidir no reposicionamento delas na hierarquia social.

As referências contidas na memória, que expressam a vivência da infância, denotam as mudanças pelas quais os bairros em que vivem passaram, e como os tipos de brincadeiras, as alterações na paisagem e os modos de sociabilidade alteraram as práticas cotidianas em referência à atualidade. Além disso, o acesso a infraestrutura, a eletrodomésticos e a própria estrutura das casas contribuem para que o uso do tempo se modifique nos dias de hoje. A separação entre os sexos nos momentos de lazer também denota as mudanças pelas quais a sociedade passou, representando que as mulheres foram ocupando outros espaços.

O uso do tempo no cotidiano e as possibilidades de projetos para o futuro foram marcados por uma diferenciação entre as mulheres que atuam nas diferentes atividades produtivas. Dadas as próprias condições de produção, na pecuária elas se dedicam ao cuidado e tratamento das vacas diariamente, inclusive aos finais de semana. O isolamento das propriedades contribuiu para que houvesse pouca interação, circunscrita nas relações de parentesco e vizinhança. Nesse cotidiano, elas reproduzem as atividades de suas mães e avós, com poucas modificações, exceto a possibilidade da aposentadoria para aquelas que entregam o leite em seu próprio nome. Por terem essa segurança financeira, seus projetos para o futuro se expressam em melhorias nas condições materiais de vida.

Já as mulheres que atuam na agroecologia, apesar de ter um cotidiano voltado à produção, trafegam por outros espaços como as feiras, os cursos de capacitação e reuniões da associação. Nesses ambientes estabelecem relações tanto com seus pares, como com pessoas da cidade. Algum lazer também é vivenciado, principalmente em viagens curtas pelos municípios da região. Essa possibilidade é dada pela oportunidade de poderem gerenciar o tempo que dedicam à produção. Nesse sentido, há diferenciais que se revelam em relação à geração anterior e as mulheres da agroecologia passam a ter o poder de escolha de dedicar seu tempo para outras atividades para além das tarefas da casa e da produção. Para o futuro, as mulheres da agroecologia almejam aumentar a produção e aprimorar os princípios deste tipo de manejo em suas propriedades.

As mulheres que atuam no turismo e em propriedades alheias também apresentaram diferenciais em relação ao cotidiano de suas mães, participando das ações da associação aos finais de semana – e nas festas em que se inserem – elas estabelecem interações com os turistas e realizam cursos de capacitação. Além disso, se inserem em

posições de representatividade. Os anseios para o futuro refletem a maneira como elas estão inseridas nas dinâmicas engendradas pelo desenvolvimento do turismo e pela migração de pessoas vindas das grandes cidades. Dadas essas formas de interação, seus desejos se espalham entre sair do bairro e tentar oportunidades em outros municípios, permanecer no bairro e desfrutar da paisagem, e em realizações materiais como a aposentadoria, por exemplo.

Assim, as diferentes maneiras que as mulheres se inserem nas dinâmicas da ruralidade contemporânea refletem os diferenciais em relação às gerações anteriores e seus desejos para o futuro. Sobretudo as mulheres da agroecologia passam a ter poder em gerenciar o próprio tempo, destinando-o a outros investimentos sociais que enriquecem suas habilidades e saberes. Na pecuária há a possibilidade de planejar as ações a partir da garantia do recebimento de recursos vindos da venda do leite. No turismo, abrem-se possibilidades de escolha entre ficar e partir.

Considerações Finais

Iniciamos essa pesquisa tendo em mente que o debate sobre a assimetria de gênero e a condição feminina vem ocupando cada vez mais espaço na contemporaneidade, com expressão tanto em organismos internacionais quanto nos movimentos sociais. Vale lembrar que no Brasil houve um espaço institucional específico voltado às políticas para as mulheres que se encontra atualmente fragilizado. Apesar dos reconhecidos avanços obtidos ao longo dos séculos e das melhorias observadas em indicadores sociais recentes, as mulheres ainda enfrentam signos da dominação masculina que as atingem em diferentes níveis a depender do contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridas.

No que concerne às áreas rurais, reconhecidas como localidades precárias no que se refere à pobreza e infraestrutura, mudanças recentes centradas na valorização e exploração de recursos naturais e no crescente desenvolvimento de atividades não agrícolas, apontam para alterações nas formas de organização do trabalho, nas interações realizadas, nas estratégias e nos modos de vida, repercutindo nas identidades e nas posições sociais dos indivíduos (WANDERLEY, 2000). Entender se as mulheres rurais estavam sendo afetadas por essas transformações e a forma como isso ocorre foi o objetivo central desta tese.

A pesquisa foi realizada no município de Cunha, interior de São Paulo, cujas características remetem às alterações pelas quais as áreas rurais vêm passando ao longo das últimas décadas, entre elas, a conversão de propriedades antes dedicadas à agropecuária para moradia de pessoas oriundas de grandes cidades, e a valorização dos recursos naturais tanto para a exploração do turismo, quanto para a produção agroecológica, gerando novas dinâmicas que antes se assentavam somente no desenvolvimento da agropecuária.

Do ponto de vista das análises específicas sobre as relações de gênero e o mundo rural, verificou-se a centralidade do tema produção *versus* reprodução na compreensão da condição feminina. Dentre as leituras, autores destacaram a apartação entre as duas esferas que colocam a mulher em situação desprivilegiada, relegando-a somente ao ambiente doméstico e às tarefas voltadas para a casa e para a família (BRANDÃO, 1983; WILLEMS, 1947; SHIRLEY, 1971). Por outro lado, ao iluminar o papel das mulheres na produção, emergem as abordagens que se referem à complementaridade entre a vida doméstica e à produção visando a manutenção da família e sua própria

reprodução social (FUKUI, 1995; SEGALEN, 1980), porém permanecem diferenciais no reconhecimento social das atividades desempenhadas, com maior valoração moral para as tarefas desenvolvidas pelos homens. O reconhecimento da cooperação entre os gêneros evidencia as formas de organização da vida familiar que não corresponde à uma posição equilibrada entre homens e mulheres. Tal concepção ilumina a existência de espaços ideologicamente constituídos em que a hierarquia de gênero é representada (WOORTMAN, 1992).

Dada a realidade do universo da agricultura familiar, há uma sabida dificuldade em estabelecer uma clara divisão entre as tarefas voltadas à produção e à reprodução, algo imbricado em suas estratégias e modos de vida. É claro que existem papéis distintos desempenhados por homens e mulheres. Mas o que se quer dizer é que tais diferenças obedecem a duas ordens de distinção – as atividades em si, realizadas por homens e mulheres de maneira diferenciada – e, principalmente, as representações acerca destas mesmas atividades e de como elas podem ser valoradas, pelos próprios agentes, e pela sociedade. Dito de outra forma, a distinção é fruto das construções sociais que evidenciam a definição de representações, valores e significados simbólicos internalizados pelos indivíduos. Logo, as causas da subordinação feminina não se colocam na divisão entre as tarefas, per se, mas na maneira em que tais representações são constituídas e reproduzidas no mundo social.

Por tudo isso, entendemos que era necessário introduzir uma mudança de olhar que permitisse a ênfase em como estas representações vão sendo construídas a partir da história de cada agente, de sua posição no mundo social, e principalmente nas interdependências entre o masculino e o feminino, na realidade material e na realidade simbólica. Propusemos, então, para a realização desta pesquisa a adoção da noção configurações sociais ao invés de relações sociais de gênero. Com inspiração nas obras do sociólogo alemão Norbert Elias, buscou-se com essa opção abarcar a complexidade da vida social que se expressa desde os processos iniciais de socialização até as interações mais recentes, incluindo os fatores exógenos que incidem sobre a forma como os indivíduos constroem suas respectivas representações de mundo. Tais processos de interação, entendidos como relações de interdependência, carregam referenciais de poder que denotam as capacidades dos indivíduos.

Ao utilizar essa abordagem procuramos evitar as dualidades características das análises que reportam a binômios como público e privado – ou no caso das mulheres rurais na oposição entre casa e roçado –, o que acaba por definir princípios

generalizados de leitura da realidade, desconsiderando as posições intermediárias que homens e mulheres ocupam na sociedade. Nosso olhar foi dirigido, então, para as mudanças que ocorrem na sociedade, tanto no que diz respeito ao comportamento dos indivíduos quanto às diferentes interações realizadas e, também, para as alterações estruturais, de modo a compreender o campo social em que se produzem e reproduzem determinados valores e ideologias.

Retomando a hipótese que guiou essa tese, afirmamos que as dinâmicas rurais contemporâneas geram novas possibilidades de inserção para as mulheres, contudo, o aproveitamento das oportunidades surgidas nas dinâmicas não se expressa de forma homogênea. Essa heterogeneidade é tributária de três dimensões da vida social que afetam as capacidades das mulheres: trabalho, escolarização e o uso do tempo. Tal hipótese foi testada nas diferentes atividades produtivas que elas desempenham em Cunha: turismo, agroecologia e pecuária, permitindo que analisássemos as três dimensões em cada uma delas.

A análise das trajetórias de vida permitiu a aferição da maneira como os padrões comportamentais foram reproduzidos no ambiente familiar e fora dele. Ao remeter às lembranças da infância e adolescência, as mulheres indicaram a forma como foram constituídas as representações da própria identidade feminina em que a figura masculina era tida, sentida e reafirmada como provedor, indicando pouca margem para que inovações permitissem a elas galgar uma outra posição social.

As dinâmicas rurais contemporâneas, por sua vez, abrem novas possibilidades para as mulheres, principalmente por lhes proporcionar outras oportunidades que estiveram ausentes nas gerações anteriores às suas. Estas oportunidades são expressas materialmente no exercício de um trabalho assalariado e no aprimoramento de técnicas de manejo, e subjetivamente nos novos processos de interação que indicam elevação de autoestima e reconhecimento de sua posição social subalterna.

Para o aproveitamento das oportunidades surgidas há a mobilização de determinadas capacidades que estiveram ofuscadas anteriormente, quando havia dedicação exclusiva à agropecuária. Contudo, a mobilização destas capacidades e, conseqüentemente o aproveitamento das oportunidades surgidas nas dinâmicas contemporâneas não ocorre de forma unívoca. A heterogeneidade se expressa tanto nas trajetórias de vida das mulheres que traduzem as interdependências realizadas, como nas três dimensões da vida social aqui analisadas.

Em termos de trabalho, vimos que as tarefas consideradas reprodutivas pela literatura são desempenhadas por elas como parte de suas próprias identidades, naturalizadas ao longo das gerações, mas que se desenha como um trunfo – o que denominados, inspiradas na obra de Bourdieu, de capital feminino – mobilizado nas redes de relações, em trocas de afeto e de produtos.

O acesso a uma renda própria, tido como fato ligado à autonomia financeira das mulheres por diversas pesquisadoras e militantes feministas não foi expressão de alteração na condição das mulheres entrevistadas em Cunha. Mesmo recebendo algum recurso financeiro, geralmente destinado à família, especialmente aos filhos e filhas, o montante não abre possibilidades para uma autossuficiência econômica.

É sabido que o nível de instrução da população brasileira vem aumentando ao longo das últimas décadas, particularmente entre as mulheres. Vimos que, no caso das entrevistadas em Cunha, o acesso à escola foi limitado pelo comportamento dos pais que desacreditavam que mais anos de estudos pudessem lhes trazer algum benefício, creditando ao trabalho a principal atividade a ser desempenhada na infância e adolescência. A reestruturação do ensino, articulada a partir da Constituição de 1988, abriu caminho para melhoria nas condições de acesso à escola que beneficiou seus filhos e filhas, principalmente na disponibilidade de transporte gratuito até o centro da cidade, mantendo a frequência escolar e a possibilidade de cursar para além dos anos iniciais disponíveis nos bairros rurais.

Se a maioria delas não foi atingida pela nova estrutura educacional, as capacitações que elas realizaram visando o aprimoramento de técnicas voltadas ao trabalho com o turismo e a agroecologia, traduz-se como uma evidência de suas capacidades que as colocam em uma outra condição social, não de forma permanente, mas em vários momentos da vida social. Ao participar dos cursos revelaram-se aspectos ligados à autoestima, em que são resgatadas suas próprias habilidades e saberes, e na interação com outras mulheres com vivência próximas às suas, em que são desveladas situações semelhantes. Destas interações, capacidades como o poder da fala, da aquisição de algum tipo de conhecimento e da autoconsciência do lugar que ocupam na sociedade, por exemplo, afloram e se materializam em ações de liderança, como a ocupação de espaços representativos de agricultores e moradores.

O tempo foi tomado nesta pesquisa como uma dimensão que comporta a experiência vivida pelas entrevistadas, tanto no que se refere ao passado, presente e futuro, quanto na forma como ele é utilizado na atualidade. De um passado comum

entre as mulheres das diferentes atividades produtivas, despontam outras formas de utilização do tempo para as que atuam no turismo e na agroecologia que, na atualidade e devido às dinâmicas rurais contemporâneas, circulam por outros ambientes e dedicam seu tempo à participação social.

Essa realidade é refletida nos desejos que elas anseiam para o futuro. A garantia da renda advinda da produção de leite que elas entregam ao laticínio como fornecedoras, permite que elas planejem melhorias nas condições materiais. As produtoras agroecológicas almejam transformar toda a propriedade nesse sistema, bem como aumentar as áreas de produção. Por fim, as mulheres que atuam no turismo e em propriedades alheias se dividem entre querer ficar no bairro e aproveitar de suas vantagens, ou partir em busca de novas oportunidades em outros municípios.

O desempenho de determinada atividade produtiva apresenta diferentes oportunidades no que se refere ao trabalho para as mulheres em Cunha. O desenvolvimento do turismo e o trabalho em propriedades alheias permitiu que elas se dedicassem a uma atividade remunerada, mesmo que de forma intermitente. Nesse sentido, elas reproduzem em outros espaços o mesmo tipo de trabalho que elas desempenham em casa, ao que a literatura chama de extensão das tarefas domésticas (LUNARDI, 2012; NOGUEIRA, 2004). Porém, isso lhes garantiu a realização de interações inexistentes até então, quer com as pessoas que passaram a morar em Cunha, ou no atendimento aos turistas. Sob essa perspectiva, elas evidenciam em suas narrativas que suas representações de mundo são constituídas entre o rural e o urbano, dando relevo aos aspectos como a profissionalização e o assalariamento, ao mesmo tempo em que consideram as relações de proximidade e o sentido comunitário, características dos bairros rurais do passado.

Na agroecologia as oportunidades de trabalho de certa forma também se apresentam como reprodução das tarefas desempenhadas no passado. A diferença, agora, é que há valorização dos saberes das mulheres que antes estavam restritos à produção da horta, lugar do consumo familiar em que, mesmo sob a égide da Revolução Verde, mantiveram-se as formas de manejo sem o uso de agrotóxicos. A própria identidade em ser agricultor se revigora, cujas representações são constituídas na relação com a natureza, na posse da terra e na relação direta com o consumidor. As mulheres que atuam na agroecologia participam não só da produção, como também da comercialização e no planejamento das ações futuras.

Menos evidências de inovação foram observadas no trabalho das mulheres envolvidas na pecuária leiteira que, segundo suas narrativas, reproduzem as atividades a que suas mães desempenhavam no passado. São elas que se dedicam ao trato com as vacas, embora o saber da lida seja considerado masculino. A diferença entre as gerações reside na possibilidade da aposentadoria, perseguida por todas as entrevistadas que entregam o leite em seus nomes.

Em que pese os diferenciais expostos quanto às atividades produtivas, alguns elementos expressos nas trajetórias das mulheres demonstram-se cruciais para o aproveitamento das oportunidades geradas em termos de trabalho.

Um primeiro aspecto diz respeito ao número de filhos que elas tiveram, o que influencia substantivamente no uso que fazem do tempo. Com maior dedicação ao cuidado da família, não há espaço para outros investimentos sociais, como por exemplo, para a realização de cursos de capacitação, na participação em associações e conselhos e para aprimoramentos profissionais. Ao poder se dedicarem a estes outros investimentos, conforme demonstramos ao longo deste trabalho, são evidenciadas determinadas capacidades femininas.

Outro elemento importante se refere ao número de irmãos e à posição que elas ocupam na fratria. As mulheres que se posicionaram entre as mais velhas na fratria ou que não possuem irmãos homens mais velhos, assumiram papéis de comando e negociação junto aos seus pais nas propriedades. Nesta posição, elas tenderam a reproduzir essas capacidades em suas trajetórias, despontando como lideranças na atualidade, ao aproveitar das oportunidades exógenas surgidas, contribuindo para uma realocação em sua posição na hierarquia social.

A possibilidade de ter a propriedade da terra também é um elemento que se demonstrou como importante para a condição feminina. Nas análises aqui empreendidas, nos casos em foram realizados casamentos de gênero, compreendido em situações em que os maridos se mudam para a propriedade dos pais da esposa, verificou-se um maior poder decisório por parte delas tanto na esfera doméstica, quanto na produtiva.

Por fim, ao compartilhar as tarefas com seus maridos, as mulheres conseguem aproveitar o tempo em outras atividades, inclusive investindo em suas próprias habilidades. Além disso, revalorizam o trabalho de cuidado que se apresenta como socialmente inferior. Essa espécie de reversão do uso do tempo, que modifica o que foi

apreendido nos processos de socialização representa, mesmo que momentaneamente, um reposicionamento da mulher na sociedade.

Destacamos, em páginas anteriores, que a condição feminina não é homogênea, nem estática, ocorrendo momentos em que as mulheres aparecem como protagonistas ao mobilizarem suas capacidades adquiridas ao longo de suas trajetórias. Evidenciamos que o aproveitamento – ou o constrangimento – das oportunidades surgidas nas dinâmicas rurais contemporâneas não depende exclusivamente de seus próprios desejos, mas da possibilidade em mobilizar suas capacidades que estão vinculadas às interdependências constituídas ao longo da vida.

Finalmente, após a rerepresentação das evidências colhidas, afirmamos que essa tese contribui, do ponto de vista teórico, com a proposição da noção configurações sociais de gênero que permite dar um passo a mais na trajetória das abordagens que analisam a condição feminina, principalmente por articular a posição da mulher no contexto em que ela está inserida. Sob a ótica analítica, há uma contribuição em associar a questão de gênero e as dinâmicas rurais contemporâneas, confirmando que este novo momento na longa história dos espaços rurais altera, de fato, o campo de possíveis da condição feminina. Além disso, evidenciamos a heterogeneidade desta manifestação, evitando tanto os olhares reprodutivistas como os ingênuos a respeito do que se passa na condição das mulheres rurais.

Há, contudo, um programa de pesquisas que permitiria o aprofundamento do caminho aqui aberto. Citamos ao menos três que podem se materializar em esforços futuros.

Uma primeira proposta diz respeito às políticas públicas e consiste na investigação da maneira como elas incidem de forma mais objetiva de modo a acelerar a transição na condição feminina. Conforme já apontamos anteriormente (FAVARETO e CARNEIRO, 2017), as pesquisas realizadas neste sentido tendem a reforçar a dualidade produtivo *versus* reprodutivo, sem considerar a própria realidade social em que as políticas operam que, como vimos, são marcadas por representações específicas constituídas nos processos de socialização e nas interações realizadas ao longo das trajetórias que revelam as próprias capacidades femininas.

A segunda proposta considera a intersecção entre gênero e outras temáticas, como por exemplo, a geracional. Procuramos analisar no desenvolvimento desta pesquisa a questão geracional, porém do ponto de vista das mulheres entrevistadas sem, contudo, focar especificamente nas jovens rurais. Trabalhos recentes (KUMMER, 2019)

indicam que representações da ruralidade entre os jovens do Oeste Catarinense estão sendo recompostas dadas as dinâmicas rurais contemporâneas. Estas novas representações podem incidir no aproveitamento ou constrangimento das possibilidades abertas recentemente, influenciando a condição feminina.

Por fim, uma terceira proposta busca abarcar a heterogeneidade territorial e produtiva à luz do arcabouço teórico e metodológico utilizado na realização desta tese. Neste imenso país, as mulheres rurais se dedicam às mais diversas atividades produtivas e em cada uma delas são desveladas determinadas formas de ser e fazer que estão em consonância com o contexto em que estão inseridas; notabilizar a variedade das capacidades das mulheres obscurecidas por uma leitura homogênea e unívoca da sociedade pode ser um caminho para diminuição das assimetrias de poder entre homens e mulheres.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA 2000.

AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997. 191p.

AGUIAR, Vilenia V. Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 261-295, 2016.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Os “caminhos” dos tropeiros e o Vale Histórico da Serra da Bocaina (SP): um espaço geográfico “deprimido”. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL Costa Rica II Semestre, p. 1-20, 2012.

BALLESTRIN, Luciana M. de Aragão. Feminismos subalternos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, dez, 2017.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURAO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, 2018.

BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Trad. John Cunha Comefor. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo, vol II**. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Portugal: Quetzal Editores, 2009.

BEISEIGEL, Celso de Rui. Considerações a propósito de um projeto educacional. **São Paulo em perspectiva**, v. 7, n 1, p. 38-49, janeiro-março de 1993.

BIROLI, Flavia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 03, p. 719-754, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: Geic: Cabral, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da terra: Imaginarias sensibilidades e motivações de relacionamento com a natureza e entre meio ambiente agricultores e criadores do bairro dos pretos**. Campinas: São Paulo, Ed. Unicamp 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, vol. XIII, n. 2, p. 417-428, jul./dez., 2010.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.**

BRASIL. **Políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil**, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BRUNO, Regina. **O ovo da serpente. Monopólio de terra e violência na Nova Republica**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos des anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n 132, p. 537-572, set/dez, 2007.

BUTTO, Andrea L. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **XXI Reunião Anual da Anpocs**, 1998.

CAMPOS, Judas Tadeu de. Uma pesquisa pioneira para a compreensão da cultura caipira. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 76, p. 335-350, dez, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação do meio de vida**. 8ª edição, São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, out, 1998a.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998b.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, jan, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, Luiz Flávio de C.; FLEXOR, George; SANTOS, Raimundo (orgs.) **Mundo**

- rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mariad X; Seropédica (RJ): EDUR, 2008a.
- CARNEIRO, Maria José. Rural como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 01, p. 9-38, março, 2008b.
- CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012.
- CARNEIRO, Maria José e PALM, Juliano Luis. Modos de vida de agricultores familiares de montanha: um estudo de caso em São Pedro da Serra – Nova Friburgo – RJ. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 180-202, jan./jun., 2016.
- CARNEIRO, Maria José. O debate sobre relações sociais de gênero e desenvolvimento rural nas Ciências Sociais brasileiras: de 1999 a 2019 (no prelo).
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu (orgs.). **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.
- CARVALHO, Abdias Vilar. **O tempo social visto por um sociólogo**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.
- CARVALHO, Eugênio Rezende de. A concepção holística e processual de tempo em Norbert Elias. **Lua Nova**, São Paulo, v.103, p. 203-231, 2018.
- CHARÃO-MARQUES, Flávia; SCHMITT, Claudia Job e OLIVEIRA, Daniela. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na Serra Gaúcha e na Zona da Mata Mineira. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, vol. 7, n. 1, p. 15-42, jan./jun., 2017.
- CLOKE, Paul. Conceptualizing rurality. In: CLOKE, P. et al. (org.). **Handbook of Rural Studies**. London: Sage publications Ltd., p. 18-29, 2006.
- CRUICKSANK, J. A play for rurality – Modernization versus local autonomy. **Journal of Rural Studies**, v. 25, p. 98-107, 2009.
- CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino americano. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n.1, p. 11-39, jan-abril, 2013.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, p. 51-90, 2005.
- DEVREUX, Anne-Marie. **Pierre Bourdieu e as relações entre os sexos**: uma lucidez obstruída. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle, DESCOUTURES, Virginie, DEVREUX, Anne-Marie e VARIKAS, Eleni. O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, p. 85-103, 2014.

DIAS, Marcelo Miná e DIESEL, Vivien. A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica. **Extensão Rural** (Santa Maria), v. 5, p. 31-45, 2000.

DORIA, Carlos Alberto e BASTOS, Marcelo Correa. **A culinária caipira Paulistânia: a história e as receitas de um modo antigo de comer**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. "*Changing balance of power between the sexes in the history of civilization*". **Lettura del Mulino**, Bologna – 14 Settembre, 1985.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaio; 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, volume 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FAO. **Atlas de las mujeres rurales de America Latina y el Caribe: al tempo de la vida y los hechos**. Santiago do Chile: FAO, 2017.

FAVARETO, Ariane. Gênero e mudanças sociais: trajetórias de mulheres rurais em Cunha (SP). In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017. **Anais...** Brasília: SBS, 2018. Disponível em: <http://sbs2017.com/anais>. Acesso em: 22/01/2019.

FAVARETO, Ariane. Práticas sociais femininas e relações de gênero no rural paulista. In: 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016, Caxambu (SP). **Anais** (on line), 2016. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st14-7>

FAVARETO, Ariane; CARNEIRO, Maria José. Políticas públicas e as mulheres rurais: análises recentes das ciências sociais brasileiras 2017 (Textos de Pesquisa, OPPA). Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/textos-fao-nead-gpac/Pesquisas%2004%20-%20Ariane%20FAVARETO%20--%20Maria%20Jos%C3%A9%20CARNEIRO.pdf>

FAVARETO, Arilson; EMPINOTTI, Vanessa e PAULA, Luis Roberto de. Cunha revisitada – tradição e transição em uma cultura rural setenta anos depois do clássico de Emilio Willems. 41º Encontro Nacional da Anpocs. Caxambu, 2017.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulher e ambientalismo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, p. 178-189, out, 1997.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRAGOSO, João Luiz. A economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Y. (org) **História geral do Brasil**. 6ª edição, Rio de Janeiro: Campus, p. 145-192, 1996.

FRESCHI, Julieta Matos; SILVA, Luana Carvalho e DUTRA, Mara Vanessa F. **Cadernos de Resultados SerrAcima**. Cunha: SerrAcima, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**, 52 edição, São Paulo: Global, 2013.

FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012.

FUKUI, Lia Garcia. **Sertão e Bairro Rural**. Parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979.

FUKUI, Lia. “Alternativas” aos papéis femininos entre sitiantes tradicionais no Brasil: implementações para uma política familiar e social. **Cadernos CERU**, n. 9, 1976.

FUKUI, Lia. Os papéis na organização familiar de sitiantes tradicionais no Brasil. **Cadernos CERU**, n. 8, 1975.

GASPARETO, Sirlei A. K. e MENEZES, Marilda A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

HAKIM, Catherine. **Capital erótico: Pessoas atraentes são mais bem-sucedidas. A ciência garante**. Rio de Janeiro: Best Business, 2012.

HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 737-763, set-dez, 2006.

HEMMINGS, Claire. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan-abril, 2009.

HENN, Iara A. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

HEREDIA, Beatriz, GARCIA, Marie France e GARCIA Jr, Afrânio. O lugar na mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, Bell. **Erga a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019. 376 p.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019. 175 p.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**, Paris: A. Colin, p. 47-83, 1990.

KLEEB, Suzana Cecília. **Metamorfoses da sociabilidade brasileira**: estudos nas configurações territoriais da Bocaina (Vale do Paraíba/São Paulo) e do Lago de Sobradinho (Sertão do São Francisco/Bahia). Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2019.

KRETER, A.C. Previdência rural social e gênero. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 321-343, 2015.

KUMMER, Rodrigo. **Juventudes rurais e permanências**: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEÃO, Natalia; CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto e FERES JÚNIOR, João (orgs.). **Relatório das desigualdades raça, gênero e classe**. Grupos de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA)/ IESP/UERJ, n. 01, p. 1-21, 2017.

LUNARDI, Raquel. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

LUNARDI, Raquel. **Turismo rural, a contribuição da mulher**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

- MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 813-817, set-dez, 2006.
- MADALOZZO, Regina, MARTINS, Segio Ricardo e SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, maio/ago, 2010.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A “masculinização” da produção de leite. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 47, n 01, p. 275-300, jan/mar, 2009.
- MARINS, Mani T. A. de. Bourdieu e Lahire: algumas reflexões sobre a representação de gênero. **Cadernos de Pesquisa do CDHS**, n. 39, ano 21, p. 81-89, 2º sem., 2008.
- MARTINS, J. S. **As coisas no lugar**. In: Introdução crítica à sociologia rural. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 11-38, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MATHIEU, N. La notion de rural et les rapports ville/campagne em France: les années quatre-vingt-dix. **Économie rurale**, 247/spt-oct, 1998.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MELLO, João M. C. **O capitalismo tardio**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, dez. 2017.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. s/d.
- MONTEIRO, Pedro Meira. Entre duas preguiças: Macunaíma e o Jeca Tatu. **Ideias**, Campinas (SP), n. 7, nova série, p. 65-80, 2º semestre, 2013.
- MOREIRA, R. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. (org.). **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
- MORGANTE, Mirela Marin e NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh Rio: saberes e práticas científicas**, 2014.
- MORMONT, Marc. "Vers une redéfinition du rural". **Recherches Sociologiques**, Vol. XX, n. 3, 1989.
- NASCIMENTO, Patricia Ferraz. **Turismo rural nas montanhas capixabas: como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo em transformação**. Dissertação (Mestrado Departamento de Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2013.
- NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Faculdades femininas e saberes rurais, uma etnografia sobre gênero e sociabilidade no interior de Goiás**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

NEVES, Delma Pessanha Neves; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Mulheres camponesas e reprodução de grupos domésticos. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói (RJ): Alternativa, 2013.

NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; e MENASCHE, Renata (orgs.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **A Venda Nova dos Imigrantes: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

OECD. **Education at a Glance 2015: OECD Indicators**, OECD Publishing, 2015. Disponível em <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/9615031e.pdf?expires=1457547270&id=id&accname=guest&checksum=7629175E1E03CEE8CA243E2BE51DC714>>, acesso em 25/02/2016.

PAULILO, Maria Ignez S. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296-316, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, jan-fev de 1987.

PERALTA, Nelissa e ALENCAR, Edna Ferreira. Ecoturismo e mudança social na Amazônia rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. **Campos**, v. 9, n. 1, p. 109-129, 2008.

PEREIRA, Rosângela S. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 17-41, 2015.

PINTO, Celi R. Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun, 2010.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque e SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlends e Vertecchia, 2009.

PISCITELLI, Adriana. O gênero da dádiva. Resenha. **Cadernos Pagu**, v. 2, p. 211-219, 1994.

PORTILHO, Fátima, CASTAÑEDA, Marcelo, CASTRO, Inês R. Ribeiro de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.

- PRADO, Rosane. Cidade pequena: paraíso e inferno da pessoalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 31-56, 1998.
- PRUDENTE, Henrique Alckmin. A festa do pinhão na Estância Climática de Cunha como atributo cultural e atrativo turístico. **Revista Eletrônica de Turismo Rural**, p. 1-20, 2ª sem, 2007.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. Livraria Duas Cidades. 1973.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Edições de Seuil, 2ª edição, 1973.
- RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de uso do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 861-870, set-dez, 2009.
- ROSEMBERG, Fulvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, p. 515-540, 2º semestre de 2001.
- SABORIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão popular. 2013.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia).
- SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecimento de direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio/ago, 2007.
- SANDRONI, Laila Thomaz e CARNEIRO, Maria José. Conservação da biodiversidade nas Ciências Sociais brasileiras: uma revisão sistemática de 1990 a 2010. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, vol. XIX, n. 3, p. 21-46, jul./set., 2016.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio-ago, 2004.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./de, 1995.
- SEGALEN, Martine. **Mari et femme dans la Société paysanne**. Paris: Flammarion, 1980.
- SERRACIMA. **Sabores e saberes do pinhão: histórias e receitas do pinhão colhidas e aprovadas pelas mulheres de Cunha (SP)**, Cunha: Serracima, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, Eduard e MARTINEZ-ALIER, Joan. New rural social movements and agroecology. In: CLOKE, P. et al. (org.). **Handbook of Rural Studies**. London: Sage publications Ltd., 2006.

SHIRLEY, Robert W. **O fim de uma tradição: cultura e desenvolvimento no município de Cunha**. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia: Editora Perspectiva, 1977.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y desarrollo**. Madrid: Horas y horas, p. 19-75, 1995.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói (RJ): Alternativa, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

SILVA, Camila Marques Viana; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 387-399, jun, 2013.

SILVA, Kleber José da. **Caminhos da cerâmica em Cunha: paneleiras, olarias e ateliês, elementos importantes na formação do histórico ceramista da cidade**. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2011.

SILVA, Tatiana Oliveira Gomes e FERREIRA, Gleidiane de Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, set-dez, 2017.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Maria Dalva Oliveira. **As contradições do turismo no espaço rural: vida, trabalho, renda e exclusão**. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

STRATHERN, M. **O gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

VEIGA, José Eli. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.

VEIGA, José Eli. O desenvolvimento territorial no Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Encontro ANPEC 2001**. Salvador: ANPEC, 2001.

VELOSO, João José de Oliveira. **A história de Cunha (1600-2010)**. Freguesia do Facão, a rota da exploração das minas de abastecimento de tropas. Cunha (SP): Centro de Cultura e Tradição de Cunha, 2010.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Industrialização e desenvolvimento regional: política da Codivap no Vale do Paraíba na década de 1970. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, n. 2, p. 161-181, nov, 2012.

VILELA, Ivan. Caipira: cultura, resistência e enraizamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 266-280, 2017.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. e FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos e SILVA, Heithel (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Sustentável, v. 21).

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Paper apresentado no XX **Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, out, 1996.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Uma singularidade histórica**: o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês. Recife: Editora da UFPE, 354 p., 2018.

WILLEMS, Emilio. **Cunha**: tradição e transição em uma cultura rural no Brasil. São Paulo: Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, 1947.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otavio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 90-113, 1976.

ZELIZER, Viviana A. Dualidades perigosas. **Mana**, v. 15, n. 1, p. 237-256, 2009.

Anexos

Anexo 1 – Entrevistas realizadas no município de Cunha (instituições e representantes comerciais)

Nº	Cargo / função
1	Padre Igreja católica
2	Representante CRAS
3	Diretora da ONG SerrAcima
4	Sub-prefeito Campos Novos
5	Representante da Associação Santa Terezinha (C. Novos)
6	Empreendedora Agricultura Familiar
7	Presidente Amprasp
8	Gerente Laticínio Funky (C. Novos)
9	Principal (em volume) fornecedor de leite laticínio
10	Político influente
11	Jornalista (forasteiro)
12	Ceramista segunda geração
13	Diretora ONG SerrAcima
14	Ceramista primeira geração
15	Prefeito – gestão até 2016
16	Assistente social da Prefeitura Municipal
17	Representante da CATI
18	Secretário agricultura
19	Comerciante
20	Prefeito – gestão a partir de 2016
21	Técnica da ONG SerrAcima

Anexo 2 – Roteiro de pesquisa sobre a trajetória de vida das mulheres

Dados Pessoais
Nome do entrevistado:
Telefone:
E-mail:
Endereço:
Cidade:
Idade:

1. Como é o seu dia-a-dia? E finais de semana?
2. Qual é a origem da sua família? Onde você nasceu?
3. Qual a sua religião?
4. Quantos irmãos possui? Qual escolaridade e profissão deles? Onde moram?
5. Qual a sua escolaridade?
6. Qual a importância de ter estudado até esse nível?
7. Você fez algum outro curso (capacitação, formação)? Como ficou sabendo desse curso? Quem o promoveu? O que esse curso impactou sua vida?
8. Com quantos anos saiu da casa dos pais? Qual a razão?
9. É casada? Como conheceu seu marido?
10. Tem quantos filhos (as), qual a idade deles (as), profissão e escolaridade?
11. Eles ainda moram com vocês? Quais funções desempenham na produção?
12. A família possui titularidade da terra? Em nome de quem está?
13. Qual o tamanho da propriedade? _____ ha
14. Qual a principal fonte de renda? (verificar produção e produtos)
15. Se há venda de produtos, como é realizada? Quem negocia?

16. Há rendas complementares? Quais?
17. De quanto é, aproximadamente, a renda familiar?
18. Há alguma renda que seja somente sua? O que você costuma fazer com esse dinheiro?
19. Há algum tipo de beneficiamento da produção? Qual?
20. Quais as tarefas que você desempenha na produção?
21. Quais as tarefas que desempenha dentro de casa?
22. Como são definidos os gastos na sua casa? E na produção? E em questões que envolvem filhos e parentes?
23. Você considera que na sua vida houve algum momento de dificuldade financeira? Como superou esse momento?
24. Você considera que ocorreram mudanças significativas no bairro nos últimos anos? Quais? E na cidade? O que acha das mudanças?
25. Você faz parte de alguma associação ou sindicato? Se sim, tem algum cargo diretivo? Como se deu o interesse sobre a participação?
26. Você é filiado em algum partido político? Como e por que se filiou? Já se candidatou alguma vez?
27. Você recebe algum tipo de benefício do governo? Como ficou sabendo? Em que essa renda foi importante para você? Como era antes de acessá-la?
28. Você conhece os programas do governo para comercialização PAA e PNAE? Como os conheceu? Qual a importância de acessá-los?
29. O que você admira em outra pessoa? Por quê?
30. Você e sua família têm planos e projetos para o futuro? Em relação a vida pessoal e produção.
31. Como você imagina seu futuro?

Anexo 3 – Retratos de Cunha



Figura 1: Lavandário
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 2: Contemplário
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 3: Festa de São José
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 4: Apresentação Congada
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 5: Festa do Divino Espírito Santo
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 6: Festa do Pinhão
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 7: Produção agroecológica
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 8: Mutirão piqueteamento
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 9: Cahoeira do Pimenta
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 10: Vista da cidade
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 11: Forno Noborigama
Fonte: Suzana Kleeb



Figura 12: Forno Noborigama
Fonte: Suzana Kleeb